Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

FLAVIA CHRISTINA ANDRADE GRIMM

Trajetória epistemológica de Milton Santos

*uma leitura a partir da centralidade da técnica,
dos diálogos com a economia política
e da cidadania como práxis*

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Trajetória epistemológica de Milton Santos

*uma leitura a partir da centralidade da técnica,
dos diálogos com a economia política
e da cidadania como práxis*

Flavia Christina Andrade Grimm
Orientadora: Professora Doutora María Laura Silveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora

*ao Zé Luiz
em memória*

Resumo

O objetivo desta tese de doutorado é analisar a trajetória epistemológica do geógrafo Milton Santos (1926-2001) a partir da gênese e evolução de conceitos e categorias que foram pilares de seu sistema teórico. A escolha pelo autor foi pautada por sua inegável importância na história da Geografia brasileira, sobretudo em seu movimento de renovação a partir de meados da década de 1970.

Como partido de método, adotamos a “abordagem contextual” (Berdoulay, [1981] 2003) e as relações entre os eixos de análise aqui elaborados para esse fim: centralidade da técnica, diálogos com a economia política e a busca pela cidadania como práxis. Nesse exercício, foi central reconhecer, nos grandes temas trabalhados pelo geógrafo, o processo de internalização de categorias externas à Geografia e os contextos históricos por ele vividos durante essas mais de cinco décadas de trabalho.

Partimos do pressuposto que esse processo de internalização de categorias externas à Geografia – tais como, técnica, tempo, totalidade, social, formação sócio-econômica, divisão do trabalho, forma, função, processo, estrutura, objetos, ações, norma e intencionalidade, entre outras – teve um papel extremamente dinamizador na releitura de categorias e conceitos internos à disciplina, como região, paisagem, espaço geográfico

e território, e, portanto, na construção de uma teoria geográfica.

Podemos afirmar que, embasado em mais de quatro décadas de estudos e pesquisas, o geógrafo baiano alcançou na década de 1990 uma complexa sistematização teórica. Destacamos a elaboração – iniciada na década de 1970 – de novos conceitos e categorias que vieram enriquecer os debates epistemológicos da geografia. Podemos mencionar a elaboração da teoria dos circuitos da economia urbana e a ênfase na necessidade do espaço geográfico ser compreendido como objeto da disciplina, elevando-o à instância da sociedade. Somam-se ainda a elaboração de categorias e conceitos como formação socioespacial, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, meio técnico-científico e, posteriormente, meio técnico-científico informacional, entre outros. Quanto a contribuições para um debate ontológico sobre o espaço geográfico, o autor passou da noção de fixos e fluxos ao conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (1991).

Foi exatamente durante os anos de 1990, partindo do entendimento da técnica – vista em sua totalidade – como fenômeno técnico, que Milton Santos propôs que a Geografia fosse compreendida como uma filosofia das técnicas e como uma epistemologia da existência. Elaborou ainda a categoria de território usado, proposto como sinônimo de espaço geográfico.

Abstract

This doctorate thesis aims at analyzing the complete epistemological path of geographer Milton Santos (1926-2001) departing from the Genesis and evolution of concepts and categories which were the pillars of his theoretical system. The choice for this author was done based on his unquestionable importance in the history of Brazilian Geography and on the course of its renewal from the mid-1970s on.

As a methodical outset, we have adopted the “contextual approach” (Berdoulay, [1981] 2003) and the relations between the analysis axis that were elaborated to support them: the centrality of the technique, the dialogues with the political economy and the search for the citizenship as praxis. During this exercise, it was Paramount to recognize, within the greater themes with which the geographer has worked, the process of internalization of categories external to Geography and the historical contexts in which he has lived during more than five decades of work.

We have assumed that this process of internalization of categories external to Geography – such as technique, time, totality, social instance, socio-economic formation, labor division, form, function, process, structure, objects, actions, norm and intentionality, among others – has had an extremely dynamizing role in rereading categories and concepts which are inter-

nal to the discipline, such as region, landscape, geographical space and territory, and consequently in the construction of a geographic theory.

We can affirm that, relying on more than four decades of study and research, the geographer from Bahia has reached a complex theoretical systematization during the 1990s. We wish to highlight the elaboration of new concepts and categories that happened during the 1970s and came to enrich the epistemological debates of Geography. We can mention the formulation of the theory of the circuits in urban economy and the emphasis on the need for the geographical space to be understood as the object of the discipline, elevating it to an instance of society. We can add to that the elaboration of categories and concepts such as the sócio-spatial formation, the spacial circuits of production and the cooperation circles, the technical-scientific medium (later on reconceived of as technical-scientific-informational) among others.

It was precisely during the 1990s, departing from the understanding of technique, viewed in its totality as a technical phenomenon, that Milton Santos proposed that Geography should be comprehended as a philosophy of techniques and as an epistemology of existence. He has, furthermore, conceived the category of used territory, which was proposed as a synonymous of geographical space.

Agradecimentos

O primeiro agradecimento que quero fazer é a María Laura Silveira, pela sua seriedade e comprometimento como geógrafa e professora, pelos cuidados na orientação e, principalmente, pela confiança que depositou em mim durante todo este processo.

Quero agradecer também a professores que marcaram minha escolha e permanência na geografia.

A Maria Silvia Araújo que, nos tempos do então “colegial”, lá pelos idos do final da década de 1980, me proporcionou reconhecer nesta disciplina uma maneira crítica de ver o mundo.

A Sandra Lencioni que, com muito carinho e comprometimento, me guiou pelos primeiros caminhos da pesquisa durante a realização de meu trabalho de graduação individual, entre os anos de 1996 e 1997.

Ao professor Milton Santos, que vi pela primeira vez no dia 10 de março de 1992 quando, caloura no curso de Geografia da Universidade de São Paulo, assisti à sua aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, denominada “1992: a redescoberta da natureza”. Passados alguns anos, a partir de 1998, tive a oportunidade de participar de sua equipe de pesquisa e, também, de ser sua orientanda de mestrado. Em seus escritos tive a oportunidade de conhecer

uma “grande geografia” e sinto-me privilegiada de tê-lo como um mestre.

Às professoras Adriana Bernardes e Maria Amélia Mascarenhas Dantes pelos apontamentos feitos a este trabalho na ocasião do exame de qualificação.

Às instituições que deram o suporte na realização deste projeto através de bolsas de pesquisa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contei ainda com o apoio da CAPES (Brasil) e do *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva* (Argentina) para a realização de uma missão de estudos durante o mês de maio de 2010 na Argentina.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, nas gestões do professor André Martin (coordenador) e professora Mónica Arroyo (vice-coordenadora) e, posteriormente, das professoras Mónica Arroyo (coordenadora) e Rita de Cássia Ariza da Cruz (vice-coordenadora), que manteve um ambiente propício ao desenvolvimento desta e tantas outras pesquisas. Sou grata também aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, com atenção especial à Rosângela, à Cida, à Jurema e à Ana, que me acompanharam com atenção e cuidado durante esses anos de pós-graduação, iniciados em 1999 a partir da elaboração de meu mestrado.

Aos amigos da “Copiadora L&M” que desde 1992 sempre me acolheram com carinho. Nestes muitos anos de convivência agradeço por tudo que me ajudaram, pela atenção aos pedidos de última hora e também pelas descontraídas conversas. Um muito obrigada à Márcia, ao André, à Joise, ao Marcos e, especialmente, ao Zé (carinhosamente chamado por todos de *Zezinho*) que sempre trabalhou com todo cuidado ao manusear

documentos raros, jornais e outros materiais importantes para a realização desta pesquisa.

Quero agradecer também a amigos e amigas que tenho a imensa alegria de ter por perto.

Muito especialmente a Paula Borin, para quem não existe uma palavra que comporte todo meu amor e alegria por tê-la em minha vida. A essa grande geógrafa, agradeço a leitura cuidadosa e os comentários feitos a esta tese.

A Cíntia Nigro e Fabíola Pagliarani, amigas queridas de longa data, que tanto companheirismo e carinho me proporcionaram nos últimos 20 anos (!).

A Mónica Arroyo e Perla Zusmann, mulheres e geógrafas por quem minha admiração não tem tamanho.

Às queridas Eliza Almeida e Maria Alice Oliva de Oliveira, sempre acolhedoras e atenciosas “professoras” em meus primeiros passos na docência. Aqui um agradecimento muito especial também a Vicente Eudes Lemos e Doraci Zanfolim que, com delicados “empurrões”, literalmente me tornaram professora.

Ao Carlos Manoel Pimenta Pires, amigo querido, companheiro desde as primeiras escolhas profissionais às conquistas de agora.

A Antonio Toledo Poso, Fabio Betioli Contel, Renato Emerson dos Santos e Pierre Alves Costa, grandes geógrafos com os quais tenho a alegria de conviver desde o IX Encontro Nacional de Geógrafos (ocorrido em Presidente Prudente no ano de 1992) e que, carinhosamente, incentivaram a realização desta pesquisa.

Ao Jacques Lévy que, sem imaginar, fez de mim alguém que sou hoje.

Uma palavra especial a Silvia Borin e a Anna Nigro, lindas mulheres que sempre estiveram carinhosamente por perto e,

também, a Ivan Borin, pelos diálogos ocorridos numa “ponte virtual” entre Paris e São Paulo.

À Dulce Senna que, sem indicar a “orientação geográfica”, me acompanhou e me confortou numa longa (e interminável) caminhada que, aliás, desconfio estar apenas começando...

Um muito obrigada especial também ao Rafael Sanches, que com seus cuidados me manteve firme e disponível para vida.

A Maria Teresa Buco Porto, com quem comecei a aprender os inúmeros cuidados que pedem um trabalho de edição.

A amigas queridas que me acompanharam *muitíssimo* de perto nesta empreitada. A Marina Regitz Montenegro, grande companheira num cotidiano marcado por tantas alegrias e angústias que, juntas, certamente formariam um lindo *cordel*! A Virna Carvalho David, que com sua doce presença me acompanhou nessa empreitada. Também ao Villy Creuz, sou grata por seus silenciosos e pequenos cuidados.

Nesta caminhada, tenho ainda um especial agradecimento aos meus primeiros e queridos alunos do curso Prestes Vestibulares do Centro de Formação e Educação de Carapicuíba (Carapicuíba) que “sofreram” nas mãos de tão novata professora a partir de 2003. Também aos alunos da Faculdade Dom Domênico (Guarujá) e da Universidade Bandeirante (São Paulo).

Agradeço aos alunos da Universidade de Cabo Verde (em Praia) e da Universidade Santiago (em Assomada) que atenciosamente me receberam e escutaram em junho de 2011. Nestas instituições agradeço também aos professores Clementina Furtado e João Carvalho (Uni-CV) e ao professor Carlos dos Santos pela recepção calorosa. Aqui sinto-me a vontade para chamá-los de amigos. Um agradecimento especial ao meu amigo maranhense “cabo-verdiano” Samarone

Marinho, que me apresentou com tanto carinho lindos pedacinhos deste pequenino e adorável país.

Alcançar um momento como este seria impossível sem o apoio e carinho de meus familiares.

Aos meus amados pais, Vilma de Andrade e Ludovico Grimm, sou grata por tudo que pude realizar e pela formação que me deram para toda a vida.

A Judith de Siqueira Andrade que, em sua mineirice, é uma sábia e divertida avó.

Aos meus amados irmãos Sylvia e Luís Henrique, agradeço de todo o coração o amor sempre presente, bem como aos seus companheiros Eduardo e Simone.

À minha irmã Lilian e ao seu companheiro David, agradeço imensamente o apoio cotidiano nestes tão delicados meses de redação e neste último ano de vida.

Às minhas queridas sobrinhas – por ordem cronológica de chegada ao mundo – Anabel, Isadora e Clara, fonte de muita alegria e muito amor sempre!

Agradeço também a Marion Stolarski que, docemente, esteve por perto durante todo o tempo de elaboração de redação desta tese.

Em memória, com todo amor, sou imensamente grata a Zelma Grimm e a Geraldo Siqueira, verdadeiros pilares nessa minha caminhada.

Quero ainda agradecer, muito especialmente, a Marie-Hélène Tiercelin dos Santos que, ao me convidar para trabalhar na organização do Acervo Milton Santos, talvez não imaginasse o papel que teria em minhas escolhas.

Ao André, muito mais que grata por todo cuidado com que me cercou nos últimos três anos, sou feliz pela possibilidade do reencontro que apenas tão fortes amores têm.

Certamente, como diria Vinícius de Moraes, “a vida é a arte do encontro embora haja tanto desencontro pela vida”. Aqui estamos e permaneceremos, como *a linha e o linho* ...

* Não poderia deixar de mencionar o Leo, o Simba e a Zoey que, apesar de ficarem sobre os papéis, derrubando-os inúmeras e repetidas vezes, foram grandes companheirinhos em diferentes momentos do dia, das noites e das madrugadas.

Sumário

Introdução, 18

capítulo 1

A técnica como elemento descritivo e a geografia regional

Introdução, 31

1.1. Geografia regional e a noção de técnica, 32

1.1.1. Formação e primeiras reflexões geográficas, 32

1.1.2. A importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 42

1.1.3. Estudos sobre a zona cacaueteira: gênero de vida

e *habitat*, 51

1.2. Críticas à geografia regional e o papel das modernizações, 63

1.2.1. Diálogos com a geografia aplicada: regionalização

e planejamento, 63

1.2.2. Revendo a noção clássica de região: diálogos com a

geografia ativa e o papel das modernizações, 78

capítulo 2

Modernizações, diálogos com a economia política e uma teoria geográfica da urbanização

Introdução, 88

- 2.1. Das primeiras reflexões sobre geografia urbana às análises sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos, 90
 - 2.1.1. Partindo de conceitos clássicos: estudos sobre a Bahia, 90
 - 2.1.2. As especificidades da urbanização no Terceiro Mundo e diálogos com a economia urbana, 97
- 2.2. Teoria dos circuitos da economia urbana, 109
 - 2.2.1. Modernizações e seus impactos no Terceiro Mundo, 109
 - 2.2.2. Trabalho, capital e organização: sobre os circuitos superior, superior marginal e inferior da economia urbana, 114

capítulo 3

Período tecnológico e a necessidade de uma revisão epistemológica na Geografia

Introdução, 134

- 3.1. Economia política, totalidade e espaço geográfico, 136
 - 3.1.1. Espaço geográfico: primeiras reflexões e contextos, 136
 - 3.1.2. O retorno ao Brasil e a publicação de *Por uma geografia nova*, 145
 - 3.1.3. O espaço geográfico como instância da sociedade e a formação socioespacial, 153

- 3.2. A técnica como elemento constitutivo e ontologia do espaço, 164
 - 3.2.1. O período tecnológico e o meio técnico-científico, 164
 - 3.2.2. Relendo categorias e conceitos geográficos, 167
 - 3.2.3. Pensando o espaço geográfico: fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ações, 171
- 3.3. Território: dialética e cidadania, 176
 - 3.3.1. O território e seus movimentos: divisão territorial do trabalho, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, 176
 - 3.3.2. Pensar a cidadania a partir do território, 181

capítulo 4

O fenômeno técnico e uma teoria social crítica do espaço geográfico e do território usado

Introdução, 185

- 4.1 Globalização: novos conteúdos do espaço, novos conceitos, 187
 - 4.1.1. A globalização como período e como crise: uma nova abordagem, 194
 - 4.1.2. As unicidades e a universalidade empírica 199
 - 4.1.3. Aceleração contemporânea e o meio técnico-científico informacional, 202
 - 4.1.4. Espaços da racionalidade, tecnoesfera e psicoesfera 206
 - 4.1.5. Meio técnico-científico informacional e urbanização no Brasil, 209

- 4.2. Uma nova proposta epistemológica para a geografia: partir do fenômeno técnico, 218
 - 4.2.1. O espaço geográfico como híbrido: objetos e ações, 224
 - 4.2.2. A maturidade da Geografia e a possibilidade de construção de uma metadisciplina, 228
 - 4.2.3. Geografia como filosofia das técnicas e como epistemologia da existência, 235
- 4.3. Território e cidadania, Geografia e Política, 239
 - 4.3.1. Uma categoria para a disciplina: o *território usado*, 239
 - 4.3.2. Críticas à ausência de um projeto nacional, 244
 - 4.3.3. O papel dos intelectuais e da universidade, 254

Conclusões, 260

Bibliografia, 279

“[...] a única continuidade que me caracteriza é a busca”

Milton Santos

Introdução

Nesta tese de doutorado apresentamos uma leitura da trajetória epistemológica do geógrafo Milton Santos (1926-2001) a partir da gênese e evolução de conceitos e categorias que, a nosso ver, foram pilares de seu sistema teórico. Nossa escolha por este autor foi pautada por sua inegável importância na história da Geografia brasileira, sobretudo em seu movimento de renovação¹.

Quando buscamos identificar essa gênese e evolução de conceitos e categorias, ou seja, quando almejamos elaborar uma história das idéias, ela é inevitavelmente cronológica.

¹ Soma-se a isso, o fato de acreditarmos que as pesquisas voltadas para a análise da participação de determinados autores nos debates teóricos ocorridos na disciplina representam uma significativa contribuição para a construção da história da Geografia. Como são os casos, entre tantos outros, dos trabalhos de Silvio Bray (1983) sobre Pierre Monbeig; de Manuel Correia de Andrade (1985) e de Daniel Hiernaux-Nicolas (1999) sobre Élisée Reclus; de Januário Megale (1984) sobre Max. Sorre; e de Antonio C. R. Moraes (1990) sobre Friedrich Ratzel. Da última década, queremos destacar, as teses de doutorado de Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (2000) sobre Everardo Adolpho Backheuser; de Aldo Dantas (2002) sobre Pierre Monbeig; de Sergio Adas (2006) sobre Orlando Valverde; e de Rui Ribeiro de Campos (2004) e Alfredo Carvalho (2007) sobre Josué de Castro.

Todavia, embora inscrita no tempo, ela não é necessariamente linear. Num percurso teórico-epistemológico há idas e vindas, sucessivas escolhas que acabam por definir continuidades e descontinuidades, rupturas e permanências. Trata-se de um processo dialético e ininterrupto.

Um dado marcante da trajetória de Milton Santos foi a constante revisão e aprimoramento de categorias e conceitos internos à Geografia, tais como região, paisagem, espaço geográfico e território. Isso se deveu em parte à insatisfação do autor com o próprio conteúdo da disciplina em determinados momentos de sua história mas, principalmente, porque a cada mudança no mundo e nos lugares algumas categorias podiam perder sua capacidade explicativa. Nessas ocasiões, era preciso revê-las a partir dos novos conteúdos do território.

Nesse exercício incansável de crítica e revisão teórica, o processo de *internalização de categorias externas à Geografia* teve um papel dinamizador. Aqui podemos mencionar, entre tantas outras, técnica, tempo e totalidade; formação sócio-econômica e divisão do trabalho; forma, função, processo e estrutura; objeto, ação, norma e intencionalidade. Este é um ponto essencial na trajetória do geógrafo e procurar reconhecer alguns momentos desse processo foi um dos passos decisivos no encaminhamento desta pesquisa.

Para realizar essa interpretação da trajetória epistemológica de Milton Santos, outros passos foram realizados. Entretanto, não foram rígidos, nem operacionalizados numa ordenação específica, mas entendidos como um caminho a percorrer no qual íamos e voltávamos segundo a necessidade de cada momento na reconstrução dessa gênese e evolução de conceitos e categorias.

Um deles foi identificar *grandes temas* trabalhados por Milton Santos ao longo de mais de cinco décadas de estudos e

pesquisa. Foram eles, “estudos urbano-regionais na Bahia”, “especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos”, “epistemologia da geografia e ontologia do espaço geográfico” e “teorização sobre o território brasileiro no período da globalização”.

Outro passo foi buscar reconhecer *contextos*² que marcaram essa trajetória, já que o exercício de elaboração teórica não ocorre de maneira isolada das conjunturas históricas e geográficas. Aqui nossa ênfase é dada aos lugares onde Milton Santos viveu e lecionou, proporcionando-lhe distintas possibilidades de estudo, pesquisa, diálogos e participação em debates teóricos, e que foram decisivos na construção de sua visão de mundo. Apresentar, portanto, esses contextos como pano de fundo e as relações estabelecidas entre eles e a produção e revisão de idéias elaboradas pelo autor foi outro aspecto da pesquisa.

Para a realização dessa leitura, adotamos como partido de método a “abordagem contextual”, proposta por Vincent Berdoulay ([1981] 2003). Para esse geógrafo francês, a abordagem contextual nos trabalhos sobre a história da Geografia é acompanhada das seguintes orientações metodológicas. Um primeiro pressuposto considera que os sistemas de pensamento podem tanto mudar quanto manter a continuidade de determi-

² Alguns trabalhos, que enfatizaram debates conceituais na Geografia e contextos históricos, foram referência para a nossa pesquisa. Destacamos, entre outros, os trabalhos de Camille Vallaux (1923), Carl Sauer (1927; in Lobato Corrêa, 2000), Milton Santos (1978), Vincent Berdoulay (1981 e 1988), Manuel Correia de Andrade (1982), José Estebanez (1982), Antonio Carlos Robert Moraes (1983 e 2002), Horácio Capel ([1984], 1989a e 1989b), Carlos Augusto Figueireido Monteiro (1980), Paul Claval (1995), Joaquín Bosque Maurel e Francisco Ortega Alba (1995), Paulo C. da Costa Gomes (1996), Lia Osório Machado (2000), Eliseu Sposito (2003) e Silvio Bray (2008).

nadas idéias e que não existe uma dicotomia radical entre fatores internos e externos na elaboração desses sistemas de pensamento. O segundo pressuposto é que não devemos desconsiderar nenhuma tendência geográfica, mesmo que algumas delas não tenham sobrevivido; enquanto o terceiro postula a necessidade de identificação e estudo aprofundado das principais questões que envolvem uma sociedade, ainda que, num primeiro momento, algumas delas não pareçam ter influenciado a evolução de idéias geográficas. O quarto pressuposto é não adotar um conceito de ‘comunidade científica’ tão estreito como o que é freqüentemente encontrado na sociologia da ciência. Já o quinto e último pressuposto é que a *abordagem contextual* consiste menos em examinar a possível ‘influência’ de uma idéia do que em verificar as razões que estão por trás da ‘demanda’ ou ‘uso’ dessa idéia (Berdoulay, [1981], 2003, pp. 51-53).

Ainda como recurso de método, elaboramos três eixos de análise: a centralidade da Técnica, os diálogos com a Economia Política e a busca pela Cidadania como práxis. Associados à *abordagem contextual* e aos passos da pesquisa acima mencionados – com ênfase no processo de internalização de categorias externas à disciplina – os eixos embasaram a leitura aqui proposta da trajetória do geógrafo baiano.

A Técnica foi estabelecida como eixo por se tratar de uma categoria que esteve sempre presente e que foi se tornando central na *démarche* do geógrafo baiano. É crucial enfatizar que o exercício de internalização desta categoria não se deu isoladamente.

Os diálogos estabelecidos com a Economia Política, cuja intensidade ficou mais evidente a partir da década de 1970, possuem também um papel crucial nessa trajetória, possibilitando, entre outros aspectos, releituras da própria Técnica.

Quanto à busca pela Cidadania como uma práxis, também a propomos como um dos eixos de análise por sua forte presença na vida e na produção teórica de Milton Santos.

É preciso frisar que os eixos, como instrumentos de análise, não são vistos de forma isolada, ou seja, como se apontassem trajetórias estanques na nossa interpretação do autor. Ao contrário, ao longo do texto buscamos que eles aparecessem de maneira imbricada, apresentando maior ou menor força e, principalmente, enquanto fio condutor de cada um dos quatro capítulos e da conclusão. Em nosso esforço, buscamos fazer com que eles fossem todo o tempo transversais na leitura da trajetória epistemológica do geógrafo.

Em nosso universo de seleção para a realização dessa leitura foram considerados livros, publicações menores, artigos em revistas científicas, artigos em livros coletivos, editoriais e artigos em jornais e revistas de maior circulação publicados por Milton Santos. Não tivemos acesso apenas a alguns poucos artigos publicados em revistas italianas e argelinas, bem como a eventuais trabalhos que não constam em seu *curriculum vitae*.

Quanto ao critério para a seleção dos trabalhos aqui mencionados, optamos principalmente por aqueles cuja relevância nos diferentes momentos de sua trajetória fôra marcada por uma maior sistematização das idéias às quais o autor vinha se dedicando. Esses casos correspondem, majoritariamente, à grande parte de seus livros. Adicionalmente, foram selecionados trabalhos que marcam a aparição de uma idéia ou proposição, dos quais a maioria é composta por artigos, muitos deles resultado de apresentações públicas, como conferências e palestras. É fundamental ressaltar que o critério para a seleção dos trabalhos efetivamente apresentados e analisados aqui teve o cuidado de não partir de uma metodologia estabelecida a

priori. Tal seleção foi se estabelecendo e fortalecendo conforme o encaminhamento da pesquisa.

No que diz respeito ao acesso ao conjunto da obra do geógrafo, queremos destacar a importância do trabalho realizado junto ao Acervo Milton Santos³, iniciado em agosto de 2005. Na realidade, muito mais que a possibilidade de acesso à obra, a aproximação do acervo representou sobretudo um forte chamado para o aprofundamento no conhecimento e análise da teoria elaborada pelo geógrafo baiano.

Parece-nos fundamental ressaltar aqui que não optamos por um estudo da obra de Milton Santos, mas sim – como já apontado – por uma análise abrangente de sua trajetória epistemológica a partir de uma história das idéias. É preciso também enfatizar que não tivemos a pretensão de realizar uma sociologia do conhecimento ou uma história da ciência. Tampouco pretendemos elaborar uma biografia do geógrafo baiano.

Apesar de ter convivido com Milton Santos entre os meses de junho de 1998 e junho de 2001⁴, seja como orientanda de mestrado, seja como colaboradora na organização de seus trabalhos cotidianos no Departamento de Geografia da Universi-

³ O Acervo Milton Santos, doado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, é composto pela biblioteca pessoal do geógrafo e seu arquivo de documentos. A pesquisa em seu arquivo de documentos incluiu a organização e a sistematização das referências de consulta catalogadas em seu banco de dados, elaborado pelo professor Manoel Lemes da Silva Neto (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Campinas). O conteúdo do Acervo não foi tratado nesta tese. Sobre alguns aspectos da composição e organização do arquivo de documento: Flavia Grimm (2011a).

⁴ Um depoimento a respeito desses anos de convívio: Flavia Grimm (2011b).

dade de São Paulo, juntamente à geógrafa Paula Borin, nunca o entrevistei sobre sua própria trajetória teórica. Contudo, alguns depoimentos e conversas realizadas sobre sua vida profissional e acadêmica e sobre a história da disciplina encontram-se aqui presentes a partir de algumas lembranças.

As inúmeras entrevistas por ele concedidas a jornais e revistas científicas, principalmente a partir de meados dos anos 1990, também representam um rico material para pesquisa. De algumas dessas entrevistas buscamos recuperar apenas aspectos contextuais de sua vida acadêmica, evitando assim eventuais influências da análise que ele próprio fazia de sua trajetória.

Com base, portanto, na abordagem contextual (Berdoulay, [1981] 2003), nas relações entre os eixos adotados, bem como no processo de internalização de categorias externas à Geografia, propomos a seguinte leitura da trajetória epistemológica de Milton Santos exposta nesta tese.

O texto encontra-se dividido em quatro capítulos e uma conclusão.

O capítulo 1, “A técnica como elemento descritivo e a geografia regional”, traz alguns apontamentos sobre a importância das primeiras leituras de textos e livros de geógrafos franceses em sua formação, bem como a participação em reuniões promovidas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nele analisamos alguns escritos sobre a zona cacaueteira na Bahia a partir do enfoque de uma geografia regional e das técnicas como formas de fazer, formas de organizar o meio geográfico. Apointamos ainda como a aproximação com a geografia aplicada promoveu uma primeira revisão, por parte do geógrafo, da chamada geografia regional clássica. Por fim, busca demonstrar como as reflexões sobre as *modernizações* – vistas aqui como um diálogo efetivo entre as noções de técnica e tempo – e seus impactos nos países periféricos levaram a uma crítica mais

contundente à noção clássica de região. Foram aqui tratados trabalhos realizados enquanto Milton Santos vivia na Bahia (entre 1948 e 1964) e alguns pontos do livro *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a).

Neste capítulo o eixo da técnica foi enfatizado, num primeiro momento, destacando-se sua formação na geografia clássica francesa e o entendimento dessa noção como formas de fazer e, posteriormente, nos diálogos com a noção de tempo. Sobre o eixo cidadania, foram destacadas sua formação em Direito e suas atuações como jornalista, professor, pesquisador, planejador, enfim, como homem público.

Já o capítulo 2, “Modernizações, diálogos com economia política e uma teoria geográfica da urbanização” tem como ponto principal a formulação da *teoria dos circuitos da economia urbana* (1971). Começamos este capítulo apontando reflexões e diálogos que antecedem sua formulação, tais como os primeiros estudos sobre uma geografia urbano-regional da Bahia e também trabalhos sobre a especificidade da urbanização nos países do Terceiro Mundo, com ênfase nos diálogos com a economia urbana. Aqui estão alguns escritos que abordam mais especificamente aspectos sobre a Bahia, publicados ao longo dos anos 1950 até meados de 1960, e outros voltados para as grandes cidades do Terceiro Mundo e as especificidades de seu processo de urbanização, elaborados principalmente após 1964, ano em que, exilado do Brasil, foi viver na França (onde permaneceu entre dezembro de 1964 e meados de 1971).

Partimos do pressuposto que esses debates antecedentes, somados à análise do *impacto das modernizações* no Terceiro Mundo e ao aprofundamento dos diálogos com a economia política embasaram a elaboração da *teoria dos circuitos da economia* entre o final da década de 1960 e princípios da década de 1970. Encerrando este capítulo, apresentamos algumas

considerações sobre certos trabalhos que também evidenciam a aproximação entre uma teoria geográfica da urbanização e a economia política realizados a partir de meados dos anos 1980, quando Milton Santos já havia voltado para o Brasil.

Quanto aos eixos de análise, a partir do início da década de 1970 podemos afirmar que os diálogos com a economia política se aprofundaram e passaram efetivamente a integrar suas reflexões. Ao longo desses anos, a noção de técnica, que já fôra associada à de tempo nos debates sobre as *modernizações*, foi revista e relacionada a forças produtivas e relações de produção. Já o eixo da cidadania permite destacar a constante preocupação de Milton Santos com as desigualdades sociais e regionais, bem como as disparidades existentes entre países centrais e periféricos.

No capítulo 3, denominado “Período tecnológico e a necessidade de uma revisão epistemológica na Geografia”, encontram-se debates que, paralelos à formulação e aprofundamento da *teoria dos circuitos da economia urbana* e também embasados num rico diálogo com a economia política, voltaram-se para aspectos da epistemologia da geografia e de uma ontologia do espaço geográfico. Aqui são enfatizados alguns trabalhos elaborados após meados da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. Durante os anos 1970 (entre meados de 1971 e de 1977), o geógrafo baiano viveu e lecionou em diferentes países, como Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Tanzânia, retornando ao Brasil em meados de 1977. Principalmente durante os anos vividos na Tanzânia e, novamente, nos Estados Unidos (Columbia University), entre 1974 e 1977, ganham força as reflexões sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço. Momento marcado pelos debates colocados pela geografia radical e, no Brasil, pela geografia crítica.

Foi ao longo desses anos que partindo da internalização da categoria totalidade e da incorporação de categorias e conceitos oriundos da economia política, Milton Santos propôs o entendimento do espaço geográfico – visto como objeto da disciplina – como uma totalidade e como instância da sociedade. Isso certamente representou um salto epistemológico em sua trajetória, juntamente a noção de forma-conteúdo. Somam-se a essas novas propostas teóricas os diálogos sobre modo de produção e Estado-nação que, vistos a partir dos conteúdos do territórios, fomentaram a elaboração da categoria de *formação socioespacial* (1977).

Quanto ao eixo centralidade da técnica, podemos afirmar que mais uma vez esta categoria alcança um novo patamar em sua teorização, com a proposição do conceito de *meio técnico-científico* (1980). Dando continuidade às suas reflexões sobre epistemologia da geografia, pautado nos novos conteúdos do território possibilitados pelo *período tecnológico*, o geógrafo propôs a releitura de categorias internas à disciplina, como paisagem e região, e aprimorou seus debates ontológicos sobre o espaço geográfico, além de levantar questionamentos sobre a categoria território. Sobre o eixo cidadania, podemos acrescentar, às inquietações já existentes, os apontamentos sobre o território, o consumo e a ausência de uma cidadania plena num Brasil marcado pelo “milagre econômico”, bem como a sua participação, a partir da Geografia, dos debates que antecederam a Constituinte de 1988.

Já o capítulo 4, “O fenômeno técnico e uma teoria social crítica do espaço geográfico e do território usado”, inicia-se com apontamentos sobre o período de globalização (década de 1990), marcado por uma *aceleração contemporânea*, pela *unidade da técnica*, a *convergência dos momentos* e o *motor único* e pela constituição de um *meio técnico-científico informacional*,

onde se destacam uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera*. Como em outros momentos de sua trajetória, o fenômeno da urbanização é relido a partir de seus novos conteúdos, especialmente no Brasil.

O contexto de globalização, principalmente devido aos seus conteúdos territoriais, autoriza a *empiricização da universalidade*, já apontada por Milton Santos em meados dos anos 1980. Trata-se de um momento nunca visto na história que, em nosso entender, permite que na trajetória epistemológica do geógrafo a categoria técnica seja entendida em sua totalidade, ou seja, como *fenômeno técnico*, alcançando efetivamente uma centralidade em seu *corpus* teórico. A sistematização máxima de sua teoria crítica do espaço deu-se no livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996).

Tendo o *fenômeno técnico* como aporte para a elaboração de uma epistemologia interna à geografia, Milton Santos enfatizou a necessidade de entendermos o espaço geográfico com um *híbrido*, cujo conteúdo inclui, além dos *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* funcionando indissociável e contraditoriamente, as *normas* e a *intencionalidade*. Aqui, mais do que nas etapas precedentes, o processo de internalização de categorias teve um efeito extremamente dinamizador.

Enfatizamos ainda sua constatação de que a disciplina teria alcançado, nessa passagem dos séculos XX ao XXI, sua maturidade epistemológica e também sua proposição em pensarmos a geografia como uma *filosofia das técnicas* e como uma *epistemologia da existência*.

O mesmo momento histórico, que permite a existência de espaços da racionalidade hegemônica, intensifica e aprofunda as desigualdades entre as pessoas, os lugares, os países. Os diversos atores sociais – indivíduos, empresas, instituições – apresentam cada vez mais distintas possibilidades de uso desse espaço geo-

gráfico compreendido como um híbrido. Em meados dos anos 1990, Milton Santos formulou a categoria *território usado*, proposta como sinônimo de espaço geográfico.

Aprofundando nossa análise a partir do eixo da busca da cidadania como práxis, ao longo dos anos 1990 Milton Santos foi bastante enfático em seus escritos e aparições públicas quanto aos problemas causados pela ausência de um projeto nacional. Somam-se ainda duras críticas ao papel do intelectual público e da Universidade.

Certamente, em seus trabalhos realizados ao longo da década de 1990, até o ano de seu falecimento em 2001, as conexões entre os eixos da técnica, da economia política e da cidadania tornam-se cada vez mais sofisticadas.

Na conclusão, apresentamos uma proposta de periodização para a trajetória epistemológica de Milton Santos, na qual retomamos os três eixos de análise e demais aspectos levantados ao longo dos quatro capítulos. Buscamos ainda enfatizar continuidades existentes em sua trajetória.

Finalizando queremos mais uma vez reforçar a opção por uma análise abrangente da trajetória de Milton Santos, a partir da gênese e evolução de conceitos e categorias, por acreditarmos que tal esforço pode colaborar para um debate epistemológico da geografia.

Temos total consciência que o estudo sobre o percurso teórico de um grande pensador jamais se esgota em um trabalho ou nas proposições de um pesquisador. Ao contrário, é da pluralidade de posições que os debates se enriquecem.

Parafraseando Pierre Daix (1995), em seu livro *Fernand Braudel. Uma biografia*, não temos a pretensão de ensinar Milton Santos a seus pares ou a seus alunos, mas sim — em tempos de uma busca desenfreada pelas especializações que fragmentam o

saber — de chamar a atenção para a importância de uma “grande geografia”, uma geografia totalizante.

CAPÍTULO 1

A técnica como elemento descritivo e a geografia regional

Introdução

É inegável a centralidade da categoria técnica nos debates e teorizações realizados por Milton Santos, a tal ponto de termos determiná-la como um partido de método, como um dos eixos que propomos para a leitura de sua trajetória. Aqui vale ressaltar que tal centralidade é uma leitura nossa já que em seus primeiros trabalhos não serão encontrados debates ou definições para a técnica entendida como categoria na análise geográfica. Todavia, suas primeiras leituras acabariam por determinar uma escolha que acompanharia suas reflexões ao longo de décadas.

Neste capítulo, apontaremos a importância, em sua formação, das primeiras leituras realizadas ao longo dos anos 1950, bem como a participação em reuniões promovidas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, oportunidade de debates e de aproximação a diferentes bibliografias. Interessado principalmente em autores vinculados à chamada geografia regional francesa, teve contato com trabalhos nos quais entendemos que a técnica corresponde a um elemento descritivo do meio

geográfico. Aqui os conceitos de *gênero de vida* e de *habitat* foram pilares em seus estudos, principalmente, sobre a zona cacaueteira baiana.

A partir da década de 1960, devido aos diálogos com a geografia aplicada – promovidos principalmente pelo convívio com seu orientador de doutorado Jean Tricart –, a noção clássica de região fortemente presente nas monografias regionais começa a ser revista. Nesse momento, Milton Santos passou a dedicar-se mais aos esforços de regionalização para a análise da organização espacial visando, em alguns casos, uma efetiva intervenção nesta. Nesse contexto, a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (1959) em Salvador (BA) e as pesquisas ali realizadas representaram um primeiro questionamento sobre o conceito de região e o papel da geografia regional nos moldes clássicos.

Essa revisão intensificou-se principalmente a partir do início da década de 1970, quando o autor buscou um diálogo mais efetivo entre as categorias técnica e tempo. A partir deste momento, o papel das *modernizações*, presentes nos avanços nos meios de transporte e comunicação e nas mudanças ocorridas devido a maior internacionalização da economia, passaria a ser um ponto crucial em suas reflexões e, para o geógrafo, evidenciaria as limitações da capacidade explicativa da região clássica.

1.1. Geografia regional e a noção de técnica

1.1.1. Formação e primeiras reflexões geográficas

A aproximação aos trabalhos de alguns geógrafos franceses foi, indubitavelmente, um marco na formação de Milton Santos. Foi durante seus estudos escolares que tal aproximação se deu. Em diferentes ocasiões – entrevistas ou apresentações públicas – Milton Santos enfatizou a importância que o livro de

Josué de Castro (1908-1973), *Geografia Humana – Estudo da paisagem cultural do mundo* (1939) teve nesse processo⁵. Do mesmo autor, o livro *Geografia da fome* (1946) marcaria não apenas o pensamento de Milton Santos mas também os debates da época⁶.

⁵ Em entrevista realizada por José Corrêa Leite, Odette Seabra e Mônica de Carvalho, Milton Santos (*Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos, 2000*, p. 75) afirmou que “muita coisa que nós hoje damos, em parte, na pós-graduação era ensinada no ginásio, porque havia um compêndio de Josué de Castro, chamado *Geografia humana*, que apresentava, com simplicidade, a geografia francesa”.

⁶ Segundo Antônio Alfredo Teles de Carvalho (2007, p. 16), esta foi a obra seminal do médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro e “constituiu-se num marco; primeiro, por introduzir um tema inédito dentro da Geografia no país, significativamente influenciada pela Escola Francesa que, estudando os gêneros de vida, naturalmente voltava-se à análise da alimentação, sem entretanto fazer referência a fome; segundo, por provar que a fome consistia numa expressão biológica dos malefícios sociais especialmente nas periferias do capitalismo; e terceiro, em face a essa leitura, pelas possibilidades acenadas à análise do social na Geografia.” Como é sabido, importante nome da geografia brasileira, Josué de Castro teve um momento de grande visibilidade durante a década de 1950, quando presidiu o Conselho para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO), entre 1952-1955. No entanto, como apontam Bernardo Mançano Fernandes e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2007, p. 13), “durante os quatro anos que esteve na presidência do Conselho Executivo da FAO, Josué de Castro lutou para implantar princípios essenciais que desempenhassem os objetivos da organização. Todavia, o que verificou foi que os interesses dos países ricos e de grupos econômicos impediam a proposição de políticas públicas como a reforma agrária, a criação de reservas alimentares de emergência, bem como programas de segurança alimentar.”

Certamente a obra *Geografia humana* foi o primeiro convite a uma maneira de se pensar a disciplina. Chamamos aqui “maneira de pensar” a geografia o fato de Milton Santos, desde muito cedo, se interessar por autores que, em sua maior parte, dedicaram-se aos estudos regionais nos quais a técnica, entendida aqui como formas de fazer e de organizar o meio geográfico, estava presente e tinha um papel importante.

No entanto, a busca pelas obras de geógrafos franceses não foi um movimento exclusivo do geógrafo baiano. É notória a força e influência da chamada escola francesa (ou de determinados autores a ela pertencentes) em grande parte da geografia feita no Brasil na primeira metade do século XX (M. Santos, 1978; Monteiro, 1980; Moraes, 1983; Correia de Andrade, 1994; Gomes, 1996; Abreu, 2006). Entre outros aspectos, teve importância nesse contexto a presença do professor Pierre Deffontaines na instalação dos cursos de Geografia e História tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

Em meados da década de 1930, devido à cooperação cultural francesa, Pierre Monbeig assumiria a cátedra de Geografia na Universidade de São Paulo, momento em que, como apontou Maria Amélia Mascarenhas Dantes e Amélia Império Hamburger (1996), principalmente na área de humanidades e de filosofia da Universidade de São Paulo, estreitaram-se os intercâmbios entre a França e o Brasil, com a presença de pesquisadores daquele país aqui. No Rio de Janeiro, no início da década de 1940, Francis Ruellan tornou-se professor na então Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) e assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia (Monteiro, 1980).

Falamos na “chamada escola francesa” de geografia pois compartilhamos a idéia de Vincent Berdoulay (1981) segundo a qual tal “escola”, sendo formada por diferentes pensadores, não pode ser vista como um bloco homogêneo. Segundo Berdoulay

(1981), a formação de uma “escola francesa de geografia”, entre os anos de 1870 e 1914, incluiu pensadores com divergências nas visões de mundo e ideológicas que levariam a distintos “círculos de afinidade”, marcados também pelos diferentes debates levantados, pelas possibilidades ou impossibilidades de acesso a instituições de ensino e pesquisa e, conseqüentemente, maior ou menor visibilidade e influência de seus trabalhos⁷.

A forte presença de pensadores franceses, não apenas geógrafos, como também filósofos, na formação de Milton Santos contou com um facilitador que foi o fato dele desde muito cedo dominar o idioma. Aqui foi central a educação que recebeu desde criança de seus pais.

Sobre sua infância, queremos apontar aqui alguns aspectos que nos parecem bastante decisivos no desenrolar de seus estudos e de sua vida profissional. Um deles foi o fato de até os dez anos de idade ter sido educado em casa pelos pais, profes-

⁷ Dentre os círculos de afinidade promovidos nas décadas mencionadas, Berdoulay (1981) menciona: o de autores do inventário terrestre; o de especialistas de geografia histórica; o de Drapeyron (fundador da Sociedade de Topografia na França em 1876); o de Levasseur (além de geógrafo, reconhecido também como historiador, economista e estatístico, e que atuou em distintas Sociedades e Universidades francesas); o círculo da “ciência social” (fiel às idéias de Le Play e formada por um grupo em torno de Demolins, Tourville e Rousiers); o dos geógrafos em “posição marginal” (incluindo Elisée Reclus e familiares, como seus irmãos Elie e Onésime); o dos morfólogos sociais e o dos “vidalianos”. Nota-se os inúmeros debates existentes paralelamente às propostas de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e seus discípulos que, corriqueiramente, são compreendidos como a “escola francesa” de geografia de fins do século XIX. Também analisando a formação dessa “escola” a partir dos trabalhos de Paul Vidal de La Blache, enfatizando a produção de André Cholley (1885-1968), Armen Mamigonian (2000) escreveu “A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley”.

sores, Francisco Irineu dos Santos e Adalgisa Umbelina de Almeida Santos⁸. Essa primeira formação, além da alfabetização e dos estudos de álgebra, incluiu o aprendizado do idioma francês, o que seria um facilitador em sua aproximação a autores franceses.

Em 1937, aos dez anos de idade, Milton Santos seguiu para Salvador onde foi estudar no Instituto Bahiano de Ensino, escola leiga e privada que funcionava também como internato para meninos (e externato para meninas). Deixava assim os pais que continuaram vivendo em Alcobaça até 1940, quando também retornariam para a capital. Entre 1937 e 1941, estudando e vivendo no Instituto, em algumas ocasiões, lecionou para colegas de turmas mais jovens quando era necessário substituir algum professor. Como já apontamos, foi justamente durante esse período que teve contato com o livro de Josué de Castro.

A partir de 1942, enquanto realizava o curso preparatório pré-jurídico⁹ no Colégio da Bahia (o correspondente ao atual

⁸ Nascido em 03 de maio de 1926 na cidade baiana de Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, Milton Santos lá viveu por menos de um ano. Como seus pais eram professores recém-formados, tiveram que lecionar em diferentes cidades no interior e no litoral do Estado antes de conseguirem um posto em escolas de Salvador. Dessa forma, em 1927, seguirem de Brotas para Ubaitaba (antiga Itapira), onde permaneceram por três anos, e daí para Alcobaça. Foi nesta cidade litorânea no sul da Bahia que o geógrafo viveu a maior parte de sua infância, entre os anos de 1930 e 1936. Vale relembrar que não é nossa intenção aqui recuperar a história de sua infância e sim mencionar aspectos que consideramos decisivos em sua formação.

⁹ Sobre esse período afirmou o geógrafo: “após o bacharelado, para ir para a faculdade havia três cursos preparatórios, cada um de dois anos, o chamado pré-medicina, o pré-engenharia e o pré-jurídico, que os outros colegas chamavam de pré-judicial. Tínhamos geografia humana, lógica, psicologia, economia

Ensino Médio), começou a lecionar geografia no Instituto Bahiano, onde continuou vivendo, tendo assim o seu sustento. Neste mesmo ano criou, com alguns colegas, a Associação dos Estudantes Secundaristas Brasileiros (AESB), o que já evidencia uma aptidão para a participação em diferentes formas de organização política (não partidária) e, futuramente, para a atuação em cargos públicos, situação que marcaria o período em que viveu na Bahia até 1964 (voltaremos a esse tema mais adiante).

Milton Santos manteve suas atividades docentes ao ingressar, em 1944, na Faculdade de Direito da Bahia. A escolha pelo Direito esteve em parte vinculada à importância que seu tio materno Agenor, advogado, teve em sua vida, mas também às dificuldades que os jovens negros, numa Bahia dos anos 1940, tinham para cursarem outras faculdades, como por exemplo de engenharia e de medicina. A escolha pela própria geografia não era possível nesse momento, já que o curso não era oferecido em Salvador.

Ao longo de sua infância, quando foi morar em Alcobaça e durante a realização dos estudos escolares e parte do curso de Direito em Salvador, o Brasil encontrava-se nos quinze anos de governo do presidente Getúlio Vargas (governo provisório, entre 1930 e 1934; governo constitucional, entre 1934 e 1937; e Estado Novo, entre 1937 e 1945). Época em que o país via fortalecer seu processo de industrialização a partir, principalmente,

política, história da literatura, história da filosofia, história das idéias políticas, história e viamos de novo Platão na história da filosofia, da literatura e da política. Nos dois anos de preparação para a faculdade líamos Charles Gide, um grande economista francês, uma espécie de papa da formação escolar no Brasil. Tínhamos uma formação confluyente, porque viamos esses grandes autores através de diversos prismas. Era como que um mundo próprio – o mundo do ginásio e o do colégio, que então se chamava curso complementar” (M. Santos, 2000, pp. 75-76).

de investimentos estatais no setor de base, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), no ano de 1941, no ano seguinte a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), voltada para a exploração de minérios (principalmente de ferro) no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Tratava-se de um processo marcado por uma forte centralização político-administrativa na esfera federal, um contexto de “modernização centralizadora” (Messias da Costa, 1988), que acabaria numa ditadura política.

Até formar-se advogado em 1947, Milton Santos viu também o mundo passar por importantes mudanças durante e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como o rompimento entre o governo dos Estados Unidos e o governo soviético e a criação, em 1948, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual o Brasil participou ativamente. Tratava-se de um mundo que se tornava bipolar e, nesta configuração, o Brasil aproximava-se cada vez mais do governo norte-americano de Harry Truman (1945-1952). Foi um momento na história em que, a partir da conferência de Bretton Woods (1944), estabeleceram-se as condições para um avanço brutal do capitalismo, com a adoção do padrão dólar e o estabelecimento de um conjunto de normas, práticas e instituições que assegurassem as transações financeiras para além das fronteiras nacionais. Período também em que foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atual Banco Mundial.

No Brasil, em 1945, Getúlio Vargas já havia sido deposto após 15 anos na presidência do país. No ano seguinte, a Constituinte de 1946 era elaborada e o governo Gaspar Dutra (1946 a 1951) iniciava-se. Tratava-se de um território que, ao longo da primeira metade do século XX, havia passado por importantes mudanças, tais como um intenso crescimento populacional,

marcado pelas crescentes correntes migratórias, uma intensificação do processo de urbanização e industrialização¹⁰, sobretudo no Sudeste, responsáveis pelas novas relações entre as cidades e entre estas e o campo¹¹.

Foi nesse contexto de meados do século XX que, bacharel em Direito, Milton Santos realizou em 1948 um concurso para o Colégio Municipal de Ilhéus, sendo aprovado como professor de geografia. A partir de então passou a viver nesta cidade, onde permaneceria até 1953. Durante esses anos, além de professor de geografia, foi também correspondente do jornal *A Tarde*, a convite de seu proprietário Simões Filho (Calmon, 1996), e atuou ocasionalmente como advogado. Como corres-

¹⁰ Segundo Francisco Capuano Scarlato (1996), a população brasileira passou de cerca de 17,4 milhões em 1900 para 41,2 milhões em 1950. O autor enfatiza ainda o papel do transporte ferroviário no crescimento da urbanização no interior do Brasil durante essa primeira metade do século XX. Para o geógrafo, “a ferrovia foi no Brasil o grande elo de ligação entre a urbanização do litoral e a do interior. Apesar das grandes cidades brasileiras estarem localizadas no litoral ou em sua proximidade, o transporte marítimo teve pouca importância para a integração desses centros urbanos litorâneos. Isto se explica pela origem agroexportadora da economia brasileira” (Scarlato, 1996, p. 429).

¹¹ Maurício de Almeida Abreu (2005) aponta que tais mudanças já começavam a ocorrer no início da década de 1930. Segundo o geógrafo, “a Revolução de 1930, ao dar impulso à industrialização, deu novos estímulos à projeção da engenharia no país. A urbanização acelerada que lhe foi concomitante produziu, entretanto, transformações econômicas e sociais de vulto em todo o território nacional, alçando as cidades a um patamar de importância jamais atingido anteriormente. O impacto se fez sentir não só sobre a rede urbana, como atingiu também a relação cidade-campo. Foi, entretanto, na organização interna das cidades, e especialmente das grandes cidades, que as mudanças foram mais rápidas e mais gritantes” (Abreu, 2005, p. 175).

pondente da zona cacaueira, escreveu vários artigos para o jornal sobre essa importante região da Bahia que era responsável por grande parte de sua riqueza¹².

Para participar do concurso, Milton Santos redigiu a tese *O povoamento da Bahia*, que se tornou seu primeiro livro publicado, no ano de 1948, que consideramos aqui o ponto de partida para o estudo de sua trajetória epistemológica.

O objetivo central do autor, como o próprio título do livro evidencia, foi estudar o povoamento da Bahia determinando as principais causas econômicas de sua origem¹³. As atividades econômicas enfatizadas ao longo do livro foram a lavoura da cana-de-açúcar e a indústria açucareira, a criação do gado e a mineração, além do papel da cultura do cacau no sul do Estado.

¹² No prefácio de *Zona do cacau* (2ª edição, 1957, p. 7): “A zona cacaueira da Bahia é a mais nova de nossas zonas de produção e, entretanto, a mais rica. Cabem-lhe, no conjunto do país, cerca de 95% da produção total de cacau, o que nos confere o 2º lugar na estatística mundial. Tem o cacau, na economia do Estado, um papel de relevo, já que de sua cultura, direta ou indiretamente, beneficia-se o erário com muito mais de metade de seu orçamento, constituindo, por si só, o sustentáculo de uma vida econômica.” Por ora o que queremos destacar aqui é apenas o papel dessa região na Unidade da Federação, já que o livro será comentado no próximo ponto.

¹³ Para tal, o autor estudou primeiro o “[...] povoamento num sentido estático, enumerando os elementos étnicos de nossa formação, não sem apontar as causas econômicas do seu aparecimento (dos brancos e dos negros) e de sua localização” e, depois, “[...] o estudo do nosso povoamento no sentido dinâmico, investigando as causas de sua expansão não só no sentido do litoral, como na direção oeste” (M. Santos, 1948, pp. 11-12). Importante destacar as idéias de “sentido estático” e “sentido dinâmico”, o que evidencia a preocupação de compreender o povoamento como um processo.

Dentre os autores citados na bibliografia, destacamos Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Affonso de Taunay, Alcântara Machado, Arthur Ramos, Haddock Lobo, Ignacio Accioly, José Gabriel de Lemos Brito, Angyone Costa, Pedro Calmon, Basílio de Magalhães, Lindolfo Rocha. Entre os geógrafos, Ayres de Casal, Teodoro Sampaio, Aroldo de Azevedo, Delgado de Carvalho, Ariosto Espinheira, Afonso Várzea (com *Geografia do açúcar*), Mário Travassos (com *Geografia das comunicações brasileiras*) e, com um trabalho específico sobre a Bahia, Eduardo Carigé. Vale enfatizar que o único geógrafo francês citado foi Pierre Monbeig, com a obra *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, de 1940.

Sobre o tema povoamento da Bahia, outros trabalhos foram publicados nos anos seguintes¹⁴, incluindo um em co-autoria com a geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1995), uma importante interlocutora em sua trajetória a partir da década de 1960 (retomaremos no capítulo 2).

Durante os anos vividos em Ilhéus, Milton Santos começou a participar ativamente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)¹⁵, que conheceu em uma de suas viagens ao Rio de

¹⁴ Foram eles, "Distribuição geográfica da população bahiana", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1957, pp. 115-123; "A população da Bahia", *Boletim Geográfico*, ano XVI, nº 146, Rio de Janeiro, set/out, 1958, pp. 622-625; e "La population de Bahia" (em colaboração com Jacqueline Beaujeu-Garnier), *Volume Jubilaire de M. A. Lefèvre*, Bruxelas, 1964, pp. 204-226.

¹⁵ Sobre a importância da AGB em sua formação, Milton Santos mencionou que ao começar a lecionar em Ilhéus, em 1948, "[...] já havia encontrado a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Vinha todos os anos para o Rio, para um curso de férias do IBGE. Vinha ouvir os colegas mais velhos que explicavam a geografia e aí descobri a AGB. Era uma coisa

Janeiro para participar dos cursos promovidos pelo então Conselho Nacional de Geografia (CNG). As viagens, fossem ao Rio de Janeiro ou São Paulo, representavam também uma oportunidade de acesso a bibliografias, sobretudo a livros de alguns geógrafos franceses que não podiam ser facilmente encontrados na Bahia.

1.1.2. A importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980) denominou esse momento da história da geografia no Brasil, entre os anos de 1948 a 1956, como período da “cruzada agebeana de difusão da geografia”. Isto se deve à importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na elaboração de trabalhos sobre diferentes regiões do país e na difusão dos debates que se davam na geografia brasileira. Soma-se a esta instituição, o mencionado Conselho Nacional de Geografia (CNG), ambos criados durante a década de 1930.

É sabido que a década de 1930 é considerada um marco na institucionalização da geografia no Brasil, com o estabelecimento do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e, no ano seguinte, do curso superior de Geografia na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

pequena, que funcionava como escola. Você se reunia duas semanas, havia apresentação de *papers*, havia trabalho de campo, de pesquisa, elaboração dos resultados e apresentação. Era outro mundo, podia-se ficar fora 12, 15 dias. E era uma escola. Primeiro no eixo Rio-São Paulo, mas depois foi se estendendo por Pernambuco, Bahia, Minas, o Sul, promovendo um contato com gente de todos os lugares e com os grandes nomes” (M. Santos, 2000, pp. 81-82).

A AGB também foi criada no ano de 1934, tendo como grande promotor o geógrafo francês Pierre Deffontaines¹⁶.

Criado em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, no início do Estado Novo, o CNG foi outra instituição de destaque para a elaboração e divulgação do conhecimento geográfico. Para José Veríssimo da Costa Pereira (1956), o Conselho tinha por objetivo promover uma cooperação geral entre serviços oficiais e instituições particulares e de profissionais que se ocupavam da Geografia, sistematizando assim o conhecimento sobre o território brasileiro.

Ainda durante a década de 1930, dois dos principais meios de veiculação das pesquisas realizadas nas diversas instituições foram a revista *Geografia*, uma iniciativa pioneira da AGB e que circulou entre os anos de 1935 e 1936, e a *Revista Brasileira de*

¹⁶ Segundo Perla Zusman (1996), a AGB esteve, desde sua fundação, estreitamente vinculada à Universidade de São Paulo, e não apenas à cadeira de Geografia desta instituição, bem como à própria elite paulista daquela época. Para a geógrafa argentina, “a AGB apareceria como a primeira Sociedade Científica na área das ciências humanas com vínculo com a Universidade de São Paulo, portanto ligada ao projeto dos mentores da Universidade. E por quê o interesse de formar uma associação de geógrafos em direta relação com a Universidade? Poderíamos inferir que mais uma vez existiria uma preocupação específica de legitimar o projeto político através de uma fundamentação já utilizada em outras circunstâncias históricas no Brasil: o território (Moraes, 1992). Especialistas de diversas áreas: geólogos, historiadores, engenheiros a partir de seus saberes específicos participam neste projeto político contribuindo ao conhecimento das potencialidades econômicas e dos processos de transformação territorial que acontecem em São Paulo. Com este fim, levam-se adiante uma série de práticas próprias dos âmbitos acadêmicos e busca construir-se um discurso de base científica” (Zusman, 1996, pp. 162-163).

Geografia, organizada pelo CNG, que começou a circular em 1939.

Importante ressaltar que não pretendemos determinar aqui o ano de 1934 como o marco inicial dos trabalhos geográficos feitos no Brasil e sim como um momento decisivo da sua institucionalização, já que a produção de um conhecimento geográfico no país já se dava desde aproximadamente meados do século XIX, como apontam detalhadamente as pesquisas de Lia Osório Machado (1995 e 2000), Perla Zusman (1996), Sergio Nunes (1997 e 2003), Manoel Fernandes Sousa Neto (2004), entre outros, incluindo Rita de Cássia Anselmo (2000) que, ao tratar da trajetória de Everardo Backheuser, mostrou justamente essa transição entre um momento “pré-institucionalização” e os ocorridos após 1934.

Também para Antonio Carlos Robert Moraes (2004), o século XIX no Brasil foi marcado por um contexto determinado pela “importação” de novas teorias do centro. Segundo o geógrafo,

“[...] é em meio a esse quadro – ao longo do século XIX – que um campo geográfico começa e se conformar no Brasil, porém num processo muito marcado pela dispersão e pela falta de identidade disciplinar, logo, de grande indefinição institucional, com as idéias européias da geografia moderna emergindo nos diversos aparatos culturais existentes no país. [...] Em termo institucionais, a discussão dos temas e das teorias geográficas pode ser encontrada tanto nas faculdades de direito, quanto nas de medicina e de engenharia, e também nos colégios e demais órgãos ligados ao ensino, e ainda em comissões de demarcações e outros organismos destinados a serviços referidos ao território. Assim, os institutos geográficos existentes não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servido de ponto de con-

vergência para a comunidade dispersa e não especializada dos pioneiros ‘geógrafos’ brasileiros” (Moraes, 2004, p. 32)

Voltando, portanto, ao papel de destaque das atividades realizadas pela AGB a partir de fins dos anos 1940, é mister destacar a elaboração das monografias regionais resultantes dos trabalhos de campo realizados durante os seminários promovidos pela instituição.

Segundo Monteiro (1980), devido a um entusiasmo criado após a reformulação dos estatutos da AGB em 1945, os trabalhos de campo ganharam um novo ímpeto a partir da Assembléia de Lorena, ocorrida em 1946¹⁷. Desse modo, as monografias regio-

¹⁷ A partir de então, “[...] sobretudo o trabalho de campo conjunto passou a motivar e a interessar cada vez mais os neófitos da geografia. [...] parece certo admitir-se que entre Goiânia (1948) e Garanhuns (1955), houve um estilo peculiar e inconfundível de reuniões agebeanas. Sem muitos participantes ainda, trabalhava-se ativamente em equipes de campo e na cidade hospedeira, numa verdadeira extensão do treinamento recebido dos colegas vindos de outras regiões. E o que era mais importante – um proveitoso debate de idéias a propósito das comunicações ali apresentadas, cultivou um espírito crítico infelizmente fadado a posterior declínio” (Monteiro, 1980, p. 15). Também sobre a situação da geografia brasileira durante as décadas de 1940 e 1950, afirma Manuel Correia de Andrade (1977, p. 11) que “[...] as principais contribuições ao desenvolvimento do conhecimento geográfico estão contidas nas teses e contribuições ligadas à Universidade de São Paulo e nos artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*. Trabalhos esparsos, em bem menor número, embora de igual valor científico, podem ser assinalados na Bahia, em Pernambuco e em Minas Gerais, conduzidos geralmente pela atividade desenvolvida pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em suas reuniões anuais com um grande trabalho de recrutamento de geógrafos em potencial e de professores de Geografia e com a publicação de relatórios de pesquisas feitas durante as suas Assembléias Gerais anuais”. Todavia, como aponta Paulo Cesar Scarim (2000), infelizmente, em grande

nais tinham um papel fundamental para, a partir das cidades sede das reuniões, buscar compreender e analisar um país que mudava, principalmente ao longo do segundo governo Getúlio Vargas, entre 1950 e 1954¹⁸.

parte, estes trabalhos, fruto dos seminários, continuam inéditos, com exceção de alguns resultados publicados em diferentes anos na *Revista Brasileira de Geografia*.

¹⁸ Nos anos anteriores ao segundo governo Vargas, ao longo do governo Dutra (1946 a 1951), entre outros grandes investimentos em infra-estrutura foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e feita a pavimentação da rodovia Rio-São Paulo. Após o retorno de Getúlio Vargas, que governou novamente o país entre 1951 e 1954, deu-se continuidade ao aparelhamento do Estado e aos investimentos na indústria de bens de produção (indústria de base) e no setor energético. Apesar de manter uma política nacionalista, paralelamente começou a facilitar a entrada de investimentos de capitais privados estrangeiros no país. Em 1952 foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), voltado principalmente para acelerar o processo de diversificação industrial. Por decreto, foi criada a Petrobrás em 1953, empresa estatal responsável pela prospecção e refino de petróleo em território brasileiro. Houve ainda o estabelecimento da Eletrobrás, voltada para a produção e distribuição de energia elétrica no país. Todavia, permaneciam as disparidades regionais em território nacional. Para buscar enfrentá-las, estabeleceu-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e, em 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Quanto à região amazônica, a antiga Superintendência de Defesa da Borracha (SDB), criada em 1912 para proteger os preços do produto e transformada em Banco de Crédito da Borracha no ano de 1942, tornou-se o Banco de Crédito da Amazônia (BCB) em 1950. Foi durante seu segundo governo que Vargas criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. Ainda sobre essa região, em decreto-lei definiu-se a Amazônia Legal, área de intervenção para políticas econômico-regionais que incluía os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, norte do Mato Grosso, oeste do Maranhão e

Sobre a 5ª Assembléia dos Geógrafos Brasileiros (ocorrida em Belo Horizonte no ano de 1950), Milton Santos publicou um comentário no livro *Estudos sobre geografia*, de 1953. Neste, composto por alguns artigos publicados em *A Tarde*, encontra-se o relato sobre a reunião, na qual estiveram presentes diversos professores estrangeiros¹⁹. Em outro texto do mesmo livro, “O velho problema da divisão regional” (pp. 23-25), foram destacadas as colocações dos professores convidados sobre geografia e regionalização, um tema ao qual Milton Santos se dedicou ao longo dessas primeiras décadas de sua trajetória.

Ainda neste livro encontram-se apontamentos sobre o significado da Geografia e sua história. No texto “A geografia de hoje” (pp. 11-13), publicado anteriormente em *A Tarde* (21/07/1950), Milton Santos afirmou que, devido ao nome geografia ser muito antigo, ele foi “preenchido” por conteúdos dinâmicos, o que já demonstra sua preocupação com o uso dos termos cujos significados não podem ser petrificados.

Já em “Geografia antiga e moderna”²⁰ (pp. 15-21), partindo do pressuposto que a geografia, entendida como “ciência que se ocupa da descrição da terra” e por isso foi o primeiro “ramo

atual Tocantins, então norte de Goiás (Messias da Costa, 1988; Fausto, 1994).

¹⁹ “A quinta Assembléia dos Geógrafos Brasileiros não foi um picnic, como, no Brasil, costumam ser os certames dessa natureza. Muito se trabalhou, em Belo Horizonte, durante os dias em que, nessa progressista cidade, se reuniram geógrafos de todos os quadrantes do país e, mesmo de fora, como os professores Preston James, Francis Ruellan, Jorge Chebataroff, Alberto Pochintesta, além de outros. A geografia moderna pode dizer-se que ali ganhou uma verdadeira consagração, pela natureza dos trabalhos realizados, tanto no campo, como em seminário.” (M. Santos, 1953, p. 23)

²⁰ Publicado também na *Revista de Educação e Cultura*, Salvador, 1952.

do conhecimento humano”, propôs as seguintes etapas para sua “evolução”: geografia instintiva (quando o homem antigo, ao necessitar sair para buscar alimentos, precisou aprender a se orientar); geografia designativa (quando, para aprimorar sua orientação, passou a designar nomes aos “lugares-marcos” de sua passagem); geografia filosófica (com os egípcios, assírios e gregos); geografia numérica (a partir de quando os romanos passaram a inventariar informações e itinerários); geografia cartográfica (na Idade Média, relacionada à feitura de mapas que espelhavam as concepções geográficas dominantes na época); geografia descritiva (do início da Idade Moderna, realizada após as navegações, vista como uma “arte geográfica, que muita vez deixava de parte a realidade e invadia pelo campo inseguro da fantasia”) e, uma última fase que “estamos vivendo hoje”, geografia científica. Esta alcançaria o patamar de ciência por ultrapassar as descrições e os retratos dos “fatos geográficos” e buscar explicá-los e interpretá-los²¹.

²¹ “A Geografia ganha foros de Ciência, isto é, passa a ser um ramo independente do conhecimento humano, quando chega a essa fase interpretativa de que falamos antes. Mas, o que lhe dá realmente o caráter científico é o fato de ter ela princípios próprios, que poderemos chamar de leis, métodos próprios e objetivos ou fins próprios” (M. Santos, 1953, p. 15). Seriam os princípios, o da atividade terrestre, o da unidade terrestre, o da conexão ou correlação, o da localização – que se completa com o da extensão – e o da causalidade. Quanto aos métodos, dois grupos distintos, os fundamentais e os subsidiários. Dentre os do primeiro grupo, o método da observação seria o mais importante e o comparativo de “grande eficiência” (p. 17). Dentre os subsidiários, foi destacado o método gráfico responsável pela elaboração de mapas, cartogramas etc. e “que é exclusivo da Geografia”. Existiriam ainda métodos complementares, quais sejam, o método histórico e o método estatístico. No que diz respeito ao seu objetivo, a Geografia deveria se incumbir de estudar os fatos físicos, biológicos e

Tratava-se de um momento da história da disciplina em que a preocupação em afirmá-la como ciência era algo muito importante, posição que o geógrafo acabou revendo ao longo das décadas seguintes.

Ainda no ano de 1953, foi publicado *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (1953a). Ao analisarmos o conteúdo e a bibliografia do livro, divulgado cinco anos após do já citado *O povoamento da Bahia* (1948), fica evidente a importância das participações do geógrafo baiano nas reuniões da AGB, rico ambiente de estudo e debate.

Neste livro nota-se que Milton Santos já havia se aproximado de trabalhos de autores como Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Lucien Gallois (1857-1941), Emmanuel De Martonne (1873-1955), Camille Vallaux (1870-1945), Albert Demangeon (1872-1940), Lucien Febvre (1878-1956), Max. Sorre (1880-1962), André Cholley (1885-1968), René Clozier (1888-1987), Georges Chabot (1890-1975), Pierre Deffontaines (1894-1978), Maurice Le Lannou (1906-1992), Pierre Monbeig (1908-1987) e Jean Gottmann (1915-1994). Além destes, constam também na bibliografia, Delgado de Carvalho e Fábio de Macedo Soares Guimarães²².

Entre outras considerações apresentadas no livro mencionado, o geógrafo enfatizou a importância da geografia regional para que a disciplina alcançasse sua “maioridade científica”²³.

humanos buscando reconhecer causas, correlações e efeitos entre si.

²² Os trabalhos citados destes autores foram, respectivamente, “Evolução da geografia humana” e “A divisão regional do Brasil” publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, nº 2, de 1941.

²³ “Sendo a geografia, por excelência, a ciência das relações e operando sob uma base espacial, é a geografia regional que melhor representa os seus anelos de cientificidade. A geografia

Sobre o tema da cientificidade da disciplina, ele foi contrário à idéia ainda em voga de se pensar a geografia como uma “maneira de ver as coisas”, um “ponto de vista”, posição, entre outros, do geógrafo Maurice Le Lannou (1949). Naquele momento, para Milton Santos, assim como para alguns dos autores franceses mencionados acima, a geografia *tout-court* corresponderia ao que era realizado pelos trabalhos de geografia regional.

Nesse momento eram intensos os debates acerca do que caberia aos trabalhos de geografia regional – voltados principalmente para análise de distintos elementos em uma determinada área – e aos de geografia geral – preocupados com a elaboração de princípios gerais a partir da análise do comportamento de um ou mais elementos em diferentes pontos da superfície terrestre. Entre boa parte dos geógrafos franceses, os estudos das regiões eram tidos como suficientes para a análise geográfica.

No entanto, Milton Santos (1953a) já colocava a importância do diálogo entre os dois métodos. Para ele,

“a geografia regional nos aparece, pois, como a cúpula de todo estudo geográfico, geografia sem adjetivos, geografia ‘tout court’, como da geografia humana diz Le Lannou. Não se pode, entretanto, por de lado a geografia geral, que deve até ser considerada como seu capítulo introdutório. Ambas, ao contrário, do que pensava Vallaux, que entre as mesmas não via conexão possível, se ajudam mutuamente, porque se uma fornece à outra um inventário das possibilidades entrevistas, de que vai ela

geral nem por isso pode ser desmerecida. Cumpre, entretanto, fixar o seu papel, evitando considerá-la como uma lista de relações constantes entre os fenômenos das diferentes ou das mesmas ordens ou como capaz de um esforço analítico através do qual possamos classificar atos isolados.” (M. Santos, 1953a, p. 91).

se servir como ponto de partida para suas investigações, recebe, por outro lado, através dos estudos *in concreto* a confirmação ou negação do que admitia um novo subsídio, de qualquer forma, para as suas deduções” (M. Santos, 1953a, p. 34).

Como veremos adiante, o geógrafo baiano começou a demonstrar suas insatisfações com o predomínio da geografia regional e a ausência de diálogo entre esta e a geografia geral no livro *Le métier du géographe en pays sous-développés* (1971a).

Contudo, o que buscamos enfatizar aqui é que a partir dessa primeira aproximação às obras de alguns geógrafos franceses, iniciada em tempos de colégio e aprofundada devido à participação nas atividades proporcionadas pela AGB, Milton Santos viria enriquecer suas proposições sobre os métodos da geografia. Estas, por sua vez, seriam aprimoradas pelas pesquisas realizadas na Bahia, como no caso dos estudos sobre a dinâmica da zona de produção cacaueteira, no sul do Estado, ao longo da década de 1950, como veremos a seguir.

1.1.3. Estudos sobre a zona cacaueteira: gênero de vida e *habitat*

O livro *Zona do Cacau. Introdução ao estudo geográfico*, publicado em 1ª edição no ano de 1955 (em 2ª edição, revista e ampliada, em 1957), resultou de uma pesquisa sobre as características e a dinâmica da produção cacaueteira no sul da Bahia. Antecedendo-o, alguns artigos sobre o tema foram publicados em *A Tarde* enquanto, como já mencionamos, Milton Santos era correspondente do jornal na cidade de Ilhéus, entre os anos de 1949 e 1953²⁴.

²⁴ Segundo Fábio Santos da Silva e Maria Auxiliadora da Silva (2004), entre os anos de 1948 e 1964 foram publicados 112 artigos de Milton Santos no jornal *A Tarde*, a maioria deles entre os anos de 1952 e 1962. Voltados especificamente para a zona cacaueteira, podemos destacar: “Policultura na zona do

A publicação do livro coincide com o momento em que o geógrafo voltou a viver na capital do Estado, a partir de 1954, assumindo a colocação de redator principal do jornal *A Tarde* e, de 1956 em diante, o posto de professor de Geografia Humana na Universidade Católica de Salvador (onde permaneceria até 1960).

Entre a publicação da primeira e segunda edição de *Zona do cacau*, é preciso destacar o ano de 1956, quando Milton Santos participou do XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI) no Rio de Janeiro. Tal evento reuniu geógrafos de diferentes partes do Brasil e um grande número de professores e pesquisadores estrangeiros²⁵. Na ocasião, Milton Santos apresentou a comu-

cacau” (11/8/1953), “Habitat rural na zona do cacau” (27/6/1953), “Alimentação na zona cacauera” (17/3/1953), “A antiga capital do cacau” (02/5/1953), “Ainda o destino de Ilhéus” (01/10/1953), “Habitat urbano na zona do cacau: posição e problema” (18/2/1954) e “Comentário a dois mapas da zona cacauera” (22/10/1954).

²⁵ Segundo depoimento de Aziz Ab’Saber (2007) sobre a importância do Congresso de 1956 para sua própria formação: “No dia em que ia começar o congresso, desceu um avião no aeroporto Santos-Dumont (Rio de Janeiro) com 40 geógrafos, biogeógrafos e pessoas interessadas em conhecer o mundo tropical da América do Sul. Eu, ainda jovem e sentimental com a ciência, olhava extasiado para aqueles que eram autores dos meus livros, menos o De Martonne, que, acho, já havia falecido. Entre eles estavam o grande Max. Sorre, Jean Tricart, André de Cailleux, Jean Dresch, nomes que marcaram uma mudança total na minha vida” (Ab’Saber, 2007, pp. 65-66). Para Manuel Correia de Andrade (2006, pp. 139-140), “entre os grandes benefícios trazidos à geografia brasileira pelo Congresso, podem ser salientados os vários cursos ministrados pelos grandes mestres europeus e norte-americanos, em universidades brasileiras. [...] Dos cursos ministrados em vários Estados do Brasil, das discussões travadas nas reuniões do próprio Congresso, das conferências feitas em vários locais e

nicação “Problemas de geografia urbana na zona cacauera bahiana” e conheceu pessoalmente o professor Jean Tricart (1920-2003), de quem se tornaria aluno e colega.

Além de um marco em sua trajetória²⁶, ao proporcionar o encontro pessoal com Tricart, certamente sua participação no Congresso e os diálogos ali estabelecidos com professores e colegas de diversas partes, do Brasil e do mundo, foram importantes para a elaboração da segunda edição do livro *Zona do cacau* em 1957²⁷. Nesta foram acrescentados os capítulos “Problemas de geografia urbana”, “O comércio do cacau” e “A industrialização do cacau”, além de algumas mudanças nos capítulos já existentes.

Dentre alguns pontos da segunda edição de *Zona do cacau* (1957) que destacaremos aqui, o principal é o intuito do autor de analisar a zona como “um todo”. Nas palavras de Milton Santos (1957) no prefácio do livro:

das publicações distribuídas durante o conclave, os geógrafos brasileiros foram levados a uma reflexão maior sobre métodos, técnicas e objetivos da ciência geográfica e sobre a natureza da Geografia e dos objetivos e serem atingidos com a sua utilização.”

²⁶ Jean Tricart foi uma forte referência tantos nos primeiros anos de trabalho de Milton Santos quanto em sua trajetória, visto que em diferentes ocasiões (depoimentos, entrevistas etc.) o geógrafo baiano ressalta a importância de seu orientador nas definições de seus métodos de trabalho e numa aproximação a uma geografia pautada na dialética. Contudo, o papel decisivo de Tricart ultrapassa a *démarche* de Milton Santos e, segundo aponta Armen Mamigonian (2005), pode ser demonstrado na própria história da geografia francesa.

²⁷ Foi justamente durante o Congresso que Milton Santos mostrou os originais de *Zona do cacau* para o geógrafo Aroldo de Azevedo, que promoveu a publicação da segunda edição da obra na coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional (M. Santos, 2000, pp. 94-95).

“A respeito da zona do cacau a verdade é que poucos trabalhos têm sido publicados, abordando aspectos particulares ou problemas técnicos, sem falar na literatura que a realidade de uma sociedade em estruturação oferece à imaginação dos romancistas. Faltam à zona cacauzeira baiana *estudos de conjunto*, que a vejam e apresentem como um *todo*, mostrando como os elementos nela presentes agem entre si, como a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional bem diferenciada” (Milton Santos, 1957, p. 07) [grifo nosso].

Daqui vale enfatizar essa necessidade de analisar a região em seu conjunto e de buscar reconhecer uma “personalidade regional”, ou seja, buscar reconhecer seus aspectos particulares.

Ao longo da obra, o autor também mencionou a necessidade de se reconhecer os “problemas técnicos” para a realização da atividade na região. Nesse momento a idéia de técnica estava vinculada a uma análise das diversas etapas que envolviam a produção cacauzeira, tais como o preparo da terra, formas de plantio, técnicas de sombreamento, colheita etc. Ainda aspectos da organização interna das fazendas produtoras, da circulação do produto (os meios de transporte utilizados no escoamento do produto) e das formas de comércio local e, sobretudo, internacional, já que uma parte considerável da produção era exportada.

No caso das técnicas de plantio, ao longo do capítulo 3, o autor explicou detalhadamente como os produtores adubavam a terra, qual a distância necessária entre as sementes, quais os instrumentos para realizar o plantio, quais as técnicas e produtos para o controle de pragas e de secagem, quais as técnicas de colheita, de depósito e de transporte para o porto.

Essas técnicas específicas a cada etapa produtiva, da circulação e da distribuição e comercialização do cacau estavam em

grande parte relacionadas aos instrumentos usados nas relações entre o homem e o meio geográfico e, por isso, podem ser entendidas como elementos descritivos da paisagem e, por conseguinte, da região.

Em a *Zona do cacau*, estas técnicas relacionavam-se às noções de *gênero de vida* e, sobretudo, de *habitat*. Foram considerados pelo autor como gêneros de vida – esse “traço de união entre a terra e a gente” (M. Santos, 1957, p. 8) – a atividade cacauzeira, que era predominante na região, e também a criação de gado e a agricultura de subsistência.

Sobre o gênero de vida, Max. Sorre ([1948] 1963) afirmava que este poderia ser visto, ao menos inicialmente, “como uma combinação de técnicas”, onde seus “elementos materiais e espirituais são, no sentido exato da palavra, técnicos, processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens se asseguram uma posse sobre os elementos naturais” (Sorre, 1963, pp. 30-31).

A partir do *habitat rural*, inspirado em Max. Sorre que o definiu como “modo de ocupação do solo em vista da exploração agrícola” (*apud* Milton Santos, 1957, p. 49), Milton Santos analisou seu papel no povoamento dessa região, relacionando este às características do meio geográfico. No capítulo v, denominado “O ‘habitat’ rural (problemas)”, afirmou Milton Santos:

“[...] o que cumpre, na hipótese, revelar, ainda que em poucas linhas, são as relações existentes entre as casas rurais e suas ligações com o modo de vida regional, e, por outro lado, a distribuição do povoamento e sua dependência em relação às condições do meio geográfico e à atividade econômica que aí se desenvolve” (M. Santos, 1957, p. 49).

A importância da produção agrícola na região levou o autor a propor que sua população, excluindo-se apenas os habi-

tante dos municípios de Itabuna e Ilhéus, poderia ser considerada rural²⁸.

O habitat rural teria, portanto, um papel central na configuração da região cacauceira. A partir da análise da população dos municípios da região e do tamanho das propriedades rurais, bem como a forma como nelas se agrupavam os trabalhadores e suas casas, concluiu Milton Santos:

“A zona é, pois, dividida em sua maior parte em propriedades de menos de mil hectares, sendo apenas 102 as propriedades que possuem maior extensão, dentre as quais apenas uma com mais de 10.000 hectares. Isso é interessante mostrar, para que se verifique qual a forma característica do ‘habitat’ ligado diretamente à forma de ocupação e divisão da terra. O que se nota, ressalvados os equívocos resultantes da generalização, é a existência de pequenos grupos de habitações e estabelecimentos outros presidindo ao trabalho nas fazendas, combinados, entretanto, com pequenas aglomerações meio urbanas, meio rurais, vinculadas estreitamente à terra e ao tipo de exploração. A grande maioria da população reside, porém, em pequenos grupos de casas ou, ainda, em habitações isoladas, esparsas no meio da plantação. O povoamento, aí, é tipicamente disperso, sem apoio direto na rede viatória regional, conquanto os caminhos dentro das roças e entre as roças sejam capilares dos rios, rodovias e ferrovias, as sedes das mesmas procurando sempre

²⁸ “Dos 590.750 moradores contados em 1950, nos municípios da classificação oficial, cerca de 441.494 estariam nas áreas que, de acordo com os verbetes oficiais, são chamadas rurais. Considerando-se, porém, que a maioria das cidades da zona cacauceira têm sua vida ligada estreita e indissolúvelmente ao modo de ocupação da terra, a rigor podemos afirmar que rural é toda a população, exceção feita aos 52.799 habitantes das cidades de Itabuna e Ilhéus, o Pontal incluído, pois nesses aglomerados urbanos avultam outras funções como a educacional, a portuária, a recreativa, a viatória, a administrativa etc.” (Milton Santos, 1957, p. 50).

uma comunicação com as artérias. Essa, porém, parece ser a única relação existente entre o ‘habitat’ estritamente rural e as estradas” (M. Santos, 1957, p. 52).

Incluído na segunda edição do livro (1957), como já mencionado, o capítulo “Problemas de geografia urbana” relaciona as evoluções nos transportes e as mudanças na hierarquia urbana e também há uma proposta de classificação para as cidades da zona cacauera.

Quanto à produção de Milton Santos nessas primeiras décadas, não podemos identificar uma separação rígida entre trabalhos de “geografia regional” e trabalhos de “geografia urbana”. Como apontou Maurício Abreu (1994), da década de 1950 em diante, haveria na geografia brasileira um maior interesse pelos “estudos urbano-regionais”. Tanto em *Zona do cacau* quanto em estudos que o antecedem, como “A região de Alagoinhas” (1953b) e “Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano” ([1954-1955] 1957a), o papel das cidades e das redes urbanas é enfatizado no enfoque regional.

Contudo, a partir da defesa de sua tese de doutorado intitulada *Le centre de la ville de Salvador. Étude de géographie urbaine*, apresentada à Faculdade de Letras da Université de Strasbourg (França) em 1958, nota-se um predomínio de temas vinculados às cidades, redes de cidades e hierarquia urbana (voltaremos a esse tema no capítulo 2).

Por ora, o que queremos enfatizar é o papel central da técnica, vista como elemento descritivo do meio geográfico, em seus primeiros trabalhos, sobretudo aqueles que baseavam-se nos conceitos de gênero de vida e de habitat²⁹.

²⁹ Em seus primeiros trabalhos voltados para a zona cacauera, Milton Santos enfatizou o *habitat rural*, principalmente a partir de Max. Sorre. Em textos posteriores sobre o mesmo tema, trabalhou também com o conceito de *habitat urbano*, neste

Refletindo sobre o “gênero de vida” e partindo de um resgate histórico do uso e importância da técnica em trabalhos de alguns geógrafos franceses, María Laura Silveira (2010) afirma que não seria:

“[...] muito audacioso dizer que, nesses mundos passados e nas suas geografias, a categoria central ou sintética era o gênero de vida, enquanto a técnica entrava como elemento descritivo, como dado ou como fraco traço de união entre um grupo pretensamente homogêneo e um meio que, tantas vezes, continuava sendo considerado natural. Associada às denominadas sociedades simples que podiam ser compreendidas pelo gênero de vida, a técnica era fundamental para uma interpretação mais preocupada em entender a luta do homem contra o meio hostil do que as diferenças de poder entre os agentes. Como era identificada freqüentemente com os instrumentos de trabalho, a técnica amiúde podia ser vista na paisagem, perfazendo assim a descrição geográfica.” (Silveira, 2010, p. 127)

Nestes primeiros trabalhos elaborados pelo geógrafo baiano, nos quais dialogou com obras de geógrafos franceses tais como Paul Vidal de La Blache³⁰ e Max. Sorre, houve efetivamente uma aproximação à noção de técnica. Esta foi uma esco-

caso pautado sobretudo nas contribuições de Jean Tricart. No arquivo de documentos que compõe o Acervo Milton Santos, encontra-se uma tradução inédita por ele realizada de *Cours de Géographie Humaine* (fascículo II – L’habitat urbaine), oferecido por Tricart na Univeristé Sorbonne).

³⁰ Definição proposta por Paul Vidal de La Blache, em seu *Quadro da geografia da França* de 1905, a região explicava-se pela sua coerência interna, fruto do equilíbrio entre as condições naturais e as heranças históricas, que lhe conferia identidade e singularidade, e pela longevidade de sua existência, construída historicamente a partir das técnicas existentes.

ilha que embasou sua trajetória, como veremos ao longo desta tese.

Décadas mais tarde, em seu livro *A natureza do espaço* (1996), o próprio Milton Santos afirmaria que Vidal de La Blache juntamente a Lucien Febvre e Albert Demangeon foram os pioneiros na produção de uma geografia vinculada às técnicas³¹, enquanto Max. Sorre teria sido o primeiro geógrafo a considerar a técnica em toda sua amplitude³².

A capacidade de Max. Sorre de pensar a geografia a partir de uma “perspectiva filosófica”, como afirma Maria Adélia de Souza (1995), associada à centralidade da técnica em seus trabalhos, explica sua forte presença no pensamento de Milton Santos.

Esse papel condutor da técnica, vista como elemento descritivo do meio geográfico, também embasou, entre outras reflexões, alguns estudos sobre a produção cacaueteira na Costa do Marfim, que Milton Santos teve a oportunidade de conhecer

³¹ “Tanto Vidal de La Blache, como Lucien Febvre, tiraram partido da noção de progresso técnico na elaboração de suas sínteses. Daí porque, eles podem ser considerados entre os pioneiros da produção de uma geografia vinculada às técnicas. Esse também é o caso de Albert Demangeon, quando se interessa pelo comércio internacional.” (M. Santos, 1996, p. 27).

³² Sobre os trabalhos de Max. Sorre: “a sua noção de técnica é abrangente. [...] A idéia da técnica como sistema já lhe era presente, e da mesma forma, a noção de seu autocrescimento e rápida difusão. Ele estava convencido de que o entendimento da relação entre mudança técnica e mudança geográfica era fundamental, sugerindo, então, que os estudos geográficos levassem em conta, simultaneamente, as técnicas da vida social, as técnicas da energia, as técnicas da conquista do espaço e da vida de relações e as técnicas da produção e da transformação das matérias-primas”. (M. Santos, 1996, pp. 29-30).

graças a uma viagem, realizada em julho de 1958, a alguns países da então África Ocidental Francesa³³.

Naquele ano, com exceção da Guiné que se tornou um país independente, os demais países que formavam a Federação da África Ocidental Francesa – Costa do Marfim, Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Daomé (atual Benin) – tornaram-se territórios autônomos da Comunidade Francesa. Os mesmos alcançariam o status de país independente em 1960.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, antigas colônias da África e da Ásia encontravam-se em processo de independência. Em alguns casos a partir de acordos entre as metrópoles (Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, entre outras) e os territórios que haviam sido colonizados em fins do século XIX, em outros através de conflitos sangrentos. O contexto de descolonização afro-asiática deu-se num mundo marcado pela bipolaridade da Guerra Fria e pela formação de organizações econômicas supranacionais, como o Mercado Comum Europeu (após 1991, União Européia) estabelecido a partir do Tratado de Roma (1957).

³³ Durante o ano letivo de 1957-1958 que passou na Université de Strasbourg, enquanto realizava seu doutoramento, Milton Santos fez algumas viagens pelos continentes europeu e africano. O livro *Marianne em preto e branco* (1960) é composto por alguns artigos publicados no ano de 1958 em *A Tarde* nos quais o geógrafo relatou experiências e impressões da vida universitária em Estrasburgo, do cotidiano de Paris e aspectos de diferentes regiões francesas, além de considerações sobre Lisboa e algumas críticas às tão comuns comparações entre a capital portuguesa e a cidade de Salvador. Na série de artigos denominada “Imagens da África”, encontram-se relatos da visita à Costa do Marfim, ao Senegal e ao então Sudão Francês (atual Mali).

Acreditamos que para Milton Santos a viagem à Costa do Marfim, Senegal e Mali foi um marco em sua vida e trajetória intelectual. Deparar-se com as especificidades desses países que, ao mesmo tempo, eram também marcados por traços comuns com o Brasil – como ex-colônias – certamente teve um papel importante nos rumos que seus questionamentos em geografia teriam a partir de então.

No livro *Marianne em preto e branco* (1960), Milton Santos apontou alguns aspectos comuns aos países que visitou, tais como a justaposição de uma agricultura industrial às práticas culturais tradicionais e as resistências da população a uma lógica econômica que acabava por impor novas técnicas de cultivo prejudiciais às existentes.

Em "Notas de viagem à Costa do Marfim. Economia comercial e transformação da paisagem na A.O.F." (1959c), foram abordados aspectos da reorganização do "espaço geográfico" (p. 5), da paisagem agrícola, frente à passagem da economia fechada de agricultura de subsistência para a economia de mercado da agricultura comercial, levando à fixação do habitat rural³⁴.

Sobre a chegada das culturas comerciais – do cacau e do café – na Costa do Marfim, Milton Santos ("A cultura do cacau na Costa do Marfim", 1959d) ressaltou que um primeiro resultado foi a competição entre estas e as culturas tradicionais. Nas palavras do autor,

"dessa luta, entre fatores de resistência do meio local e fatores de transformação, cujo fermento é a economia monetária, re-

³⁴ Milton Santos enfatizou que, na Costa do Marfim, "[...] a revolução agrícola acarretou uma revolução total, desde a dos costumes e a social, provocadas pela introdução do dinheiro e das culturas comerciais, até as transformações da paisagem agrícola e do habitat" (M. Santos, 1959c, p. 16).

sulta o equilíbrio instável que é o atual, criando fórmulas de convivência ainda não definitivas e os problemas disso decorrentes.” (M. Santos, 1959d, p. 94)

Os cultivos do cacau e o do café foram complementares e instalaram-se nesses países africanos diferentemente da zona cacauera baiana, onde este cultivo comercial instalou-se em área de floresta, em terrenos praticamente virgens. Partindo do método comparativo, Milton Santos ("Uma comparação entre as zonas cacaueras do Estado da Bahia (Brasil) e da Costa do Marfim", 1960a) apontou que na Bahia as práticas culturais eram bem mais evoluídas e sua produtividade mais alta, permitindo uma “maior consistência do gênero de vida” (p. 32). Posteriormente, o geógrafo colocaria em questão o método comparativo.

Sem abandonar as reflexões a respeito da zona cacauera na Bahia, mas não tendo mais os conceitos de gênero de vida e de habitat como eixo central de análise, Milton Santos publicou ainda "La culture du cacao dans l'État de Bahia" (1963)³⁵.

³⁵ Este foi o seu terceiro artigo publicado em revista estrangeira, enquanto ainda vivia na Bahia. O primeiro foi na *Revue de Géographie de Lyon*, "Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés" (1961), que comentaremos no capítulo 2, e o segundo foi no *Annales de Géographie*, "Les difficultés de développement d'une partie de la zone sèche de l'Etat da Bahia: la vallée moyenne du fleuve Paraguaçu", em 1963. Aqui vale destacar o fato de Milton Santos ter começado a publicar seus escritos desde o início de sua carreira. Até o ano de 2001, publicou cerca de 350 trabalhos, entre livros, publicações menores e artigos (em revistas científicas ou como capítulos de livros coletivos). Em alguns momentos de seu percurso pode-se notar o que chamaremos aqui de uma “política de difusão de idéias”, quando o próprio geógrafo – tendo a possibilidade – decidia publicar um mesmo texto em diferentes línguas e revistas. Evidentemente estes casos não estão relacionados a um quantitativismo e sim à relevância,

Tratava-se de um momento, início da década de 1960, em que o autor já havia se aproximado dos diálogos com a geografia aplicada e começava a rever os métodos da geografia regional clássica.

1.2. Críticas à geografia regional e o papel das modernizações

1.2.1. Diálogos com a geografia aplicada: regionalização e planejamento

Se até aproximadamente meados do século XX houve um predomínio do “círculo de afinidades vidaliano” (Berdoulay, 1981) nos debates ocorridos no Brasil, a partir dos anos 1950 essa situação começou a mudar. O contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representou um momento da história da disciplina no qual os debates voltados para aspectos de planejamento territorial, instrumento central para a recuperação de países europeus neste pós-guerra, ganhavam força. Partindo desse enfoque, a proposta de elaboração de uma geografia aplicada expandiu-se para diferentes países (Inglaterra, Bélgica, França, Estados Unidos, entre outros) ao longo das décadas de 1950 e 1960³⁶.

observada pelo próprio autor, que tal material possuía em sua trajetória epistemológica. Apontaremos algumas destas situações ao longo desta tese.

³⁶ Conforme Manuel Correia de Andrade (2006, p. 159) “A *geografia aplicada* ganhou prestígio e expandiu-se em todo o mundo, nas décadas de 1950 e 1960, quando se formaram centros de difusão em universidades americanas, belgas, inglesas, francesas etc. Na França, as universidades de Strasbourg – sob a influência de J. Tricart e E. Juillard –, de Rennes – sob a influência A. Meynier e, sobretudo, de M. Phillipponneau – e de Bordeaux sob a influência de L. Papy e

Também durante estas décadas, com o crescimento e fortalecimento da geografia quantitativa, primeiramente no Reino Unido e nos Estados Unidos e, em seguida, em outros países como o Brasil e a própria França, novos temas de pesquisa e métodos de análise começaram a despontar no cenário geográfico. Conceitos clássicos, como região e paisagem, passariam por novos questionamentos, seja a partir da geografia aplicada ou da geografia teórica-quantitativa.

O contato, durante o já mencionado XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), entre Jean Tricart – que dirigia o Centro de Geografia Aplicada na Université de Strasbourg – e Milton Santos, despertou este autor para os debates da geografia aplicada³⁷.

Ao conhecer parte da Bahia enquanto esteve no Brasil durante outubro de 1956, Jean Tricart apontou o pouco conhecimento científico sobre o Estado, com exceção dos trabalhos realizados por Milton Santos sobre a zona cacauzeira³⁸.

Enjalbert –, passaram a oferecer estágios e a ministrar cursos de geografia aplicada.”

³⁷ Em *A geografia aplicada* (1960, pp. 16-17), Ana de Carvalho e Milton Santos afirmaram: “[...] a denominação geografia aplicada querará significar algo mais que a aplicação da geografia às tarefas de ordem prática? Será a geografia aplicada uma nova geografia? Tricart, que é um dos defensores dessa moderna tendência, nos assegura do contrário, quando mostra que é apenas um enriquecimento da geografia e não uma nova disciplina”.

³⁸ Como relatou Jean Tricart (1960, p. 36-37), “nosso primeiro contato com a Bahia data de outubro de 1956. Após o Congresso Internacional de Geografia, ali fomos convidados, como o professor Michel Rochefort, assistente da nossa Faculdade, por um jovem advogado, professor na Faculdade Católica de Filosofia, o professor Milton Santos. Fiz algumas conferências naquela Faculdade e, depois, graças à incomparável hospitalidade dos brasileiros, algumas excursões

A partir de então, o forte apreço pelo trabalho científico e a admiração mútua aproximariam os dois pesquisadores, que combinaram o retorno do geógrafo francês à Bahia no verão de 1957, quando ali permaneceu por 3 meses para a realização de algumas pesquisas³⁹.

Publicado em 1958, o livro *Estudos de Geografia da Bahia*⁴⁰ – organizado por Milton Santos em colaboração com Jean Tricart (que dirigiram os estudos) e com a participação das geógrafas Tereza Cardoso da Silva e Ana Dias de Carvalho – apre-

pelo litoral. Imediatamente fui tocado pelo contraste entre a importância de Salvador, cidade de 500.000 habitantes, e a mediocridade da valorização de seus arredores. Falando nesse significativo problema, apesar da gentileza dos meus amigos brasileiros, precisamos rapidamente nos render à evidência: nada fôra estudado e o Estado da Bahia era praticamente desconhecido do ponto de vista científico.[...] O mais urgente problema, de logo, evidenciou-se: formar pesquisadores. Só o professor Milton Santos, espírito muito curioso e dotado de uma grande capacidade de trabalho, havia já efetuado uma análise científica sobre a zona do cacau. Mas ele havia trabalhado isoladamente, como autodidata e, ainda, dividido entre o seu trabalho de jornalista e advogado, por um lado, e o ensino de geografia [...].”

³⁹ “Durante o verão de 1957 voltei a Salvador, a convite de diversos serviços locais, por sugestão do professor Milton Santos. Minha viagem foi feita a cargo do Serviço de Cooperação Técnica do ‘Ministère des Affaires Etrangères’, que, desde o início, dispensou todo o interesse aos nossos projetos e me deu sempre um fiel e eficaz apoio. Minha estadia na Bahia durou, aproximadamente, três meses. [...] Nosso objetivo foi realizar certos estudos capazes de demonstrar a especialistas, de espírito aberto mas completamente desavisados, qual poderia ser o interesse de pesquisas sistemáticas para a valorização de um território como o da Bahia” (Tricart, 1960, pp. 38-39).

⁴⁰ O livro *Estudos de geografia da Bahia* (1958) foi publicado primeiramente pela Publicações da Universidade da Bahia e, em seguida, pela Livraria Progresso Editora.

sentou resultados de pesquisas que foram realizadas a pedido de instituições baianas. Estas foram: o então Departamento de Obras Contra as Secas (Distrito da Bahia); o Departamento de Geografia, Açudagem e Engenharia Rural (da Secretaria da Agricultura) e o Instituto de Economia e Finanças. Formam o livro os textos: “O problema da divisão regional da Bahia”, de Jean Tricart e Milton Santos; “Zona de influência comercial no Estado da Bahia”, de Milton Santos; “Algumas observações concernentes às possibilidades de planejamento hidráulico do Estado da Bahia”, de Jean Tricart e Tereza Cardoso da Silva; “Reconhecimento geográfico da Bahia do rio Itapicurú”, de Jean Tricart e Milton Santos, Tereza Cardoso da Silva e Ana Dias de Carvalho.

Como expôs Milton Santos em sua introdução, os trabalhos ali apresentados buscavam contribuir à geografia aplicada:

“[...] essa indispensável complementação à geografia – de modo a impedir que se torne uma ciência amputada, mas seja cada vez mais uma ciência viva, capaz de servir, como nenhuma outra, à obra da melhoria da condição de vida dos povos. Referimo-nos ao papel que a geografia pode e deve ter na elaboração de quaisquer planejamentos” (Santos *et al*, 1958, p. 06).

Nota-se que a idéia clássica de região – marcada por uma certa autonomia na qual o homem e o meio encontravam-se em harmonia a partir das técnicas – que fôra até esse momento usada por Milton Santos, passou por mudanças após os diálogos com a geografia aplicada, quando alcançou uma operacionalidade a partir dos esforços de regionalização como instrumento de planejamento⁴¹.

⁴¹ Analisando o processo de regionalização, Sandra Lencioni (1999) aponta que este tinha referências variadas. Segundo a geógrafa, “primeiramente, as regionalizações se identificaram com a administração territorial e política. Em seguida, foi o

Tratava-se de uma nova escolha do autor, na qual vale destacar o papel que caberia à geografia em diferentes formas de planejamento, na “aplicação de soluções concretas a problemas também concretos”. Em suas palavras:

“Num mundo em que as especializações se tornam regra (e às vezes necessidade em vista de ser impossível abarcar a gama cada vez mais extensa dos conhecimentos), a Geografia aparece como uma espécie de ‘filosofia das técnicas’, pois estuda a realidade global. É com o auxílio das ciências particulares que ela não apenas procura realizar a análise dos fatos complexos que constituem a paisagem, como oferece a síntese final. Essa visão integral da realidade, que é o ofício do geógrafo, capacita-o, por isso mesmo, a um papel sempre mais importante, quando se trata de aplicar soluções concretas a problemas também concretos.” (Santos *et al.*, 1958, pp. 6-7)

Neste trecho, há outros pontos importantes que queremos destacar, além da ênfase na importância da geografia aplicada. Um deles é a proposta do autor de se pensar a Geografia como uma “filosofia das técnicas”⁴².

“A geografia se incumbe, especialmente, da descrição e da explicação das paisagens terrestres, quer as que foram elaboradas pelo homem e mostram a marca de sua presença (quantas vezes danosa), quer as paisagens chamadas naturais. Desses estudos sobressaem os princípios de organização das diferentes regiões, a hierarquia dos fatores naturais e humanos, o mecanismo de sua ação recíproca. Num mundo cada vez mais dominado pelas especializações e pela técnica, a missão do geógrafo é transcen-

critério natural o mais relevante para a elaboração de regionalizações; buscava-se, assim, um critério considerado mais científico de regionalização” (Lencioni, 1999, p. 201).

⁴² A proposição consta também no artigo “A nova geografia” publicado tanto em *A Tarde*, no dia 16 de abril de 1958(a), e no livro *Marianne em preto e branco* (1960).

dente. Ele não é o técnico das generalidades, mas pretende atingir uma certa ‘filosofia das técnicas’, recolocando os problemas no seu conjunto, observando o nexos que existe entre os dados de uma questão, enfim oferecendo, com o auxílio das demais ciências, naturais e humanas, a síntese indispensável, que estas, por definição mesmo, não são capazes de empreender.” (M. Santos, [1958] 1960, pp. 67-68)

A apresentada em fins da década de 1950, esta proposição seria retomada pelo autor nos anos seguintes. Todavia, seria ao longo da década de 1990 que ela alcançaria um outro patamar epistemológico em sua trajetória (retomaremos esta reflexão).

Por ora, a proposta de uma “filosofia das técnicas” estava vinculada em fins da década de 1950 a uma visão totalizante da disciplina frente à realidade. Este seria, aliás, o principal atributo para que a geografia assumisse, nas equipes de planejamento, o papel de ciência responsável pela “síntese final” e capaz de “aplicar soluções concretas” aos problemas existentes. Duas posições que o autor abandonaria posteriormente.

No que diz respeito à realização das pesquisas aplicadas na Bahia, uma nova fase começou com um convênio entre o Centro de Geografia Aplicada da Université de Strasbourg e o Centro de Estudos Geográficos, patrocinado pela Fundação para o Desenvolvimento da Bahia. Tal convênio foi viável graças ao interesse e apoio do professor Thales de Azevedo (M. Santos, 2000). Foi após o estabelecimento deste convênio que Milton Santos pôde realizar seu doutorado em Estrasburgo (Tricart, 1960). Devido às inúmeras atividades que mantinha em Salvador, Milton Santos permaneceu na França durante parte do período de realização de seu doutorado, ao longo do ano letivo 1957-1958.

Após a defesa de sua tese *Le centre de la ville de Salvador. Étude de géographie urbaine*, voltou ao Brasil – agora doutor

em Geografia – e retomou as atividades de licenciatura na Universidade Católica, os trabalhos como editorialista em *A Tarde* e assumiu ainda o cargo de diretor da Imprensa Oficial da Bahia (onde permaneceria até o ano de 1961). Orquestrou ainda a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (vinculado à então Universidade da Bahia), oficialmente inaugurado em 1º de janeiro de 1959, que na realidade representou, nas palavras de Jean Tricart (1960), a “cristalização” do já estabelecido Centro de Estudos Geográficos. Sua “inauguração”, realizada durante o período em que Edgar Santos era o reitor da Universidade, garantiu a continuidade das pesquisas que já vinham sendo feitas desde 1957.

O papel do Laboratório na dinamização da realização de pesquisas em geografia na Bahia e no país é apontado por Maria Auxiliadora da Silva (2002), que oferece um testemunho sobre alguns aspectos de sua organização⁴³.

Além dos trabalhos de campo, pesquisas e publicações, o Laboratório promoveu também importantes encontros cien-

⁴³ “O professor Milton Santos dinamizou o Laboratório, trazendo professores, inclusive da França, que proferiam palestras, ministravam cursos, dirigiam seminários e orientavam trabalhos de campo. Entre eles, é possível mencionar os professores Jean Tricart, da Universidade de Strasbourg, Pierre Monbeig, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Jean Dresch, Pierre George, Michel Rochefort, da Sorbonne, Etienne Juillard, Henry Voigt, Anne Rose Hirsh, de Strasbourg, Guy Lassère, de Bordeaux e Bernard Kayser, de Toulouse, todos cientistas da maior importância na Geografia mundial. A equipe de jovens pesquisadores do Laboratório muito aproveitou a contribuição desses professores, não só na orientação dos trabalhos que eram realizados na Cidade do Salvador, como nos trabalhos de campo na *Zona do Cacau*, nas regiões Sisaleira, Fumageira e Cafeeira, no Litoral Sul da Bahia, na Chapada Diamantina, no Recôncavo, entre outras regiões do Estado da Bahia” (Silva, 2002).

tíficos, entre eles o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido em agosto de 1959 e patrocinado pela Universidade da Bahia e pela UNESCO, no qual participaram inúmeros pesquisadores brasileiros e estrangeiros⁴⁴.

Os trabalhos realizados no Laboratório bem como os diálogos estabelecidos com a geografia aplicada, não apenas na Bahia mas também por outras equipes de geógrafos em diferentes pontos do país, foram em grande parte contemporâneos aos anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Sua administração, marcada pelo discurso desenvolvimentista, representou um momento de grandes mudanças no país, sobretudo quanto à sua configuração territorial.

⁴⁴ “Os Anais do Colóquio apresentaram os resumos das comunicações de todos os colaboradores do Laboratório de Geomorfologia, mesmo aqueles que ainda não tinham ingressado na Universidade. Eles figuravam ao lado de trabalhos de professores vindos de universidades de Portugal, da França, da Inglaterra, dos EEUU, de vários países da América Latina e de professores da Universidade da Bahia e de outras Universidades do Brasil. As comunicações, em número de 164, versavam sobre temas os mais variados. Da Bahia, apenas para citar alguns nomes, os professores Milton Santos, Isaías Alves, Jaime e Edite Gama e Abreu, Thales de Azevedo, Pinto de Aguiar, Orlando Gomes, Marieta Alves, Navarro de Brito, Frederico Edelweiss, Hélio Simões, Carlos Ott, Clarival do Prado Valadares, Remy de Souza. Figuravam também trabalhos das equipes do Laboratório de Geomorfologia, do Laboratório de Fonética e do Instituto de Economia e Finanças da Universidade da Bahia. De instituições de outras regiões do Brasil, vieram Manoel Correia de Andrade, A. R. Penteado, Aroldo de Azevedo, J. R. Araújo Filho, Nilo e Lysia Bernardes. Da França, Pierre Monbeig, P. Deffontaines, Jean Tricart, Jean Roche, C-H. Frèches, J. P. Serrautte e F. Mauro. De Portugal, Orlando Ribeiro, João Gaspar Simões, F. Fernandes Martins. De outros países, L. Kuschlin, C.R. Boxer, M. J. Buschiazzi, E. M. López, N.C. Ponsiglione, H.H. Post, J. de Rebel, F.M. Rogers, C.G. Rossi, C. Wagley, entre muitos outros.” (Silva, 2002).

A construção de Brasília, inaugurada simbolicamente em 21 de abril de 1960, e de importantes eixos rodoviários, como a Belém-Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília, Goiânia-Brasília, foram fundamentais para a interiorização da ocupação territorial do país, principalmente do Centro-Oeste mas também da Amazônia⁴⁵.

O Brasil passava do “nacionalismo” de Vargas ao “desenvolvimentismo” de Juscelino, com um plano de governo (o Programa de Metas) marcado por uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização, sobretudo aquela que favorecia o capital monopolista privado⁴⁶ (Becker e Egler, 1992). Neste aspecto, a criação das indústrias de bens de produção durante os governos de Getúlio Vargas favoreceu o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis, principalmente a

⁴⁵ Entre outros autores, Daniel Huertas (2009) destaca o importante papel destes novos eixos rodoviários no processo de integração territorial. “Do projeto rodoviarista de JK, a Belém-Brasília (BR-14 ou Rodovia Transbrasiliana, já planejada pelo PRN) e a Brasília-Acre seriam imensos troncos que cortariam boa parte do Centro-Oeste para alcançar as bordas oriental e meridional da Floresta Amazônia, numa tarefa considerada impossível por alguns técnicos da época” (Huertas, 2009, p. 79).

⁴⁶ Segundo Bertha Becker e Claudio Egler (1992, p. 82), “a redefinição do capitalismo mundial e a nova orientação das forças sociais internas convergiram para implantação de um novo modelo de acumulação que, consolidando o capitalismo brasileiro, iria, contudo, redefinir e aprofundar a dependência econômica do país. ‘Cinquenta anos em cinco’ e ‘energia e transporte’, *slogans* do governo Kubitschek (1956-1960), revelam a importância atribuída a ampliação da capacidade de investimento, ao fator tempo acelerado e às metas físicas de produção. Adotou-se uma política de industrialização favorável ao capital monopolista privado, um capitalismo orientado politicamente chamado ‘desenvolvimentismo’.”

indústria automobilística. Somam-se ainda as facilitações aos investimentos estrangeiros diretos em áreas prioritárias, como transportes aéreos, estradas de ferro, eletricidade e siderurgia, além das próprias automobilísticas.

Quanto ao enfrentamento das disparidades regionais a partir de políticas de planejamento deste governo, no caso nordestino, a criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, sob o comando do economista Celso Furtado representou um marco. Naquele momento, buscava-se resolver os graves problemas sócio-econômicos do Nordeste brasileiro através de um programa voltado para a sua industrialização, incentivado por políticas tributárias. Esta grande região caracterizava-se ainda pela predominância de estruturas econômicas tradicionais, com a presença de latifúndios improdutivos (sobretudo no sertão) e de minifúndios, em grande parte incapazes de prover as necessidades de uma família devido a falta de apoio pelas instâncias governamentais.

É neste contexto que a partir de 1960, Milton Santos passou a compor o quadro de professores da Universidade Federal da Bahia, como livre docente de Geografia Humana, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se professor Catedrático no ano seguinte. Ainda no ano de 1960, o geógrafo, junto a outros colegas, realizou duas importantes contribuições à geografia brasileira: fundou a Seção Regional Bahia da Associação dos Geógrafos Brasileiros (num primeiro momento como um núcleo vinculado à Seção Regional do Rio de Janeiro) e criou o *Boletim Baiano de Geografia*⁴⁷, que foi publicado até 1969 (Silva, 2002).

⁴⁷ Em detalhada pesquisa sobre a criação e formação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Charles da França Antunes (2008) enfatiza, entre muitos outros aspectos, a importância dos primeiros boletins na divulgação das pesquisas realizadas em diferentes pontos do país. O primeiro

O contexto nacional, marcado pelos debates desenvolvimentistas e sobre o papel de diferentes modalidades de planejamento, associado aos trabalhos de geografia aplicada⁴⁸ realizados a partir do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais embasaram o geógrafo para uma atuação efetiva em cargos públicos. Evidentemente, tiveram um papel central também o exercício do jornalismo e seu preparo para a liderança e organização de equipes de trabalho (desde os tempos de estudante secundarista).

Soma-se a esse panorama um fato decisivo: a viagem que realizou à Cuba, em abril de 1960, como editorialista de *A Tarde* acompanhando a comitiva do então candidato à presidência da república Jânio Quadros⁴⁹.

Em uma coluna intitulada “Visita a uma revolução”, foram publicados 13 textos ao longo do mês de abril de 1960 que tratavam de diferentes temas relacionados ao momento histórico daquele país, tais como as reformas agrária e urbana, as rela-

deles foi o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* que, sucedendo a *Revista Geografia*, foi publicado entre 1941 e 1945, sendo substituído pelos *Anais* que eram elaborados a partir das reuniões científicas promovidas pela Associação. Resultado de iniciativas de seções regionais foram criados: o *Boletim Carioca de Geografia* (primeiramente denominado *Boletim da Seção Regional*), a partir de 1948; o *Boletim Paulista de Geografia*, a partir de 1949; o *Boletim Mineiro de Geografia*, a partir de 1957; em 1960, além do *Boletim Bahiano de Geografia*, o *Boletim Paranaense de Geografia*.

⁴⁸ Aqui é importante destacar: *A geografia aplicada* (1960b), de Milton Santos em co-autoria com Anna Carvalho, e *Geografia e desenvolvimento econômico* (1960c)

⁴⁹ Segundo Bruno de Oliveira Moreira (2010, p. 101), Jânio aceitou o convite do embaixador cubano feito aos candidatos presidenciais da época para visitarem seu país no intuito de “[...] redimensionar sua imagem junto a setores progressistas que o viam como um representante das elites e dos trustes”.

ções entre Cuba e Estados Unidos, a luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento, entre outros. Para Bruno de Oliveira Moreira (2010), tais artigos evidenciavam a simpatia de Milton Santos com o novo regime e revelavam uma dissonância do geógrafo com a linha editorial adotada pelo jornal em relação à Revolução Cubana. Indício de sua autonomia como jornalista e como intelectual.

Após conhecerem-se pessoalmente durante a viagem à Cuba e tendo sido eleito presidente da República, Jânio Quadros convidou Milton Santos para ocupar o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Estado da Bahia durante seu governo que se iniciava (Jânio Quadros governou o país entre janeiro e 25 de agosto de 1961). O convite que foi aceito pelo geógrafo.

Posteriormente, Milton Santos assumiu o posto de presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (CPE), onde permaneceu entre os anos de 1962-1964, durante o governo federal de João Goulart (1961-1964). Ao assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, mesmo com poderes reduzidos devido à manobra que mudou o sistema presidencialista para parlamentarista, Jango buscou implementar algumas reformas de base a partir do plano Trienal, tendo o apoio e articulação de Celso Furtado como ministro do Planejamento. Dentre os pontos principais das reformas de base estavam políticas voltadas para a reforma agrária, para mudanças no sistema tributário e na legislação a respeito de investimentos estrangeiros e remessa de lucros. No entanto, foram muitos os impasses em torno das reformas propostas (Bandeira, 1977).

À frente da Comissão de Planejamento Econômico, e paralelamente às demais atividades que mantinha, Milton Santos publicou o artigo “Panorama econômico-social da Bahia”

(1964), um retrato detalhado do território baiano que, apesar de sua ocupação antiga, mostrava-se ainda como uma “área subdesenvolvida” do país.

Neste texto, voltado especialmente para a reflexão sobre o planejamento, Milton Santos (1964) destacou os problemas de uma agricultura dependente dos mercados externos, a existência de uma indústria considerada “insuficiente e frágil”, um sistema de transportes voltado apenas para a ligação entre centros de produção e de consumo, a hipertrofia do aparelho comercial e de distribuição que, junto a outros fatores, levavam o Estado a uma situação crítica de evolução e distribuição de renda.

Sua atuação no órgão de planejamento foi voltada principalmente para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais da Bahia. Em algumas ocasiões, Milton Santos comentou que entre as diferentes propostas colocadas pela Comissão, a criação de impostos sobre fortunas foi a mais criticada por outras esferas públicas e da sociedade. Suas convicções e sua atuação na esfera pública são, em nossa leitura de sua trajetória, mais um indício de suas preocupações com a efetivação da cidadania no país.

Ainda no ano de 1962, o geógrafo baiano foi eleito presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, contando com o apoio de Caio Prado Jr. (M. Santos, 2000, pp. 94-95). Aqui vale destacar, além dessa situação de apoio, o fato de terem mantido um frutífero diálogo ao longo de décadas. Como aponta Paulo Teixeira Lumatti (2007), ao longo dos anos 1950 e 1960:

“[...] Caio Prado Jr. manteve a geografia como uma de suas principais áreas de interesse e pesquisa, como se vê nos documentos de seu acervo. [...] Paralelamente, seguia de perto a produção dos novos geógrafos, como Aziz Ab’Saber, Pasquale Petrone,

Orlando Valverde e Milton Santos, como se vê em suas notas de leitura” (Iumatti, 2007, p. 165)

Com o golpe militar de 31 março de 1964, Milton Santos foi preso. São vários e diversos os depoimentos de pessoas que conviveram com ele neste momento e, ao mesmo tempo, há poucos relatos seus, em conversas e entrevistas, sobre o que viveu durante esses meses.

Certamente a sua postura crítica e firme em cargos públicos, sobretudo frente à Comissão de Planejamento da Bahia durante o governo Jango, e em outras esferas foi um dos motivos para sua prisão, já que não militava em nenhum partido específico. Outra causa provável pode ser a própria visita à Cuba, logo após a revolução de 1959, e o conteúdo de suas análises publicadas em *A Tarde*.

Cartas trocadas entre os irmãos Milton e Nailton Santos⁵⁰ (material inédito do acervo Milton Santos) registram as dificuldades por ele enfrentadas após a sua saída da prisão para voltar a trabalhar. Os órgãos de governo, a Universidade e o próprio jornal *A Tarde* fecharam-lhe as portas. Somam-se aos problemas vividos em Salvador, o fato de que a própria saída para a França foi bastante lenta e burocrática, visto que a efeti-

⁵⁰ Nailton Santos, falecido em janeiro de 1998, foi economista e atuou em diversas instituições brasileiras e no exterior. Baiano, viveu a maior parte de sua vida em Pernambuco. Participou da fundação da Sudene, junto a Celso Furtado, onde foi diretor. Após o golpe militar de 1964, foi perseguido e exilado por causa de seu engajamento político (mesmo que não partidário). Viveu na França (onde trabalhou, entre outras instituições, na UNESCO) até 1980, quando retornou ao Brasil após a Lei de Anistia. A partir de então, retomou seu posto na Sudene e atuou também na administração estadual pernambucana (Companhia Energética de Pernambuco), além de ter lecionado na Universidade Católica de Pernambuco (Fonte: *Diário de Pernambuco* [versão *on line*], 17 janeiro 1998).

vação do convite recebido para lecionar em Toulouse precisou passar por diferentes instâncias no Ministério da Educação daquele país.

Quando Milton Santos deixou o Brasil, pensava que após aproximadamente dois anos estaria de volta, não imaginava que permaneceria por tantos anos no exterior (M. Santos, 2000). Ao chegar em Toulouse, no início do ano de 1965, depa-rou-se com novos debates na geografia francesa, sendo o principal deles a geografia ativa.

O geógrafo baiano levava do Brasil a experiência de professor e os conhecimentos sobre autores clássicos da geografia francesa e também algumas críticas que começava a formular a respeito da chamada geografia regional. Como pesquisador, tinha se dedicado com afinco a estudos sobre a organização e funcionamento da zona cacaueteira, do recôncavo baiano e de outras partes da Bahia, como também às características de Salvador, seu papel metropolitano e demais redes urbanas importantes deste Estado (estudos que serão apontados no capítulo 2). Tais pesquisas foram elaboradas individualmente ou com a colaboração de pesquisadores do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Somava-se ainda a longa experiência como correspondente e editorialista do principal jornal da Bahia durante as décadas de 1950 e 1960 e, sobretudo, a atuação em cargos públicos, incluindo de planejamento.

O que Milton Santos encontrou na França foi um ambiente onde todas as atividades públicas mencionadas anteriormente deixariam de fazer parte de seu cotidiano, a partir de então marcado quase que exclusivamente pela pesquisa e pelo ensino. Esta seria uma grande diferença em seu dia-a-dia, ter um tempo maior disponível para os estudos, para as leituras. Tratava-se de uma conjuntura totalmente nova para ele. Como aponta Adriana Bernardes (2001), “o exílio veio marcar o encer-

ramento da breve e promissora carreira política e consolidar, por outro lado, a importante carreira como ‘homem da ciência’.

1.2.2. Revendo a noção clássica de região: diálogos com a geografia ativa e o papel das modernizações

Ao chegar na Université de Toulouse no final de 1964, Milton Santos deparou-se com os debates sobre a geografia ativa. Esta, de maneira mais ou menos velada, apresentava algumas críticas à geografia aplicada e buscava incorporar debates e conceitos marxistas à disciplina.

Um livro marco desse momento foi *A geografia ativa*, organizado por Pierre George, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser e publicado em 1964. Tal obra apresentou novos conteúdos para o objeto e métodos da geografia e voltou-se para pensar o seu papel num mundo que se transformava profunda e rapidamente.

Nessa segunda metade do século XX, a “era dos impérios” encontrava-se praticamente encerrada e o mundo vivia o período da Guerra Fria⁵¹ (Hobsbawm, 1995). Tratava-se de um momento de grandes mudanças, o mundo se complexizava em ritmo acelerado, o que exigia uma renovação epistemológica e metodológica das disciplinas.

Nesse contexto, a obra *A geografia ativa* (1964) teve um papel de destaque. Dentre as colocações levantadas, estão a

⁵¹ “Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. [...] Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (Hobsbawm, 1995, p. 223).

geografia como ciência humana, como ciência do espaço. O espaço era visto como o resultado e prolongamento da humanidade, reafirmando-se a importância das análises do desenvolvimento técnico para a compreensão da diversidade espacial no mundo e suas relações com as estruturas sociais e políticas.

Quanto ao método geográfico, foi enfatizada a noção de situação e seu papel nos estudos sobre o subdesenvolvimento⁵². Tal tema, de enorme interesse para Milton Santos, foi mais amplamente tratado na primeira parte “Perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido”, escrito por Yves Lacoste.

Sobre as reflexões acerca da região no mesmo livro, no artigo “A região como objeto de estudo da geografia”, Bernard Kayser ([1964] 1973) definiu-a considerando sua dimensão dialética e reconhecendo o estágio de avanço técnico e científico da época.

“Assim, quer se focalize a região na realidade de sua evolução, quer em suas perspectivas, ela é ao mesmo tempo o que está em jogo e o que resulta, instável de uma luta dialética. Ela só existe e só pode existir, de um lado, em função de estruturas organizadoras coerentes e poderosas, que têm a tendência a cristalizá-la no espaço; mas os fatores antagônicos que a fazem evoluir, por outro lado, voltam continuamente a pôr em questão seus limites e suas relações exteriores” (Kayser, [1964] 1973, pp. 299-300)

O geógrafo francês Bernard Kayser (1926-2001) foi um importante interlocutor de Milton Santos durante o período que permaneceu em Toulouse entre 1964 e 1967. Ao longo desses

⁵² “O reconhecimento de uma diferenciação dos mecanismos segundo o grau de desenvolvimento e segundo a natureza das relações econômicas implica na conclusão de que, no presente momento, cada situação comporta seu próprio desenvolvimento, que se trata de contribuir a exteriorizar” (*A geografia ativa*, [1964] 1973, p. 37)

anos, estabeleceram um profícuo diálogo, num rico convívio intelectual, acrescido de um forte laço de amizade, que se estenderia para as décadas seguintes⁵³.

Tendo, portanto, como pano de fundo os ricos debates sobre a geografia ativa e os diálogos realizados principalmente com Bernard Kayser, o geógrafo baiano passou a rever suas posições a respeito da geografia aplicada⁵⁴, que embasara os trabalhos realizados com a equipe do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, alguns deles co-orientados por Jean Tricart. Como também suas ponderações acerca do conceito de região e do papel da geografia regional.

Passados alguns anos após sua instalação na França, quando lecionava na Université de Bourdeaux durante o ano letivo de 1967-1968, Milton Santos redigiu o livro *Le métier de géo-*

⁵³ Num testemunho sobre o fato de Milton Santos ter vivido e lecionado em tantos lugares diferentes e o significado disso em sua produção teórica, afirmou Bernard Kayser (1996, p. 98): “um curioso geógrafo – e um geógrafo curioso –, esse Milton Santos! Melhor: um geógrafo de exceção. Está em toda parte e em parte nenhuma. Nenhum outro viajou tanto como ele, nenhum mudou tanto de atribuição e de residência, nenhum outro mudou-se tantas vezes numa carreira movimentada (no sentido próprio). Sua experiência dos lugares deveria portanto fazer dele um empirista. Muito pelo contrário, ele é um teórico, um filósofo cujo pensamento linear é indiferente à variedade das situações pessoais e materiais deparadas.”

⁵⁴ Sobre alguns pontos que diferenciavam a geografia ativa da geografia aplicada, apontaram George, Kayser, Guglielmo e Lacoste ([1964] 1973, p. 36): “É por isso que é tão importante separar a missão de uma geografia ativa, que é trabalho científico, de uma geografia aplicada, ou mais exatamente de uma aplicação dos dados fornecidos pela geografia, que é tarefa de administradores sensíveis por essência e por obrigação a outras considerações e a outras pressões, que as que decorrem da pesquisa científica.”

graphe en pays sous-développé, que seria publicado no ano de 1971⁵⁵.

Sobre seu conteúdo, o livro, publicado no Brasil em apenas em 1978⁵⁶, foi orientado preferencialmente para debates sobre os métodos da geografia e as interfaces entre esta e as demais ciências sociais. Dentre os pontos discutidos, estavam a necessidade de se rever os diálogos entre a geografia geral e geografia regional, a inseparabilidade entre o “concreto” e o “abstrato” nos debates conceituais sobre região e espaço⁵⁷ e críticas à analogia e ao método comparativo.

Especialmente quanto aos embates entre geografia geral e regional⁵⁸, Milton Santos se perguntou se ainda era possível “considerar a geografia geral e a geografia regional como dois pontos de partida ou duas maneiras de analisar os mesmos resultados, duas faces ou fases de uma mesma dialética” (M.

⁵⁵ Em conversas realizadas durante seus últimos anos de trabalho na Universidade de São Paulo, Milton Santos contou que após escrever *Le métier de géographe en pays sous-développé* preferiu deixá-lo “guardado” pois não se sentia certo quanto à sua publicação, o que aconteceu em 1971.

⁵⁶ Na versão em português, *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1978a), consta um capítulo inédito, “A especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos” (capítulo 14), que evidencia os avanços teóricos realizados por Milton Santos em seus estudos sobre urbanização no Terceiro Mundo realizados a partir de meados dos anos 1960 e ao longo da década de 1970 (assunto do capítulo 2).

⁵⁷ Introduzindo alguns debates ontológicos sobre o espaço (um capítulo da obra foi dedicado à “Noção de espaço”), Milton Santos já atribuía a este o papel de “categoria de estudo” da disciplina. Voltaremos a esse tópico no capítulo 3.

⁵⁸ Anteriormente, Milton Santos já havia levantado esse debate em *Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés* (1967a) e “L'alimentation des populations urbaines des pays sous-développés” (1967b).

Santos, [1971] 1978, p. 8). Mas o próprio autor afirmava que, além das definições de geografia geral e regional, é a própria noção de região que deveria estar no centro do debate. Perguntava-se então:

“Primeiramente, é a própria idéia de região que deve estar no centro do debate. Atualmente, será que podemos admitir que as construções humanas, tal como elas se apresentam sobre a superfície do planeta, resultam de uma interação entre grupo humano e meio geográfico?” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 8-9).

A resposta é fornecida pelo próprio autor, a partir da proposição de “paisagens derivadas” de Max. Sorre⁵⁹, idéia que teria grande peso nas proposições teóricas de Milton Santos.

“A questão já foi respondida por Sorre, quando falou das ‘paisagens derivadas’. Essas paisagens dos países subdesenvolvidos, efetivamente, derivam das necessidades da economia dos países desenvolvidos, onde, finalmente, se encontra a decisão. As relações mantidas pelos grupos humanos com suas bases geográficas não dependem desses grupos humanos” (M. Santos, [1971a] 1978a, p. 9).

Em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a), Milton Santos também explicava a crise da noção clássica de região pelas novas condições técnicas e políticas que se instalavam em diferentes parte do mundo, tais como os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, além da expansão da economia internacional que implicava em comandos externos incidindo principalmente nos países subdesenvolvidos.

⁵⁹ As “paisagens derivadas”, noção elaborada por Max. Sorre no final da década de 1940, apresentavam uma organização interna que era marcada por comandos externos, o que poderia ser verificado principalmente em países que foram colonizados por outros povos.

Para se compreender a situação dos países pobres, Milton Santos ressaltou que era preciso realizar um esforço de *compreensão global do subdesenvolvimento* a partir de uma análise do impacto das modernizações sobre estes países.

Esta, entre outros aspectos, permitiria reconhecer a existência de *espaços derivados*⁶⁰ – conceito inspirado nas “paisagens derivadas” de Max. Sorre.

Aqui foram importantes os diálogos que o geógrafo estabeleceu com uma equipe de pesquisadores do Institut d' Études du Développement Économique et Social (IEDES), em Paris⁶¹. Os resultados de alguns trabalhos inspirados no debate sobre *modernizações e espaços derivados*, elaborados por uma equipe multidisciplinar coordenada por Milton Santos no IEDES, foram publicados no ano de 1972 em um número especial da *Revue Tiers-Monde* (nº 50) denominado “Modernisations et ‘Espaces Dérivés’”. Nele constam textos do próprio Milton Santos, de Georges Coutsinas, de Catherine Paix, de Luiz Navarro de Brito, entre outros autores.

Nesse momento de sua trajetória epistemológica, o debate sobre as *modernizações* e seus impactos nos países subdesenvolvidos ganha força no trabalhos de Milton Santos. Para o autor uma “modernização” é a generalização de uma inovação vinda de um período anterior. Todavia, esta deveria ser pensada “no plural” visto que, num mundo que se se tornava cada vez mais complexo desde o pós-guerra, uma

60

⁶¹ Durante os anos de 1968 a 1971, Milton Santos lecionou no IEDES, onde também ocupou o cargo de diretor do Grupo de Pesquisa “Organização do Território”. Nesta instituição orientou 12 trabalhos de pós-graduação. Paralelamente, lecionou na Université de Sorbonne (este ponto será retomado no capítulo 2).

modernização dificilmente se instalava nos territórios de forma isolada, vindo sempre acompanhada de outras.

Era um estágio da história do mundo em que o *período tecnológico*⁶² (Radovan Richta, [1968] 1974), desenhado desde meados do século XX, passou a se instalar com força nos países periféricos. Foi quando as modernizações, em sua maior parte oriundas dos países centrais, se instalavam com mais vigor nos territórios do Terceiro Mundo que, segundo suas configurações, as abrigaram de diferentes formas e com intensidades distintas. Quanto ao papel das influências externas em um dado espaço geográfico, afirmou:

“[...] o espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista.” (M. Santos, [1971a] 1978a, p. 62).

Aqui é importante destacar a busca por uma definição de *espaço geográfico*, que a partir de então começou a ganhar centralidade em suas reflexões teóricas. No entanto, o que ainda queremos destacar aqui é que para Milton Santos essas “porções de territórios” não deixavam, porém, de apresentar alguma forma de resistência às “influências externas”.

Sobre esse processo, foi também em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a), que Milton Santos apresentou a noção de *rugosidades* que, resultantes de heranças históricas, corresponderiam às “limitações geográficas” impostas às modernizações e aos fluxos de diferentes ordem. Esta idéia acabaria por

⁶² A própria noção de “período tecnológico” ou “período técnico-científico” de Radovan Richta ([1968] 1974) teria grande importância nas proposições teóricas de Milton Santos a partir da década de 1980 (voltaremos a esse tópico no capítulo 3).

se tornar um conceito forte em seu exercício de elaboração de teoria geográfica. Nas palavras do autor:

“Na realidade, os fluxos que atravessam o espaço não o vivificam apenas; são também responsáveis por novos refluxos, no seio dos quais facilitam ou tornam difíceis acumulações ou empobrecimentos. Se os fluxos são assim condicionados, tanto em sua direção e volume quanto em sua natureza e eficiência, então é o espaço que muda em si mesmo, após ter sido alcançado pelos fluxos. Se considerarmos estes últimos como forças dotadas de uma autonomia completa na configuração do espaço, arriscar-nos-emos a não levar em consideração as *limitações geográficas*, assim como aquelas que resultam de uma herança histórica. [...] Como os fluxos são multilaterais, as deformações sofridas em decorrência das *rugosidades do espaço* ocasionam modificações quantitativas ou ainda, com bastante freqüência, qualitativas” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 62-63) [grifo nosso]

Podemos afirmar que a esta altura Milton Santos avançava, sobretudo a partir do enfoque sobre modernizações, na construção de um diálogo mais efetivo entre as noções de técnica e de tempo⁶³, o que já foi apontado por Adriana Bernardes

⁶³ Sobre o tempo e sua importância para a Geografia, afirmou: “O tempo é uma noção fundamental em Geografia [...]. A idéia de tempo pode traduzir-se na idade técnica de um fator em relação a modelos técnicos mais avançados num dado momento. Na ótica que nos interessa, reencontramos esta noção no grau de modernismo ou de arcaísmo das indústrias, no caráter mais ou menos evoluído da agricultura, das técnicas de estocagem e de armazenamento, na qualidade e no estado das estradas e das vias de comunicação, na idade dos parques automobilístico e ferroviário, na idade, no desenvolvimento e na qualidade dos meios de comunicação públicos, no nível cultural da população, considerada globalmente e por setores, na antiguidade do terciário, a reconhecer pelo grau de modernidade do comércio, bancos, ensino e serviços hospitalares” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 92-93).

(2001). Para a geógrafa, a partir da delimitação da temática das modernizações e suas implicações geográficas, nas reflexões teóricas de Milton Santos,

“nascia, desse modo, a noção de tempo, casada com a das técnicas e com os sistemas espaciais. Aí, estaria o germe de mais um problema reflexivo que o autor levará por todo o futuro: como aproximar a noção de tempo do pensamento espacial?” (Bernardes, 2001, p. 144).

Soma-se ainda, ao nosso ver, o início de um diálogo entre técnica, tempo e espaço a partir, tanto da noção de *rugosidades*, quanto de *tempo espacial*, que corresponderia a um tempo “real” do espaço resultante da integração de “tempos teóricos”.

“É verdade que o geógrafo, o economista, o sociólogo ou o historiador pode, cada um à sua maneira, falar de um tempo que nada mais seria do que uma datação e uma escala cronológica de eventos ou de realizações materiais. Se esses diferentes tempos podem ser diferentemente definidos por cada especialista, isto constituiria sobretudo um instrumento particular de análise, uma forma privilegiada de abordagem da realidade. [...] Na realidade o espaço integra todos esses tempos, fornecendo-lhes uma base concreta, ela própria constituindo o objeto de uma história. Sua originalidade nasce exatamente de que as combinações de tempos particulares são fortemente marcadas pelo dado geográfico, onde todos esses ‘tempos teóricos’ se integram para dar lugar a uma espécie de tempo ‘real’, à dimensão tanto histórica quanto geográfica, econômica, sociológica e política” (M. Santos, [1971a] 1978a, p. 63)

Ou seja, o *tempo espacial* “[...] vem a ser uma síntese permanente, o resultado de uma acumulação, permitindo distinguir as diferentes porções da superfície do planeta, com suas estruturas e comportamentos próprios” (M. Santos, [1971a] 1978a, p. 64).

Podemos afirmar que apresentação das noções de rugosidades e de tempo espacial em *O trabalho do geógrafo* revelam um novo momento no processo de internalização das categorias técnica e tempo. Evidentemente, tais proposições seriam aprofundadas nos anos seguintes. No entanto é possível afirmar que este foi um marco em seu exercício de teorização, também porque já apontava para a necessidade de se pensar o *espaço geográfico* como um conceito importante para a disciplina, debate que se fortaleceria nos anos seguintes (voltaremos ao tema do capítulo 3).

Por ora, queremos enfatizar que esse momento consolida um distanciamento crítico da geografia regional clássica. A própria análise dos impactos causados pelas modernizações nos países subdesenvolvidos, além de embasarem uma crítica contundente à noção clássica de região, tornou-se uma variável central em suas reflexões sobre o processo de urbanização em países do Terceiro Mundo.

Ao nosso ver, a análise das modernizações associada a um aprofundamento dos diálogos com a Economia Política embasaram a elaboração, no início da década de 1970, da teoria dos circuitos da economia urbana, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

Modernizações, diálogos com a economia política e uma teoria geográfica da urbanização

Introdução

Neste capítulo enfatizamos a formulação da *teoria dos circuitos da economia urbana* apresentada em princípios da década de 1970. Partimos do pressuposto que esse momento representou mais um marco na trajetória epistemológica de Milton Santos, tratando-se tanto de uma contribuição teórica efetivamente inovadora para a análise do processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, quanto por aprofundar os diálogos com a economia política.

Sabemos que o interesse do geógrafo pelo tema da urbanização esteve presente desde seus primeiros trabalhos sobre a Bahia, no entanto, com o passar dos anos seu escopo de análise foi se ampliando. Em 1961 foi publicado seu primeiro artigo sobre as grandes cidades nos países subdesenvolvidos. Tal interesse foi certamente fomentado por sua ida, em dezembro de 1964, para a França, onde começou a lecionar na Université de Toulouse. A partir de então, tendo a maior parte de seu tempo voltado para a vida universitária, Milton Santos soube

também aproveitar um ambiente fértil para o estudo e para a pesquisa sobre a urbanização nos países periféricos.

Desde os primeiros artigos sobre a Bahia até a elaboração da *teoria dos circuitos da economia urbana*, alguns passos podem ser reconhecidos. Primeiramente, voltados para a realidade baiana, seus estudos partiram de conceitos clássicos da geografia urbana. Em seguida, buscou analisar grandes cidades do Terceiro Mundo, a partir de suas características comuns e de seus fatores de diferenciação. Posteriormente, pautado sobretudo em diálogos com a Economia Urbana, o geógrafo passou a dar maior ênfase ao papel que atividades como o artesanato, o pequeno comércio e a prestação de determinados serviços têm na dinâmica das cidades.

Por fim, pautado na análise do impacto das modernizações no processo de urbanização nos países subdesenvolvidos e num aprofundamento dos diálogos com a Economia Política, o autor alcançou, em nossa visão, o embasamento necessário para a elaboração da *teoria dos circuitos da economia urbana*.

Ao longo da década de 1970, o geógrafo foi avançando e aprimorando sua teoria alicerçado também em inúmeras pesquisas realizadas em cidades na América Latina e na África. Foi favorável a tal contexto, o fato de Milton Santos ter vivido e lecionado em diversos países, entre os anos de 1965 e 1977.

É a partir dos trabalhos efetuados ao longo da década de 1970 que podemos efetivamente pensar no eixo da Economia Política para analisar sua produção teórica. Tal consideração vale, tanto para os esforços de teorização realizados por Milton Santos a respeito da urbanização nos países subdesenvolvidos (tema deste capítulo 2), quanto para o aprofundamento de suas análises sobre epistemologia da geografia (tema do capítulo 3).

Quanto ao eixo sobre a centralidade da técnica, como apontado no capítulo anterior, podemos falar numa releitura da

categoria, a partir principalmente dos diálogos entre esta e a categoria tempo. Daí a importância da análise do impacto das modernizações nos países subdesenvolvidos, agora enfatizada nos estudos sobre urbanização. O eixo da cidadania como prática também se revela, entre outros aspectos, nas críticas do geógrafo às abissais desigualdades existentes entre países centrais e periféricos e nas metrópoles dos países do Terceiro Mundo.

Iniciamos este capítulo apontando debates que antecederam a formulação da *teoria dos circuitos da economia urbana* (M. Santos, 1971 e 1975). Apresentamos alguns textos e livros voltados para análise da realidade baiana, baseada em conceitos clássicos e caros à geografia urbana como sítio e situação, funções urbanas, rede urbana, centralidade e papel metropolitano. A seguir destacamos alguns trabalhos que, ao dialogarem com a economia urbana, buscaram compreender as especificidades da urbanização nos países subdesenvolvidos. Estes debates e reflexões anteriores à elaboração e à sistematização da teoria dos circuitos, a nosso ver, correspondem a um momento em que promoveu um novo rumo em sua *démarche*.

2.1. Das primeiras reflexões sobre geografia urbana às análises sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos

2.1.1. Partindo de conceitos clássicos: estudos sobre a Bahia

Como vimos no capítulo 1, os primeiros estudos de Milton Santos sobre uma geografia urbano-regional da Bahia ocorreram, em grande parte, ao longo dos anos 1950, enquanto o geógrafo ainda vivia no Brasil.

Deste período, enfatizaremos alguns trabalhos que antecedem sua tese de doutorado (*O centro da cidade do Salvador*,

1958) e outros posteriores, nos quais o autor partia de conceitos clássicos, tais como sítio e situação, funções urbanas, rede urbana e centralidade, dedicando-se também a estudos sobre o centro de Salvador e seu papel metropolitano.

Sobre alguns trabalhos realizados antes da elaboração de sua Tese, citamos “Cidade de Jequié e sua região” (1956), resultado de uma pesquisa feita sob os auspícios da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Neste texto foram tratados aspectos da estrutura interna da cidade, todavia, a entrada principal da análise foi as relações entre a cidade, localizada num ponto limite entre a produção cacaueira e o cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, e o seu entorno, que passou por grandes mudanças após a chegada da rodovia Rio-Bahia, no início da década de 1950. Os conceitos de sítio e situação e de organização do espaço foram centrais no trabalho.

“Cidade viva e alegre, com suas belas praças ajardinadas, ruas bem pavimentadas, próspero e movimentado comércio, indústria que reponta a um ativo movimento de transportes, Jequié é uma autêntica capital regional, tendo sabido juntar às excelências de sua posição uma razoável capacidade de organização do espaço.” (M. Santos, 1956, p. 71)

Tratava-se de um momento na história da disciplina em que os estudos de geografia urbana partiam de conceitos como sítio e situação, funções urbanas, estrutura da cidade (tipo de plano linear, radial, concêntrico), centralidade e papel metropolitano, rede urbana, hierarquia urbana. Alguns destes conceitos, ainda caros à disciplina, foram mantidos e relidos em trabalhos elaborados por Milton Santos até o final de sua trajetória epistemológica, outros seriam abandonados, não só por ele como também por outros geógrafos.

Sobre o artigo “Cidade de Jequié e sua região” (1956), enfatizando a importância da circulação, foi destacado pelo autor o

papel dos meios de transporte nas relações entre cidade e região. Em sua análise apontava como a cada mudança técnica ocorrida (a chegada da ferrovia, da rodovia ou ainda, nesse caso, de um novo traçado rodoviário), como novas hierarquias poderiam se configurar. Nas palavras de Milton Santos (1956):

“o desenvolvimento dos meios de transporte, a expansão da lavoura cacaueira e da criação do gado em terras vizinhas, além do florescimento da cultura do café e de outros produtos alimentares, contribuíram para o fortalecimento da situação regional de Jequié, especialmente após a conclusão da rodovia Rio-Bahia.” (M. Santos, 1956, p. 74)

Neste mesmo período, na geografia brasileira, as monografias resultantes das reuniões promovidas pela AGB foram importantes contribuições para a geografia urbana. Um exemplo clássico, dentre tantos outros, é *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva* (1956), de Aroldo de Azevedo⁶⁴. Quanto aos clássicos franceses, é preciso mencionar Pierre Defontaines, com o artigo “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades” (1944), e Pierre Monbeig, com “La croissance de la ville de São Paulo” (1953).

Voltando à produção de Milton Santos, especificamente sobre o centro de Salvador e seu papel metropolitano, alguns

⁶⁴ Em sua obra *Dois séculos de pensamento sobre a cidade* (1999), Pedro de Almeida Vasconcelos faz um extraordinário resgate dos principais autores e obras elaboradas em diferentes períodos da história da geografia urbana, no Brasil e em outros países. Quanto à história das cidades e do urbanismo, mostra também os principais debates e linhas de pensamento existentes entre 1810 e meados da década de 1990. Deste momento, entre os geógrafos brasileiros, além de Aroldo de Azevedo, menciona ainda Pedro Geiger e o próprio Milton Santos (Vasconcelos, 1999).

trabalhos importantes anteciparam sua tese de doutorado⁶⁵ (1958), tais como "As indústrias da cidade do Salvador: distribuição geográfica" ([1955-57] 1958b), em colaboração com Ana Dias da Silva Carvalho; *O papel metropolitano da cidade do Salvador* (1956a); "A Baixa dos Sapateiros" (1957b); e "Localização industrial em Salvador" (1958c).

Em *O centro da cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana* (1959), o autor faz reflexões acerca das transformações ocorridas na fisionomia e na vida dessa cidade, sobretudo em sua área central. Estas decorrentes, sobretudo, da mudança do eixo econômico do país do atual Nordeste – cujo centro urbano mais importante era Salvador – para o Sudeste. Foram centrais na discussão desenvolvida as reflexões sobre a formação da cidade e seu papel no espaço regional, sobre as funções desenvolvidas por sua área central e sobre a estrutura urbana (entendida como base material). É evidente a longa e intensa pesquisa feita para elaboração do trabalho devido ao grande número de informações sobre diferentes aspectos da cidade, desde dados populacionais aos das atividades econômicas, incluindo dados sobre “a estrutura urbana dos bairros centrais” (tipo e quantidade de construções). Foram autores importantes para a realização do trabalho, Max. Sorre e Jean Tricart⁶⁶, Ge-

⁶⁵ Como já apontamos, defendida em 1958, a Tese de Doutorado de Milton Santos – *Le centre de la ville de Salvador. Étude de géographie urbaine* – foi publicada no Brasil no ano seguinte.

⁶⁶ Quanto à Jean Tricart (1951), cujas idéias inspiraram Milton Santos em diferentes trabalhos, partindo do conceito de gênero de vida, enfatizava que era necessário também reconhecer a correlação e interdependência entre os diferentes organismos urbanos e a solidariedade existente entre economia regional e evolução urbana. A idéia de centralidade e a análise das relações entre cidade e região eram fundamentais para os estudos urbanos, e Milton Santos buscava novamente inspiração em Max. Sorre (1952).

orges Chabot, Jean Labasse, Pierre George, Michel Rochefort, Jules Blache⁶⁷, entre outros.

Trata-se aqui de uma obra voltada sobremaneira para a organização interna da cidade, mas que não deixa de observar as relações desta com a região, sobretudo pela análise da importância do porto de Salvador na circulação de pessoas e mercadorias no contexto nordestino. Na conclusão do livro, Milton Santos (1959) afirmou que buscava “[...] incluir Salvador em um grande esquema de classificação do fenômeno urbano”, o que deixa claro seu interesse em ultrapassar uma pesquisa de base eminentemente empírica e pensar as bases teóricas de uma geografia urbana. Após a elaboração e publicação da Tese, dois outros importantes trabalhos sobre Salvador foram apresentados: “Salvador e o deserto” (1959e) e “Alguns problemas do crescimento da cidade do Salvador” (1961a). Após seu retorno ao Brasil em 1977, o tema se manteve em sua produção, porém com menor força⁶⁸.

Ainda no ano de 1959, foram publicados outros dois importantes textos de sua autoria. Um deles foi *A cidade como centro da região* (1959a), no qual refletiu sobre os métodos de avaliação da centralidade (método Christaller, entre outros), para adotar – propondo uma adaptação para a realidade brasileira –

⁶⁷ Na bibliografia de *O centro da cidade do Salvador* encontra-se a referência da apresentação feita por J. Blache no XVIII Congresso Internacional de Geografia (1956), denominada “La géographie des Villes dans ses rapports avec les techniques et leur evolution”.

⁶⁸ Milton Santos ainda publicou “A estratégia atual do planejamento em Salvador” (1994) e “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea” (1995). Vale ressaltar que, no ano de 2001, tinha iniciado um projeto para a publicação de um livro sobre Salvador (pela editora Record), no qual recuperaria trabalhos feitos e também incluiria uma análise contemporânea sobre a cidade.

o método Rochefort, numa operacionalização sobre o Recôncavo baiano e zona cacauêira baiana.

Já em *A rede urbana do Recôncavo* (1959b), trabalho publicado pelo já mencionado Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, o autor preocupou-se em pensar uma região que não seria determinada a partir de uma idéia tradicional, na qual o Recôncavo seria definido segundo suas características fisiográficas, ou de classificações pré-determinadas (como a do IBGE), mas sim por aspectos de seu próprio dinamismo.

Nesse texto, Milton Santos afirmou que a idéia “tradicional” de Recôncavo não servia para a definição de um fato dinâmico. Segundo o autor, seu trabalho propunha-se a “esboçar os principais problemas da geografia urbana do Recôncavo, estudando sobretudo a formação e hierarquia dos núcleos, bem como a evolução do tipo de relações mantidas com a cidade do Salvador” (M. Santos, 1959, p. 4).

Como principais conceitos trabalhados em *A rede urbana do Recôncavo* (1959b), estão o fato urbano, as funções urbanas, a rede urbana, hierarquia de núcleos e relações mantidas com Salvador, ou seja, a hinterlândia e o papel de *relais*. Aqui a circulação, através do papel dos transportes⁶⁹, é fundamental. A “evolução dos transportes” era, naquele momento, a variável principal nas mudanças da rede urbana e nas relações com Salvador.

⁶⁹ São vários trabalhos nos quais priorizou esse tema: "Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano", *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, (separata do volume IX, tomo I, 1954-55), São Paulo, 1957, pp. 305-320; "Ituberá, porto cacauêiro rejuvenescido pela indústria", *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, (separata vol. X, tomo I, 1955-57), São Paulo, 1958, pp. 119-131; "Aspectos geográficos da concorrência entre os diversos meios de transportes na zona cacauêira da Bahia" [1959], *Boletim Baiano de Geografia*, ano I, nº 1, Salvador, junho, 1960, pp. 41-56.

Importante destacar também uma periodização realizada pelo geógrafo baseada na ocupação da cidade e seu entorno. Como em outras ocasiões, a técnica é fundamental e os períodos vão desde a era do vapor aos transportes mais sofisticados. A técnica, como forma de fazer e se organizar, aparece também na discriminação das atividades agrícolas da região⁷⁰.

Partindo do enfoque regional e urbano que esteve desde o início na trajetória epistemológica de Milton Santos, nota-se a partir de então uma mudança. Enquanto em *Zona do cacau* (1957) foi, principalmente, a dinâmica da vida regional que caracterizava o “papel” das cidades, a partir – grosso modo – dos trabalhos mencionados acima, as análises partiriam do papel decisivo da rede urbana na dinâmica regional.

Ao longo da primeira metade dos anos 1960, o enfoque urbano-regional, enfatizando particularidades baianas, manteve-se predominante na produção do geógrafo. Foi no ano de 1961, enquanto ainda vivia no Brasil, que Milton Santos escreveu seu primeiro artigo sobre cidades nos países subdesenvolvidos, denominado “Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés” (1961). Este foi o segundo de inúmeros artigos que seriam publicados em revistas estrangeiras nas décadas seguintes⁷¹.

Na geografia urbana brasileira, frente a um país que se urbanizava em ritmos cada vez mais intensos e passava por significativas transformações em suas grandes cidades e metrópo-

⁷⁰ Ainda sobre o Recôncavo Baiano, Milton Santos publicaria após sua saída do Brasil, em 1964, “Villes et région dans un pays sous-développé: l'exemple du Recôncavo de Bahia” (1965a).

⁷¹ Segundo informações de seu *curriculum vitae*, o primeiro artigo de Milton Santos publicado no exterior foi “Quelques problèmes géographiques du centre de la ville de Salvador”, em *L'Information Géographique*, nº 3, Paris, 1959.

les, vários autores trouxeram importantes contribuições para a análise desse processo. Dentre outros podemos mencionar, *Aspectos da geografia carioca* (1962), composto por trabalhos elaborados pela Seção Rio de Janeiro da AGB, incluindo “Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX” de Lysia Cavalcanti Bernardes; *Evolução da rede urbana brasileira* (1963), Pedro Geiger; *A cidade do Rio de Janeiro e sua região* (1964), de Ligia Bernardes (e outros).

Nesse momento Milton Santos começava a se interessar pela análise de cidades no Terceiro Mundo, ultrapassando assim suas reflexões sobre a Bahia e Salvador que, todavia, não seriam completamente abandonadas.

Iniciava-se aqui um momento de transição, marcado por novas escolhas, que foi certamente fomentado por sua ida para a França, onde em diferentes instituições teria um acesso maior a pesquisas sobre o tema do subdesenvolvimento e da urbanização e, também, um contato mais próximo com pesquisadores de diferentes lugares e países.

2.1.2. As especificidades da urbanização no Terceiro Mundo e diálogos com a economia urbana

Em meados dos anos 1960, a conjuntura internacional encontrava-se num contexto, arquitetado desde o pós-guerra, no qual a expansão de grandes grupos empresariais se dava com muita força em direção a alguns países do mundo subdesenvolvido, causando grandes impactos em suas economias e nas configurações territoriais, paralelamente a uma maior e mais intensa financeirização da economia em escala mundial (Peirão, 1996).

Neste momento, aprofundavam-se os debates sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, sobre as característi-

cas do Terceiro Mundo e suas relações de dependência com o Primeiro Mundo.

Em seu livro *Os países subdesenvolvidos* (1961), Yves Lacoste criticou o fato de que os inícios de industrialização em alguns países latino-americanos não levaram a um “crescimento estável” e a “ajuda externa de grandes potências também não provocou o progresso que os especialistas esperavam, baseados nos mecanismos econômicos dos países desenvolvidos” (Lacoste, 1961, p. 97).

Importantes pensadores dedicaram-se a esse tema, com os quais Milton Santos dialogou, como Celso Furtado, Theotonio dos Santos, Octávio Ianni, Maria da Conceição Tavares, Raul Prebisch, Aníbal Quijano, D.F. Maza Zavala, Samir Amin, André Gunder Frank, Gunnar Myrdal, François Perroux e Yves Lacoste, entre outros⁷².

Foi a partir de 1964, quando passou a viver na França, que suas reflexões sobre o tema da urbanização nos países periféri-

⁷² Para mencionar aqui alguns destes diálogos, no que diz respeito ao papel do Estado nos países subdesenvolvidos e suas relações com os monopólios e as grandes empresas, Milton Santos concordava com Celso Furtado (1965) quanto à importância crescente que as grandes empresas assumiam nas decisões nacionais e com Aníbal Quijano (1970) quando este afirmava que o “Estado seria menos Estado”. Ainda sobre o peso do monopólio na vida e na economia nacional dos países pobres, Milton Santos compartilhou a idéia de Gunder Frank (1968) de que as grandes firmas ao conservarem os lucros do progresso tecnológico aprofundavam o subdesenvolvimento nos “países satélites”; e discordou de Prebisch (1949) que afirmava que o desemprego e os excedentes de mão-de-obra na América Latina eram resultado de um crescimento insuficiente. Quanto ao geógrafo Yves Lacoste, trata-se de um interlocutor que, na geografia francesa, se preocupou com as desigualdades entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido.

cos tomaram fôlego. Como já mencionado, Milton Santos depa-rou-se, nesse momento, com um contexto marcado por diá-logos com diferentes intelectuais e pelo acesso a pesquisas sobre distintas partes do mundo⁷³. Sobre os anos passados na França, entre 1964 e 1971, o geógrafo afirmou ter vivido um momento de “solidariedade intelectual”⁷⁴.

Concomitantemente, começava a afastar-se do Brasil, de onde recebia notícias com alguma freqüência porém, com o passar do tempo, passou a recebê-las com menor intensidade. Num contexto técnico em que a circulação das idéias e das pessoas não era tão facilmente realizada, aos poucos, também foi se distanciando da produção geográfica brasileira.

⁷³ Como já mencionado no capítulo 1, entre os anos de 1964 a 1971, Milton Santos lecionou nas Universidades de Toulouse (1964-1967), Bordeaux (1967-1968) e, em Paris, na Sorbonne (Paris I) e no Institut d' Études du Développement Économique et Social (1968-1971). Neste instituto, onde foi também diretor do Grupo de Pesquisa “Organização do Território”, teve contato com diversos pesquisadores de países africanos e latino-americanos e orientou mais de uma dezena de trabalhos.

⁷⁴ Sobre período passado na França, quando já tinha uma intimidade com a cultura do país, afirmou Milton Santos (*Território e sociedade*, 2000, p. 104): “A maior ou menor facilidade para nos instalarmos em outro país tem muito a ver com a forma como se domina ou não seus códigos. Aí suporta-se melhor um outro país. E era um momento, também, em que havia, no meio intelectual, manifestações de solidariedade em torno de idéias e de princípios. Era o auge, na verdade, da solidariedade internacional. Que hoje não há mais. Havia a idéia de que a pobreza e o subdesenvolvimento tinham que ser eliminados, a liberdade tinha que ser preservada. Isso ajudava à instalação de um homem de *lá bas*, um sujeito que vem lá do Terceiro Mundo, e que era mais facilmente assimilável naquela época.”

Os seus primeiros esforços de síntese elaborados sobre o processo de urbanização no Terceiro Mundo foram apresentados no artigo "Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés", publicado em 1961⁷⁵. Neste buscou compreender alguns aspectos das grandes cidades do mundo subdesenvolvido a partir da determinação de características comuns e fatores de diferenciação existentes entre elas. Foi enfatizada pelo autor a importância de reconhecê-las segundo a particularidade de cada país, marcada, entre outros fatores, por suas respectivas histórias coloniais. No mesmo artigo apontou ainda o rápido crescimento e o aumento da população urbana como um fenômeno geral no processo de urbanização em praticamente todos os países do Terceiro Mundo.

Nesse início da década de 1960, o geógrafo deu continuidade aos diálogos que já estabelecera com autores clássicos da geografia, como Georges Chabot, Jean Tricart e Max. Sorre e também com a geografia aplicada. Tais diálogos foram uma fonte importante de inspiração em sua busca por uma definição de *cidade*, como também pelo papel desta na economia regional, que Milton Santos buscava inspiração nos autores mencionados.

Mais especificamente sobre as cidades dos países subdesenvolvidos, Milton Santos concordava com Pierre George – com quem estreitaria os diálogos a partir de então – quando este alertava, em seu livro *Precis de géographie urbaine* (1961), que o fenômeno urbano na América Latina não era uma repetição do período pré-industrial que marcou o processo de urbanização de determinados países do mundo desenvolvido.

Voltando ao artigo de 1961, ao se questionar sobre qual seria a definição de uma “grande cidade do mundo subdesenvol-

⁷⁵ A parte I do livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965) corresponde à versão em português deste artigo.

vido”, Milton Santos afirmou que esta teria um papel de “traço de união entre um mundo industrial, que lhe compra os produtos, brutos ou tendo recebido uma primeira preparação, e um mundo rural que fornece essas matérias-primas e, em troca, recebe produtos manufaturados que a cidade importa ou fabrica” (M. Santos, 1961, p. 197). Ressaltando ainda o caráter de dependência externa da economia das grandes cidades subdesenvolvidas, bem como de suas relações com a região⁷⁶.

Para analisar as características comuns existentes entre as grandes cidades do mundo subdesenvolvido, Milton Santos baseou-se na combinação tanto de variáveis de natureza mais universal, que permitem a explicação da urbanização seja em países pobres como em países ricos – tais como os aspectos populacionais (taxas de natalidade e mortalidade, migrações etc.) e a natureza das funções urbanas⁷⁷ – quanto de variáveis

⁷⁶ “A cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial. Se a cidade constitui o instrumento dessa evolução, age, todavia, como uma espécie de manivela, acionada de fora.” (M. Santos, 1961, p. 199). Posteriormente, no livro *Le métier du géographe en pays sous-développés* (1971a), o próprio autor criticaria essa definição apontando suas limitações.

⁷⁷ A análise das funções urbanas, que não era exclusiva às reflexões sobre o processo de urbanização ocorrido nos países subdesenvolvidos, podia, no entanto, reconhecer algumas especificidades destes países. Para Milton Santos, como para outros autores, um dado comum foi a importância da função administrativo-militar como motivo originário de criação de algumas cidades. Apenas posteriormente, devido à organização da região, tais cidades passariam a ter um papel comercial forte. Todavia, para o geógrafo, a função comercial e de serviços foi, essencialmente, a característica principal das grandes cidades do Terceiro Mundo. As demais funções – bancária, cultural, industrial – surgiram com maior ou menor

capazes de reconhecer as particularidades de processos indicadores de distintas situações de subdesenvolvimento, como o desequilíbrio social dos níveis de vida, a grande concentração de recursos não produtivos, os tipos de relações que as cidades mantêm com a região e as formas gerais de organização do espaço interno, incluída a ocorrência de favelas. Além do levantamento de características comuns, segundo o autor, era preciso reconhecer os fatores de diferenciação entre as cidades.

Quanto a estes, encontram-se o tipo de colonização que deu origem à cidade, a sua função inicial, os ritmos de evolução da economia, a atividade urbana presente e o reconhecimento de seus problemas. Entre esses fatores, segundo o autor, há uma hierarquia na qual o tipo de colonização⁷⁸ possui um papel primordial (M. Santos, 1961).

força segundo os tipos de relações que ocorreram entre cidade e região e entre cidades. Em todos os casos, as diferentes funções nunca ocorriam de maneira isolada. “Em resumo, as funções que realiza uma grande cidade do mundo subdesenvolvido estão umas em relação às outras tão intimamente ligadas que seríamos tentados a dizer que aqui se repete, bem nitidamente, o fenômeno da coalescência, apontando às metrópoles como um dos seus requisitos” (M. Santos, 1961, p. 199).

⁷⁸ Para Milton Santos (1961), eram três os tipos de colonização determinados segundo as repercussões na vida urbana. O primeiro deles correspondia à colonização comercial e agrícola ocorrida antes da revolução industrial e dos transportes, que é fundamentalmente o caso das colônias espanholas e portuguesa na América Latina (na África seria o caso da colonização portuguesa, em Angola e em Moçambique, e francesa, no Senegal e no Gabão). Um segundo tipo estava relacionado à colonização comercial e agrícola posterior à revolução industrial e dos transportes, que é o caso da maioria dos atuais Estados africanos, com diferentes características entre si. O terceiro tipo correspondia ao que o autor denominou de colonização interna, que resultava na criação de

Ainda neste artigo, Milton Santos (1961) estabeleceu as formas de organização do espaço regional e do espaço interno das cidades a partir de distintas combinações entre os fatores de diferenciação e as características comuns das cidades dos países subdesenvolvidos. Para se reconhecer a organização do espaço regional, era preciso analisar a rede de transportes e comunicações; o domínio do espaço por parte de uma determinada cidade; o desdobramento da metrópole; a hierarquia urbana e o processo de comercialização. Aqui um fato comum é a presença de uma grande cidade dominando largamente um imenso território, no qual sua influência se faz evidente devido à macrocefalia de suas funções (M. Santos, 1961). Nota-se que conceitos clássicos da geografia urbana eram detalhadamente trabalhados pelo autor.

Quanto às formas de organização interna, o geógrafo ressaltava que era necessário observar os diferentes planos existentes; a estrutura interna, que estaria relacionada à repartição da população na cidade; a originalidade dos centros urbanos, que dependiam dos dados do sítio às formas então presentes de organização que, por sua vez, estavam relacionadas ao dinamismo e às forças de inércia existentes; e, por fim, a ocorrência e configuração de zonas de degradação.

Importante ressaltar a idéia de “forças de inércia”, que seriam representadas pela resistência menor ou maior de estruturas provindas do passado. Esta é, certamente, uma idéia força de sua trajetória epistemológica, que levaria à elaboração de novos conceitos como o de *rugosidades*, apresentado pelo geógrafo no início da década de 1970 (como apontamos no capítulo 1 e voltaremos a discutir).

cidades no interior de países de grande extensão territorial, como o caso de Brasília.

Tendo, portanto, como ponto de partida, essas variáveis, Milton Santos, em seu livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965)⁷⁹ determinou, no contexto dos países subdesenvolvidos, algumas especificidades das grandes cidades latino-americanas, enumeradas no quadro a seguir:

⁷⁹ No livro, que reúne resultados de diferentes trabalhos, Milton Santos (1965) discute os fatores de diferenciação das grandes cidades dos países de Terceiro Mundo e seus respectivos papéis na economia regional. Foram enfatizadas situações na América Latina (Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Brasília, no Brasil; Quito e Guayaquil, no Equador; Bogotá, Medellín e Barranquilla, na Colômbia) e em diferentes países africanos. Na parte IV, encontra-se um estudo que analisa diferentes aspectos das seguintes cidades: Dakar (Senegal), Adidjan e Bouaké (Costa do Marfim), Acra e Kumasi (Gana), Conacri (Guiné), Cotonou (Benim), Pointe Noire (Congo), Lomé (Togo) e Bamako (Mali). Já a parte V é dedicada a análise de características da urbanização da Tunísia, sendo enfatizadas as cidades de Túnis e Kairouan. Especificamente sobre a realidade das cidades do continente africano, suas reflexões foram baseadas em bibliografia sobre o tema e também em viagens que realizou para diferentes países, tanto em 1958 (durante a realização de seu doutorado em Estrasburgo) como também após seu exílio em dezembro de 1964.

Características e problemas específicos das cidades latino-americanas

Sítio	Escolhido em função de uma problemática anterior à era dos transportes mecânicos e das revoluções industriais nacionais [exceção das cidades planejadas criadas no século XX]
Êxodo rural	Irreversibilidade do êxodo rural, mudando permanentemente em habitantes urbanos os rurais liberados da atividade agrícola
Estrutura fundiária no campo	Presença de grandes propriedades que constituem alta porcentagem das terras capazes de serem cultivadas e dão, por isso, ao êxodo rural a característica de ser um êxodo sem perspectiva de emprego
Organização política e organização do espaço	O fato da independência política desses países ter-se dado anteriormente à era dos transportes mecânicos levou ao surgimento de Estados que “nasciam” com grandes dificuldades para uma adequada organização do espaço
Estruturas herdadas	O peso da história (em relação a outros países subdesenvolvidos) de que derivam estruturas herdadas do passado, inclusive os velhos centros
Burguesia	Existência de uma burguesia local, anterior às novas formas de transporte e de industrialização
Composição da população	A ocorrência da mestiçagem, cujas nuances variam de país para país
Criação de metrópoles interiores	Em certos países, as atividades de mineração, iniciadas antes da era técnica e do desenvolvimento da agricultura comercial, acarretou na criação de metrópoles interiores em países oceânicos e, posteriormente, o seu desdobramento
Evolução da economia	Os ritmos diferentes de evolução da economia acumulados numa história nacional relativamente longa
Espaço interno das cidades e degradação	A presença de zonas de degradação contíguas aos centros modernos das grandes cidades, ocupando os prédios das eras históricas

Organizado a partir de M. Santos (1965)

Foi ainda em meados dos anos 1960 que Milton Santos voltou-se com mais intensidade para os debates sobre Economia Urbana, enfatizando o papel desempenhado pelas diferentes atividades e tipos de emprego existentes nas cidades. Data também dessa fase, o aprofundamento dos diálogos que o autor já vinha realizando, desde os anos 1950, com a geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1995).

Em artigo publicado no ano de 1966, “Le rôle des Capitales dans la modernisation des pays sous-développés”, Milton Santos fez uma crítica contundente à idéia então em voga de “parasitismo urbano”. Essa expressão era usada por alguns estudiosos para se referirem a uma parcela da população existente nas cidades que vinha do mundo rural à procura de trabalho e que conseguia se estabelecer apenas em atividades temporárias. Nesse texto enfatizou a importância de “empregos não permanentes” (desconsiderados pelas estatísticas oficiais), ou seja, de atividades temporárias ou ocasionais nas economias das cidades e metrópoles dos países subdesenvolvidos, comumente ignorados.

Destacando a complexidade que envolve os estudos sobre a evolução do emprego no setor terciário⁸⁰ e a definição deste tipo de atividade, Milton Santos (1967-1968) propôs a seguinte classificação: *terciário primitivo* (inspirado em Jacqueline Beaujeu-Garnier, 1963) composto por atividades vinculadas ao setor primário – como alguns trabalhos rurais – que permanecem nas cidades; *terciário “evoluído”*, que incluiria as atividades intermediárias e os serviços indispensáveis ao processo produtivo; *terciário excepcional*, resultante de uma evolução tanto econômica quanto científica, no entanto mais raro e seletivo quanto à sua localização; e *quaternário*. Este seria formado pelas atividades de complexa direção de negócios públicos e privados e sobretudo pelas atividades criativas. É importante assinalar o uso pioneiro do termo “quaternário”.

⁸⁰ Vale chamar a atenção para o fato de que, em momento posterior, Milton Santos fez várias críticas ao uso da classificação das atividades econômicas de Colin Clark, baseada nos setores primário, secundário e terciário, cuja rigidez já era desfavorável ao estudo de determinadas realidades, sobretudo nos países periféricos.

Ao afirmar de forma categórica o papel decisivo que atividades como o artesanato, o pequeno comércio, a prestação de serviços (ferreiros, carpinteiros, pedreiros, costureiras etc.) têm na economia urbana e, ainda mais, vê-las como *parte integrante de um circuito econômico*⁸¹, o geógrafo traz uma importante contribuição aos debates e estudos sobre as cidades e suas economias em seus respectivos contextos nacionais.

Para Milton Santos, a economia pobre da cidade tem, por sua densidade, um papel motor na economia urbana. Tal economia corresponde às atividades que permitem a sobrevivência daqueles que não tem acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade.

Voltados, também, para a análise da importância da economia pobre nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, Terence McGee, com suas pesquisas sobre o sudeste asiático, e Akin Mabogunje, com seus estudos sobre a Nigéria, foram importantes interlocutores de Milton Santos ao longo das décadas de 1960 e 1970⁸².

⁸¹ Essa idéia foi apresentada pela primeira vez no ano de 1969, em publicação resultante do curso *Aspects de la géographie et de l'économie urbaines des pays sous-développés* realizado na Université de Sorbonne, em Paris.

⁸² Em seu trabalho sobre a Nigéria, Mabogunje (1968) elaborou uma periodização que partia do período “pré-europeu”, passando pela fase de administração do Reino Unido, chegando ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial. As mazelas da ocupação britânica eram evidentes na “metrópole tradicional” de Ibadan e na “metrópole moderna” de Lagos. Terence McGee (1971) elaborou uma síntese sobre o processo de urbanização no Terceiro Mundo, inspirado em grande parte em suas pesquisas no sudeste asiático, na qual enfatizava que a “teoria ocidental” não era capaz de explicar as especificidades dos processos de urbanização nos países pobres.

Essa economia pobre era formada por atividades que, desde tempos remotos, fazem parte da história das cidades, tais como o artesanato, a produção de alimentos e bebidas, entre outras fabricações, bem como os pequenos comércios e serviços. Para o geógrafo baiano, a realização destas atividades e a situação do emprego nas metrópoles estavam diretamente vinculadas aos impactos das modernizações nos países subdesenvolvidos, visto que a instalação destas – em grande parte – não aumentavam a demanda por trabalhadores.

Mais uma vez, vale enfatizar a importância do contexto por ele vivido na França a partir de 1964, marcado por um contato maior com pesquisadores e pesquisas sobre o mundo subdesenvolvido, como também, a sua própria capacidade crítica frente a uma determinada conjuntura. O próprio geógrafo mencionou a importância de seu olhar “de dentro” na busca por uma geografia do subdesenvolvimento, como apontou no trecho a seguir.

“Havia na França muito mais africanistas que americanistas (e brazilianistas) na geografia. Um ponto de vista (o meu) de dentro da realidade e oriundo da história dessa realidade, em lugar de outros cujos pontos de partida, mesmo inconfessados ou involuntários, eram externos (a África, a própria Europa) e marcados por uma epistemologia politicamente interesseira, viciada, às vezes colonial.” (M. Santos, 2004, p. 124)⁸³

⁸³ Aqui, e em outros momentos, faremos referência ao livro *Testamento intelectual* que foi publicado postumamente – no ano de 2004 – pela editora Unesp. A obra é formada por duas partes: a primeira contém uma entrevista realizada por Jesus de Paula Assis, com a colaboração de Maria Encarnação Sposito. A segunda, denominada “Depoimentos sobre a geografia: testamento intelectual”, foi cuidadosamente organizada por Adriana Bernardes, com a colaboração de Myrna T. R. Rego, a partir de manuscrito inédito deixado pelo geógrafo. Este

Nesta conjuntura propícia aos estudos e à reflexão, acompanhada de uma visão crítica aguçada, o estudo sobre os impactos das modernizações nos países subdesenvolvidos associado ao aprofundamento dos diálogos com a Economia Política foi um ponto decisivo para a elaboração da *teoria dos circuitos da economia urbana*. Mencionamos aqui “aprofundamento” dos diálogos com a economia política pois estes vinham desde o período de sua formação escolar e na Faculdade de Direito⁸⁴, como também nas oportunidades de atuação em órgãos de planejamento na Bahia.

2.2. Teoria dos circuitos da economia urbana

2.2.1. Modernizações e seus impactos no Terceiro Mundo

Como em outros momentos de sua trajetória, preocupado com os atrasos teóricos na disciplina, Milton Santos voltou a enfatizar a necessidade de se interromper, nos estudos sobre a urbanização dos países subdesenvolvidos, o uso indiscriminado de conceitos voltados para a análise desse mesmo processo em países centrais.

O autor queria chamar atenção para o fato de que havia uma diferença central entre os processos de urbanização ocor-

manuscrito é formado por um esquema que contém trechos mais ou menos elaborados pelo autor e pequenos textos. Tive a oportunidade de digitar este material entre os meses de março de 2000 e janeiro de 2001, a partir de anotações pessoais de Milton Santos e ditados por ele realizados. Optamos aqui por nos remeter ao livro publicado para que os leitores também tenham acesso a informação.

⁸⁴ Sobre essa fase de sua vida, como nos conta o próprio geógrafo, ele se dedicou intensamente a leituras de Filosofia, Sociologia e Economia Política, formando assim seu “acervo de humanidades” (M. Santos, 2002, p. 127).

ridos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No primeiro caso, as sucessivas revoluções tecnológicas deram-se num ritmo suave que permitiram às cidades e às redes urbanas uma organização lenta. Já no segundo caso, os fortes ritmos de crescimento urbano principalmente ao longo das décadas de 1950-1970 determinaram uma rápida e mais recente urbanização.

Como apontado anteriormente, segundo o autor, o processo de urbanização nos países periféricos foi marcado pela instabilidade, pela descontinuidade e, principalmente, pela existência de enormes diferenças de renda. Para entendê-lo era preciso realizar um esforço de compreensão global do subdesenvolvimento a partir de uma análise do impacto da modernização tecnológica sobre esses países.

Especialmente no caso latino-americano, ao qual Milton Santos se dedicou mais, as modernizações responsáveis pelas mudanças na organização do espaço regional e interno às cidades foram anteriores aos processos de industrialização ocorridos a partir do início do século XX, com diferentes características e intensidades, em alguns países do continente. Em muitos casos, as modernizações estiveram relacionadas ao processo de colonização, antecedendo a própria Revolução Industrial iniciada na Inglaterra a partir do século XVIII. Diferentemente dos países centrais, o mundo subdesenvolvido foi marcado por uma *urbanização terciária*⁸⁵.

Segundo o autor, “[...] nos países subdesenvolvidos estamos em face de uma urbanização demográfica, enquanto que

⁸⁵ “Não houve, nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário. A urbanização se fez de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma *urbanização terciária*. Somente depois, evidentemente com exceções, é que a grande cidade provoca a criação de indústrias.” (M. Santos, 1971, p. 31).

nos países industrializados a urbanização seria principalmente ‘tecnológica’ ou econômica.” (M. Santos, 1971, p. 269). Dessa forma, afirmava que para se explicar o processo de urbanização era necessário primeiro entender as diversidades das condições de subdesenvolvimento. E, como mencionamos acima, para isso, o reconhecimento dos impactos causados pelas modernizações nos *espaços derivados* era um dado central.

“A história da formação dos espaços periféricos – os espaços do Terceiro Mundo – confunde-se com as dos países-pólos. Igualmente, a história da elaboração dos ‘espaços derivados’ é paralela à história das modernizações. Trata-se, pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica. Esta noção aparece como fundamental para a compreensão dos impactos das forças de modernização e de suas repercussões sociais, econômicas, políticas e espaciais. A formação e a transformação desses espaços derivados dependem de dois fatores: 1) o momento da intervenção das primeiras forças externas; 2) os impactos sucessivos de outras modernizações. O primeiro impacto faz o país ou uma região entrar no sistema mundial; os impactos sucessivos de outras modernizações vêm acrescentar novos dados de origem externa às situações do presente. Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjugação de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro encontra-se nos países-pólos e de forças já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações para cada lugar.” (M. Santos, [1975] 1979, p. 25)

Importante ressaltar que para Milton Santos ([1975] 1979) *modernização* não é sinônimo de “crescimento” ou de “desenvolvimento”. Como indicado no capítulo 1, para o geógrafo uma modernização é a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente e que esta não se dá de maneira isolada.

Na contramão dos debates estabelecidos sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos ao longo dos anos 1960 e 1970, Milton Santos criticava a relação direta que era feita entre esta e o processo de industrialização. Segundo o geógrafo, para se entender a realidade destes países era necessário estabelecer relações sistemáticas entre três variáveis principais: *modernização, industrialização e urbanização*⁸⁶. A seguir uma citação do livro *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (1982), formado por artigos publicados ao longo da década de 1970 e outros inéditos, que ilustra a relação entre as três variáveis.

“A modernização, fenômeno reflexo das transformações dos países mais adiantados, pode provocar a urbanização, sem contudo criar uma industrialização imediata. [...] Toda comparação pura e simples entre industrialização e urbanização, feita com o propósito de definir este último fenômeno, envolve o risco de negligenciar a possibilidade de análise histórica de maior alcance” (M. Santos, 1982, p. 55).

⁸⁶ Partindo dessas variáveis, com ênfase na industrialização, Milton Santos participou de um debate acerca das *metrópoles completas* e *metrópoles incompletas*, conceitos que o autor abandonaria posteriormente. As primeiras representavam um organismo urbano no qual há uma complexidade de funções, capazes de atender às necessidades da população urbana, regional ou nacional, enquanto as metrópoles incompletas, uma realidade do mundo subdesenvolvido, eram “[...] os grandes organismos em que a maioria dos serviços essenciais está presente, mas o nível de vida da população local ou regional, ou fatores econômicos outros, não deixam que se fabriquem bens ou se instalem certos serviços, reclamados por uma parcela da população, parcela que está em crescimento. A ausência de indústrias é uma dessas carências.” (M. Santos, 1965, p. 44)

Enfatizava ainda o autor que para se compreender as novas feições nesses países, além das relações entre modernização, industrialização e urbanização, outras duas variáveis passavam a apresentar um papel central: a *difusão da informação* e a *difusão do consumo*.

“O período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização. Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo – cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. [...] A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica” (M. Santos, [1975] 1979, p. 28).

Todavia, chamava atenção o geógrafo, as modernizações que alcançaram o Terceiro Mundo, incluída a difusão de informações e do consumo, não se deram de forma homogênea, tanto entre os indivíduos como nos territórios. É um dado essencial ainda desse processo – além do maior ou menor alcance às modernizações produtivas e de circulação – o acesso ao crédito por parte das diferentes atividades realizadas na cidade. Nesse contexto, fortalece-se nos países pobres uma divisão do trabalho que, entre outros fenômenos, se evidencia nas diferentes formas de produção e de comércio, e é nas metrópoles que essa diversidade se manifesta com maior intensidade. Por isso, algumas metrópoles nos países subdesenvolvidos apresentam um conjunto de fatores que autorizam a coexistência de dois circuitos da economia urbana.

Nesse início dos anos 1970, Milton Santos encontrava-se distante do Brasil havia aproximadamente cinco anos e, por-

tanto, afastado também da produção geográfica aqui realizada. Como ilustramos ao longo deste capítulo, desde a primeira metade da década de 1960, dedicou-se aos estudos sobre urbanização nos países subdesenvolvidos, mantendo ainda alguma produção sobre a realidade brasileira, como o relevante artigo “Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil” (1968), no qual já menciona, entre outros pontos, a idéia de “urbanização interior” que aprofundaria nas décadas seguintes⁸⁷.

Enquanto isso, na produção brasileira, podemos destacar os trabalhos realizados por Roberto Lobato Corrêa, “Os estudos de redes urbanas no Brasil” (1969), que resulta de apresentação no Simpósio de Geografia Urbana organizado pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História em Buenos Aires no ano de 1966; por José Ribeiro de Araújo Filho, *Santos, o porto do café*, (1969); por Juergen Richard Langenbuch, *A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana* (1971). Além de importantes trabalhos de historiadores da cidade e do urbanismo como, entre tantos outros, Nestor Goulart Reis Filho, com *Evolução urbana do Brasil*, de 1968. Nota-se que o geógrafo baiano, ao pensar a urbanização do Terceiro Mundo, trilhava outros caminhos.

2.2.2. Trabalho, capital e organização: sobre os circuitos superior, superior marginal e inferior da economia urbana

Como marco para a apresentação da *teoria dos circuitos da economia urbana*, optamos pelo livro *Les villes du Tiers Mon-*

⁸⁷ Uma versão em português deste artigo, “Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil” (1969a), que não contém os mapas e as imagens da publicação original, consta na *Revista Brasileira de Geografia* (ano 31, nº 4), na seção Comentários.

de⁸⁸, publicado em 1971, que apresenta a teoria de maneira mais sistematizada em sua última parte, no capítulo XVI (“Le double circuit de l’économie urbaine des pays sous-développés”). Como em outras ocasiões, que evidentemente não são exclusivas ao geógrafo baiano, não há como precisar uma data para a formulação de um conceito ou de uma teoria, visto que trabalhos anteriores já vêm desenvolvendo a idéia. Contudo, além da densidade da pesquisa⁸⁹ e da sofisticação teórica, fazemos aqui esta escolha pautada também na repercussão que teve este livro, mais um indicativo de sua importância na trajetória epistemológica de Milton Santos.

Dois anos após seu lançamento na França, parte do livro foi publicado na Espanha como *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados* (1973), pela editora OikosTau⁹⁰. Após seu retorno ao Brasil, em 1977, desdobramentos desse

⁸⁸ Esse livro resulta de uma versão revista e ampliada dos capítulos 1 a 8 de *Aspects de la géographie et de l’économie urbaine des pays sous-développés* (1969), material elaborado para “Les cours de Sorbonne”, publicado em 2 fascículos pelo Centre de Documentation Universitaire (CDU).

⁸⁹ Na bibliografia do livro, que consta na versão em espanhol *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados* (1973), encontram-se mais de 350 obras, entre livros, artigos, relatórios de pesquisa, entre outros. Ela está tematicamente organizada em: urbanização/ generalidades; economia urbana; urbanização e desenvolvimento; grandes cidades; dados numéricos; bibliografias; a pobreza urbana; generalidades por continentes (África); generalidades por continentes (América Latina); generalidades por continentes (Ásia); cidade, região, redes urbanas; organização interna; demografia urbana; migrações; cidades novas; pequenas cidades e portos.

⁹⁰ Esta versão corresponde aos capítulos 1 a 8 de *Les villes du Tiers Monde* (1971) e nela foi acrescido o anexo “El crecimiento urbano en América Latina”.

material também foram publicados⁹¹, o que apontamos como uma política de difusão de idéias elaborada pelo próprio geógrafo (voltaremos a esse aspecto nos próximos capítulos).

É importante frisar que *Les villes du Tiers Monde* e *Le métier de géographe en pays sous-développé* foram publicados no mesmo ano de 1971. Sobre este, no capítulo 1, apontamos principalmente as reflexões do geógrafo sobre técnica, tempo e espaço, a partir das noções de modernizações, rugosidades e tempo-espacial. No entanto, em sua terceira parte – “Análise e síntese: alguns princípios gerais de uma geografia urbana nos países subdesenvolvidos” – Milton Santos apresentou considerações inovadoras a respeito da urbanização nos países periféricos. Entre outras, questionava o fato de muitos estudos mencionarem ainda “a cidade” do Terceiro Mundo⁹², sendo que se

⁹¹ No Brasil, o livro *A urbanização desigual*, publicado pela editora Vozes em 1980, corresponde aos capítulos 10 a 14 de *Les villes du Tiers Monde* (1971). Já o livro *Manual de geografia urbana*, publicado pela Hucitec em 1981, possui os capítulos 1 e 3 a 8 do mesmo livro. Certamente os capítulos retirados correspondem a debates que foram por ele abandonados, como por exemplo “geração e família de cidades” e “nível funcional das cidades dos países subdesenvolvidos”. Ainda em 1982, o anexo da versão espanhola *Geografia y economía urbanas en los países subdesarrollados* (1973) foi publicado como o texto 1 de *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*.

⁹² Como vimos no capítulo 1, o próprio Milton Santos, no início da década de 1960, buscou uma definição para a cidade do Terceiro Mundo, o que ele próprio criticaria anos mais tarde. “Acreditávamos outrora, e até escrevemos, que a cidade nos países subdesenvolvidos se caracterizava por seu papel como traço de união entre um mundo industrial que lhe compra os produtos brutos ou semi-acabados e um mundo rural que lhe fornece suas matérias-primas e, em troca, recebe produtos manufaturados que a cidade fabrica ou importa (M. Santos, 1961). Essa ‘definição’ inspirava-se em estudos empíricos feitos pelo autor tanto na América Latina como na África Ocidental.

tratavam de “cidades”, marcadas por suas especificidades, e sobretudo reviu o funcionamento das redes urbanas nestes países. Em suas palavras:

“As diferenças de desenvolvimento tornam discutível a possibilidade de uma definição simples ou única para as cidades dos países subdesenvolvidos. De fato, as diferenças de forma e ritmo de crescimento fazem com que se deva renunciar a essa tarefa. [...] Tanto as metrópoles como os centros regionais ocultam uma grande diversidade de caracteres para que se possa englobá-los todos numa definição única, a qual não é, aliás, necessária, pois o fato de existirem relações entre cidades exprime por si só sua importância, indicando que o estudo a ser feito é sobretudo o das redes” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 80-81).

Uma ressalva importante a se colocar é que, apesar de separar os debates sobre a técnica e o tempo e sobre urbanização em partes diferentes no livro, tal separação não se reflete em seu processo de teorização, visto que pensar o espaço, a técnica e o tempo indissociavelmente contempla pensar as cidades e a urbanização, e vice-versa. Buscando uma “definição teórica provisória” para rede urbana, escreveu Milton Santos ([1971a] 1978a):

“A rede seria o resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão variam

Exprimia ela, por essa época, o estado dos conhecimentos de mecanismos econômicos em países subdesenvolvidos. Como ela se referia somente às grandes cidades, é fácil constatar que hoje grande parte da produção agrícola bruta vai diretamente para os centros industriais e que uma parte importante do aprovisionamento das zonas rurais é feito diretamente ou por intermédio das cidades médias e mesmo pequenas, agindo como traço de união com as metrópoles industriais. Assim, em muitos casos as relações antigas são rompidas. Parece, então, que tal definição não pode mais pretender o papel de definição” (M. Santos, [1971a] 1978a, p.79)

no tempo fornecendo as diferentes formas de organização e de dominação do espaço pelas aglomerações. A ‘rede’ é apenas um momento desta evolução. Esta é a razão pela qual a rede urbana é fundamentalmente dinâmica e instável” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 96-97).

Sem dúvida, a publicação destes dois livros no início da década de 1970 evidenciou um momento de superação epistemológica de Milton Santos, tornando-se assim mais um marco em sua trajetória. Em ambos o autor buscou rever e questionar firmemente alguns pontos de sua própria formação fortemente baseada numa geografia francesa clássica.

Quanto à *teoria dos circuitos da economia urbana*, apresentada no último capítulo do livro *Les villes du Tiers Monde* (1971), podemos afirmar que ela foi publicada de forma mais analítica no livro *L’espace partagé*, lançado na França em 1975⁹³. Se pensarmos que os debates que antecederam a formulação da teoria dos circuitos se realizaram no período em que Milton Santos viveu na França, entre 1965 e meados de 1971, e que sua apresentação se deu em *Les villes du Tiers Monde* (1971), podemos afirmar que essa teoria efetivamente se consolidou a partir de então, quando o geógrafo foi morar nos Estados Unidos e, posteriormente, em outros países⁹⁴.

Conforme Milton Santos (2000) mencionou, ao longo da década de 1970, viveu um período de grandes investimentos em

⁹³ Versões traduzidas deste livro foram lançadas no ano de 1979: *O espaço dividido*, pela Livraria Francisco Alves Editora S.A. no Brasil; e *The shared space*, pela editora Methuen (Londres e Nova York).

⁹⁴ Entre meados de 1971 e final de 1977, Milton Santos lecionou nos Estados Unidos (Massachusetts Institute of Technology), no Canadá, na Venezuela (em diferentes instituições), na Tanzânia e, novamente, nos Estados Unidos (Columbia University). No capítulo 3 esse momento será mais detalhado.

leitura, principalmente em filosofia, filosofia da técnica, marxismo, estruturalismo, fenomenologia e existencialismo. Distante do Brasil, de onde recebia cada vez menos notícias, se voltou com ainda mais intensidade aos estudos. Durante esta década, grandes debates se mantinham, como os problemas do subdesenvolvimento e das relações de dependência entre os países periféricos e centrais, aos quais vinham se associar os questionamentos sobre as categorias de modo de produção e de formação sócio-econômica e sobre a revolução tecnológica e os avanços do capitalismo (voltaremos a esse tema no capítulo 3).

Além de um ambiente propício para a reflexão⁹⁵, em algumas das cidades onde esteve o geógrafo também encontrou uma conjuntura favorável para realização de pesquisas nas quais podia operacionalizar a teoria dos circuitos. Como em outras ocasiões, a constante mediação entre teoria e realidade foi decisiva para seus avanços epistemológicos. Aqui damos

⁹⁵ Em relação ao período que esteve na França, Milton Santos (2000) contou que lá tinha a possibilidade de produzir e publicar muito, e de interlocução com pesquisadores de diferentes partes do mundo subdesenvolvido (sobretudo no IEDES), mas ao mesmo tempo sentia uma dificuldade por parte de intelectuais franceses de apoiar ou criticar suas idéias. Já quando foi para os Estados Unidos, “[...] foi outro tipo de debate, porque o funcionamento da universidade americana é diferente. Os franceses tinham mais dificuldade de exprimir tanto a crítica como o apoio. [...] Porque a academia era, até certo ponto, silenciosa. Ao contrário da americana, que é ruidosa: eles não esperam o amadurecimento e se exprimem, bem no estilo americano. [...] São momentos diferentes e complementares, creio, na minha trajetória.” (M. Santos, 2000, pp. 108-109). Evidentemente o geógrafo não faz uma generalização dos ambientes acadêmicos francês e norte-americano, mas sim uma reflexão sobre as instituições nas quais trabalhou naqueles anos.

ênfase a trabalhos realizados na Venezuela e na Tanzânia, e também no Peru⁹⁶.

Acreditamos que uma importante contribuição da teoria dos circuitos foi pensar a urbanização dos países periféricos partindo de suas realidades. Como já vimos, seu ponto inicial foi a insatisfação do geógrafo baiano com o uso indiscriminado de teorias explicativas do mesmo processo nos países de industrialização antiga.

Segundo a teoria dos circuitos (M. Santos, 1971 e 1975), a economia urbana nos países periféricos é formada por um *circuito superior*, incluindo uma porção marginal, e um *circuito inferior*, sendo que “[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de *tecnologia* e de *organização*” (M. Santos, [1975] 1979, p. 33) [grifo nosso].

⁹⁶ Entre os vários trabalhos realizados a partir da teoria do circuitos, destacamos aqui os artigos "Los dos circuitos de la economía urbana de los países subdesarrollados" (1972b); "Economic development and urbanization in underdeveloped countries: the two-flow systems of the urban economy and their spatial implications" (1973a); "Articulation of modes of production and the two circuits of urban economy wholesalers in Lima, Peru" (1976); "Economic development and urbanization in underdeveloped countries: the two sub-systems of the urban economy" (1976a); "The spatial dialectics: the two circuits of the urban economy in underdeveloped countries" (1977c); "Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana" (1977d); e o relatório apresentado à Organização Internacional do Trabalho em 1980(b), *Os dois circuitos da economia em Dar-Es-Salaam e na Tanzânia: realidades e perspectivas* (material inédito do Acervo Milton Santos).

Ao escolher os termos “superior” e “inferior”, Milton Santos (1975) substituiu outros usados por ele anteriormente, como circuito “moderno” e circuito “tradicional”.

“Numa obra anterior (M. Santos, 1967), havíamos falado em ‘circuito moderno’ e ‘circuito tradicional’. Renunciamos a essas designações por diversas razões. Com efeito, essas duas expressões já estão muito carregadas de significados: na realidade, a discussão que se estabeleceu aqui e acolá, para distinguir o que deve se chamar moderno ou tradicional ainda está longe de chegar a uma conclusão. Manter essas denominações seria ainda uma fonte de ambigüidade” (M. Santos, [1975] 1979, p. 30)

E ressalta,

“Além do mais, nem sempre é possível datar corretamente as atividades do circuito superior, já que o que as define não é exatamente sua idade, comparadas às atividades semelhantes dos países desenvolvidos, mas sua forma de organização e comportamento. Quanto ao circuito inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia. O que está em jogo é, portanto, uma questão de comportamento” (M. Santos, [1975] 1979, p. 30)

Ao final, conclui:

“Assim sendo, é melhor adotar um outro termo que, sem dúvida, não é perfeito, mas que ao menos tem o mérito de chamar a atenção para um aspecto que nos parece importante: o da *dependência* do circuito inferior em relação ao circuito superior” (M. Santos, [1975] 1979, p. 30) [grifo nosso]

Milton Santos foi bastante enfático ao insistir que essa proposta não poderia ser vista de maneira dualista⁹⁷, dicotômica visto que, além da necessidade de estudar os dois circuitos de forma indissociável, pois ambos se interferem mutuamente, a existência de um *circuito superior marginal* também evidencia os meandros existentes entre os dois⁹⁸.

A seguir um quadro, elaborado por Milton Santos, elenca as principais características dos circuitos superior e inferior:

⁹⁷ Juntamente com Milton Santos, foram também críticos às análises dualistas da economia urbana, baseadas no “moderno” e no “tradicional” ou no “formal” e “informal”, autores como Terence McGee (1977) e David Slater (1982).

⁹⁸ Sobre o *circuito superior marginal*, explicou o geógrafo que este “[...] pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente” (M. Santos, [1975] 1979, p. 80).

Características principais dos circuitos superior e inferior da economia urbana

VARIÁVEIS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Freqüente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividades voltadas para o exterior	Reduzida ou nula

Extraído de M. Santos ([1975] 1979, p. 34).

Ao observarmos o quadro, nota-se que a primeira variável – tecnologia – se comporta como “capital intensivo” para o circuito superior e como “trabalho” intensivo para o circuito inferior. Queremos destacar que, numa análise bastante abrangente, ao longo das décadas de 1950 a 1980, em diferentes ocasiões, os termos *técnica* e *tecnologia* podem aparecer como sinônimos em textos de Milton Santos. Tal situação mudaria a

partir, principalmente, da década de 1990, quando a precisão de cada um deles teria um papel crucial em sua proposta de uma teoria geográfica (retomaremos esse aspecto no capítulo 4).

Uma variável chave na determinação dos circuitos seria, portanto, o acesso ao crédito, o que acaba por determinar a utilização mais ou menos intensa de trabalho ou mais ou menos intensa de capital. Como resultado, portanto, da combinação das variáveis mencionadas, encontram-se os empregos oferecidos e, por conseguinte, os preços estabelecidos e os lucros alcançados pelos diferentes circuitos da economia urbana.

Naquele momento, meados da década de 1970, o geógrafo apontou como atividades representativas do circuito superior: bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Quanto ao circuito inferior, este seria constituído pelas formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (Milton Santos, [1975] 1979, p. 31).

Neste patamar de sua sistematização teórica podemos constatar que um diálogo mais intenso com a economia política enriqueceu a própria noção de técnica. Esta, num primeiro momento, durante os anos 1950 até aproximadamente meados da década de 1960, foi relacionada a formas de fazer e instrumentos utilizados na constituição e organização do meio geográfico, comportando-se assim como elemento descritivo. A seguir, após o final da década de 1960, a proposta de se analisar os países subdesenvolvidos a partir das *modernizações* e seus impactos foi embasada num diálogo mais efetivo entre a técnica e o tempo.

A partir de então, podemos afirmar que, na trajetória epistemológica de Milton Santos, a noção de técnica amplia seu significado ao ser compreendida como “tecnologia capital” e como “tecnologia trabalho”, como fatores de produção.

Com a *teoria dos circuitos da economia urbana* Milton Santos forneceu um instrumento conceitual que, questionando paradigmas estabelecidos (Kuhn, [1962] 1982) e partindo da realidade de cada país, possibilitava a compreensão da dinâmica urbana de metrópoles e cidades no Terceiro Mundo.

Voltadas também para a explicação da urbanização no Terceiro Mundo, as análises a partir do “setor informal” ou “economia informal” tiveram grande aceitação ao longo dos anos 1970. Milton Santos criticou a noção de “setor informal” já em artigo publicado no ano de 1976, denominado “Le circuit inférieur: le soi-disant secteur informel”, no qual afirmava que o modelo de crescimento capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, junto de um intenso crescimento demográfico, resultou numa concentração sem precedentes de riqueza e de pobreza nas cidades. E ainda ressaltou que “a abordagem do problema da pobreza continuou sendo setorial ou unilateral e ainda prejudicada pelo preconceito contra a economia urbana pobre, que a ideologia do planejamento reforça ainda mais” (M. Santos, [1976b] 1978b, p. 47).

Nesse momento de sua trajetória, é fundamental esclarecer que Milton Santos foi enfático na crítica a um certo tipo de planejamento que era então realizado em muitos países periféricos. Tais críticas baseavam-se, entre outros aspectos, em sua experiência como planejador na Bahia. Como pontuamos no capítulo 1, entre 1962 e 1964, durante os governos Lomanto Júnior, no Estado, e de Jango como presidente do país, o geógrafo presidiu a Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia. Naqueles anos,

Milton Santos buscou inspiração em autores como Jean Labasse, François Perroux, Jacques Boudeville e, seu colega, Jean Tricart para embasar os trabalhos elaborados pela Comissão (M. Santos, 2004, p. 58). Importante destacar que, apesar das críticas feitas ao planejamento por Milton Santos, ao longo dos anos 1970, o geógrafo não negava a importância deste instrumento de intervenção.

Decepcionado, portanto, com os rumos que o planejamento seguira em diferentes partes do mundo, constatou que este havia se tornado um dos grandes responsáveis pelo avanço da pobreza no mundo subdesenvolvido⁹⁹.

No artigo “Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza”, publicado primeiramente em inglês na revista *Antipode* (em 1977), afirmou:

“Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidade sociais” (M. Santos, [1977b] 1979a, p. 05)

Em tom ainda mais inclemente, criticou o papel que a economia e a ciência regional apresentavam nesse processo de crescimento da miséria nos países periféricos.

“Ocorre, então, uma divisão de trabalho entra as duas disciplinas: à economia é confiada a apologia do capitalismo e a

⁹⁹ Um importante artigo sobre o tema é “A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais” ([1977] 1979). Quanto às dificuldades do planejamento em regime socialista, Milton Santos (1978e) trouxe algumas reflexões.

tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional” (M. Santos, [1977b] 1979a, p. 11)

Tais críticas pautaram-se também na própria elaboração da *teoria dos circuitos da economia urbana*, que fôra acompanhada de diversas pesquisas realizadas em cidades, tanto no continente americano quanto africano, marcadas por realidades tão distintas e, ao mesmo tempo, com aspectos comuns tão enraizados, como as abissais diferenças de renda e os problemas de ausência de emprego.

Ao preocupar-se em analisar os mecanismos da economia pobre e o papel que esta tem na economia urbana das metrópoles dos países subdesenvolvidos, Milton Santos também criticou a ausência de cidadania que assolava esses países. Para o autor, essa economia pobre, que corresponde a grande parte das riquezas geradas, é vista como uma forma de resistência. Mais uma vez podemos apontar a relevância do eixo cidadania como práxis em nossa leitura.

A incorporação dos diálogos com a economia política em seus estudos e teorizações sobre o fenômeno da urbanização teria continuidade ao longo da década de 1980, após seu retorno ao Brasil¹⁰⁰.

Contando com uma equipe de orientandos no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (onde começou a lecionar no ano de 1983) – Manuel Lemes, Denise Elias, Cilene Gomes, Sergio Gertel, Wilson dos Santos – foram realizados trabalhos, entre outros temas, sobre a

¹⁰⁰ Após retornar ao Brasil, Milton Santos lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1979 e 1983. De uma pesquisa ali realizada, que contou, entre outros pesquisadores, com a colaboração da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, resultou o artigo "Cidade, mais valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro" (1982c).

metrópole paulistana. Destas pesquisas resultaram o livro *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* (1990).

Em sua introdução estão propostos princípios de método para o estudo sobre metrópoles contemporâneas. Estas “trabalham em compasso com o ritmo do mundo, na medida em que a realidade da globalização se impõe sobre o processo secular de internacionalização” e “têm especificidades, que se devem à história do país onde se encontram e à sua própria história local. [...] O mundo e o lugar, intermediados pela formação socioeconômica e territorial, eis aí um princípio de método a adotar, se quisermos apreender o significado de cada caso particular. [...] Pretendendo apoiar-nos no método geográfico, pomo-nos, todavia, sob um ponto de vista da economia política.” (M. Santos, 1990, p. 9)

Como variáveis principais, foram trabalhadas no livro, o papel do Estado, a distribuição de renda, o papel do crescimento e da crise econômicos, o tamanho da cidade (e suas repercussões sobre a sociedade e a economia), o papel da especulação e dos vazios urbanos, o problema do gasto público e sua seletividade social e espacial. Ou seja, “a questão da metrópole corporativa, da relativa imobilidade dos mais pobres dentro da cidade e da fragmentação da metrópole”. Aqui notam-se diálogos com arquitetos e urbanistas (incluindo docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde também lecionou como professor convidado entre 1978 e 1982) e economistas.

A análise da complexidade da metrópole paulistana, pautada num diálogo estreito entre geografia e economia política, resultou na publicação do livro *Por uma economia política da cidade* (1994a)¹⁰¹. Formado pela reunião de alguns artigos ante-

¹⁰¹ Entre essas duas obras sobre São Paulo, foi publicado o livro *A urbanização brasileira* (1993), que será discutido no capítulo 4.

riormente publicados em revistas científicas e uma parte inédita, seu conteúdo versou, entre outros aspectos, para questões relativas a uma nova divisão metropolitana do trabalho e à emergência de uma “metrópole informacional”. A importância de seu setor financeiro, o comportamento do emprego e sua expansão tanto na capital como no interior do Estado foram também enfatizados. O conceito de *involução metropolitana*, que o autor já vinha trabalhando nos anos anteriores, foi aqui aprimorado.

Nesta obra, Milton Santos já indicava seu interesse em retomar a *teoria dos circuitos da economia urbana* realizando uma releitura a partir dos novos conteúdos do território, visto que duas décadas haviam se passado desde sua elaboração. No capítulo 4, “Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo”, o autor apresentou inúmeros dados e uma detalhada análise sobre o comportamento do emprego (total e por tipo) em algumas regiões metropolitanas do país e mais especificamente sobre São Paulo¹⁰². Destacou a convivência entre atividades fabris de diferentes expressões e enfatizou a *segmentação metropolitana*, que seria a resposta “sistêmica” à involução metropolitana, visto que a modernização de ativida-

¹⁰² “Conforme escrevêramos em 1988, em nossa comunicação ao Simpósio “Trends and Challenges of Urban Restructuring” (Isaiuerj), Rio de Janeiro, 26-30 setembro, (L. Valladares e E. Préteceille, 1990), os fatos [...] nos obrigam a adotar novos pontos de vista e a buscar novas explicações para a economia metropolitana, tornando, desse modo, ideológicas muitas teorizações anteriores. Podemos, por exemplo, continuar a falar de ‘inchação urbana’, já que esta era definida pelo aumento maior da população que do emprego? As grandes cidades crescem, mas o fazem com um aumento ainda maior da ocupação, ainda que a pobreza se alastre. Como explicar esse fenômeno?” (M. Santos, 1994a, p. 85).

des é simultânea à expansão de formas econômicas menos modernas.

Mencionando um estudo que confirmava o peso que camadas pobres da população têm no consumo de bens e serviços na metrópole paulistana¹⁰³, Milton Santos destacou o papel das atividades, tanto de fabricação como de serviços, que pertenceriam ao *circuito inferior* e *circuito superior marginal* da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

“Além do circuito superior e do circuito inferior (erroneamente chamado "setor informal") da economia urbana dos países subdesenvolvidos, as cidades do Terceiro Mundo, sobretudo as maiores, abrigam, também, o que chamamos de circuito superior marginal, idéia que, aliás, deveria ter merecido maior desenvolvimento nesse livro (1979, p. 246-8), o que não fizemos então por falta de maiores evidências. Agora é tempo de voltar ao assunto” (M. Santos, 1994a, pp. 95-96)

Retomando, portanto, sua própria teoria elaborada e aprimorada na primeira metade da década de 1970, o autor explicou a relação de complementaridade e interdependência entre os circuitos. Nas citações a seguir, o geógrafo fez referência à edição em português de *O espaço dividido* ([1975], 1979).

“Em certas cidades, alguns ramos industriais não existiriam sem o circuito superior marginal. Em muitos casos, ‘devido à falta de algumas economias externas locais, ao nível superior de fabricação, aparece uma complementaridade na produção pela solidariedade dos dois níveis do circuito superior’ (1979, p. 246) (o

¹⁰³ “A população com renda até três salários mínimos é responsável por um poder de compra avaliado em quatro bilhões de dólares. Na região da Grande São Paulo, metade do dinheiro orientado ao consumo viria dessa faixa da sociedade (artigo de Paulo Secches, publicado na revista *Ensaio*, do Instituto Inter-Sciense de Pesquisa, citado na *Folha de S. Paulo* - Negócios, 17.7.90)” (M. Santos, 1994a, p. 95).

circuito superior ‘puro’ e o circuito superior marginal). Ambos trabalham juntos, utilizando a cidade como um mercado unificado de mão-de-obra, de economias externas, de capital e o lugar de um consumo também unificado. Graças às diferenças de nível tecnológico e organizacional, há, de fato, ‘mais que complementaridade, uma verdadeira cumplicidade ao nível de mercado’” (M. Santos, 1994a, p. 96)

E complementou,

“Entre circuito superior e circuito inferior há oposição, quanto às variáveis que as definem (Santos, 1979, cap. 2, p. 21-54). Entre circuito superior e circuito superior marginal a posição é menos nítida, uma vez que ambos pretendem inserir-se na chamada economia urbana moderna. Pode-se admitir, entretanto, que o circuito superior marginal ostenta alguns elementos genéticos comuns tanto ao circuito superior como ao circuito inferior” (M. Santos, 1994a, p. 96)

Neste ponto, caracterizou o circuito superior e o circuito inferior. Enquanto o primeiro, devido sua estrutura econômica e financeira e por sua força de mercado, seria capaz de “criar o consumo”, o segundo corresponderia ao “[...] domínio da produção exigida por um consumo que não pode ser respondido no circuito superior, esse consumo podendo ter origem em hábitos tradicionais ou ser uma imitação, a partir do próprio circuito superior” (M. Santos, 1994a, p. 96).

Quanto ao *circuito superior marginal*, este “[...] trabalha segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, mas é, em grande parte, resposta às necessidades de consumo localmente induzidas, o que o aproxima do circuito inferior” (M. Santos, 1994a, p. 96).

E, enfatizado mais uma vez o papel e importância do circuito superior marginal, afirmou:

“O circuito superior marginal aparece, nas cidades do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo como um obstáculo à oligopolização completa da economia e como uma de suas condições. Neste último caso, firmas do circuito superior podem utilizar-se da sua presença como forma de obterem suprimento de certos bens e serviços intermediários de que necessitam para sua própria operação. Em outros casos, deixam a esse circuito superior marginal seus próprios interstícios, isto é, as faixas de mercado e as áreas geográficas onde não querem ou não podem operar. Nesse mecanismo, o papel da pobreza urbana é, em última análise, um dado de peso. As camadas sociais com mais baixa renda, pelas suas exigências de consumo e pela sua própria situação no espaço urbano, justificam o funcionamento de circuitos de distribuição não completamente oligopolizados ou modernizados. Estes também respondem às necessidades dos circuitos de produção do circuito superior marginal, tanto para provimento de insumos, quanto para transporte, distribuição e venda dos produtos.” (M. Santos, 1994a, pp. 96-97)

Indubitavelmente, trata-se aqui de uma continuidade em sua *démarche*. Continuidade acompanhada do desejo de realizar uma releitura de sua própria teorização. Daí enfatizarmos, ao longo desta tese, que buscamos fazer uma interpretação de sua “trajetória epistemológica”, visto que ao longo de todas essas décadas foi uma constante em sua vida intelectual a avaliação crítica de suas próprias idéias.

A partir de 1995, no *curriculum vitae* de Milton Santos nota-se que não há mais artigos voltados com maior ênfase ao temas urbanos. Todavia, no ano de 2001, retomando a teoria dos circuitos e com o propósito de fazer essa releitura, o geógrafo já tinha aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o projeto de pesquisa “Os circuitos superior marginal e inferior e o meio construído urbano no período da

globalização”, que contava com a colaboração da geógrafa Maria Laura Silveira, quem deu continuidade aos trabalhos.

Retomando, portanto, o momento de elaboração da teoria dos circuitos da economia urbana e seus contextos, vimos que os debates que a antecedem se deram principalmente durante a segunda metade dos anos 1960, quando o geógrafo começou a viver na França (1964), deparando-se com uma conjuntura favorável à vida acadêmica e também com novos debates na geografia (geografia ativa). Seu interesse pelos temas do subdesenvolvimento, das relações de dependência entre países centrais e periféricos revelou-se, sobretudo, em suas reflexões sobre os processos de urbanização baseadas na análise das modernizações e seus impactos.

O contato com pesquisas (e pesquisadores) sobre as realidades do mundo subdesenvolvido, associado a um diálogo mais intenso com a economia urbana e com a economia política foram centrais, entre outros aspectos, na elaboração da teoria do circuitos da economia urbana, apresentada em seu livro *Les villes du Tiers Monde* (1971).

No ano de 1971, Milton Santos deixou a França e foi lecionar em outros países, onde teve a oportunidade de participar de novos ambientes acadêmicos, de aprofundar leituras e debates e, em alguns casos, de realizar pesquisas nas quais podia operacionalizar a teoria dos circuitos da economia urbana. Lançado em 1975, o livro *L'espace partagé* apresentou de forma mais aprimorada e analítica a teoria.

Entre a publicação dos dois livros e, portanto, paralelamente aos estudos e pesquisas sobre a teoria dos circuitos, o geógrafo baiano também se voltou para estabelecer uma relação mais próxima entre suas leituras em filosofia e economia política e suas reflexões sobre a epistemologia da própria disciplina. Como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

Período tecnológico e a necessidade de uma revisão epistemológica na Geografia

Introdução

Neste capítulo 3 abordaremos debates que começaram a predominar em sua obra a partir de meados da década de 1970, voltados para a necessidade de se rever o corpus teórico da geografia devido aos novos conteúdos do território que o período tecnológico já cristalizava.

Predominam aqui tanto a releitura de categorias e conceitos internos à disciplina como a proposição de novos conceitos e categorias dinamizadas pela internalização de outras categorias externas tais como totalidade, forma, função, processo, estrutura, formação sócio-econômica, divisão do trabalho, que somam-se à técnica e tempo (como apontamos nos capítulos anteriores).

Foi neste momento que a categoria técnica começou a alcançar um novo patamar na trajetória epistemológica de Milton Santos. Se ao longo das décadas de 1950 e 1960 ela apareceu em seus trabalhos como um elemento descritivo do meio geográfico, agora a técnica é alcança o patamar de conteúdo do

espaço, ela torna-se meio. Inspirado nos debates sobre o meio técnico (na geografia e na sociologia), Milton Santos elaborou o conceito de *meio técnico-científico* (1980).

Nesse sentido, verifica-se um esforço de elaboração de uma epistemologia própria à disciplina partindo da determinação do espaço geográfico como seu objeto, cuja ontologia também precisa ser debatida.

Seguem-se, portanto, debates ontológicos sobre o espaço geográfico, que incluem a noção de fixos e fluxos, a diferenciação entre paisagem, espaço e configuração territorial e os sistemas de engenharia e sistemas de movimento como conteúdos do espaço.

O espaço geográfico, visto como uma totalidade, passaria a ser analisado também através da divisão territorial do trabalho e dos pares dialéticos como o velho e o novo, o externo e o interno, o Estado e o mercado, partindo daí a elaboração dos conceitos de *circuitos espaciais de produção* e *círculos de cooperação* (1986).

Quanto ao contexto histórico vivido pelo geógrafo baiano, além dos anos em que lecionou no MIT, na University of Toronto e em diferentes instituições na Venezuela, aqui é mister destacar o período em que esteve na University of Dar-es-salam, na Tanzânia (durante o período letivo 1974-1975 e 1975-1976), e na Columbia University, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos (durante o período letivo 1976-1977).

Como em outros momentos de sua trajetória, o caminho trilhado até então é crucial, mas indubitavelmente a passagem por essas duas instituições, nesse momento de sua vida e de sua carreira acadêmica, do mundo e dos lugares, bem como da própria história da geografia foi decisiva em sua produção.

Estes foram os últimos anos vividos por Milton Santos fora do Brasil, entre 1974 e 1977. Sua chegada aqui foi marcada por

dois pontos cruciais: o encontro com os debates que ocorriam sobre a geografia crítica e, ao mesmo tempo, o início de um momento de grande transição quanto à sua instalação em universidades brasileiras. Se entre os anos de 1964 e 1977 o autor viveu uma série de incertezas quanto à possibilidade de trabalho e atuação, mudando-se de um país para outro, de uma instituição para outra, a chegada ao seu próprio país foi também marcada por essas mesmas incertezas.

Os debates e proposições aqui apresentados foram trabalhados pelo autor em diferentes artigos a partir de meados da década de 1970, no entanto sua sistematização mais apurada deu-se nos livros *Por uma geografia nova* (1978), *Espaço e método* (1985) e *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia* (1988). Este elaborado com a colaboração da geógrafa Denise Elias.

De certa forma, os debates aqui apresentados haviam sido apontados de forma preliminar em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a), quando o autor demonstrou algumas insatisfações relativas aos métodos e conceitos de uma geografia de “círculo vidaliano” (Berdoulay, 1981).

3.1. Economia política, totalidade e espaço geográfico

3.1.1. Espaço geográfico: primeiras reflexões e contextos

Quanto ao papel do “espaço geográfico” na história da disciplina, sabe-se que este não foi desde os seus primórdios o conceito mais debatido e utilizado nas análises. Desde os pensadores da Grécia antiga, os *lugares* são o ponto de partida de suas descrições, sem todavia existir uma discussão quanto ao seu significado conceitual. Conceitos centrais, tais como *região* e *paisagem*, marcam a história da disciplina desde os momen-

tos que antecedem sua sistematização em meados do século XIX e partir de então.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1995), a “geografia tradicional”, que se estende de aproximadamente 1870 a meados do século XX, privilegiou os conceitos de *paisagem* e *região* e, a partir deles, discutia o objeto da disciplina e sua identidade frente às demais ciências. No que diz respeito à *região*, afirma Rogério Haesbaert (2009) que esta

“[...] em determinado momento se tornou o conceito mais pretensioso – quase paradigmático – dentro da Geografia – especialmente na chamada Geografia tradicional de matriz francesa e, talvez por isso mesmo, também aquele que muitas vezes, ainda hoje, é o mais nitidamente reconhecido como um conceito geográfico por outros cientistas sociais.” (Haesbaert, 2009, p. 621)

Voltando a Lobato Corrêa (1995), durante os debates da chamada “geografia tradicional”, o espaço não aparecia como um conceito-chave, apesar de poder ser encontrado na obra de Ratzel – a partir sobretudo do conceito de *espaço-vital* – e de Hartshorne, mesmo que de maneira implícita, a partir da noção de *diferenciação de áreas*. Quanto ao início da utilização do *espaço* como conceito-chave da geografia, o geógrafo carioca afirma que isso ocorreria com a proposição de uma geografia teórico-quantitativa, a partir da década de 1950. Nesse contexto:

“[...] o espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como conceito-chave da disciplina. O conceito de paisagem é deixado de lado, enquanto o de região é reduzido ao resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas. Lugar e território não são conceitos significativos na geografia teórico-quantitativa.” (Lobato Corrêa, 1995, p. 20)

É preciso ressaltar que nesse primeiro momento o espaço é entendido como um espaço abstrato, matemático, isolado do processo histórico. Sobre essa forma de se pensar a categoria, Milton Santos, em seu livro *Por uma geografia nova* (1978), afirmou:

“a intitulada geografia quantitativa marca o ponto máximo desta desespacialização do espaço reduzido a uma teia de coordenadas sem relação com o real, um verdadeiro ‘computer taxonomic exercise’ (Brookfield, 1975, p. 107), ao mesmo tempo que uma desistorialização: um conjunto de fórmulas matemáticas de onde a história – ou seja, o homem – era sistematicamente afastado.” (M. Santos 1978, p. 88)¹⁰⁴

Na história da Geografia, a partir da década de 1970, o conceito de espaço seria revisto pela geografia crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética. Para Roberto Lobato Corrêa (1995), ofereceram importantes contribuições para um debate substantivo sobre o espaço geográfico e sobre sua centralidade na disciplina, pensadores como David Harvey, Edward Soja e Milton Santos.

Na trajetória epistemológica de Milton Santos, o início das colocações sobre o espaço data de fins da década de 1960. Em *Le métier de géographe en pays sous-développé* (redigido em 1968 e publicado em 1971), o geógrafo realizou ponderações sobre o espaço econômico, entendido como um espaço “abstrato”, matemático, e sobre o espaço geográfico, então visto como um espaço “concreto”, no qual as atividades dos homens se davam efetivamente. Essa idéia era uma herança de uma geografia regional que partia do entendimento das regiões como algo concreto, que se dava historicamente. Tais apontamentos

¹⁰⁴ Aqui o autor fez referência ao livro *Interdependent development* (1975), de Harold Brookfield.

elaborados pelo geógrafo se deram paralelamente às críticas feitas ao predomínio da geografia regional sobre a geografia geral e, ainda, à total ausência de diálogos entre elas, num contexto de pesquisas na França em fins dos anos 1960, onde Milton Santos então vivia (debate apontado no capítulo 1).

No mesmo livro, um capítulo foi dedicado à “Noção de espaço” (capítulo 9). Introduzindo alguns debates teóricos sobre o espaço Milton Santos já atribuía a este o papel de “categoria de estudo” da disciplina, posição colocada também pela geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier, importante interlocutora sua desde princípios da década de 1960, como já apontamos anteriormente.

No livro *La géographie. Méthodes et perspectives* (1971), Jacqueline Beaujeu-Garnier, ao destacar uma aparente diversidade dos trabalhos em geografia, mesmo que num primeiro momento dois métodos predominassem entre eles, o “empirismo dedutivo” ou a “teoria dedutiva”¹⁰⁵, questionava-se sobre o que é central para a disciplina: determinar seu(s) método(s) ou seu objeto?

“É preciso que o geógrafo reflita não apenas como ele pode proceder, mas para onde ele vai e porque deve proceder assim. [...] Em certos momentos, marchando, é preciso voltar ou esco-

¹⁰⁵ “O método indutivo consiste em acumular um grande número de estudos monográficos a propósito de um mesmo assunto, em examinar os elementos análogos que se desempenham e, se possível, utilizando os mesmos encaminhamentos, comparar os resultados, pesquisar as generalizações possíveis, ensaiar de concluir uma formulação de uma constatação do conjunto ou, em extrema ambição, uma teoria. [...] O segundo método consiste em refletir sobre um problema, explorando todas as ramificações teóricas para construção de um ‘modelo’, ou seja, formular uma proposição global, depois pesquisar, verificar a teoria assim obtida sobre os exemplos concretos.” (Beaujeu-Garnier, 1971, pp. 29-30)

lher um caminho; da mesma maneira, em geografia, é preciso seguir adiante se não queremos desaparecer. E como seguir se não sabemos nem onde, nem por que, nem de que maneira?” (Beaujeu-Garnier, 1971, p. 53)

Partindo de considerações colocadas por Jean Piaget e Carl Sauer, Beaujeu-Garnier (1971) afirmou que uma ciência que não se define, não existe; e que a definição de seu objeto será determinante em sua capacidade de organização. Qual seja este objeto, para a autora seria o “espaço do geógrafo”, que é complexo, concreto, coerente e encontra-se em constante movimento.

No entanto, esse “espaço do geógrafo” necessitava de uma definição mais precisa e, nesse momento, os questionamentos passavam justamente pela diferenciação entre um *espaço econômico*, considerado abstrato, e um *espaço geográfico*, visto como concreto.

Crítico a essa diferenciação entre espaços distintos que seriam específicos a cada uma das disciplinas, apontou Milton Santos ([1971a]1978a):

“Chegou talvez o momento de retomar esse debate, a fim de ver-se em que pode ele ser enriquecedor ou estéril. Sobretudo é bom perguntar se não seria mais útil substituir essa querela por outra questão: haverá um espaço real, global, coerente, um espaço habitado por homens e marcado por atividades prenhes de história, um espaço penetrado total ou parcialmente de modernidade, definido por estruturas e percorrido por fluxos? Um espaço onde decisões locais se chocam e se anastomosam com decisões distantes? Um espaço que é a base de uma síntese e de um equilíbrio, ainda que efêmero, entre todos esses fatores? Ou, ao contrário, haverá espaços diferentes segundo o capricho de cada um dos especialistas que o estudam?” (M. Santos, [1971a] 1978a, pp. 60-61)

A partir dessa ponderação, o autor passou justamente a se questionar se haveria então uma diferença entre um “espaço econômico” e um “espaço geográfico”. Neste ponto, embasado em escrito de Bernard Kayser no *Dictionnaire Géographique* (1970), Milton Santos acrescentou às suas reflexões a idéia de *espaço banal*, proposta pelo economista François Perroux. Para este autor, o *espaço banal* – que se definiria por “relações geométricas entre pontos, linhas, superfícies e volumes”, nas quais os “homens e os grupos humanos, os objetos e os grupos de objetos economicamente caracterizados encontram o seu lugar” – opunha-se ao espaço econômico abstrato, matemático, marcado por um conjunto de relações abstratas. Para Bernard Kayser (1970), portanto, esse “espaço banal” proposto por François Perroux no início da década de 1960, seria o *espaço geográfico*. Tal proposição foi observada por Milton Santos que a recuperaria ao longo das décadas de 1980 e 1990, num status central em seus debates sobre epistemologia da Geografia e ontologia do espaço.

Considerado aqui como um marco inicial dos debates sobre epistemologia da geografia a partir dos diálogos com a economia política, em “Geography, marxism and underdevelopment”¹⁰⁶, artigo publicado em 1974 na revista *Antipode*,

¹⁰⁶ Dada sua importância na trajetória de Milton Santos e na própria história da disciplina, o texto foi publicado também em 1978, numa versão em espanhol – Geografía, marxismo y subdesarrollo – em “Dos aproximaciones al estudio del Estado y del subdesarrollo”, na *Revista Terra – Pensamiento Geográfico*, da Escuela de Geografía da Universidad Central de Venezuela. Em 1980, uma versão em português foi apresentada em *Reflexões sobre a geografia*, publicação organizada pela AGB (Seção São Paulo), que inclui ainda traduções de artigos de Jean Dresch (“Reflexões sobre a Geografia”, 1948); Raymond Guglielmo (“Geografia e dialética”, 1955); Jean Tricart (“O campo na dialética da geografia”); e um texto de Orlando

Milton Santos foi mais contundente ao afirmar que a discussão sobre “espaço geográfico” e “espaço econômico” deveria ser abolida:

“Dever-se-ia conceber o espaço como um todo e não como um espaço aristocrático onde os fluxos estudados são unicamente aqueles das grandes empresas e população burguesa. Isto produziria uma verdadeira geografia da pobreza, uma geografia onde riqueza e pobreza não fossem tratadas como entidades separadas, mas como complementares de uma só realidade.” (M. Santos, [1974] 1980, p. 87)

Aqui vale destacar que com a *teoria dos circuitos da economia urbana* Milton Santos já trazia uma crítica às análises que separavam “riqueza” e “pobreza”, como se estas não fossem completamente interdependentes.

No “Geography, marxism and underdevelopment” (1974), o autor fez um resgate, um breve estado da arte, de debates por ele considerados marxistas na Geografia, apontando trabalhos de Jean Dresch, Jean Tricart, Jean Suret-Canale, Bernard Kayser e Pierre George. Para Milton Santos, a própria idéia de “unidade terrestre” que existia entre alguns geógrafos clássicos franceses já representava uma preocupação com o *todo*, como uma totalidade “intuitiva”. Além dos autores mencionados, ressaltou as contribuições de David Harvey e de Yves Lacoste e a importância das publicações *Antipode* e *Herodote*¹⁰⁷.

Valverde (“Metodologia da geografia agrária”, 1964). O artigo consta também no livro *Geografia: teoria e crítica* (1982) organizado pelo geógrafo carioca Ruy Moreira, importante publicação da geografia crítica produzida no Brasil.

¹⁰⁷ Ao se referir às contribuições de David Harvey (em *Social justice and the city*, 1973) quanto à utilização da noção marxista de mais-valia em situações sociais empíricas, Milton Santos sugeriu que “outras idéias poderiam ser similarmente aplicadas: por exemplo, a acumulação e circulação do capital; o

Dessa forma esta poderia evidenciar, entre outros aspectos, que não existiria um “espaço subdesenvolvido” em si e sim distintas combinações de variáveis que sendo universais originam as diferenças entre os lugares. A questão seria reconhecer como essas combinações se manifestariam no centro e na periferia do sistema mundial. Os debates acerca da utilidade e importância de categorias marxistas e do método dialético na análise do espaço geográfico tiveram continuidade, entre muitos outros escritos, em “Espaço e dominação”, originalmente publicado em 1975¹⁰⁸.

Todavia, antes de apontarmos algumas das teorizações elaboradas por Milton Santos sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço ao longo da década de 1970, vale retomar alguns aspectos dos contextos por ele vividos. Entre os anos de 1971 e 1977, o geógrafo esteve na América do Norte, na América do Sul e na África.

Durante o ano letivo de 1971-1972 o geógrafo baiano foi *research-fellow* no Massachusetts Institute of Technology (MIT), vivendo em Cambridge, nos Estados Unidos. Em seguida foi *full visiting professor* no Departamento de Geografia da University of Toronto, durante o ano letivo de 1972-1973. Após o encerramento de seu contrato nesta universidade, ainda no ano de 1973, ministrou um curso durante aproximadamente três meses na Universidad Nacional de Ingeniería de Lima, no Peru,

impacto da inovação no capital monetário, capital fixo e capital circulante; valor de uso e valor de troca; modo e estrutura da produção; estrutura de classes; ... são todas categorias que podem ser levadas à linguagem espacial ou geográfica.” (M. Santos, [1974] 1980a, p. 86).

¹⁰⁸ Publicação original: “Space and domination: a marxist approach”, *International Social Science Journal*, vol. XXVII, nº 2, 1975. Há também uma versão em francês da mesma publicação.

de onde seguiria para oferecer um curso no Chile, o que foi abortado devido ao golpe militar naquele país em 11 de setembro. Outra possibilidade, após sua estada no Peru, foi um convite que recebeu para lecionar em Londres, onde decidiu não ficar devido a constrangimentos vividos em situações de racismo. A partir daí seguiu para a Venezuela, onde permaneceu até meados de 1974. Neste país ministrou cursos na Facultad de Ciencias Económicas y Sociales e no Centro de Estudios del Desarrollo, ambos da Universidad Central de Venezuela.

Durante os anos letivos de 1974-1975 e 1975-1976, foi professor na University of Dar es Salaam, na Tanzânia. Nesse período, no ano de 1975, ofereceu um curso na Universidade Estadual de Campinas (Campinas | SP), quando teve a oportunidade de visitar Brasil após 1964. Após os anos vividos na Tanzânia, o geógrafo retornou à Venezuela, em meados de 1976, onde foi recebido como professor convidado na Facultad de Arquitectura y Urbanismo da Universidad del Zulia, em Maracaibo, e na Escuela de Geografía da Facultad de Humanidades y Educación da Universidad Central de Venezuela.

Em seguida, Milton Santos foi convidado pela Columbia University (Nova York | Estados Unidos), onde foi professor de Geografia e Planejamento Urbano durante o ano letivo de 1976-1977. Ao final do contrato em Columbia, Milton Santos recebeu um convite do governo da Nigéria para participar da fundação de uma universidade neste país, todavia decidiu retornar ao Brasil¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Aqui temos como fonte o *Curriculum Vitae* que fôra elaborado pelo próprio Milton Santos, exceto o convite para lecionar no Chile (informado por Marie-Hélène Tiercelin dos Santos) e as informações sobre o tempo que permaneceu em Lima, os constrangimentos vividos em Londres e o convite feito pelo governo nigeriano para que ele participasse da fundação de

Ao longo destes anos – 1971 e 1977 –, nos diferentes países por onde passou, Milton Santos manteve uma enorme dedicação à vida acadêmica, como durante os anos vividos na França (1965-1971). Teve ainda a oportunidade de realizar inúmeras pesquisas nas quais pode operacionalizar e aprimorar a *teoria dos circuitos da economia urbana* (como apontamos no capítulo 2).

Paralelamente, passou por um período de grandes investimentos em leitura, principalmente em filosofia, filosofia da técnica, marxismo, estruturalismo, fenomenologia e existencialismo, esforço que, somado aos conhecimentos em economia política, embasaria seus apontamentos sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço geográfico. A partir de então, além das categorias técnica e tempo que já vinham sendo trabalhadas em seu esquema teórico, *totalidade* adquiriu um status central. Resultado de anos de leitura e pesquisa, o livro *Por uma geografia nova* (1978) marca a sistematização de uma proposta teórica para a disciplina.

3.1.2. O retorno ao Brasil e a publicação de *Por uma geografia nova*

A chegada de Milton Santos a Salvador (Bahia) em junho de 1977 foi marcada por uma série de incertezas quanto à vida profissional e acadêmica. Num breve resgate, é preciso ressaltar que a decisão por voltar ao Brasil não esteve associada a convites ou possibilidades de aderir a corpos docentes universitários. No final daquele ano seguiu para São Paulo, onde permaneceu por aproximadamente um ano e meio e prestou consultorias, entre outras instituições, na Secretaria de Planejamento e na Empresa Metropolitana de Planejamento (Empla-

uma nova universidade no país, que encontram-se em Milton Santos (2000, pp. 106-107).

sa). Daí partiu para o Rio de Janeiro, onde permaneceu por aproximadamente quatro anos (M. Santos, 2000, p. 107).

Tratava-se de um momento de intensos debates na geografia brasileira, no contexto de reuniões e publicações de diferentes geógrafos preocupados com a elaboração de uma *geografia crítica* que, pautada principalmente na análise da realidade a partir do método histórico dialético, voltava-se efetivamente para debates sobre os problemas da sociedade. Fundamental ressaltar que quando mencionamos uma “geografia crítica” brasileira não partilhamos a concepção de que esta representou um bloco homogêneo de reflexões mas sim, como afirma Antonio Carlos Robert Moraes (1983, p. 126), “[...] pode-se dizer que a Geografia Crítica é uma frente em que propostas díspares convivem obedecendo a objetivos e princípios comuns”.

Além dos enriquecidos debates que ocorriam na geografia brasileira, em fins da década de 1970, Milton Santos deparou-se com um Brasil que se encontrava em plena fase de declínio dos governos militares (1964-1985).

Após ser obrigado a deixar o Brasil em dezembro de 1964, Milton Santos não pôde acompanhar de maneira mais próxima uma série de mudanças que aqui se deram. Entre os anos de 1964 a 1967 o regime militar viveu uma fase de “estabilização”, durante o governo Castelo Branco e primeiros meses do governo Costa e Silva, estabelecendo suas diretrizes e encerrando o estado de direito democrático. Já os anos de 1968 a 1973, foram marcados por uma fase de “crescimento”, quando a economia nacional alcançava níveis de cerca de 10% ao ano e, paralelamente, foi aprofundada a ditadura política e a perseguição às idéias e pessoas contrárias ao regime, principalmente com os Atos Institucionais.

Foi ainda ao longo desses anos que o país viveu o famigerado “milagre brasileiro”, marcado pelo crescimento dos lucros empresariais e por novos padrões de consumo adquiridos pelas classes médias, que contavam com facilidades para aquisições de imóveis, automóveis, eletrodomésticos, entre outros produtos, ao mesmo tempo em que pioravam as condições de vida das classes menos favorecidas, aumentando o empobrecimento de grande parte da população brasileira.

Entre 1974 e 1985, os governos militares tiveram como marca principal o aprofundamento da desigual distribuição de renda entre a população e, ainda, um aumento brutal do endividamento externo. Ao final da década de 1970, a situação se agravou ainda mais com a crise do petróleo e com os elevados gastos públicos com o pagamentos dos juros da dívida externa.

Quanto à configuração territorial do país e ao enfrentamento das desigualdades regionais, foi ao longo dos governos militares que grandes obras de infra-estrutura foram realizadas e algumas decisões políticas tomadas¹¹⁰. Foram anos de ufanis-

¹¹⁰ Em 1967, a partir do “porto livre” criado em Manaus no ano de 1957, foi criada a Zona Franca de Manaus, que tinha como centro a cidade de Manaus e ocupava uma área de 10 mil km², cujos investimentos seriam coordenados pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), através de incentivos fiscais oferecidos às empresas que ali se instalassem (indústrias de eletroeletrônicos). No ano seguinte foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir da antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 durante o segundo governo Vargas. Em 1970 começou a ser executado o Programa de Integração Nacional (PIN), especialmente dirigido para políticas territoriais voltadas para a Amazônia e Nordeste. Nesse ponto, a construção das rodovias Transamazônica (da Amazônia ocidental à Amazônia oriental e Nordeste) e Cuiabá-Santarém foram obras importantes. Também relacionado à região Norte, o Projeto Grande Carajás

mos: “o Brasil era o país do futuro, agora o futuro chegou”; “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Contudo, as *modernizações* acabaram por aprofundar as desigualdades regionais.

No que diz respeito ao processo de urbanização, o Brasil viu sua população urbana aumentar de 44% para 55% entre 1960 e 1970, atingindo 68% em 1980 (Fonte: *Censo demográfico 2000*, IBGE). Momento marcado pela metropolização, causa e consequência de um forte movimento migratório. A metrópole representava a oportunidade de trabalho, fosse nas indústrias ou na construção civil, sobretudo nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Como destacou Eliza Almeida (2000), metropolização e periferização representaram as duas faces de um mesmo processo. Na tentativa de administrar e pensar soluções para manchas urbanas que ultrapassam os limites municipais foram criadas em 1973 as Regiões Metropolitanas. Definidas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comuns, as primeiras foram as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), as crises econômicas se aprofundaram. Entre 1981 e 1984, as taxas anuais de crescimento alcançaram valores negativos, sendo o pior desempenho do país desde a crise de 1929. Foi também um momento marcado pelas demissões nas indústrias montadoras de automóveis no ABC paulista (municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano da RMSP), onde movimentos de greve começaram a despontar e criar uma con-

foi lançado em 1979, durante o governo Geisel, e envolvia a extração do minério de ferro no complexo de Carajás pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Para isso seriam construídas a Estrada de Ferro Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (no rio Tocantins).

juntura favorável a protestos que levariam, entre outros fatores, às manifestações pela abertura política e retomada do regime democrático^{III}.

Evidentemente todas as manifestações políticas e culturais tiveram um grande peso na transição para um novo momento sócio-político do país mas é certo também que o próprio regime militar não apresentava mais condições de permanecer no poder. Dessa forma, em 1982, realizaram-se as eleições diretas para governadores de Estado e, a partir de 1983, o movimento “Diretas Já” ganhou força nas reivindicações por eleições diretas presidenciais.

Tratava-se também de um momento em que o período tecnológico (Radovan Richta [1968] 1974; Theotonio dos Santos, 1987) amadurecia, mesmo que num contexto de grande crise do capitalismo, após a crise do petróleo (1979). O neoliberalismo se instalava com sólidas bases no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente durante os governos da primeira ministra Margaret Thatcher (entre 1979 e 1990) e do presidente Ronald Reagan (janeiro 1981 a janeiro 1989), para daí ser proclamado aos quatro ventos como a única solução para a crise. Desenhava-se a cartilha com os passos necessários, entre outros, a chamada “desregulação” do setor financeiro, a “flexibilização” do mercado de trabalho e a privatização das empresas estatais. A partir de medidas tomadas em diferentes países, fortalecia-se a internacionalização do capitalismo financeiro, como apontaram, entre outros autores, François Chesnais ([1994] 1996) e Fernando Pedrão (1996).

Foi nesse contexto que, após sua chegada no Brasil em meados de 1977, Milton Santos trabalhou intensamente durante os

^{III} Sobre esse importante momento da história do país, o *Anais IV Encontro Nacional de Geógrafos* (1980) fez uma avaliação em suas páginas iniciais.

meses vividos em Salvador na redação de *Por uma geografia nova* (1978). Podemos certamente afirmar que este livro vinha sendo preparado havia vários anos, mas sobretudo a partir de 1974, durante os anos vividos na Venezuela, na Tanzânia e posteriormente em Nova York. O que pode ser constatado nos próprios agradecimentos do livro, nos quais o autor enfatiza os debates realizados com alunos das instituições nas quais lecionou nestes países. Na última cidade, vale enfatizar a participação de Milton Santos na revista *Antipode* e os diálogos com a geografia radical.

Dessa forma, ao chegar no Brasil e se deparar com um forte movimento renovador da geografia brasileira, Milton Santos, com um pouco mais de 50 anos de idade, tinha já uma longa e larga experiência de estudos, ensino e pesquisas em diferentes países e instituições.

Não temos aqui a pretensão de aprofundar as variadas contribuições à análise sobre momento tão importante da geografia brasileira e sim ressaltar o que, na produção de Milton Santos, aconteceu ao longo desses anos. Evidentemente, vale mencionar algumas importante contribuições desse momento.

Um marco inegável no movimento de renovação foi a realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e ocorrido na Universidade Federal do Ceará, na cidade de Fortaleza, entre 19 e 27 de julho 1978.

Importantes publicações oferecem um rico panorama dos debates então realizados, como o Anais do 3º ENG. O volume “Sessões dirigidas (A geografia urbana no Brasil, uma avaliação)” inclui trabalhos de geógrafos de diferentes gerações, como os de Roberto Lobato Corrêa, Olga Fredrich e Armen Mamigonian, Mauricio Abreu, voltados para geografia urbana. Neste volume encontra-se também “A divisão do trabalho soci-

al como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos”, de autoria de Milton Santos.

Outra publicação foi a revista *Território Livre*, cujo primeiro número foi lançado em fevereiro de 1979, uma iniciativa da então União Paulista dos Estudantes de Geografia. Seu primeiro número inclui os artigos “A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia)”, de Ruy Moreira; “É possível uma ‘geografia libertadora’ ou será necessário partirmos para uma práxis transformadora?”, de Arioaldo Umbelino de Oliveira; “Em busca de uma ontologia do espaço”, de Antonio Carlos Robert Moraes; e “A responsabilidade social do geógrafo”, de Milton Santos.

No ano de 1982 foram apresentadas três importantes contribuições aos debates da geografia crítica. O livro *Geografia: teoria e crítica*, organizado por Ruy Moreira e com artigos, entre outros, de Milton Santos, Antonio Carlos Robert Moraes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Myrna Rego Viana, Roberto Lobato Corrêa, além do próprio Ruy Moreira. Outro livro foi *Novos rumos da geografia brasileira*, organizado por Milton Santos, com artigos de Armando Corrêa da Silva, Roberto Lobato Corrêa, Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Armen Mamigonian, Ruy Moreira, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, Carlos Walter Porto Gonçalves, além do próprio Milton Santos.

Ainda no ano de 1982, a publicação *Geografia e sociedade. Os novos rumos do pensamento geográfico* reuniu artigos de alguns dos autores já mencionados e, em 1984, foi publicado *Geografia crítica. A valorização do espaço*, de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. Aqui mencionamos alguns dos trabalhos de maior escopo desse período,

outras publicações dariam continuidade aos debates ao longo dos anos 1980.

A chegada de Milton Santos ao Brasil foi marcada também pelo que temos denominado de uma política de difusão das idéias. Em 1978 foram quatro os livros publicados de sua autoria. Destes, o que possui maior destaque nos debates sobre a epistemologia da disciplina foi *Por uma geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica* que, junto ao livro *O espaço fora do lugar*, de Armando Corrêa da Silva, têm um papel decisivo no movimento da geografia crítica no Brasil.

Além de *Por uma geografia nova*, foram publicadas as versões em português de *Le métier de géographe en pays sous-développé* (1971a) – *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* – e de *L'espace partagé* (1975) – *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e A pobreza urbana* (comentados nos capítulo 1 e 2).

No ano seguinte, em 1979, foram publicados *Economia espacial: críticas e alternativas*, coletânea de artigos inéditos e já publicados em revistas científicas (entre 1974 e 1977), e *Espaço e sociedade*, também uma coletânea com três artigos já publicados em revistas científicas e os demais inéditos.

Sigamos agora para algumas idéias centrais do livro *Por uma geografia nova* (1978), tais como a necessidade de um objeto para a disciplina – o espaço geográfico – e a proposição de considerá-lo como instância da sociedade. Somam-se ainda os debates sobre Estado-nação, modo de produção e formação socioespacial. Tais reflexões teóricas – resultantes, entre outros aspectos, do aprofundamento dos diálogos com a economia política – representaram, sem dúvida alguma, um importante salto epistemológico na trajetória do geógrafo baiano.

3.1.3. O espaço geográfico como instância da sociedade e a formação socioespacial

São muitos os debates acerca da existência ou não de um objeto da Geografia. E no caso da existência desse objeto, qual seria? Como poderíamos defini-lo?

Sobre esse aspecto, Antoine Bailly e Hubert Béguin (1982) afirmam que um mesmo objeto é visto sob um ângulo diferente por cada disciplina. Dessa forma, é “a partir de seu *ponto de vista* que as diversas ciências sociais se distinguem umas das outras, mesmo se todas são centradas sobre as práticas humanas. [...] A especificidade da geografia reside então na adoção de um ponto de vista *espacial: conhecimento da prática que os homens têm de seu espaço de vida.*” (Bailly & Béguin, 1982, pp. 31-32).

Já Claude Raffestin e Angelo Turco (1995, p. 26) propõem que “[...] a geografia humana é o conhecimento da prática e do conhecimento que os homens têm da realidade material que é o espaço. Nessa perspectiva, o objeto da geografia não é o espaço mas as relações que os homens têm com o espaço. O objeto da geografia não é então um ‘dado’, mas um ‘produto’. Conseqüentemente, se o objeto da geografia é um ‘sistema de relações no espaço’, esse sistema deve ser construído.”

Desde meados do século XX, os debates acerca da existência ou não de um objeto têm marcado a história da geografia. Por várias décadas, as discussões sobre métodos e objetivos não apenas predominavam como, em alguns momentos, tratavam-se do único debate existente. Sabe-se que ainda hoje há discordâncias quanto ao tema.

Todavia, o que nos interessa apontar aqui é que para Milton Santos, desde escritos elaborados na década de 1970, não só a geografia tem como objeto de análise o espaço como é inviável pensar sua epistemologia se não tivermos tal conside-

ração como ponto de partida. Vale ressaltar que não se trata de uma posição isolada na história da disciplina.

Esta era também a posição teórica de Armando Corrêa da Silva (1986), para quem :

“o conjunto de categorias de uma ciência está relacionado ao objeto de conhecimento dessa ciência. As categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem o objeto da Geografia em seu relacionamento. [...] De todas, a mais geral – e que inclui as outras – é o espaço” (Corrêa da Silva, 1986, pp. 28-29).

Como apontamos no capítulo 1, em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a), Milton Santos dedicou um capítulo à “Noção de espaço”, chegando a considerá-lo uma categoria da geografia.

Voltados também para reflexões sobre teoria e epistemologia da geografia, vários textos foram publicados entre *O trabalho do geógrafo* e *Por uma geografia nova*. Em “Silence de Marx? Silence des philosophes? Non, silence des géographes!” (1976c), Milton Santos criticou o silêncio dos geógrafos acerca de seu objeto, apontando a geografia como “viúva do espaço”, chamado que retomou com ênfase em *Por uma geografia nova* (1978).

“A geografia é viúva do espaço (Santos, 1976). Sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, a natureza ‘natural’ e a economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico. É por isso que tantos geógrafos discutem tanto sobre a geografia – uma palavra cada vez mais sem conteúdo – e quase nunca do espaço como sendo o objeto, o conteúdo da disciplina geográfica. Conseqüentemente, a definição deste objeto, o espaço,

tornou-se difícil e a da geografia, impossível. Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo uma ‘viúva do espaço’. Para este resultado contribui o fato de terem sido perdidos muito esforço e muito talento na busca de soluções imediatistas para problemas considerados imediatos, em perseguir respostas particulares para problemas considerados específicos. Acabamos, por isso, tendo uma multiplicidade tão grande de geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas geografias mas nenhuma geografia” (M. Santos, 1978, pp. 91-92)

Para o geógrafo, cada disciplina particular só encontra sua coerência ao determinar seu objeto, que correponderia a uma totalidade menor da sociedade total¹¹². Determinado o objeto, é preciso definir-lhe as categorias fundamentais e analíticas¹¹³.

¹¹² “A relativa autonomia de cada disciplina só pode ser encontrada dentro do sistema de ciências cuja coerência é dada pela própria unidade do objeto de estudo que é a sociedade total. Mas, a coerência de cada disciplina particular também exige a construção de um sistema que lhe seja particular ou específico, formulado a partir do conhecimento prévio da parcela de realidade social considerada como uma totalidade menor. Essa parcela ou aspecto da vida social assim considerado vem a ser o objeto de cada disciplina particular. Sem essa atitude, nem mesmo estaríamos em condições de saber aquilo que estamos estudando e queremos conhecer melhor.” (M. Santos, 1978, p. 116)

¹¹³ “A identificação do objeto será de pouca significação se não formos capazes de definir-lhe as categorias fundamentais. Sem nenhuma dúvida, as categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história mas, elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização. Se queremos alcançar bons resultados nesse exercício indispensável devemos centralizar nossas preocupações em torno, da categoria - espaço - tal qual ele se apresenta, como um produto histórico.

Apesar das críticas quanto à ausência de debates sobre o objeto da geografia e no que se diz respeito à dificuldade de se pensar uma definição de espaço, o próprio Milton Santos ironizou:

“Não sejamos injustos. Compreende-se porque os geógrafos se dedicaram muito mais à definição de geografia do que à definição de espaço. Esta última é uma tarefa extremamente árdua. Assim como Santo Agostinho disse do tempo: ‘Se me perguntam se sei o que é, respondo que sim; mas, se me pedem para defini-lo, respondo que não sei’; o mesmo pode ser dito do espaço” (M. Santos, 1978, p. 119)

No entanto, apresentou uma definição para o objeto da disciplina. Em suas palavras:

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (M. Santos, 1978, p. 122)

São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar. A interpretação de espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas, sem a qual estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese.” (M. Santos, 1978, pp. 116-17)

Queremos enfatizar nessa definição a importância das categorias forma, função, processo e estrutura. A partir desse momento, a internalização dessas categorias foi um aspecto importante em suas reflexões teóricas.

Forma, função, processo e estrutura, segundo o autor, devem ser vistas como partes de uma totalidade e é a partir do processo dialético existente entre elas que se pode compreender o espaço geográfico (M. Santos, 1978).

Especialmente quanto às formas, Milton Santos chamou ainda a atenção para o papel das formas pré-existentes:

“A cada fase histórica, o papel de cada estrutura social, assim como seu conteúdo, variam. Os meios de difusão também mudam, isto é, a distância entre a emissão de uma mensagem, o desencadeamento de um processo e sua recepção e concretização variam em termos de tempo. É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso. Ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de *necessidade*. Esta necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento. Mas ela é também determinada pelas formas preexistentes, portadoras de uma funcionalidade precisa. Digamos que a sociedade produz a paisagem mas que isso jamais ocorre sem mediação. É por isso que ao lado das formas geográficas e da estrutura social, devemos também considerar as funções e os processos que, através das funções, levam energia social a transmutar-se em formas.” (M. Santos, [1978f] 1982a, p.42)

Dessa maneira, o espaço, cuja essência é social, é formado pelos objetos geográficos (naturais e artificiais) e pelo que lhes dá vida. Nessa dialética entre forma, função, processo e estrutura, as formas possuem um papel determinante, já que são marcadas, segundo Milton Santos, por uma inércia dinâmica,

idéia inspirada no conceito de *prático-inerte*¹¹⁴ de Jean-Paul Sartre ([1960] 2002).

“Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais.” (Milton Santos, 1978, p. 148)

Todavia, mesmo como partes diferentes de uma totalidade, as formas não podem ser vistas dissociadamente das funções, já que as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, são *forma-conteúdo* (M. Santos, 1978 e 1985). Aqui há outro importante passo na elaboração teórica de Milton Santos que teve grande significação para a própria epistemologia da geografia. Ao enfatizar a existência da *forma-conteúdo*, o geógrafo afirmou que a forma é permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao “encaixar-se” na forma, ou seja, não há um espaço social divorciado dos objetos, como também estes não possuem significado sem a vida social. Mais que isso, eles são indissociáveis, não possuem sentido em si.

Junto aos esforços por uma definição do espaço geográfico, Milton Santos colocou que este deveria ser visto como instância da sociedade, assim como a economia e a cultura. Isso sig-

¹¹⁴ “De fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado. Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos. Essa característica do *prático-inerte* de Sartre que se volta contra seu criador é o fundamento mesmo da existência do espaço como estrutura social, capaz de agir e de reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo.” (M. Santos, 1978, p. 145)

nifica que da mesma maneira que o espaço é determinado pelas demais instâncias, ele as determina; como instância ele contém e é contido pelas demais.

“Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. (M. Santos, 1978, p. 145)

Ao incorporar a noção de instância, podemos afirmar que mais um marco em sua trajetória se estabeleceu. O mesmo pode ser afirmado quanto à elaboração da categoria de formação socioespacial, apresentada pela primeira vez no artigo “Society and Space: social formation as theory and method”, publicado na revista *Antipode* de fevereiro de 1977¹¹⁵

Aqui podemos afirmar, sem dúvida, que tratou-se de um momento central em seus diálogos com a economia política, efetivado a partir da internalização da categoria marxista de formação econômico social. A idéia de formação social foi elaborada por Marx e posteriormente trabalhada por Lênin. Tempos depois, durante as décadas de 1960 e 1970, a categoria – junto à de modo de produção – voltou a ser debatida por vários intelectuais, dentre os quais podemos citar Emilio Sereni ([1970] s/d).

¹¹⁵ No mesmo ano foram publicadas versões traduzidas do artigo no *Cahiers Internationaux de Sociologie* e, posteriormente, no *Boletim Paulista de Geografia*. Em 1979, foi publicado com um dos textos do livro *Espaço e sociedade*. No ano de 1996, foi republicado no livro *De la totalidad al lugar*.

Ao refletir sobre essas duas categorias, partindo do pressuposto que existem conceitos teóricos e conceitos empíricos, Louis Althusser (1967) afirmou que:

“os conceitos teóricos (em sentido estrito) dizem respeito às determinações ou objetos abstrato-formais. Os conceitos empíricos dizem respeito às determinações da singularidade dos objetos concretos. Assim, diremos que o conceito de modo de produção é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção em geral, que não é um objeto existente no sentido estrito, mas que é indispensável para o conhecimento de toda a formação social, dado que toda formação social é estruturada pela combinação de vários modos de produção. Da mesma maneira, diremos que o conceito de modo de produção capitalista é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção capitalista em geral, que não é um objeto existente no sentido estrito [...], mas que, no entanto, é indispensável ao conhecimento de qualquer formação social sob a dominação do dito modo de produção capitalista etc.” (Althusser [1967] s/d, pp. 55-56)

Partindo da importância dos países nas relações entre os lugares e o mundo, para Milton Santos era fundamental ver as categorias de modo de produção, formação social e espaço de modo interdependente.

“Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. [...] Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.” (M. Santos, 1977, pp. 86-87)

É a formação socioespacial, entendida como uma totalidade, que permite a análise do que é singular a cada país e que, vista como um partido de método, pode evitar comparações descontextualizadas entre os diferentes Estados-nação. Segundo Milton Santos (1978c), a formação socioespacial realiza a intermediação entre a divisão internacional do trabalho e a divisão interna do trabalho em cada país.

“Através da análise das conseqüências de uma dada divisão internacional do trabalho, em diferentes continentes e em diferentes países, neles encontramos formas correspondentes ao modo de produção dominante, e que nesses lugares diferentes guardam um mesmo ar de família. Através do estudo das formações socioespaciais, reconhecemos a ordem pela qual se dispõem as formas e o nexos que elas mantêm através da própria vida da sociedade. Essa ordem é fornecida pelo somatório das ações dos modos de produção e das formações sociais em movimento, ou, em outras palavras, da adição dos efeitos da divisão internacional do trabalho e da divisão interna do trabalho.” (M. Santos, 1978c, p. 41)

Vale notar que, como em outras situações, uma categoria nunca é vista isoladamente e, aqui especificamente, a interdependência com a categoria divisão do trabalho é essencial. Todavia, essa relação é vista a partir dos atributos dos territórios ao mesmo tempo que serve para explicá-los.

Mais uma vez, o contexto vivido pelo autor tem um papel importante. É o próprio Milton Santos que relacionou as primeiras reflexões a esse respeito aos anos em que viveu na Tanzânia, momento no qual, como vimos, realizou muitas leituras em filosofia e marxismo e publicou o livro *L'espace partagé* (1975).

“Na Tanzânia, eu via o capitalismo entrando lentamente. Foi muito importante, para a elaboração teórica do território, des-

cobrir que um país, com sua história e organização geográfica, pode ser ou não um obstáculo, refazendo a história da entrada do capitalismo e distinguindo as formações sociais desse ponto de vista. Talvez daí tenha vindo essa idéia, que desenvolvi depois, da formação socioespacial – sem o espaço não dá para entender a produção do capitalismo.” (M. Santos, 2000, p. 109)

Essa categoria embasaria todo seu trabalho dali em diante, já que as relações lugar – mundo, ressaltava o geógrafo, são sempre intermediadas pelas formações socioespaciais, que devem ser entendidas como totalidades. Aqui é importante destacar a força que a internalização da categoria totalidade tem no arcabouço conceitual de Milton Santos, assim como tempo e período¹¹⁶.

Sobre as categorias totalidade, espaço e formação socioespacial¹¹⁷, afirmou Milton Santos que:

¹¹⁶ Segundo Milton Santos a análise do espaço não pode ser feita sem duas premissas essenciais: “a) O *tempo* não é um conceito absoluto, mas relativo, ele não é o resultado da percepção individual, trata-se de um tempo concreto; ele não é indiferenciado, mas dividido em secções, dotadas de características particulares. Somos desse modo, levados a encontrar uma *periodização*, baseada em parâmetros capazes de ser empiricizados e a considerar esses parâmetros não como dados individuais mas em suas inter-relações. Seguindo essa linha, chegaremos à identificação de *sistemas temporais*. b) as relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de *sistemas espaciais* na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história.” [grifo nosso] (M. Santos, 1978, p. 207)

¹¹⁷ Sobre formação socioespacial e totalidade, o aprofundamento do debate foi realizado também em “O presente como espaço” ([1977] 1982), no qual Milton Santos afirmou que “A nação Estado é a formação socioeconômica por excelência” (p. 17); em “A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países

“A noção de totalidade ganha agora uma nova importância e aparece mesmo como uma imposição do momento atualmente vivido pela história do sistema capitalista. [...] Todos os aspectos da vida social são importantes, nenhum deles, em si mesmo, tendo primazia sobre os outros. Isso é uma garantia contra uma epistemologia dogmática e imóvel, que não tome em consideração a totalidade e os seus movimentos.” (M. Santos, 1978, pp. 197-198).

E mais adiante,

“Tudo isso explica porque o estudo das formações econômicas e sociais constitui o melhor ponto de partida para um tal enfoque, pois sendo, como uma categoria teórica, as formações econômicas e sociais somente existem, no entanto, por causa dos seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade (sua evolução particular, sua situação atual, suas relações internas e externas) tomada como uma realidade historicamente determinada. Fundada sobre uma base territorial.” (M. Santos, 1978, p. 198)

Partimos aqui do pressuposto que a internalização de categorias e conceitos próprios aos debates da economia política e os avanços efetuados por Milton Santos na elaboração de uma proposta teórica para a disciplina são concomitantes à releitura por ele realizada da categoria técnica que, ultrapassando seu papel como elemento descritivo do meio, alcançou o patamar de elemento constitutivo.

subdesenvolvidos” (1978) – publicado também em *Espaço e sociedade* (1979); e em “Dos aproximaciones al estudio del Estado y del subdesarrollo” (1978).

3.2. A técnica como elemento constitutivo e ontologia do espaço

3.2.1. O período tecnológico e o meio técnico-científico

O século XX foi palco de sucessivas mudanças marcadas por significativos avanços técnicos. Estes se deram em distintas instâncias da sociedade, tais como o espaço, a política, a economia e a cultura. Tais avanços foram anunciados e analisados por diferentes autores, tais como, Lewis Mumford ([1934], 1971), José Ortega y Gasset ([1939], 1963), Pierre Ducassé ([1944], s/d), Donald Brinkmann ([1945], 1963), Jacques Ellul ([1954], 1968; 1977), Gilbert Simondon ([1958], 2008), Friedrich Dessauer (1964), Georges Friedmann (1968), André Fel (1978), Bertrand Gille (1978), Jean-Pierre Sérís (1994), entre inúmeros outros.

Contemporâneo aos avanços técnicos do contexto após segunda guerra mundial, o filósofo tcheco Radovan Richta (1968) propôs a idéia de *período tecnológico*. Caracterizado pela união entre técnica e ciência, o período tecnológico é portador de importantes rearranjos nas relações sociais e destas com o meio geográfico.

Contribuição importante da geografia para o entendimento de uma realidade complexa que começou a se desenhar com o período tecnológico, foi o conceito de *meio técnico-científico* que aparece pela primeira vez em escritos de Milton Santos no texto “Espaço e capital: o meio técnico-científico”, publicado em 1981¹¹⁸. Este, por sua vez, resulta de uma apresentação no IV Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), ocorrido em julho de

¹¹⁸ Além da publicação nos Anais do IV ENG (1981), o texto consta também no livro *Espaço e método* (1985).

1980 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Palavras do autor:

“Desde que a produção se tornou social, pode-se falar em meio técnico. Esse meio técnico vem sofrendo transformações sucessivas e, segundo os períodos, com diferente intensidade nas diversas partes do mundo. Naqueles países ou regiões onde eram disponíveis técnicas mais avançadas e elas podiam ser aplicadas à transformação da natureza, encontraremos também um meio técnico mais complexo. [...] Todavia, apenas recentemente é que se pôde falar num *meio técnico-científico*, contemporâneo do período de mesmo nome da civilização humana. Esse período coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo.” (M. Santos, 1981, pp. 627-628) [grifo nosso]

Podemos afirmar que o conceito de *meio técnico-científico* é a “geografização” efetiva do período tecnológico já que as variáveis-chave, no caso técnica e ciência, tornam-se meio. Anos mais tarde, ao incorporar a variável informação Milton Santos proporia o conceito o *meio técnico-científico informacional* que seria a “cara geográfica” da globalização (voltaremos a esse tema no capítulo 4).

Dessa forma, a releitura de categorias internas à geografia e a proposição de novos conceitos para a disciplina, principalmente a partir do início dos anos 1980, partem desse arcabouço no qual os diálogos com a economia política estão fortalecidos e as internalizações das categorias técnica, tempo e totalidade, entre outras, arraigadas. Contudo, foi a mediação entre as idéias e as características do período tecnológico que dinamizaram efetivamente esse processo.

Sobre o período tecnológico, no texto “O presente como espaço”, que corresponde a uma conferência proferida na Uni-

versity of Toronto em fevereiro de 1977, quando Milton Santos foi convidado para participar dos eventos que comemoravam o 150º aniversário da instituição, apresentou a seguinte definição:

“Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações. [...] Ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e *mass-media* são, sem sombra de dúvida, os pilares do período tecnológico. Mas o grande veículo de sua afirmação histórica em todas as partes do mundo foram as empresas transnacionais.” (M. Santos, [1977] 1982a, p. 11)

A elaboração do conceito de meio técnico-científico, que fôra apresentado no IV Encontro Nacional de Geógrafos (1980), pode ser relacionada ao reencontro de Milton Santos com o Brasil, marcado por uma configuração territorial bastante distinta daquela de meados de 1960, quando daqui partiu em ocasião do golpe militar.

Tendo retornado havia exatos três anos, neste ano lecionava na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979 a 1983), como professor titular convidado, e também oferecia cursos como professor convidado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (entre 1978 e 1982).

Dessa forma, a proposição de meio técnico-científico é contemporânea às elucubrações do autor sobre o período tecnológico. Aqui também é preciso ressaltar a retomada da própria noção de *meio geográfico*, por ele utilizada nos anos 1950, momento de diálogos com a geografia clássica francesa, e que nos anos seguinte perdeu um papel central em suas reflexões

teóricas. Também os debates existentes nas ciências sociais e demais disciplinas sobre a técnica e o meio técnico foram centrais para a proposição de meio técnico-científico (1980). Entre alguns autores, podemos citar aqui Georges Friedmann (1968) e Jacques Ellul (1977).

Na própria geografia, como ressaltou Milton Santos (1989), a idéia de *meio técnico* já era discutida sobretudo por Max. Sorre:

“[...] sociólogos franceses dos anos 1950, 1960 e um geógrafo como Max. Sorre já falavam do meio técnico e discorriam sobre as diferenças entre o meio técnico e o meio natural. Em nossos dias, sobretudo para os países subdesenvolvidos, é importante falar em meio técnico-científico. A natureza transformada para a produção cada dia ganha um conteúdo maior em ciência e em técnica.” (M. Santos, 1989, p. 6).

Certamente a elaboração do conceito de meio técnico-científico, mais que a releitura da técnica, representou a efetiva internalização desta categoria em seus debates teóricos. Sua elaboração se deu paralelamente a novas leituras de categorias e conceitos internos à disciplina. Como destacaremos a seguir.

3.2.2. Relendo categorias e conceitos geográficos

A efetivação do período tecnológico, em meados dos anos 1970, levou diferentes disciplinas das humanidades a reavaliar os respectivos corpus teóricos, inclusive a Geografia. Essa necessidade de revisão e releitura de categorias e conceitos vinha sendo uma preocupação do movimento da geografia crítica no Brasil, bem como o papel da disciplina perante os problemas sociais.

Deste momento da produção de Milton Santos, queremos destacar o artigo “A responsabilidade social do geógrafo”, resultado de uma conferência pronunciada em diferentes universidades brasileiras ao longo de 1978¹¹⁹. Nele, o autor foi mais uma vez crítico à geografia regional clássica. No ponto “Os equívocos da geografia regional”, foi enfático ao destacar que o grande problema da concepção clássica de região era propô-la como “uma fração de espaço ocupada por uma fração da sociedade” (M. Santos, 1979b, p. 42).

Nota-se o aprofundamento das críticas que começou a elaborar em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a) e que nos dez anos seguintes foram sendo aprimoradas. Uma leitura mais cuidadosa do texto mostra também algumas críticas levantas a autores clássicos da geografia francesa (como Maurice Le Lannou e Pierre Gourou), geógrafos que, ao longo dos anos 1990, Milton Santos recuperaria enfatizando a importância destes nos debates sobre a técnica na geografia. Mais um indício de continuidades existentes em sua produção.

¹¹⁹ Chegando no Brasil num momento efervescente nos debates sobre a renovação de geografia brasileira, ao longo de 1978 essa conferência foi apresentada na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Goiás (a convite de alunos), na PUC do Rio de Janeiro (a convite da AGB Rio), na Universidade Federal da Bahia (também a convite da AGB local) e na Universidade Federal de Pernambuco. Sua primeira publicação foi na revista *Território Livre* (1979), em seguida no *Boletim Recifense de Geografia* (1980). Alguns anos depois numa edição especial do *Jornal de Geografia* (1985) do Centro de Ciências Exatas e Naturais das Faculdades Integradas de Uberaba e, no ano de 1989, em *Fundamentos para o ensino da Geografia, Seleção de Textos*, material elaborado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Como já havíamos comentado, a determinação por parte do autor de publicar um texto mais de uma vez resultava de uma política de difusão das idéias.

Voltados para a releitura de categorias e conceitos internos, tais como paisagem e região, e enfatizando a ausência de debates sobre o espaço geográfico como objeto da disciplina, vários artigos foram publicados ao longo dos anos 1970. Contudo, o livro *Por uma geografia nova* (1978) traz uma maior sistematização sobre essas reflexões, além de uma revisão crítica da história do pensamento geográfico (Parte 1, “A crítica da geografia”).

No artigo “A geografia no fim do século XX: a redescoberta e a remodelagem do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada”, de 1984¹²⁰, o autor apresentou uma detalhada análise sobre os conceitos de paisagem e região, entre outros.

Ao propor o conceito de *configuração territorial*, Milton Santos apresentou sua proposta para enfrentar situações em

¹²⁰ A importância deste artigo em sua trajetória é visível também devido ao número de vezes que foi publicado. Além desta versão na *Revista Geonordeste* (1984), uma versão em inglês “Geography in the late twentieth century: new roles for a threatened discipline” foi publicada no *International Social Science Journal*, vol. XXXVI, nº 4, Unesco, 1984, pp. 657-672; em francês, “La géographie à la fin du XX^e siècle: les nouveaux rôles d’une discipline menacée”, na *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XXXVI, nº 4, Unesco, 1984, pp. 691-707; em espanhol “La geografía a fines del siglo XX: nuevas funciones de una disciplina amenazada” na *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol. XXXVI, nº 4, Unesco, 1984, pp. 693-709. São todas versões, nos três idiomas, para a revista da UNESCO. Outra versão em português, com o título “A geografia e a nova dimensão do planeta”, foi apresentada na *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 15, nº 5, setembro/outubro, CNPq, Brasília, 1984, pp. 13-21. O mesmo texto corresponde ainda aos capítulos 1 e 2 do livro *Metamorfoses do espaço habitado* (1988) e, anos mais tarde, em 1997, foi publicado novamente em espanhol, “La Geografía a fines del siglo XX: nuevas funciones de una disciplina amenazada”, no livro *Geografía por venir. Cuestiones, opiniones, debates*.

que região e paisagem eram vistas praticamente como sinônimas. Para o autor:

“São diferentes os conceitos de paisagem, de configuração territorial e de espaço. A paisagem não é a configuração territorial embora seja uma parte dela. A configuração espacial não é espaço, embora dele também participe. A configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem.” (M. Santos, 1988, p. 75)

Ou ainda:

“Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país.” (M. Santos, 1988, pp. 75-76)

Para Milton Santos *configuração territorial* corresponde a um todo, enquanto a paisagem é parcial, um fragmento, daí, segundo o autor, a “observação direta” da paisagem na tentativa de analisar a realidade levaria à não compreensão de sua totalidade.

“A paisagem é o conjunto de coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, du-

rante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.” (M. Santos, 1988, p. 77).

Além da releitura das categorias mencionadas, foi também a partir de meados dos anos 1980 que o geógrafo propôs novos pontos de partida para os debates ontológicos sobre o espaço geográfico. Nesse caso, avançando os diálogos, anteriormente mencionados, com as categorias forma, função, processo e estrutura.

3.2.3. Pensando o espaço geográfico: fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ações

Após o início da década de 1980, como já mencionado, a técnica foi relida graças ao aprofundamento dos diálogos com a economia política e efetivamente internalizada com o conceito de *meio técnico-científico*. Nesse momento de seu processo de teorização, Milton Santos ultrapassou a análise da técnica como reveladora das relações entre os homens e o meio geográfico e a passou a associá-la a forças produtivas e relações de produção; ao trabalho morto e ao trabalho vivo, categorias caras a uma geografia que buscava evidenciar as mazelas do mundo a partir do espaço geográfico.

Dessa forma, a técnica – sempre associada à política – em suas manifestações materiais e imateriais, sustenta a noção de fixos e fluxos, jamais vistos isoladamente e sim em constante interação, para o entendimento e análise do espaço geográfico. Em *Metamorfoses do espaço habitado* (1988), Milton Santos definiu:

“O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas,

fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço. Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção (propriamente dita), a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos.” (M. Santos, 1988, p. 77)

Aqui estão internalizadas categorias chave da economia política, como circulação, distribuição e consumo, reveladas como fixos e fluxos que compõem o espaço. Os fixos corresponderiam a objetos localizados, que possuem diferentes características técnicas e organizacionais, como agências de correio, sucursais bancárias, escolas, hospitais, fábricas etc.

“Cada tipo de fixo surge com suas características que são técnicas e organizacionais. E desse modo a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.” (M. Santos, 1988, p. 78)

Com a a proposição de pensarmos o espaço geográfico como esse conjunto formado por *fixos e fluxos*, Milton Santos retoma a discussão sobre a oposição entre um espaço econômico e um espaço geográfico, anteriormente levantada em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1971a] 1978a), e a noção de espaço banal. A seguir, suas colocações em fins da década de 1980.

“O espaço econômico é um conjunto de pontos e de fluxos entre eles, enquanto o espaço geográfico é o *espaço banal*. Mas ambos são indistinguíveis, pois os fixos provocam fluxos em

função de seus dados técnicos, que são geralmente locacionais, mas, também, em função dos dados políticos. Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação.” (M. Santos, 1988, p. 78) [grifo nosso]

Importante destacar no trecho acima, o papel dado aos diferentes atores sociais – as firmas, as instituições e os homens – a capacidade de promover a circulação segundo seus respectivos poderes econômico, político ou social.

Outro par conceitual elaborado pelo geógrafo para a análise do espaço geográfico foi sistemas de engenharia e sistemas de movimento. Uma definição para sistemas de engenharia já havia aparecido em “O espaço e seus elementos: questões de método” (1982). Anos depois, em *Metamorfoses do espaço habitado* (1988), afirmou:

“O conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistemas de engenharia seja qual for o tipo de sociedade. Mesmo as chamadas civilizações primitivas dispunham de sistemas de engenharia e às vezes até mais bem elaborados que os atuais, porque demandando engenho e arte, a empreender com poucos meios. [...] Este (o sistema de engenharia) se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho. A natureza, aliás, é de toda ordem, embora se nos ofereça segundo diferentes níveis de organização, tanto na natureza natural, quanto na artificial.” (M. Santos, 1988, p. 79)

Ainda sobre os sistemas de engenharia e suas relações com as categorias trabalho e capital:

“Dentro da natureza modificada pelo homem os níveis de organização são tão diversos quanto são os níveis de humanização da natureza. Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre.” (M. Santos, 1988, pp. 79-80)

É preciso ressaltar interdependência e cooperação entre sistemas de engenharia que aumentam com o tempo, bem como a divisão do trabalho e a unificação do comando:

“Os sistemas de engenharia passam de um isolamento a uma interdependência, uma interdependência crescente. [...] A tendência a uma interdependência maior é acompanhada de maior diversificação e expansão dos objetos técnicos no espaço. Ao mesmo tempo em que as atividades capitalistas vão aumentando a sua presença no território, o oposto se dá com os espaços indiferenciados. Na sua evolução os sistemas de engenharia levam também de uma divisão do trabalho local simples a uma cooperação geograficamente estendida e complexa, de poucas intermediações, com o uso de técnicas cada vez mais estranhas ao grupo. [...] Paralelamente, cada vez que o sistema de engenharia se desenvolve, o comando de sua utilização se torna mais unificado. Há uma unificação do comando desses sistemas tanto do ponto de vista da economia como do ponto de vista institucional. Passamos também de fluxos que são curtos no espaço e que se exercem em áreas limitadas a fluxos que abrangem frações do território cada vez maiores. Hoje, aliás, o mundo todo é o campo de ação de fluxos que se expandem com o suporte dos novos sistemas de engenharia.” (M. Santos, 1988, p. 80-81)

Voltada também para uma ontologia do espaço, a idéia de “conjunto indissociável” entre um arranjo de objetos geográficos e a vida que os anima aparece em “A geografia no fim

do século XX: a redescoberta e a remodelagem do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada" (1984).

“O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um *conjunto indissociável* de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social”. (M. Santos, [1984] 1988, p. 26) [grifo nosso]

Alguns anos mais tarde, avançando em leituras e elucubrações sobre a própria filosofia da técnica, esta categoria – jamais vista isoladamente – embasaria a definição ontológica de espaço geográfico como um “conjunto indissociável” de sistemas de objetos e sistemas de ações (M. Santos, 1991).

Por ora, retomando o contexto do processo de teorização na década de 1980, queremos enfatizar a continuidade da importância da internalização de conceitos da economia política e o entendimento da técnica como meio em debates sobre o território.

3.3. Território: dialética e cidadania

3.3.1. O território e seus movimentos: divisão territorial do trabalho, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação

Na obra de Milton Santos, é possível verificar que o conceito de território não teve, na maior parte do tempo, o mesmo papel que os demais. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, paisagem, região e organização do espaço eram predominantes, não apenas em seus trabalhos mas na própria história da disciplina. A partir de meados dos anos 1970, o espaço geográfico toma a frente em suas reflexões epistemológicas e, visto como categoria de síntese, é acompanhado pela releitura dos conceitos analíticos.

Na própria história da geografia, como aponta Rogério Haesbaert (2009), o conceito de “território, por sua vez, acabou adquirindo tamanha relevância a partir das últimas décadas do século XX, que também emergiu, pelo menos no contexto das geografias ‘latinas’, como conceito hegemônico para grande parte dos pesquisadores geógrafos.” (Haesbaert, 2009, p. 621)

Evidentemente não podemos afirmar que o território esteve ausente de suas reflexões, no entanto, como em outros momentos de sua produção teórica, o conceito de território – que foi basilar à Geografia Política – foi revisto.

Em 1979, foi publicado o artigo “Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado”, de autoria de Milton Santos e que compunha, juntamente às contribuições de outros pensadores, o livro *Brasil 1990. Caminhos alternativos do desenvolvimento*, organizado por Henrique Rattner.

Neste apresentou uma proposta de periodização para a ocupação do território brasileiro, que de início fora ditada por uma natureza tal qual os colonizadores a encontraram ao mo-

mento de então, fins da década de 1970, marcada por uma “natureza tecnizada, profundamente modificada, inteiramente socializada”. Nesse percurso, distintas fases de desenvolvimento poderiam ser identificadas, sendo “o resultado da acomodação, a um só tempo, da economia, da sociedade e da política em relação às exigências do modo de produção capitalista em escala mundial.” (M. Santos, 1979, p. 143)

As distintas fases partiriam de uma “não integração” de quase a totalidade do território brasileiro a uma “integração desarticulada” quase total. Esta última tornando-se possível por duas circunstâncias que se impuseram paralelamente, de um lado, “a mundialização da economia, possibilitada pela presença universal das multinacionais da produção material e da cultura; de outro lado a integração interna do país por meio dos transportes, das comunicações, do mercado e da presença do Estado.” (M. Santos, 1979, p. 144)

Fundamental ressaltar que este foi o primeiro trabalho elaborado pelo autor voltado para uma análise sobre o Brasil após seu retorno em 1977. Ao se deparar com um território marcado por grandes avanços quanto a infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações, bem como por novas dinâmicas no processo de industrialização em áreas específicas, novas dinâmicas da urbanização e das modernizações na agricultura, Milton Santos voltou-se também para analisar o papel dos diferentes atores sociais frente a essa configuração territorial marcada pelo período tecnológico.

Foi a partir dessas evidências que propôs a ocorrência de uma “nova lógica no uso do espaço” brasileiro a partir das diferentes firmas, sendo as multinacionais as portadoras dos “vetores da novidade”. Tendo, portanto, cada firma, seja grande ou pequena, pública ou privada, distintas possibilidades de “uma melhor utilização do espaço, quanto à produção, à circulação à

distribuição e ao consumo”, estabelece-se no espaço “um campo de forças e de lutas” (M. Santos, 1979, p. 156).

Este artigo trata-se de um trabalho pioneiro, já que o próprio Milton Santos voltaria a elaborar uma complexa análise e refinada síntese sobre o território brasileiro ao final de sua produção (voltaremos a esse ponto). Daqui é fundamental destacar a idéia de diferentes possibilidades de “uso do espaço” segundo as distintas capacidades de produção, circulação, distribuição e consumo das firmas¹²¹. Podemos afirmar que as noções de circuito espacial de produção e círculos de cooperação já se desenhavam, bem como o papel central dos pares dialéticos externo e interno, velho e novo, Estado e mercado, para compreender e analisar o território como um campo de forças, a partir de uma “cooperação no conflito” (M. Santos, 1985).

Além das relações existentes entre os pares mencionados, a divisão territorial do trabalho e os círculos de cooperação e circuitos espaciais de produção também permitem reconhecer os movimentos existentes no território.

A noção de divisão territorial do trabalho, trabalhada na geografia por diferentes autores, foi inspirada em Durkheim ([1893], 1995, p. 2), para quem a divisão do trabalho “não é específica do mundo econômico: podemos observar a sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade.

¹²¹ Neste artigo, sobre aspectos da economia nacional e do processo de industrialização naquele momento, Milton Santos dialogou com Armen Mamigonian (“O processo de industrialização em São Paulo”, 1976), Guido Mantega (“Expansão e crise na economia brasileira – o papel do capital brasileiro”, 1977), Francisco de Oliveira (*Elegia para uma re[li]gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, 1977), Maria da Conceição Tavares (“A presença das grandes empresas na estrutura industrial brasileira”, Comunicação ao 5º Encontro Nacional de Economistas), entre outros.

As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. Estamos longe do tempo em que a filosofia era a ciência única; ela fragmentou-se numa multidão de disciplinas especiais, cada uma das quais tem seu objeto, seu método, seu espírito”.

A divisão social do trabalho manifesta-se em vários níveis. Nos diferentes momentos históricos, desenham-se divisões internacionais do trabalho, divisões regionais do trabalho no interior de formações socioespaciais e, também, repartições do trabalho entre os lugares e dentro dos lugares. Essa repartição do trabalho é dada pela distribuição tanto do trabalho vivo como do trabalho morto e dos recursos naturais.

Desse modo, a divisão do trabalho expressa-se como divisão territorial do trabalho e é por isso que a divisão territorial do trabalho não é apenas um resultado, um dado passivo na história da sociedade, isto é, ela tem um papel ativo. Para Milton Santos (1979, p. 16) “a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar”.

Considerando esses novos conteúdos das atividades produtivas, a distribuição assume importância significativa, sobretudo na relação entre produção e consumo. Sobre o papel da circulação neste novo período, Roberto Lobato Corrêa (1997) coloca que:

“entre produção e consumo capitalista se estabelece a distribuição que passa, sob a égide do capitalismo a desempenhar papel crucial na sociedade e em sua organização espacial. A organização espacial da distribuição que emerge, fundamentada na divisão social e territorial do trabalho, na existência de uma massa predominantemente assalariada, e na articulação entre diferen-

tes áreas produtoras, tem como locais as cidades que se interligam através do comércio atacadista, varejista e dos serviços". (Lobato Corrêa (1997, p. 18)

A circulação aqui também assume um papel de base para a cooperação. Quanto mais os lugares e regiões se especializam mais a cooperação se faz necessária. Os conceitos circuito espacial da produção e círculos de cooperação (M. Santos, 1986) permitem o entendimento desse fenômeno atual da circulação e da cooperação.

Os circuitos produtivos articulam as várias etapas da produção pelas quais percorre o produto. São definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os círculos de cooperação, sendo formas de regulação do processo produtivo e assegurando a realização do capital, associam aos fluxos materiais outros fluxos, como os imateriais: de capital, de informações, de mensagens, de ordens etc. (Milton Santos, 1994c).

São sucessivas e/ou superpostas divisões do trabalho – sistemas temporais e os respectivos sistemas técnicos e meios geográficos – que constroem a história. O movimento das divisões territoriais do trabalho é a expressão do processo de totalização: que dá sentido à distribuição e ao funcionamento dos objetos e das ações (intencionalidades) em cada pedaço de tempo.

Divisão territorial do trabalho e círculos de cooperação e circuitos espaciais de produção permitem também uma análise a respeito do *uso do território* a partir de diferentes atores sociais, indivíduos, firmas, instituições e empresas (voltaremos a esse tema no capítulo 4).

Aqui vale ainda frisar que no final da década de 1980, partindo de uma análise sobre o território, a cidadania e o consumo, Milton Santos publicou, entre outros escritos, o livro *O espaço do cidadão* (1987).

3.3.2. Pensar a cidadania a partir do território

Quando foi lançado o livro *O espaço do cidadão* (1987), no qual o geógrafo aponta a existência no Brasil de um “consumidor mais que perfeito” e a inexistência do cidadão, tratava-se do contexto da redemocratização no Brasil.

Com o final da ditadura militar em 1985, muitos trabalhos nas ciências humanas propuseram-se a analisar o novo período político que se iniciava no país, todo o processo de redemocratização, seus aspectos político-partidários e como a sociedade e a política brasileiras se desenhavam após o período autocrático e o chamado milagre econômico e, sobretudo, sobre a Constituinte e a posterior promulgação da nova Constituição Brasileira.

Para T. A. Marshall, há três desdobramentos possíveis da cidadania: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os primeiros, os direitos civis, são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Comumente, os direitos políticos são relacionados ao direito de votar. Sobre os direitos sociais, enquanto os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, aqueles devem garantir a participação na riqueza coletiva, incluindo o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria etc.

Tais dimensões da cidadania foram propostas por T. A. Marshall e, posteriormente, adotadas por inúmeros estudiosos e debatedores do tema. Ao estudar a evolução da cidadania na Inglaterra do século XVI ao XX, o autor explica que tais direitos foram adquiridos numa seqüência cronológica e lógica, primeiro os civis, no século seguinte os políticos e, posteriormente, os sociais, consolidando então no século XX a cidadania plena e enfatizando a cidadania como um processo histórico.

Contudo autores, tais como José Murilo de Carvalho (2002), alertam para o fato de que a instalação da cidadania em outros

países se deu a partir de outras seqüências em relação ao aparecimento de tais direitos, ou seja, cada país percorreu seu caminho. No caso brasileiro, tal autor ressalta uma maior ênfase e precedência do direito social em relação aos outros.

No contexto brasileiro de meados da década de 1980, trabalhos como o de Bolivar Lamonier (1982) e a coletânea *Democratizando o Brasil* são alguns exemplos da mobilização intelectual que a abertura política propiciava. Florestan Fernandes (1989), deputado constituinte eleito em 1986, apresenta uma visão de todo o processo de elaboração da Constituição, revelando seus avanços e retrocessos e todo o sistema de ações (campo de forças) político-partidárias que se desenvolveram na época.

Sendo um dos marcos da retomada democrática, a Constituição promulgada em 1988, chamada por políticos e intelectuais de a “Constituição Cidadã”, representou significativos avanços quanto aos direitos políticos e sociais inéditos na história do país. Mas isso não significou uma cidadania de fato no país, já que as distorções sociais e políticas sofridas durante a pregressa e recente história nacional revelavam a construção de cidadanias incompletas ou mutiladas.

Milton Santos (1987) veio ressaltar que os avanços obtidos com a Constituinte deveriam levar à efetivação do “cidadão integral” e destacou o papel do território nesse processo:

“A Constituição deverá estabelecer as condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral e completo, seja qual for o lugar que se encontre. Para isso, deverá traçar normas para que os bens públicos deixem de ser exclusividade dos mais bem localizados. O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada” (M. Santos, 1987, p. 122)

Ainda sobre o papel central do território nesse processo:

“Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam” (M. Santos, 1987, p. 123)

Sobre o contexto brasileiro pós “milagre econômico” em fins da ditadura militar no país, Milton Santos apontou como o “consumidor” acabou por substituir o “cidadão”. Tal constatação é central no livro e, certamente, esteve relacionada ao choque que o autor teve, após mais de uma década vivida em alguns países onde o estado de bem estar social era uma realidade, ao chegar num Brasil onde o consumo era crescente sem todavia ser acompanhado das reflexões sobre direitos e cidadania.

“Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*” (M. Santos, 1987, pp. 12-13)

E ainda, sobre o cidadão e o “consumidor mais-que-perfeito”:

“O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. Às vezes, porém, contra ele, pode-se erguer a força do consumidor. Mas, ainda aqui, é necessário que ele seja um verdadeiro cidadão para que o exercício de sua individualidade possa ter eficácia. Onde o indivíduo é também cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso. [...] O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz um indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo” (M. Santos, 1987, pp. 41-42)

Dessa forma, se até então as questões relacionadas à ausência de cidadania no Brasil foram uma constante em seus trabalhos, a partir daqui – com o livro e artigos apresentados em diferentes publicações, acadêmicas e não acadêmicas – Milton Santos participou efetivamente deste debate a partir da geografia¹²². O que teria continuidade ao longo da década de 1990, quando sua trajetória epistemológica alcança uma alta complexidade, como veremos no próximo capítulo.

¹²² Além de *O espaço do cidadão* (1987), foram publicados ainda “O território e a Constituição”, *Revista de Administração Pública*, vol. 20, nº 4, outubro/dezembro 1986 (1987), pp. 65-69.; “O geógrafo e a Constituinte”, *AGB Informa*, nº 24, Associação de Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1987; “Território”, *Mapa Geral das idéias e propostas para a nova Constituição* (organizador: Luiz Gutemberg), Fundação Petrônio Portela, Ministério da Justiça, 1987, pp. 253-254; e, com outros autores, “Proposta da SBPC para a Constituinte”, *Revista Ciência e Cultura* 39(4), abril, 1987, pp. 349-356.

CAPÍTULO 4

O fenômeno técnico e uma teoria social crítica do espaço geográfico e do território usado

Introdução

No início da década de 1990 predominavam, em diferentes áreas do conhecimento e na mídia, os debates acerca da globalização. Na geografia, Milton Santos propôs o conceito de *meio técnico-científico informacional*, cujo conteúdo é marcado por uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera* e pela unicidade técnica, a convergência dos momentos e o motor único. Crítico à idéia então em voga de “espaço global”, o geógrafo afirmou que o que existem são “espaços da globalização”.

A partir desse momento, a técnica alcança um novo patamar em seu arcabouço teórico, agora entendida não apenas como elemento constitutivo do espaço geográfico, mas – vista em sua totalidade – como *fenômeno técnico*, tornando-se assim um elemento explicativo. Trata-se também de um estágio em que os diálogos com a economia política encontram-se efetivamente internalizados.

Como em tantos outros momentos de sua trajetória, o mundo presente e as idéias encontram-se entrelaçados. A proposição do entendimento da categoria técnica como fenômeno

técnico torna-se possível devido a uma *universalidade empírica* (1984) que se efetiva.

Partindo, portanto, do fenômeno técnico como pilar para uma proposta epistemológica da geografia, mantém-se como seu objeto o espaço geográfico, entendido como um sistema indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (M. Santos, 1991), cujo conteúdo inclui as normas e a intencionalidade. Trata-se de um momento em que novas internalizações vêm novamente dinamizar sua proposição de uma teoria geográfica.

Enfatizamos ainda sua constatação de que a disciplina teria alcançado, nessa passagem dos séculos XX e XXI, sua maturidade epistemológica e sua proposição em pensarmos a geografia como uma *filosofia das técnicas* e como uma *epistemologia da existência*. Paralelamente, a categoria *território usado* (1994) é proposta como sinônimo de espaço geográfico, reafirmando a centralidade da formação socioespacial.

Esses anos foram marcados também por um forte debate acerca da ausência de um projeto nacional, contexto em que o geógrafo destaca o papel crítico que o intelectual e a universidade devem ter. Mais uma vez, a cidadania é uma preocupação constante em sua produção.

Entendemos esse momento como o auge da sistematização de sua teoria, a partir de meados da década de 1990, com a publicação do livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996).

Quanto às inúmeras atividades realizadas, como nos anos precedentes, o geógrafo conduziu grandes projetos de pesquisa nos quais estavam incluídos os trabalhos de seus orientandos, manteve as atividades docentes e participou de inúmeros eventos científicos em diferentes cidades brasileiras e no exterior. Ao longo desses anos voltou a contribuir de forma sistemática

para alguns jornais de grande circulação, além de oferecer inúmeras entrevistas.

4.1 Globalização: novos conteúdos do espaço, novos conceitos

Desde o início da década de 1990, o termo globalização¹²³ começou a ganhar força em debates realizados em diferentes áreas (das universidades aos diferentes meios de comunicação) e lugares. Os debates foram marcados por diferentes opiniões quanto à adequação do termo a ser utilizado (globalização ou mundialização) e sua definição, à origem do processo, sua extensão e amplitude.

Para François Chesnais ([1994] 1996), a expressão “mundialização do capital” é a que mais corresponderia ao conteúdo do termo inglês *globalization* e que refletiria “[...] bem mais do que apenas outra etapa do processo de internacionalização, tal como conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos

¹²³ Segundo Eustáquio Sene (2001), o termo globalização (do inglês, *globalization*) começou a ser utilizado como uma linguagem de administradores nas *business schools* de universidades norte-americanas, como Harvard. Num segundo momento, tornou-se freqüente nos trabalhos elaborados por escritórios de consultoria. “Um dos primeiros a utilizar o termo globalização foi Theodore Levitt, da Universidade de Harvard, quando publicou em 1983 no periódico *Harvard Business Review* um artigo com o título “The globalization of markets”. No Brasil este artigo transformou-se em um capítulo do livro *A imaginação de marketing*, publicado em 1985. Levitt argumentava que as empresas deveriam ter uma estratégia única de produção e marketing em escala mundial devido à tendência de homogeneização das demandas e dos hábitos de consumo” (Sene, 2001, pp. 11-12).

que comandam seu desempenho e sua regulação” (Chesnais, [1994] 1996, p. 13).

Para alguns a globalização teria começado durante os princípios da internacionalização do sistema capitalista, com as grandes navegações dos séculos XV e XVI, enquanto outros apontavam aspectos mais recentes da história do capitalismo para caracterizá-la, tais como a onipresença de um sistema financeiro que alcança diferentes partes do mundo, o papel central de grandes grupos empresariais (ligados à produção e/ou à esfera financeira) nas decisões e definições de políticas de Estados nacionais, novos acordos nas relações econômicas internacionais, entre outros. Alguns discursos proferiam a existência de uma “aldeia global” e do chamado “tempo real” que “diluiria as distâncias” devido, sobretudo, aos avanços e expansão de novos meios de transmissão de informações.

Em livro publicado em 1992, André Roberto Martin já criticava a idéia em voga de “um mundo sem fronteiras” apontando a atualidade destas na então nova ordem internacional.

“O conceito de ‘mundialização’ entrou na ordem do dia, mas nem por isso os regionalismos, os particularismos, deixaram de existir. A idéia de formação de ‘blocos de países’ visando obter ganhos de escala parece por si só contradizer a tese do ‘fim das fronteiras’. Ao contrário, são novas fronteiras que estão surgindo, as ‘inter-blocos’, e acrescente-se, sem que as ‘nacionais’ tenham deixado de existir” (Martin, 1992, p. 60).

Independentemente das posições existentes naquele início dos anos 1990 quanto ao processo de globalização, certamente foi um momento marcado por grandes mudanças nas sociedades e nos territórios, não apenas na instância econômica, mas também na cultura, nos hábitos e costumes. Todavia, numa primeira etapa, foram as novas configurações de aspectos econômicos que mais se evidenciavam.

Buscando novamente as considerações de François Chesnais ([1994] 1996), este autor apontava algumas características desse novo momento do capitalismo que incluía, entre outros pontos, o papel crescente de empresas historicamente voltadas para a produção na esfera financeira, o novo papel dos investimentos externos diretos (IED), o aumento do número de agrupamentos entre grandes empresas já caracterizadas como oligopólios, as pesquisas em tecnologia voltadas para a produção, a organização interna e ampliação da atuação de alguns grupos empresariais. Dessa forma, a concentração de capitais ganhava uma aceleração nunca vista anteriormente e alguns grupos adquiriam cada vez mais poder de negociação com as demais empresas e com Estados nacionais, sobretudo aqueles mais frágeis economicamente.

A década dos 1990 teve também como característica central o alastramento da “receita neoliberal” pelo mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial condicionavam os novos empréstimos aos países já endividados à adoção de regras, tais como, “desregulamentação” e abertura econômica, privatizações de estatais e diminuição da ingerência do Estado nos negócios. O Consenso de Washington – plano elaborado em 1989, sobretudo pelos Estados Unidos (EUA), FMI, Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)¹²⁴ – pressionava os países a acelerar suas privatizações.

¹²⁴ “Em 1989, em meio à queda do socialismo soviético e ao ápice do thatcherismo e do supply side economics, o Institute for International Economics (IEE), uma entidade privada, organizou um encontro, aparentemente anódino e acadêmico. Seu objetivo era avaliar as políticas neoliberais recentemente iniciadas na América Latina. Dele participaram diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Departamento do Tesouro do governo norte-americano”

Verificava-se, ainda, uma forte abertura do comércio internacional graças à diminuição de taxas alfandegárias aos produtos importados, redução relativa dos gastos públicos nos setores de serviços sociais (educação, saúde, habitação, saneamento etc.), o que configurava não uma “desregulação” por parte do Estado, mas o seu contrário, como apontou Mónica Arroyo (1999 e 2009).

Tal cenário marcou a realidade de diferentes países, principalmente no continente latino-americano. Como enfatiza Jorge Mattoso (2010), avaliando as conseqüências da adoção das diretrizes do Consenso de Washington na América Latina:

“Suas propostas corresponderam a um conjunto de políticas de desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho e do papel do Estado. O *Consenso de Washington* ignorou as questões sociais e os problemas históricos da América Latina, tais como a distribuição de renda e a pobreza. Mas não por esquecimento, pois segundo eles, a distribuição de renda e a eliminação da pobreza deveriam emergir como passe de mágica, exclusivamente como resultado tanto do jogo das forças da oferta e da procura em um mercado autorre-

(Mattoso, 2010, p. 34). No encontro foi estabelecido um conjunto de dez políticas às quais os países que solicitassem empréstimos ao FMI deveriam se adequar. Foram elas: “limitação dos gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público; redução dos gastos públicos e sua focalização; reforma tributária que ampliasse o peso dos impostos indiretos e diminuísse a progressividade nos impostos diretos; liberalização/ desregulação financeira e retirada do Estado do setor; taxa competitiva de câmbio; liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação do processo econômico e das relações trabalhistas; defesa da propriedade intelectual” (Mattoso, 2010, p. 34, nota 3).

gulável, quanto na soberania absoluta de mercados desregulados.” (Mattoso, 2010, p. 34)

No caso brasileiro, tiveram um papel decisivo nessa marcha a uma “liberalização da economia” e aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas e territoriais os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992)¹²⁵, Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002). Durante esses anos houve um maciço programa de privatizações de empresas estatais (principalmente na área de mineração, energia, telecomunicações e transporte); a intensificação dos fluxos internacionais de capitais nos mercados financeiros favorecidos pela diminuição das restrições para entrada e saída de capitais no país; a chamada “abertura da economia” ao comércio global graças, sobretudo, à diminuição de taxas alfandegárias aos produtos importados; e, como já apontado, a redução relativa dos gastos públicos nos setores de serviços sociais (educação, saúde, habitação, saneamento etc.).

Num contexto de incertezas quanto à sua definição e amplitude de ocorrência, alguns autores questionaram se a globalização ocorria realmente a escala do mundo.

Na geografia, resgatamos aqui a proposição de Armando Correia da Silva (1993), para quem:

¹²⁵ Para Emir Sader (2010), “O governo Sarney (1985-1990) foi marcado pelas condições do seu surgimento, limitou a transição à democracia a uma transformação apenas na esfera político-institucional. Assim, a democracia não assumiu caráter econômico, social e cultural. O período terminou desembocando na primeira eleição para presidente da República. Nessa ocasião, durante o governo Sarney, a polarização ditadura-democracia foi superada, o que permitiu ao candidato da direita, Fernando Collor de Melo, inserir na agenda a desqualificação do Estado e da regulação econômica. Era a primeira versão do projeto neoliberal no Brasil” (Sader, 2010, p. 23)

“Pode-se falar de um mercado mundial quando as relações mercantis envolvem todos ou, senão, a maioria dos Estados do mundo. Estará isso ocorrendo? A pergunta se impõe porque há mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Será que todos esses mercados obedecem à mesma lógica de alocação do excedente? Se não, quais os tipos de relações mercantis que se estabelecem em cada escala espacial e temporal? Essas questões são suscitadas pela tese que afirma a existência de uma globalização do capital, que depende da rede de informações e comunicações da atualidade.”

Outra idéia em voga era que a globalização seria responsável por uma homogeneização dos lugares e dos territórios. Diversos autores se mostraram contrários a esse argumento, dentre os quais mencionamos aqui Rogério Haesbaert e Ester Limonad (1999).

“A idéia de globalização, neste fim de século, remete-nos de imediato a uma imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto políticas e culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado. Há que se considerar, porém, que tal idéia de homogeneização é falsa.” (Haesbaert e Limonad, 1999, pp. 7-8)

Os limites da globalização, como processo histórico e categoria explicativa, foram também colocados por Ana Clara Torres Ribeiro (1997) ao destacar, principalmente, a valorização da esfera cultural neste contexto.

“A noção de globalização tem algumas raízes merecedoras de especial atenção: em primeiro lugar, indica um processo específico – ainda em expansão – de estabelecimento de novos vínculos na escala mundo. [...] Em segundo lugar, a noção valoriza, sem dúvida, as relações econômicas: a nova divisão internacio-

nal do trabalho; a expansão do mercado de bens e serviços; a nova posição ocupada pela ciência na alteração imediata de processos produtivos; o atual nível alcançado na administração do consumo; a existência dos denominados produtos globais; os acordos supra-nacionais de mercado. Em terceiro lugar, a noção propicia referências imediatas à centralidade das inovações tecnológicas no novo paradigma produtivo afirmado, como hegemônico, na escala do mundo. Deste último ângulo, a noção de globalização remete à amplitude das alterações, em curso, no fenômeno da comunicação moderna; fenômeno que pressiona as idéias (e ideários) sobre cultura.” (Ribeiro, 1997, p. 13-14)

Nesse início da década de 1990, além das tentativas de definições e metáforas proferidas sobre o processo de globalização, um discurso hegemônico se instalou afirmando que tal processo era inevitável e que traria bons resultados para todos os países e povos. Entre outros intelectuais, Milton Santos foi uma voz destoante deste coro. E aqui vale mencionar o pioneirismo do Encontro Internacional “O novo mapa do mundo”, organizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Regional e Urbano (ANPUR) – gestão 1991-1993¹²⁶ – e realizado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo em setembro de 1992.

Ao longo de cinco dias, geógrafos de diferentes partes do país e do mundo somados a intelectuais de outras disciplinas debateram o contexto histórico de então, ressaltando as metá-

¹²⁶ Entre os anos de 1991 e 1993, a composição da diretoria da Anpur foi a seguinte: Milton Santos (presidente), Maria Adélia Aparecida de Souza (secretária executiva) e, como diretores, Ana Clara Torres Ribeiro, Marco Aurélio de Filgueiras Gomes e Wrana Panizzi (M. Santos, 1999). Durante esta gestão foi realizado ainda o Seminário “Território: globalização e fragmentação” (1993), também no Departamento de Geografia da USP, entre outros encontros, colóquios e reuniões científicas em diferentes universidades brasileiras.

foras existentes e conceitos possíveis para se analisar o presente. Da reunião destes debates resultou a publicação de quatro livros, organizados por Milton Santos, Maria Adélia Aparecida de Souza, Mónica Arroyo e Francisco Capuano Scarlato: *Fim de século e globalização* (1993), *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica* (1993), *Globalização e espaço latino-americano* (1993), *Problemas geográficos de um mundo novo* (1995).

No prefácio do volume *Fim de século e globalização* (1993), afirmou Milton Santos que as periodizações são arbitrárias, já que nem sempre as mudanças cronológicas entre os séculos compreendem necessariamente as transformações que distinguiriam o novo momento. Dessa forma, o final do século XX, entendido como período técnico-científico, já poderia caracterizar o século XXI. Para o geógrafo, “trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço.” (M. Santos, 1993, p. 11).

Tal apontamento chamava a atenção para o fato de que a “globalização” significava mais que um termo fartamente utilizado na mídia e nos discursos de então e que era preciso efetivamente estudá-la como processo e como período histórico.

4.1.1. A globalização como período e como crise: uma nova abordagem

A idéia de que a globalização representava ao mesmo tempo “um período e uma crise” pode ser encontrada já no artigo “O período técnico-científico e os estudos geográficos”, resultante de uma apresentação no Seminário Interamericano Sobre o Ensino dos Estudos Sociais, promovido pela Organização dos

Estados Americanos (OEA), em Washington, entre 28 de julho e 1º de agosto de 1986¹²⁷. Esta colocação alertava também para reflexões epistemológicas que se faziam necessárias.

“O fato de que o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a presunção do futuro, desde que o modelo analítico adotado seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão uma significação nova à totalidade” (M. Santos, [1986] publicado em 1990(b), p. 15).

Tal reflexão seria aprimorada nos anos seguintes estabelecendo-se, inclusive, como ponto central em suas análises sobre o momento histórico. Sua sistematização foi, junto a uma série de outros conceitos, apresentada em várias publicações ao longo da década de 1990, com destaque para o livro *Por uma outra globalização* (2000a).

Essa proposição de compreender a globalização como período e como crise foi identificada pelo autor como uma realidade que se dava principalmente no continente latino-americano. Apesar do termo “globalização” não constar no conteúdo do artigo “A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas”, redigido em 1988 (publicado em

¹²⁷ Resultado desta apresentação, o artigo “O período técnico-científico e os estudos geográficos” foi publicado na *Revista do Departamento de Geografia*, nº 4 (São Paulo, Departamento de Geografia| USP). Este número, que corresponderia ao ano de 1985, foi publicado em 1990. O mesmo artigo consta também como o texto 12 (parte IV) do livro *Técnica, espaço e tempo* (1994) e em *Nuevos roles del Estado en el reordenamiento del territorio: aporte teóricos* (1998), organizado por Marcelo Escolar e Antonio Carlos Robert Moraes.

1991)¹²⁸, Milton Santos apontou também que esta seria uma “idéia de base” para se compreender este processo.

“A primeira é a questão da crise, da crise não como apenas uma transição entre períodos, mas da crise como período. Durante a história dos países subdesenvolvidos, dentro do sistema capitalista e da América Latina, em particular, esta é talvez a primeira ocasião na qual estamos diante de um momento de crise e que também se define como um período, na medida em que, as variáveis que o definem são duráveis, estruturais, dando um novo caráter às realidades que nos cercam” (M. Santos, [1988] 1991, p. 145).

Como antecedentes dessa proposição, o tema da “globalização” foi tratado por Milton Santos já na década de 1970, principalmente a partir do impacto das modernizações em territórios com distintas configurações. Em *Por uma geografia nova* (1978) o geógrafo apontava como foi se dando ao longo da história a adoção de um “modelo único” nos meios produtivos, resultado justamente de uma internacionalização da produção e do consumo.

“A aceitação do novo modelo de utilização dos recursos dependia essencialmente de duas alavancas: a aceitação da noção de crescimento econômico e a submissão a um novo modelo de consumo. Juntos, esses dois elementos permitiriam implantar uma nova estrutura da produção, primeiro no centro do sistema e depois na sua periferia. O consumo de tipo novo nos países subdesenvolvidos ajudou a expandir o novo tipo de produção nos pólos. Depois, quando o mercado estava criado, certas produções podiam ser feitas no próprio Terceiro Mundo. Mais tar-

¹²⁸ Este artigo, no qual Milton Santos recuperou parte do texto “O período técnico-científico e os estudos geográficos” ([1986] 1990b) e avançou o debate, foi publicado em 1991 no *Caderno Prudentino de Geografia* (nº 13) e na revista *Terra Livre* (nº 9).

de, com a internacionalização do produto, a produção ia tornar-se autônoma em relação ao consumo e o modelo se difunde de maneira geral. Foi assim que as empresas transnacionais puderam desenvolver-se. Desse modo, a humanidade, em seus milênios de história, evoluiu de uma situação onde havia uma multiplicidade de modelos produtivos, que eram adaptados à constelação de recursos de cada coletividade para uma outra situação onde foi adotado um modelo único, sem relação com os recursos locais e orientado para as necessidades do sistema no seu centro.” (M. Santos, 1978, p. 74)

Como podemos observar, o autor apontava essa adoção de um modelo único que se tornaria, causa e consequência, de um processo de universalização de diferentes esferas da vida, processo ao qual a geografia deveria ficar atenta. No artigo “A geografia no fim do século XX: a redescoberta e a remodelagem do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada” (1984)¹²⁹, Milton Santos enfatizou o alcance desse fenômeno que levava também à necessidade de reflexões epistemológicas na disciplina (como já apontado no capítulo 3).

“A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universali-

¹²⁹ A versão utilizada aqui foi “A geografia e a nova dimensão do planeta”, publicada pela *Revista Brasileira de Tecnologia* (1984).

zação de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total. Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial” (M. Santos, 1984, pp. 13-14)

Encerrando essa reflexão o autor se perguntou: “Será que essa mundialização é completa?” (M. Santos, 1984, p. 14). Mais adiante, ressaltou o papel dos Estados, ora como “porta de entrada”, ora como “barreira” para esse processo de universalização.

“Os Estados, cujo número se multiplicou devido às novas condições históricas, constituem um sistema mundial, mas individualmente eles são, ao mesmo tempo, uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas. Sua ação, embora autoritária, assenta nas realidades preexistentes e por isso jamais induz uma mundialização completa das estruturas profundas da Nação. Mas isto não basta para impedir que se fale de globalização. Hoje, o que não é mundializado é condição de mundialização” (M. Santos, 1984, p. 14)

Independentemente do momento em que o termo globalização foi incorporado em seus escritos, Milton Santos caracterizava a “nova fase histórica”, entre outros aspectos, pela multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator es-

sencial da acumulação; a grande revolução da informação graças aos progressos da informática (Milton Santos, [1986] publicado em 1990b).

Nesse processo, o espaço geográfico, entendido como instância da sociedade, teria um papel decisivo, entre outros aspectos de seu conteúdo, devido às unicidades que se configurariam numa verdadeira “autorização” para a efetivação de uma universalidade empírica.

4.1.2. As unicidades e a universalidade empírica

No artigo “O período técnico-científico e os estudos geográficos” ([1986] 1990b), já mencionado, Milton Santos propunha a existência de unicidades – uma unicidade da técnica, uma unicidade da mais-valia e uma percepção da simultaneidade, que ao longo da década de 1990 o autor denominaria de “convergência dos momentos” – que juntas empiricizariam a universalidade até então vista como tendência, como possibilidade filosófica.

A percepção da simultaneidade, graças aos avanços técnicos na transmissão de dados e informações e aos satélites, torna-se um acontecimento revolucionário¹³⁰

¹³⁰ “O fenômeno da simultaneidade ganha, hoje, novo conteúdo. Desde sempre, a mesma hora do relógio marcava acontecimentos simultâneos, ocorridos em lugares os mais diversos, cada qual, porém, sendo não apenas autônomo como independente dos demais. Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema de relações. Os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra” (M. Santos, [1986] 1990b, p. 16)

Voltando-se para o papel revolucionário dos novos objetos técnicos de transmissão de informações, Ricardo Castillo (1999) enfatizou que o maior conhecimento sobre os territórios, graças ao emprego crescente de satélites, torna-os vulneráveis a ações hegemônicas¹³¹.

Tal situação soma-se ao fato de que todos os lugares, não apenas passavam a ser cada vez mais conhecidos, como seriam também marcados por conjuntos técnicos similares, mesmo que apresentando diferentes níveis de complexidade, configuraria a unicidade técnica, proposta por Milton Santos¹³².

¹³¹ Para o geógrafo, Ricardo Castillo (1999, p. 259), “Aos século de mecanização do território brasileiro, ainda incompleta e sempre se aperfeiçoando, soma-se, desde poucas décadas, sua informacionalização. As possibilidades técnicas abertas pela integração eletrônica por satélite (em particular a comunicação de dados), a apreensão estatística da paisagem por sensoriamento remoto orbital, a coleta automática de dados e o sistema de posicionamento global trouxeram uma enorme carga de racionalidade ao uso do território brasileiro, permitindo sua apropriação corporativa. Mais do que em períodos anteriores, aquelas empresas cujo raio de ação alcança o território nacional como um todo, consideradas sua dimensão e sua heterogeneidade, podem explorar exaustivamente os recursos de território (objetos e normas em suas mais variadas densidades) e, mesmo, transformar em recurso o que antes eram atributos locais, manifestos ou latentes. A incompletude da mecanização do território brasileiro, suas desigualdades sócio-territoriais, como uma herança, acabam condicionando sua própria informacionalização, não no sentido de dificultá-la mas, ao contrário, estimulando uma celerada difusão” (Castillo, 1999, p. 259)

¹³² “De um lado, o período atual vem marcado por uma verdadeira unicidade técnica, pelo fato de que, em todos os lugares (Norte e Sul, Leste e Oeste) os conjuntos técnicos presentes são ‘grosso modo’ os mesmos, apesar do grau diferente de complexidade; e a fragmentação do processo

Já a unicidade da mais-valia seria possível, entre outros fatores, por uma mais-valia que se tornava mundializada por intermédio das firmas e bancos internacionais.

“O conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente são um fator determinante da realização histórica, ao menos para os setores hegemônicos da vida econômica, social e política. Mas estes arrastam todos os demais. Daí porque nos referimos a uma empirização da universalidade” (M. Santos, [1986] 1990b, p. 16)

A idéia de uma universalidade que se tornaria empírica foi colocada por Milton Santos no texto “A geografia e a nova dimensão do planeta” (1984), já mencionado, no qual o autor se perguntava quais seriam, portanto, as implicações para os debates teóricos na geografia.

“Agora que o mundo se mundializou, o que será da geografia? Não há dúvida de que o mundo sempre foi um só. Todavia, conforme já foi lembrado, não era possível apreender-lhe a unicidade, exceto para alguns fenômenos de alcance mais geral e fora do domínio social. Atualmente, com a internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais de todos os tipos (econômica, financeira, política...) é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global. Somente a partir desta universalidade – uma universalidade empírica – é que certas categorias filosóficas podem ser transcritas numa lingua-

produtivo à escala internacional se realiza em função dessa mesma unicidade técnica. Antes, os sistemas técnicos eram apenas locais, ou regionais, e tão numerosos quanto eram os lugares ou regiões. Quando apresentavam traços semelhantes não havia contemporaneidade entre eles, e muito menos interdependência funcional” (M. Santos, [1986] 1990b, p. 16).

gem geográfica com toda a sua significação.” (M. Santos, 1984, p. 17)

Partimos aqui do pressuposto que a efetivação dessa universalidade empírica (1984) foi decisiva para que Milton Santos propusesse o entendimento da técnica em sua totalidade, como fenômeno técnico. Idéia que se tornaria o eixo condutor de suas reflexões epistemológicas a partir de meados da década de 1990. Por ora queremos enfatizar que, a partir do início dos noventa, o geógrafo apontou que o período de globalização era marcado por uma *aceleração contemporânea* e por novos conteúdos do meio técnico-científico ([1981a] 1985).

4.1.3. Aceleração contemporânea e o meio técnico-científico informacional

Na conferência de abertura do “O novo mapa do mundo”, em 1º setembro de 1992, intitulada “A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo”¹³³, Milton Santos apre-

¹³³ A importância dessa conferência pode ser evidenciada pelo número de vezes que foi publicada: “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”. Em Santos, Milton; Maria Adélia de Souza; Francisco Capuano Scarlato; Mónica Arroyo (orgs.). *Fim de século e globalização*, São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, pp. 15-22. (um dos quatro livros que resultaram de apresentações realizadas durante o evento); “A aceleração contemporânea. Tempo mundo e espaço mundo”. *Boletín Geográfico*, nº 19, Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, janeiro, 1993, pp. 1-10; “Temps-Monde et Espace-Monde. Relever le défi conceptuel”. *Strates*, nº 7, 1992-1993 (texto baseado na conferência de 1º set 1992); o texto 2 da parte I do livro *Técnica, espaço e tempo*, 1994; “Contemporary acceleration: world-time and world-space”. Em Benko, Georges B. e Ulf Strohmayr, *Geography, History and Social Sciences*, The GeoJournal Library, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995, pp.171-176; “La aceleración contemporánea: tiempo-

sentou uma definição para o conceito de aceleração contemporânea. Conforme o geógrafo baiano ([1992] 1993):

“A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias, mas, também, acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a explosão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras. [...] A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge” (M. Santos, ([1992] 1993, pp. 15-16)

Tal aceleração contemporânea seria uma das características do período atual, como também novos conteúdos do espaço, entre eles a informação que seria um dos atributos de um *meio técnico-científico informacional*, proposto pelo autor justamente como “a cara geográfica da globalização”.

O papel da variável informação, já presente em publicações anteriores, seria enfatizado a partir daí de maneira indissociável da técnica e da ciência, tornando-se central em sua proposta teórica¹³⁴.

mundo y espacio-mundo”. *Revista Universidad del Valle*, nº 10, Cali, Colômbia, abril, 1995, pp. 30-35; “A aceleração contemporânea: tempo-mundo, espaço-mundo”. Em Ladislau Dowbor, Octávio Ianni, Paulo Edgar A. Resende (orgs.), *Desafios da globalização*, Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

¹³⁴ Refletindo sobre o conceito de meio técnico-científico, elaborado no início da década de 1980, escreveu Milton Santos

O conceito de meio técnico-científico-informacional foi utilizado, em 1993, numa apresentação no Seminário “Analyse du système monde et de l’économie mondiale”, organizado pela Équipe Système Monde da Université Paris 7. Como em outros momentos de sua trajetória, visando uma difusão de suas idéias, o resultado dessa apresentação foi originalmente publicado em *Cahier du Gemdev*, no mesmo ano, e em outras publicações¹³⁵. Vale ressaltar também a escolha por apresentar novas idéias em conferências ou participações em debates,

em 1988: “A natureza transformada para a produção cada dia ganha um conteúdo maior em ciência e em técnica. A reorganização do espaço para atender às novas formas produtivas supõe um conteúdo importante em ciência e técnica, mas também um conteúdo importante em informação. O território se informatiza, o território se tecniciza, o território se cientificiza” (M. Santos, 1989, p. 6).

¹³⁵ Resultando da apresentação no seminário (4 e 5 fevereiro 1993), que contou com a participação, entre outros, de Olivier Dollfus, Michel Beaud, Theotonio dos Santos, Gérard Kebabdjian, Jacques Lévy, Ricardo Petrella e Immanuel Wallerstein, foi publicado “Les espaces de la globalisation” no *Cahiers du GEMDEV – Points de vue sur le système monde*, nº 20, Paris, maio, 1993, pp. 161-172. Esta comunicação foi apresentada também no 3º *Simpósio Nacional de Geografia Urbana* (13 a 17 de setembro de 1993), no Rio de Janeiro, constando em seus Anais: “Os espaços da globalização”, pp. 33- 37. O mesmo artigo corresponde ao texto 4 da Parte I do livro *Técnica, espaço e tempo* (1994). Em língua espanhola: “Los espacios de la globalización” (tradução de Joaquín Bosque Maurel). *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, nº 13, 1993, pp. 69-77; “Los espacios de la globalización”. *Revista Universidad del Valle*, nº 10, Cali, Colômbia, abril, 1995, pp. 36-41; “Los espacios de la globalización”. Em Medina Vásquez, Javier e Varela Barrios, Edgar (compiladores), *Globalización y Gestion del Desarrollo Regional, Perspectivas Latinoamericanas*, Cali: Editorial Universidad del Valle, 1996, pp. 133-144.

como já apontamos no caso do Seminário “O novo mapa do mundo”.

Em “Os espaços da globalização”, afirmou Milton Santos ([1993] 1994):

“O meio geográfico em via de constituição (ou reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnificação da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.” (M. Santos, [1993] 1994, p. 51)

Apresentado de maneira mais sistematizada no livro *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional* (1994)¹³⁶, o conceito de meio técnico-científico informacional – entendido como resultado das inovações materiais e imateriais do atual período de globalização e, também, como autorização para novas ações – ocorreria de maneira mais contínua nos países desenvolvidos e, nos demais países, na forma de pontos e manchas.

Sobre este aspecto, também apontou Armando Corrêa da Silva (1993, p.79) que “para a maior parte da população de um

¹³⁶ Esse livro é formado pela reunião de artigos já publicados e duas entrevistas, cuja organização contou com a colaboração da geógrafa Adriana Bernardes.

país como o Brasil, o meio técnico-científico está ainda distante de configurar um modo de ligação orgânica com o sistema”.

Partindo, portanto, da constatação de que esse meio técnico-científico informacional se manifestava em forma de pontos e manchas, não apenas em território brasileiro mas também em outras formações socioespaciais, Milton Santos afirmou que formavam-se assim *espaços da racionalidade*.

4.1.4. Espaços da racionalidade, tecnoesfera e psicoesfera

Frente a uma distribuição desigual da ocorrência do meio técnico-científico informacional, entre os países e entre as regiões, configuram-se espaços da racionalidade.

“Hoje, graças aos progressos técnicos e à aceleração contemporânea, os espaços nacionais podem, também, grosseiramente, dividir-se em, de um lado, os espaços da racionalidade e, de outro, outros espaços. É evidente que, como sempre, situações intermediárias são muito numerosas. O caminho secular que conduziu a sociedade humana à necessidade cotidiana de medida, padronização, ordem e racionalização, hoje não é mais exclusivo da esfera da ação estudada por cientistas sociais não geógrafos. Hoje, o próprio espaço, o meio técnico-científico, apresenta-se com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade na escolha dos seus objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional.” (M. Santos, [1992] 1993, p. 17)

Importante destacar aqui o papel da intencionalidade, neste caso um atributo sobretudo dos atores hegemônicos para sua realização. No entanto, o geógrafo também enfatizou que não são apenas estes espaços da racionalidade que compõem o espaço em sua totalidade e que, principalmente nos países subdesenvolvidos, predomina a ocorrência de espaços que não têm este conteúdo de racionalidade.

A coexistência entre espaços da racionalidade e demais espaços, entre outros fatores, seria um indicativo que não haveria um “espaço global”, efusivamente anunciado ao longo da década de 1990. Para Milton Santos o que existiria, portanto, são “espaços da globalização”, sendo o meio técnico-científico informacional uma de suas manifestações, estabelecendo novas divisões territoriais do trabalho e intensificando desigualdades territoriais e sociais historicamente construídas.

Crítico da idéia de que existiria um “espaço mundial”, afirmou ainda que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (M. Santos, [1992] 1993, p. 16).

Frente às mudanças que se davam nos territórios, Milton Santos ainda afirmou que o que existiam eram “espaços hegemônicos”, caracterizados por “[...] componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são *espaços hegemônicos* em que se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares” (M. Santos, [1992] 1993, pp. 16-17).

Ainda no texto “Os espaços da globalização”, Milton Santos apontou que o *meio técnico-científico* era composto por um conteúdo em *tecnoesfera* e *psicoesfera*¹³⁷, que juntos o formariam.

“A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída

¹³⁷ O termo *psicoesfera*, inspirado em Delgado de Carvalho, fôra utilizado por Milton Santos (1953) em “A Geografia de hoje”. Evidentemente sem a complexidade que alcançaria na década de 1990.

por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo. Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças. O meio geográfico, que já foi ‘meio natural’ e ‘meio técnico’, é, hoje, tendencialmente, um ‘meio técnico-científico’. Esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera”. (M. Santos, [1992] 1993, p. 17)

Como vimos, a presença ou não do meio técnico-científico informacional determina novas hierarquias a partir da criação de espaços mais ou menos racionalizados, com maior ou menor conteúdo em ciência. Este foi um tema para pesquisas elaboradas por Milton Santos e sua equipe de orientandos a partir de meados dos anos 1980, quando passou a lecionar no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo desde 1983. Aqui, como em tantos outros momentos de sua trajetória, a realização de pesquisas têm um papel importante em suas elaborações teóricas.

Especialmente voltados para a análise da ocorrência do meio técnico-científico informacional em território brasileiro e as relações existentes entre seus conteúdos e determinadas atividades foram elaborados os trabalhos de Sergio Gertel, com a dissertação de mestrado *Geografia, informação e comunicação: a imagem postal brasileira* (1991) e, posteriormente, com a tese de doutorado *Organização mediática do espaço: o meio comunicacional*; e de Luiz Cruz Lima, com sua tese de doutorado *Novo espaço da produção: os tecnopólos* (1994).

O tema também apoiou as reflexões de Maria Angela Faggin Pereira Leite para repensar o paisagismo e rever o conceito de paisagem em sua tese de doutorado *Novos valores: destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de*

regionalização (1992). E embasou ainda uma série de pesquisas e publicações sobre a urbanização brasileira, como veremos a seguir.

4.1.5. Meio técnico-científico informacional e urbanização no Brasil

Como foi apontado ao longo desta tese, desde o início de sua trajetória epistemológica Milton Santos dedicou-se aos estudos e pesquisas sobre as cidades e a urbanização, seja a partir do contexto urbano e regional baiano (décadas de 1950 e 1960), seja a partir das especificidades da urbanização nos países subdesenvolvidos (décadas de 1960 e 1970), aporte para a elaboração da teoria dos circuitos da economia urbana.

Ao longo da década de 1980, o tema se mantém junto às reflexões sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço. Tal imbricação revelou, em sua trajetória epistemológica, que pensar uma teoria da urbanização é pensar também uma teoria geográfica.

Durante estes anos, portanto, dando continuidade aos diálogos com a economia política, alguns trabalhos foram dedicados à realidade latino-americana¹³⁸ e às cidades do Rio de Janeiro¹³⁹, enquanto esteve na Universidade Federal do Rio de

¹³⁸ Baseado em conferência oferecida no II Congresso Iberoamericano de Urbanismo, em Taxcala (México), em março de 1986, Milton Santos elaborou o artigo “América Latina: nova urbanização, novo planejamento”, publicado na Revista *Orientação* (nº 07) em 1986; e, posteriormente, duas versões em espanhol nas revistas *Vivienda* (México), em 1987, e *GEOespacio* (Uruguai), em 1989.

¹³⁹ Como parte de pesquisa coordenada por Milton Santos e apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a cidade do Rio de Janeiro, foi publicado em 1982 o artigo “Cidade, mais-valia

Janeiro (1979-1983), e de São Paulo. Especialmente sobre São Paulo, foram publicados diversos artigos e os livros *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, em 1990, e *Por uma economia política da cidade*, no ano de 1994 (como apontamos no capítulo 2).

Tratava-se de um momento no qual o geógrafo se reencontrava com o Brasil e, gradativamente, construía suas idéias a respeito da urbanização, suas novas características e abrangência populacional e territorial. No artigo “A caminho de uma teoria substantiva da urbanização” (1985), o geógrafo elencou alguns aspectos importantes para a análise de mudanças estruturais e organizacionais que o processo adquiria no período tecnológico, marcado, entre outros fatores, por uma aceleração da circulação do capital em escala internacional, promotores de grandes mudanças na produção material, na distribuição dos serviços e na dinâmica das redes urbanas.

Mais uma vez tais reflexões alcançariam um novo patamar ao incorporarem, entre outras idéias, os conceitos de meio técnico-científico e meio técnico-científico informacional que traziam novas configurações, sobretudo, às relações cidade e campo, marcadas por especificidades segundo as grandes regiões brasileiras.

No final dos anos 1980, alguns textos já apontavam nessa direção, como “O meio técnico-científico e a urbanização no

absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro” (em *Geografia: teoria e crítica*, organizado por Ruy Moreira). Entre outros pesquisadores, participaram do estudo a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro que tornou-se ao longo das décadas seguintes uma de suas mais importantes interlocutoras. Foram orientandos de Milton Santos no Rio de Janeiro: Carlos Walter Porto Gonçalves, Leoni Mazzocchihi Frizzo, Marília Natal, Maria Cecília Nogueira Linardi, Luiz Fugazzola Pimenta, Margarete de Castro Afeche Pimenta e Maria Luiza Carrozza.

Brasil” (1988b) e “Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico” (1989). Contudo, o artigo “Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil”¹⁴⁰, que resulta de uma conferência proferida no Japão em outubro de 1989, fornece mais elementos para o entendimento de um processo que se desenhava recentemente. Graças, entre outros fatores, aos novos conteúdos em ciência, técnica e informação no meio geográfico e sua desigual distribuição, o país apresentava um relevante desenvolvimento em sua configuração territorial a partir da instalação e ampliação dos sistemas de engenharia; um enorme crescimento da produção material (industrial e agrícola) e conseqüentes mudanças na circulação e distribuição; um forte desenvolvimento de formas de produção e consumo não-material (saúde, educação, lazer, informação etc.); e a permanência de um modelo econômico que privilegiava uma “distorção” da produção e do consumo, no primeiro caso por se tratar de uma produção orientada “para fora” e, no segundo caso, por uma ênfase em um consumo conspícuo, “que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente” (M. Santos, [1989] 1992, p. 13).

¹⁴⁰ Como mais um indicativo de uma política de difusão das idéias que o próprio autor considerava como uma contribuição para os debates teóricos, este artigo – resultado de conferência no International Symposium on Latin American Urbanization, ocorrido em outubro de 1989, em Tsukuba (Japão) – foi publicado no próprio Japão (em francês), em duas revistas venezuelanas, na Espanha, na França. No Brasil, na primeira publicação da *Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental* (Departamento de Geografia, USP) e no *Cadernos IPPUR* (ano VI, nº. 1), ambas de 1992. Este texto consta ainda no livro *Técnica, espaço e tempo* (1994). Aqui foi utilizada a versão do *Cadernos IPPUR* (1992).

“Há uma relação íntima de causa e efeito entre a distorção do consumo, o que está ligado às múltiplas formas de ‘abertura’ da economia nacional e tem um efeito sobre as outras dimensões da economia que são também geográficas, como a circulação e a distribuição. Isso tudo com relação a uma população que cresce: um fato que sempre choca um leitor ou ouvinte estrangeiro é quando se menciona que, a cada ano, o Brasil tem 3.000.000 de novos habitantes. Essa é uma dimensão fundamental para entender a existência de um Brasil rico ao lado de um Brasil pobre, e as formas atuais de reorganização do espaço brasileiro” (M. Santos, [1989] 1992, p. 13)

Tal reorganização apresentava, entre outros aspectos, uma especialização extrema de tarefas no território (uma especialização cada vez mais capitalista) e uma tendência à difusão do capital no campo (com a instalação de novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais), desenhando uma nova divisão territorial do trabalho. Nessa conjuntura, a necessidade de capital cresce e dá-se uma expansão do sistema bancário, uma verdadeira “creditização do território”¹⁴¹.

¹⁴¹ “O fato de que o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo outras conseqüências, como uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc.). Como conseqüência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário, de tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, dando uma

Dessa forma, uma nova urbanização brasileira, diferenciada e complexa, se estabelecia e para acompanhar as mudanças que se efetivavam com rapidez, novas idéias e conceitos foram pensados pelo geógrafo para analisá-la. Mencionamos aqui a noção de “involução metropolitana” que explicava o fato da metrópole de São Paulo apresentar há alguns anos um crescimento inferior, em termos relativos e não absolutos, do que o próprio Estado de São Paulo e o Brasil. Aqui Milton Santos inspirou-se na idéia de ‘involução urbana’ elaborada por Armstrong e McGee, no final dos anos 1960, quando se referiam a um processo de ‘ruralização da cidade’, quando algumas destas passaram a ter em seu meio práticas rurais. No entanto, o geógrafo baiano deu outra conotação ao termo, apontando tanto uma mudança num comportamento de crescimento que há décadas a metrópole paulista apresentava, quanto à intensificação de formas econômicas menos modernas que abrigava¹⁴².

Foram causa e consequência da nova configuração da urbanização brasileira: a instalação de novos objetos e novas

nova qualidade ao espaço e à rede urbana” (M. Santos, [1989] 1992, p. 14).

¹⁴² “[...] dentro das cidades, sobretudo, das grandes cidades, vai dar-se aquilo que Armstrong e Mc Gee (1968) haviam prematuramente visualizado nos anos 60. Esse dois geógrafos propunham a noção de ‘involução urbana’ a partir do que era chamado de *ruralização da cidade*, isto é, a invasão de práticas rurais no meio urbano, em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma *involução metropolitana* mas em outro sentido, na medida que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico” (M. Santos, [1989] 1992, pp. 18-19).

ações que redefinem a divisão territorial do trabalho; um intenso desenvolvimento da produção material e imaterial que cria “zonas de densidade” e “zonas de rarefação”, redesenhando a rede e a hierarquia urbanas; novas relações cidade-campo, com o estabelecimento de um Brasil agrícola e um Brasil urbano; a efetivação de uma urbanização concentrada, marcada pela tendência à metropolização; o fenômeno da periferização, paralelo ao de metropolização; a intensificação das desigualdades sociais e territoriais na organização das cidades.

Tal seletividade também se dá nas cidades, que ao priorizarem o uso de recursos públicos para a instalação de infraestruturas voltadas para alguns atores, acelera a *urbanização corporativa*. A urbanização corporativa coexiste, portanto, com a fragmentação da metrópole, cujas áreas apresentam valores de uso e de troca distintos.

Tal processo de diferenciação de áreas acompanha toda a história do território brasileiro. Nas novas relações cidade-campo¹⁴³, em algumas partes do país, cabe às atividades agrícolas comandarem algumas atividades urbanas. Tratam-se de novas relações entre o consumo consuntivo e o consumo produtivo, ora demandado pelas cidades, ora demandado pelo campo modernizado. Para Milton Santos (1993b, pp. 50-51)

“o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos

¹⁴³ Já na década de 1980, Milton Santos apontava as mudanças nas relações cidade-campo. Em 1986, numa conferência intitulada “Nuveo orden internacional y reorganizacion espacial”, afirmava que frente às mudanças ocorridas em determinadas atividades agrícola, com uma forte inserção de capitais, o “[...] campo não é mais o campo da cidade, senão que a cidade se converte na cidade de seu campo” (M. Santos, [1986] 1990a, p. 33)

do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala de urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico, quanto econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa”.

A cidade mantém seu papel como *locus* da regulação do que se faz no campo, é ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola.

O conceito de meio técnico-científico informacional, entre outros que compõem seu *corpus* teórico, foi basilar para uma série de pesquisas sobre a urbanização brasileira. Inúmeros artigos publicados, desde fins dos anos 1980, e o livro *Urbanização brasileira* (1993b) resultam, em parte, destas pesquisas. Como em outras ocasiões, trabalhos de orientandos seus tiveram uma importante contribuição para os avanços de suas reflexões teóricas.

Alguns trabalhos foram voltados especificamente para a análise das implicações do meio técnico-científico informacional para a urbanização brasileira ou para suas manifestações em determinadas partes do país. Entre eles podemos citar a tese de doutorado *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas* (1989) de Wilson dos Santos e a dissertação de mestrado *(Des)localização do meio técnico-científico e a região de Sorocaba* (SP) defendida em 1994 por Cilene Gomes.

Somam-se ainda as teses de doutorado de Maria Cecilia Nogueira Linardi, *Pioneirismo e modernidade: a urbanização de Londrina-PR* (1995); de Marita Silva Pimenta, *Cafecultura e modernidade: o caso de Bom Jesus do Itabapoana* (1995); de Denise de Souza Elias, *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto* (SP) (1996); e de Samira

Pedute Kahil, *Unidade e diversidade do mundo contemporâneo: Holambra, a existência do mundo no lugar* (1997).

Partindo também de aspectos da aceleração contemporânea e da difusão do meio técnico-científico informacional, no ano de 1998, foram defendidas as teses de Manuel Lemes da Silva Neto, *Implicações da aceleração contemporânea na escala local. O caso do Estado de São Paulo*; e de Alcindo José de Sá, *O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re)afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização*.

Contudo, as cidades e as metrópoles não abrigam apenas “espaços da globalização”, sendo também o lugar de manifestação de outras formas além da racionalidade hegemônica e que com ela coexistem. Daí Milton Santos propor o conceito de *flexibilidade tropical*.

“Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. [...] Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao *meio ambiente construído*, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que também aparecem como zonas de resistência. É nesses espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não

hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência” (M. Santos, 1991a, p. 45)

Tal situação seria ainda mais evidente nos países do Terceiro Mundo.

“No caso dos países do Terceiro Mundo, será ainda mais adequado não perder de vista a verdadeira flexibilidade tropical de que as grandes cidades dispõem e que atenua o tamanho de sua crise. Meio ambiente construído, economia segmentada mas única, e população compósita são o tripé que explica a atual realidade urbana e metropolitana e pode ajudar a estabelecer as bases de um planejamento eficaz, agora que planejar a cidade se tornou mais viável que planejar o campo” (M. Santos, 1991a, p. 45).

Partindo também da análise das características do processo de urbanização em tempos de globalização, o conceito de meio técnico-científico informacional, seu conteúdo em tecnosfera e psicosfera, sua ocorrência em pontos e manchas determinando espaços da racionalidade hegemônica e espaços não hegemônicos, entre outros fatores, há os trabalhos de Maria Laura Silveira e Delfina Trinca Figuera. A partir, respectivamente, das realidades argentina e venezuelana, as duas geógrafas elaboraram as teses de doutorado: *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina* (1996) e *Modernização, espaço e novos conteúdos do presente na Venezuela* (1997).

O contexto da década de 1990, que evidenciava a universalidade empírica apontada por Milton Santos nos anos 1980, foi minuciosamente estudado nos trabalhos de seus orientandos a partir de um complexo sistema conceitual. Tal conjuntura, associada às reflexões elaboradas pelo geógrafo baiano em mais de quatro décadas, o levariam à proposição de pensar a categoria filosófica técnica como totalidade, como fenômeno técnico.

Aqui identifica-se novamente um importante salto em sua trajetória epistemológica.

4.2. Uma nova proposta epistemológica para a geografia: partir do fenômeno técnico

É justamente ao propor que “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (M. Santos, 1996, p. 31), que Milton Santos indica um caminho para uma proposta de teorização em geografia, ressaltando que para isso é preciso distinguir técnica e fenômeno técnico¹⁴⁴.

Evidentemente esta proposta, que busca internalizar a categoria técnica de forma a permitir a construção de um *corpus* teórico fortalecido na disciplina geográfica, não pode ser vista de forma isolada¹⁴⁵ e, além disso, deve ser entendida em seu valor relativo¹⁴⁶.

¹⁴⁴ “[...] Cabe marcar a distinção entre as técnicas particulares examinadas na sua singularidade, e a técnica, isto é, o fenômeno técnico, visto como totalidade” (M. Santos, 1996, p. 31).

¹⁴⁵ “A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades, as formas-conteúdo. [...] O estudo dinâmico das categorias internas acima enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, e idealização e a objetivização, os símbolos e a ideologia” (M. Santos, 1996, p. 19).

¹⁴⁶ “Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor

Ao propor o entendimento da técnica como fenômeno técnico em sua totalidade, Milton Santos ressalta que também é preciso reconhecê-la como meio¹⁴⁷, o que permitiria tanto enfrentar os dualismos, que acompanham a geografia desde sua criação, como historicizar a disciplina.

Mas como, efetivamente, enfrentar os dualismos tão fortemente arraigados em nossa disciplina a partir da categoria técnica?

Na proposta teórica de Milton Santos, ressalta-se a necessidade de reconhecer o papel que o fenômeno técnico apresenta nas transformações ocorridas no espaço geográfico. Para o autor, “a questão que aqui se coloca é a de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenômeno técnico, e, de outro lado, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico” (M. Santos, 1996, p. 37).

Foi no ano de 1991, em conferência proferida no IV Encontro Nacional da ANPUR “Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território”, ocorrido em Salvador entre 28 e 31 de maio, que Milton Santos apresentou a noção de espaço geo-

relativo só é identificado no interior de um sistema de realidade, e de um sistema de referências elaborado para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados de sua solidão e de seu mutismo” (M. Santos, 1996, p. 38).

¹⁴⁷ “Como trabalhar a questão da técnica de modo a que sirva como base para uma explicação geográfica? cremos que um primeiro enfoque é considerar a própria técnica como um meio” (M. Santos, 1996, p. 32). Não como um meio associado, conforme proposto por Simondon (*apud* M. Santos, 1996, p. 34), que reproduz os dualismos da proposta epistemológica tradicional da geografia. Para Milton Santos (1996, p. 35), a idéia de meio associado “é como se buscasse renovar a oposição entre um meio natural e um meio técnico, com a recusa em ver a técnica integrada ao meio como uma realidade unitária”.

gráfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações¹⁴⁸. Nos *Anais* do encontro, publicado em 1993, o texto consta como “Por um novo planejamento urbano-regional”. Nas palavras do geógrafo:

“O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias. Sabemos que o permanente não o é, porque as visões sucessivas, tornadas possíveis pelo conhecimento, desmancham a nossa construção das coisas, até mesmo daquelas que considerávamos eternas. E sabemos também que o hoje não o abarcamos todo, mas é nossa tarefa, entretanto, a busca de seu entendimento. É nesse sentido que eu venho propor, como forma de conversarmos e de maneira a que nos entendamos, a aceitação provisória da proposta seguinte: o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos.” (M. Santos, [1991] 1993, p. 35)

Seria, portanto, a partir da noção de espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações¹⁴⁹ que os dualismos tão arraigados na disciplina poderiam ser enfrentados e evitados. Segundo Milton Santos,

¹⁴⁸ Vale lembrar a menção ao “conjunto indissociável” em M. Santos ([1984] 1988), como apontamos no capítulo 3 e, também, em Milton Santos (1988a).

¹⁴⁹ A primeira apresentação dessa definição foi em “Por um novo planejamento urbano-regional”, texto publicado no *Anais* do IV

“seguindo as epistemologias divergentes do espaço geográfico, estaríamos num beco sem saída, a partir de visões dualistas do fenômeno: material-imaterial; físico-humano; social-natural. [...] Apenas, o espaço é um misto, um híbrido, formado, como já o dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço”. (M. Santos, 1996, pp. 233-234)

É crucial destacar que tal definição para o espaço geográfico está inserida num complexo sistema conceitual que foi cuidadosamente apresentado no livro *A natureza do espaço* (1996), e é a partir dela, segundo o geógrafo, que é possível reconhecer as categorias analíticas e pensar os recortes espaciais para os estudos geográficos. E também, como é possível verificar na citação a seguir, somam-se a essa definição a proposição de outros conceitos que, partindo dos novos conteúdos do meio, vêm enriquecer o sistema teórico.

“A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades, as formas-conteúdo. Da mesma maneira, e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar; o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera*. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência

Encontro Nacional da ANPUR, em 1993. O encontro ocorreu em Salvador, em maio de 1991.

das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.” (M. Santos, 1996, p. 19).

Nesta obra torna-se ainda mais evidente a importância do processo de internalização de categorias externas à Geografia. Juntam-se àquelas já mencionadas (técnica, tempo, período, totalidade, formação econômico social, divisão do trabalho, forma, função, processo e estrutura), objetos e ações, norma e evento, intencionalidade, racionalidade, cotidiano, entre tantas outras. Todo esse esforço esteve sempre voltado para enfrentar os dualismos, mencionados acima, que acompanham a história da disciplina. Segundo Milton Santos, tais dualismos podem ser enfrentados a partir do papel atribuído ao fenômeno técnico, que torna possível a união espaço e tempo¹⁵⁰, historicizando assim a disciplina. Nas palavras do autor:

“A maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das

¹⁵⁰ Questiona-se Milton Santos (1996, p. 41), “como ir além do discurso que prega a necessidade de tratar paralelamente o tempo e o espaço, do discurso de crítica dos outros especialistas que menosprezam esse enfoque, e do próprio discurso de autocrítica de uma geografia igualmente faltosa? Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro? Como traduzir em categoria analítica essa mistura, que faz com que o espaço seja também tempo e vice-versa?”. Uma resposta possível: “pensando na técnica, poderíamos definir o tempo e o espaço a partir dos mesmos elementos, adotando parâmetros idênticos. Por conseguinte, suprimiríamos essa separação entre espaço e tempo e consideraríamos os dois como uma realidade unitária, um espaço tempo, para assim criar a oportunidade de construir uma teoria geográfica válida” (M. Santos, 1996a, p. 19).

técnicas: uma história geral, uma história local. A epistemologia da geografia deve levar isso em conta. A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica”. (M. Santos, 1996, p. 40)

Tentativas importantes em unir espaço e tempo já foram realizadas na Geografia e na própria trajetória epistemológica de Milton Santos como apontamos ao longo desta tese. No entanto, é a proposta sustentada no entendimento da técnica em sua totalidade, vista como uma possibilidade de empiricização do tempo, que poderá consolidar a tão esperada união entre espaço e tempo.

Para Milton Santos (1996), devemos partir da idéia de que o espaço sempre tem um componente de materialidade, que corresponde a uma parte de sua concretude e empiricidade, e que a realização da sociedade humana (sempre em processo) se dá sobre essa base material. A empiricização do tempo se dá segundo as técnicas existentes em cada período, que determinam as mudanças nesta materialidade e nas ações que lhe dão vida e sentido.

“Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem materialidade. A *técnica* entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades

humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.” (M. Santos, 1996, p. 44)

Tais considerações embasariam uma revisão ontológica sobre o espaço geográfico. Como veremos a seguir.

4.2.1. O espaço geográfico como híbrido: objetos e ações

Elaborada por Milton Santos (1991, 1996), noção de espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações¹⁵¹ situa-se num contexto no qual a técnica é objeto e é ação. A técnica, que é a intermediação entre o homem e o meio, cristaliza-se nos objetos e realiza-se nas ações. Ela é ao mesmo tempo ação – a partir da forma como os homens se organizam numa vida em sociedade – e objeto – ao tornar-se materialidade. Não existe objeto sem ação e ação sem objeto. “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos pre-existentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (M. Santos, 1996, p. 52). Da mesma forma que objetos e ações sempre se renovam e mudam de significado mutuamente,

¹⁵¹ “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (M. Santos, 1996, p. 51).

“cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos ‘tempos’ das técnicas ‘industriais’ e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos e ações vêem modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar” (M. Santos, 1996, p. 48).

Quanto à internalização das categorias objeto e ação, foram centrais os diálogos que Milton Santos estabeleceu, entre outros, com Gilbert Simondon, Abraham Moles, Jean Baudrillard e Georg Simmel, no primeiro caso, e com Anthony Giddens e, mais recentemente, Benno Werlen, no segundo caso.

Jean Baudrillard (1968, 1989), entre outros autores, ressaltou a existência sistêmica dos objetos no período atual. Este, segundo o autor, é também marcado por uma coexistência múltipla de ações que, cada vez mais, são determinadas em diferentes pontos do planeta e podem alcançar diversos lugares¹⁵².

¹⁵² “As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. [...] Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar” (M. Santos, 1996, p. 65).

Ao pensarmos nos primórdios do meio geográfico, podemos reservar ao homem a capacidade da ação. E no momento atual, seria ainda possível restringirmos as ações exclusivamente aos homens? “A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições” (M. Santos, 1996, p. 67).

Dessa forma, as decisões frente às possibilidades existentes competem não apenas ao homem individualmente mas também à sua existência em coletividade, como instituições, empresas e outras formas de organização. Todavia, o interesse do geógrafo não está voltado para as ações em si, e sim para suas relações com o espaço geográfico, em sua composição material e não material.

Quanto ao papel dos objetos, Milton Santos (1996, p. 70) afirma que:

“objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos ‘valorizam’ diferentemente as ações, em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente, não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de um modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações, ‘agindo’ em concerto”.

O espaço além de híbrido¹⁵³, é entendido ainda pelo autor como totalidade e como *totalização*. Categoria internalizada

¹⁵³ Em seu livro *A natureza do espaço* (1996, p. 82), Milton Santos relaciona a idéia de *híbrido* à sua proposição de *forma-conteúdo* elaborada nos anos 1970 que, segundo o autor, teria sido

durante os anos 1970 (como apontamos no capítulo 3), o espaço é totalidade, mas é totalidade em movimento. Utilizando a idéia de totalização de Jean-Paul Sartre, Milton Santos (1996, p.95) aponta a diferença conceitual entre as expressões *totalidade* e *totalização* na obra do filósofo: “a primeira sendo o resultado e a segunda o processo”.

O processo de se tornar totalidade foi denominado por Jean-Paul Sartre de totalização. Em *Questão de Método*, Sartre (1957, 1967, p. 30) assevera que:

“a verdade torna-se, ela é e será devinda. É uma totalização que se totaliza sem cessar; os fatos particulares nada significam, não são nem verdadeiros nem falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em curso”.

A totalidade estaria, então, sempre se fazendo, permanecendo num estado de incompletude, encerrando inúmeras totalidades parciais. Desse modo, o conhecimento que almeja contemplar a totalidade trabalhará apenas com momentos dela, uma vez que ela está sempre se desfazendo e se refazendo.

Milton Santos (1996, p. 94) apresenta a totalidade como “o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento”. Desse modo, o espaço geográfico ou o território usado (como veremos a seguir) seria totalidade e também totalização, porque ele está em contínuo movimento. A totalidade que estudamos é

inspirada também na noção de “realidades mistas” de Maurice Godelier (anos 1960). Segundo Milton Santos (1996, p. 83), “a idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

um momento do todo, uma totalidade em totalização, uma totalidade incompleta.

Foram as novas condições de existência que, somadas a outros aspectos, levaram o geógrafo a propor que a geografia passaria por um momento de maturidade epistemológica.

4.2.2. A maturidade da Geografia e a possibilidade de construção de uma metadisciplina

Em sua trajetória, Milton Santos pensou a epistemologia como algo que deve ser particular às disciplinas:

“As definições de epistemologia são múltiplas. O que talvez se possa admitir como um fio condutor dessas definições é que a epistemologia, para que seja uma apreensão do conhecimento e, por conseguinte, possa constituir uma diretriz para a ação, deve levar em conta o processo, partindo das condições universais verificadas num momento da história para as condições particulares, individuais, das práxis humanas e dos seus condicionamentos. O primeiro trabalho do epistemólogo, hoje, é entender sua época. Como a epistemologia é geral, mas também particular, esse entendimento da época deve levar em conta o objeto de estudo do especialista, que é bom precisar” (M. Santos, 1989, p. 5).

O trecho a seguir, retirado do livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996), deixa evidente que para Milton Santos o esforço para a construção de uma epistemologia interna à disciplina deve partir da elaboração de um *corpus* teórico que por sua vez está subordinado ao seu objeto – o espaço geográfico – e não o contrário.

“Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio

de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo. Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo, fundado num exercício de análise da história.” (M. Santos, 1996, p. 16)

Para Milton Santos, a geografia viveria, nessa passagem do século XX para o século XXI, o momento mais fértil em sua história para a construção de uma metadisciplina.

Como temos afirmado, no conjunto de categorias filosóficas que participam do arcabouço teórico construído por Milton Santos, e que permitem a elaboração de uma linguagem geográfica, algumas possuem um papel norteador, tais como técnica, tempo, período, ação, objetos, normas; universalidade, particularidade e singularidade; forma, função, processo e estrutura, entre tantas outras. No entanto, nos voltaremos aqui para a contribuição que a categoria totalidade trouxe ao processo epistemológico do autor.

“A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento da análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.” (M. Santos, 1996, p. 93)

Todavia, vale ressaltar que, segundo o geógrafo, é preciso “[...] retomar o conceito de totalidade, reexaminar as suas for-

mas de aparência, reconhecer as suas metamorfoses e o seu processo e analisar as suas implicações com a própria existência do espaço.” (M. Santos, 1996, pp. 92-93)

Inspirado no conceito de totalidade concreta¹⁵⁴ elaborado por Karel Kosik ([1963], 1976), Milton Santos propõe o de *totalidade empírica*, que corresponderia ao conteúdo que aquela apresenta no atual período de globalização.

“Em nosso ponto de vista, um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma *totalidade empírica* – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como mediação indispensável.” (M. Santos, 1996, p. 92) [grifo nosso]

Dessa forma, a idéia de universalidade empírica (M. Santos, 1984), que corresponde à presente condição histórica, possibilitada –nos dias atuais– sobretudo pelas unicidades técnica, do tempo e do motor (M. Santos, 2000), leva ao entendimento

¹⁵⁴ Segundo Milton Santos (1996, p. 94), “o processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem do universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas, conforme ensinado por K. Kosik, em sua *Dialética do concreto*. A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama de totalidade concreta.” Nas palavras de Karel Kosik ([1963], 1976, p. 36), “a dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro ‘total’ da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade.”

da categoria filosófica totalidade como totalidade empírica (M. Santos, 1996). Esta proposição permitiu um significativo avanço teórico para a disciplina.

“[...] essa universalidade concreta e essa totalidade empírica, permitida pela técnica atual, devem possibilitar à geografia um grande salto teórico, unindo o lugar e o mundo em um mesmo movimento visível e assegurando a superação de tantas outras dicotomias e ambigüidades que vinham marcando o método geográfico há mais de um século.” (M. Santos, [1994] 1996a, p. 23)

Tal salto teórico, que nos permite refletir sobre uma maturidade histórica da geografia, foi certamente favorecido pelas condições históricas concretas¹⁵⁵ do período atual.

“Para a geografia, o fato novo e dominante é o que se pode chamar de *maturidade histórica*, ou seja, o conjunto dos dados novos que a história do mundo impõe à disciplina. Para os geógrafos, profissionalmente preocupados com o espaço do homem, a nova situação é apaixonante. De um lado, seu campo de interesse se amplia, pois o espaço dito geográfico se torna, mais do que nunca, elemento fundamental da vida humana. De outro, a mundialização do espaço cria as condições – até aqui insuficientes – para estabelecer um corpo conceitual, um sistema de referência e uma epistemologia, recurso de trabalho que

¹⁵⁵ Se a geografia, desde a antigüidade ao século XIX, manteve um caráter descritivo e generalizante, não ultrapassando uma vontade de teorização, “crê-se que a razão desses fracassos não se deve à falta de talento dos geógrafos, mas ao fato de as condições históricas concretas não terem sido reunidas, donde as dificuldades para a elaboração de uma teoria geográfica. [...] Acredita-se, porém, que é justamente agora que se reuniram as condições históricas para constituir essa geografia global e também teórica, tão procurada de um século a esta parte.” (M. Santos, 1984, p. 702).

sempre faltou a essa disciplina e por isso estreitou seu campo de estudo ao longo deste século.” (M. Santos, 1984, p. 794)

Trata-se de uma maturidade histórica que permite estabelecer um corpo conceitual, uma epistemologia que, segundo o geógrafo, precisa ser edificada a partir de uma epistemologia particular¹⁵⁶. Não se trata aqui de um estágio final da história da disciplina e sim de um patamar nunca antes possível.

É nesse sentido que Milton Santos afirma ser necessária a elaboração de uma “filosofia menor”, de uma “filosofia da geografia”, que parta “de dentro” da disciplina.

“Falta-nos, na verdade, essa necessária articulação entre o pensamento filosófico e o nosso objeto de conhecimento, o chamado espaço geográfico. [...] A questão não é simples. A filosofia *na* geografia supõe, para sua eficácia, uma filosofia *da* geografia. Em outras palavras, é preciso pensar a nossa disciplina de dentro, não de fora. Sem esse pensamento de dentro, o que se obtém é, apenas, um fraseado elegante, paramentado com citações bem arrumadas, mas é só.” (M. Santos, [1982], 1984a, p. 12)

¹⁵⁶ Tradicionalmente a epistemologia é considerada como uma disciplina especial no interior da filosofia, já que cabiam aos filósofos as pesquisas realizadas nesta área do conhecimento, posteriormente ela caminhou no sentido de reconhecer epistemologias particulares às ciências (Japiassu, 1979). Para Milton Santos, era fundamental partir da idéia de uma reflexão epistemológica que, alicerçada na filosofia, partisse das próprias disciplinas, como Michel Foucault ([1966], 1984) fala em “regiões epistemológicas” e Jean Piaget (1967) propõe a existência de uma “epistemologia regional” ou “epistemologia interna”, voltada justamente para uma reflexão sobre os conflitos internos a cada esfera do saber. Para o geógrafo, além dos autores mencionados acima, Louis Althusser (1974) foi uma referência importante nesses debates.

Tal filosofia da geografia¹⁵⁷, que é a metadisciplina, deverá partir da mediação entre teoria e aspectos do real e buscar efetivamente uma coerência científica¹⁵⁸; uma coerência interna e externa à própria disciplina, fundamentada, principalmente, na definição de seu objeto.

“A coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado. Em outras palavras, as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele. A coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas abrangentes e que definem a sociedade e o planeta, tomados como noções comuns a toda a História e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível” (M. Santos, 1996, p. 19)

Para María Laura Silveira (2000), a busca por uma coerência da teoria geográfica é acompanhada pela elaboração de um esquema que, partindo de uma teoria maior, alcance a operacionalidade.

¹⁵⁷ “Uma filosofia da geografia deve alimentar-se, em primeiro lugar, da noção de totalidade. [...] O princípio da totalidade é básico para a elaboração de uma filosofia do espaço do homem.” (M. Santos, 1988a, p. 12). É evidente a importância que tal categoria, inserida num sistema teórico, apresenta na trajetória epistemológica do geógrafo baiano.

¹⁵⁸ Para Milton Santos (1978, pp. 6-7), “nossa ambição é fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para sua análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria é maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade. A coerência científica que deve ser o objetivo final da reflexão, não pode ser obtida de outra forma.”

“Alicerçado em uma teoria maior, esse esquema resulta interno à situação analisada porque acolhe, sistematicamente, as suas particularidades. Eis porque ele é, ao mesmo tempo, uma síntese e um instrumento de análise. Mas, para tanto, ele deve reunir as condições de pertinência, de coerência e de operacionalidade. Em primeiro lugar, a pertinência refere-se ao que cabe, àquilo que pertence à realidade que estamos interrogando, ao nosso concreto pensado. Em segundo lugar, como o que existe é coerente, haveria uma lógica a descobrir no real e essa coerência sai do concreto pensado e, assim, participa na construção dos conceitos que, em sistema, formam uma teoria. Todavia, a prova da coerência é dada pela operacionalidade, isto é, pela escolha dos elementos de análise que revelem a capacidade de enfrentar o real com o conceito.” (Silveira, 2000, p. 21)

Poderia, portanto, a geografia ter alcançado, de maneira efetiva, uma preocupação epistemológica totalizadora e voltada para o futuro?

“As preocupações filosóficas se impõem também ao pensamento geográfico se considerarmos a ciência como uma área particular do saber precipuamente interessada pelo homem e pelo seu futuro, se, como cientistas e como cidadãos, desejamos contribuir para a implantação de uma ordem social mais justa que restaure as relações harmoniosas entre o homem e a Natureza e crie entre os homens relações sociais mais humanas.” (M. Santos, 1988, p. 18).

Acreditamos que as contribuições epistemológicas de Milton Santos aqui apresentadas – entendidas como uma proposta teórica, e não a única possível – abrem sim caminho para a formulação de uma geografia totalizadora e voltada para a construção do futuro. Mais do que isso, uma geografia como uma filosofia das técnicas e como uma epistemologia da existência.

4.2.3. Geografia como filosofia das técnicas e como epistemologia da existência

A elaboração de uma teoria totalizante e de uma epistemologia própria em Geografia não pode significar a sua independência em relação a outras áreas do saber. Armando Corrêa da Silva (1986) já chamava a atenção para esse risco ao afirmar que:

“um dos principais problemas é o da fragmentação do discurso. [...] A recuperação da totalidade implica, então, uma abordagem em que nem a natureza nem a sociedade sejam objeto de uma escolha excludente, mas em que a relação sociedade-natureza seja o ponto de partida, como população-espaco. [...] Não se defende aqui o isolamento epistemológico da Geografia, mas sim a delimitação de seu contorno em relação a um objeto que é e que se expressa naquela relação. A partir daqui, nada se deve opor em relação à contribuição de outros discursos.” (Correia da Silva, 1986, p. 36)

Também Milton Santos (1978), nos chama a atenção para o fato da inexistência de ciências particulares autônomas e sobre a necessidade de criação de um sistema conceitual básico, assim como de uma epistemologia própria. Para o autor, a geografia deve se voltar para a

“elaboração de um conjunto de princípios de base, capaz de servir como guia para a formulação teórica, para o trabalho empírico e também para a ação. É possível que, nos dias de hoje, essa tarefa possa ser realizada porque, de um lado, a filosofia abandonou o seu papel reitor da elaboração científica e passou a ocupar-se muito mais do domínio das idéias e sua compatibilização. Atualmente não se pode mais falar de uma filosofia geral que dite normas de pensar ou uma teleologia para cada disciplina particular. Cada disciplina passou a ter a sua própria epistemologia, aquilo que Bachelard chamou ‘teoria regional’,

fundada na sua própria prática e com referência ao seu próprio objeto” (M. Santos, 1978, p. 2).

Assim como Armando Corrêa da Silva, Milton Santos também enfatiza que a autonomia epistemológica não significa independência¹⁵⁹.

Sobre a importância da unidade da Geografia, o geógrafo francês Max. Sorre nos afirma que:

“o geógrafo se preocupa muito mais em destacar sua importância do que em fundamentar a geografia humana sobre as distinções exteriores a ela. Corria o risco de fragmentá-la em um polvo de geografia, todas pretendendo ser autônomas. Nunca se deve perder de vista a *profunda unidade do homem*, do homem inteiro em cada um de seus atos, incluindo suas contradições. O fato de reconhecer a unidade da geografia elimina o falso problema das geografias especiais.” (Sorre, [1961] 1967, p. XI)

Também preocupada com a elaboração de uma epistemologia em geografia, María Laura Silveira (2006) afirma que:

“saber muito antigo e muito novo, a geografia tem atravessado longos períodos de formação e de crises. Certas categorias permanecem e se fortalecem no seu corpus teórico, outras foram abandonadas ao mesmo ritmo que novas idéias eram incorporadas. [...] Poderíamos dizer que o espaço geográfico resulta, grosso modo, da convergência da história do planeta e da história da humanidade. [...] Processo inacabado, resultado imperfeito, ao longo dos séculos, o espaço e sua apreensão foram desafios constantes da história das idéias. A cada mundo passado,

¹⁵⁹ “A realidade social é uma só e a cada ciência particular cabe o estudo de um dos seus aspectos. [...] Daí a justificação de ciências particulares autônomas, cujo objeto é uma parte da realidade total e para cujo estudo se estabelecem, em um movimento contínuo, princípios gerais e se criam normas de proceder em diferentes níveis, desde à epistemologia, às técnicas” (M. Santos, 1978, p. 03).

uma ou mais geografias. A cada momento do passado, uma ontologia, uma realidade que devia ser explicada, uma explicação que devia ser útil. Quando buscamos compreender não apenas a história da geografia mas, sobretudo, a história dos conceitos, as teorias e os instrumentos, em definitivo, as sucessivas formulações do objeto e da disciplina, estamos fazendo um esforço epistemológico.” (Silveira, 2006, p. 01)

O objetivo de construir uma geografia teoricamente forte e, também, preocupada com a realidade presente e com o futuro possível, pode ser notado em diferentes pensadores.

Enfatizando o papel da geografia, do espaço geográfico, na construção do futuro, Hildebert Isnard (1982, p. 83) escreve que “[...] a história deve ter em conta o peso do espaço geográfico, pois é na construção desse espaço que sempre se prepara o futuro.”

Também preocupado com o papel da disciplina, Eric Dardel (1952) afirma que a geografia deve ser compreendida como um meio pelo qual o homem realiza sua existência, sendo a Terra uma possibilidade essencial de seu destino.

Ao propor uma epistemologia da existência, Milton Santos (1996c, p. 7) ressalta que esta “[...] trata-se da reconstrução do método através da vida, isto é, do Homem vivendo”.

Na proposição de Milton Santos para pensarmos a geografia como uma “epistemologia da existência” nota-se a importância do filósofo francês Jean-Paul Sartre em sua trajetória. Ultrapassando a internalização da categoria de “prático-inerte” na década de 1970, nesse momento a idéia de *projeto* do filósofo foi crucial. Este pautado na liberdade que os homens possuem para determinar suas escolhas, para ver na criação de idéias uma forma de individualidade. Já em “Espaço e dominação” ([1975] 1978d), inspirado em Sartre, Milton Santos afirmou que

que “não existem homens sem projeto” (p. 19). Até a proposição da década de 1990, muitas reflexões foram realizadas.

Para alcançar, então, essa epistemologia da existência, segundo Milton Santos, a Geografia deve se debruçar sobre análises pertinentes, a partir de um sistema de conceitos que preside a indagação feita à realidade, e não se render às metáforas¹⁶⁰. Soma-se a isso, sobretudo, a importância em reconhecer o espaço geográfico como espaço banal¹⁶¹.

Novamente a técnica terá um papel decisivo como categoria que nos permite abarcar o ser e a existência, pois “como a técnica se tornou onipresente, o seu estudo pode ser um caminho fundamental porque permite dar conta do ser e da existência, do geral e do específico, do global e do local, do universal e do particular (M. Santos, 1996)” (Santos e Silveira, 1997, p. 25).

Quanto à construção de uma epistemologia das existências, María Laura Silveira (1997, p. 138) alerta que

“uma discussão sobre o conteúdo do espaço é necessária e não somente sobre a posição da disciplina no conjunto das ciências. Este é um ponto de partida essencial para formulações coerentes a respeito do espaço geográfico e para a construção de uma epistemologia das existências”.

¹⁶⁰ Para Milton Santos (1996c, p. 9), “[...] as metáforas não constituem sistema e, por conseguinte, não ajudam na produção de conceitos e nem de teorias, fora das respectivas disciplinas.”

¹⁶¹ “O espaço banal é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder”.

Como apontou Milton Santos, a Geografia apresenta um importante papel na construção do futuro, já que “uma geografia fenomenológica e existencialista será também uma filosofia das técnicas, uma filosofia baseada na produção concreta do mundo e dos lugares, [...] que é fundada, ao mesmo tempo, nas possibilidades abertas pelo mundo em sua realização empírica nos lugares.” (M. Santos, 1996b, p. 24)

Esta Geografia Existencialista seria “[...] uma geografia que abarque o Ser e o Existir, que não se contenta com um enfoque individualista e fragmentário, na qual o movimento do mundo como um todo e da sociedade como um todo é excluído. Trata-se da produção da particularidade como realização da existência.” (M. Santos, 1996b, p. 24).

Daí o autor acreditar no papel que a Geografia pode ter na construção de um futuro que apresente a possibilidade de uma existência plena para a Humanidade, em sua totalidade. Ou seja, na efetivação da cidadania em todos os lugares.

4.3. Território e cidadania, Geografia e Política

4.3.1. Uma categoria para a disciplina: o *território usado*

Certamente o aprofundamento das desigualdades no contexto de globalização foi decisivo na formulação da categoria território usado. Ao longo da década de 1990, como vimos, efetiva-se o discurso neoliberal no Brasil. Durante os governos Fernando Collor, Itamar Franco e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a configuração territorial brasileira, os sistemas de engenharia durante décadas construídos no território, foram praticamente “entregues” a determinados grupos empresariais, seja a partir das privatizações, seja a partir das concessões de uso.

Como apontamos no capítulo 3, é possível verificar na obra de Milton Santos que o conceito de território não teve, na maior parte do tempo, o mesmo papel que os demais. Durante as décadas de 1950 e 1960, paisagem, região e organização do espaço eram predominantes, não apenas em seus trabalhos mas na própria história da disciplina. A partir de meados dos anos 1970, o espaço geográfico toma a frente em suas reflexões epistemológicas e, visto como categoria de síntese, é acompanhado pela releitura dos conceitos analíticos. Todavia, ao longo dos anos 1980 o geógrafo voltou a se dedicar ao conceito de território e pensá-lo como um “campo de forças”. Podemos ver tal proposição com um ponto de partida para a elaboração da categoria território usado.

Milton Santos convocou o “retorno” do território em meados da década de 1990, momento em que os debates sobre a globalização e o “fim” dos Estados-nação estavam em voga. O tema foi abordado na conferência de abertura do Seminário *Território: Globalização e Fragmentação*, realizado no Departamento de Geografia da USP em abril de 1993, que foi publicada em 1994 numa coletânea de artigos que resultou dos trabalhos apresentados no evento.

Partimos do pressuposto nesta tese que reconhecer as dinâmicas do *território usado* permite à disciplina a ir além do conhecimento sobre as características desse meio geográfico simplesmente (como em longas descrições desacompanhadas de explicações e análises) e, também, a superar os enfoques da difusão (ou espacialização) de fenômenos que não consideram as relações entre o meio geográfico e o próprio fenômeno estudado. Sua grande contribuição encontra-se no fato de permitir relacionarmos a configuração desse meio, visto em diferentes momentos históricos, e as ações possíveis e transformadoras desse meio geográfico.

Vale ressaltar que, do ponto de vista do trabalho em Geografia, o território usado compreendido por Milton Santos como sinônimo de espaço geográfico, deve ser considerado como o *espaço de todos* e não apenas de determinados atores ou instâncias da sociedade. O autor não entende, portanto, o espaço como um espaço econômico, um espaço do turismo, um espaço das atividades agrícolas etc. O entendimento do espaço geográfico como *espaço banal* foi inspirado em François Perroux, para quem o espaço banal, que é o espaço de todos e não apenas de um indivíduo, de uma empresa, de uma determinada atividade social, econômica, se opunha ao “espaço econômico” proposto pelos economistas nas décadas de 1950 e 1960. Milton Santos inspirou-se também na noção de território como abrigo de Jean Gottman.

“a compreensão do espaço geográfico como sinônimo de *espaço banal* obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à idéia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. Com as noções de *território usado* e de *espaço banal*, saltam aos olhos os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção” Milton Santos *et al* (2000b, pp. 2-3).

Entre os anos de 2000 e 2001, trabalhos de orientandos de Milton Santos voltaram-se para análises baseadas, entre outras categorias e conceitos, no território usado, fosse a partir de círculos de cooperação e circuitos espaciais de produção, das

horizontalidades e verticalidades, do papel de “novos” atores e atividades, sobretudo a partir de empresas.

Aqui mencionamos as teses de doutorado de Mônica Arroyo, *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX* (2001); de Adriana Bernardes, *A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro* (2001); de Cilene Gomes, *Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro* (2001). Também as dissertações de mestrado de Eliza Pinto de Almeida, *A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional* (2000); de Soraia de Fátima Ramos, *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)* (2001); e de Fabio Betioli Contel, *Finanças municipais e território: horizontalidades e verticalidades no Município de Bauru (SP)* (2001).

Diretamente vinculados ao projeto “Empresas territoriais e dinâmicas da formação socioespacial brasileira”, coordenado por Milton Santos entre 1998 e 2000, estiveram as dissertações de mestrado de Marcos Antonio de Moraes Xavier, *As empresas e o uso do território brasileiro: a cidade de São José do Rio Preto vista através da dinâmica territorial de suas empresas* (2002); de Paula Borin, *Divisão interurbana no trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)* (2003); e de Flavia Grimm, *O uso do território e coexistências entre empresas de refrigerantes no Brasil* (2003). Todas contaram com a co-orientação da professora Maria Adélia Aparecida de Souza.

A proposição da categoria território usado é a que mais evidencia na trajetória epistemológica de Milton Santos o diálogo entre os três eixos que tomamos como partido de método, a técnica, a economia política e a cidadania.

E foi também a partir do território usado como idéia chave que o geógrafo publicou uma série de artigos em jornais e revistas entre meados dos anos 1990 e 2001 sobre a ausência de um projeto nacional. Preocupação central também do livro *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*, publicado em co-autoria com Maria Laura Silveira no ano de 2001. Em sua introdução, afirmaram os autores:

“Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas compõem como as personagens principais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas (M. Santos, 1996), que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê.” (Santos e Silveira, 2001, p. 11).

Como em outros momentos, o papel do Estado, as diferenças de acesso ao capital e as diversas formas de organização dos agentes são aspectos importantes no reconhecimento dos usos existentes, e demonstram como a economia política se mantém como uma referência importante nas reflexões elaboradas por Milton Santos. A dificuldade de acesso a todos os atributos da configuração territorial mostra que as potencialidades de uso não se efetivam igualmente para todos os atores sociais.

Acreditamos que Milton Santos, a partir de uma reflexão epistemológica da geografia que parte do fenômeno técnico e do espaço como sinônimo de território usado, contribuiu efetivamente para a elaboração de uma teoria geográfica crítica. Aqui partimos da definição de Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 23):

“por teoria crítica entendo toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe. A realidade qualquer que seja o modo como

é concebida é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação”.

E certamente, a constante busca pela cidadania, foi para Milton Santos um pilar para a construção dessa teoria crítica. Como em outros momentos de sua trajetória, a necessidade de uma geografia efetivamente crítica e a busca da cidadania como práxis, levaram o geógrafo a se posicionar firme e publicamente sobre os problemas nacionais.

4.3.2. Críticas à ausência de um projeto nacional

Desde seu retorno ao Brasil em 1977, Milton Santos criticou a ausência de um projeto nacional no país e suas consequências para a nação. Esse debate começou a ganhar mais força a partir da década de 1990, quando efetivamente as políticas neoliberais passaram a predominar nas decisões dos governos em suas diferentes esferas.

Tais reflexões constam em sua produção acadêmica e também em inúmeros artigos de sua autoria publicados em jornais de grande circulação de diferentes cidades brasileiras e em entrevistas concedidas também aos jornais e revistas científicas ou não.

Certamente aqui é preciso ressaltar o recebimento do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud no ano de 1994 que contribuiu para a visibilidade de seus trabalhos nos meios não acadêmicos. A partir de então, cerca de 50 artigos foram

publicados até o ano de 2001 (na década de 1980 foram aproximadamente dez). Entre 1999 e 2001, foi colunista no jornal *Folha de São Paulo* e, a partir de julho de 2000 até junho de 2001, teve também uma coluna no jornal *Correio Braziliense*.

Dentre os temas abordados destacamos o papel da geografia frente aos debates sobre o país, direitos humanos, a importância e os problemas da educação e, sobretudo, aspectos da federação e a fragilidade do território brasileiro devido a essa ausência de um projeto nacional.

Como aponta Marília Steinberger (2006), ao longo da década de 1990, o território brasileiro foi usado como

“[...] laboratório de experiências pontualmente localizadas, entre as quais os planos e projetos estratégicos, e os portfólios de investimentos público-privados. Com isso, os interesses hegemônicos de corporações empresariais, instituições de cooperação e consultorias internacionais encontram terreno fértil para impor sua presença. Porém, o principal é que se deixa de pensar um projeto para o Brasil no seu todo” (Steinberger, 2006, pp. 29-30).

Situação que, segundo a autora, começou a mudar a partir dos primeiros anos deste século.

Nesse contexto, em “É necessária a execução de três pactos”, publicado em *O Estado de São Paulo* em 5 de maio de 1997, Milton Santos enfatizava a necessidade de três pactos que partindo da solidariedade poderiam enfrentar as mazelas causadas pelo alastramento da miséria e nos quais o território deveria ter um papel central. Seriam eles, os pactos de solidariedade entre os indivíduos e grupos e classes sociais; entre as atividades econômicas; e entre as regiões. Em suas palavras:

“No primeiro caso, trata-se de reconhecer, clara e plenamente, as desigualdades geradas pela história, passada ou recente, e buscar, na própria Nação, o compromisso e os meios de reduzi-

las, senão de eliminá-las, segundo um projeto coerente e sincero. No segundo caso, trata-se de harmonizar o exercício dos diversos setores econômicos e dos diferentes tipos de capital e de trabalho e de não permitir que as diferenças de poder dos diversos agentes sejam causa da eliminação sem contrapartida dos mais fracos. No terceiro caso, é imperioso pensar em um novo pacto territorial, conforme o qual ninguém seja mais pobre, mais desamparado ou mais fraco em função do lugar onde vive. O território deve ser tomado como uma base de operação visando a reduzir as desigualdades entre os indivíduos e as empresas. Esses três pactos são, entre si, interdependentes. É de sua execução solidária que pode ressurgir, no país, a primazia da idéia de humanismo que tanto nos faz falta”. (M. Santos, 1997)

O papel do território na busca pela cidadania no país foi apontado também em “O que fazer com a soberania”, publicado em *Correio Braziliense* no dia 11 de dezembro de 1997. Neste artigo o autor se questiona até que ponto a globalização poderia realmente impedir um projeto nacional pois, mesmo com o aumento da contradição entre o “interno” e o “externo” devido ao aumento da pressão por parte de empresas transnacionais e das instituições supranacionais (FMI, Banco Mundial, ONU, OMC), cabe ao Estado a decisão última da política interna. Apontou o geógrafo:

“Com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa. Em outras palavras a contradição entre o interno e o externo aumentou. Todavia, é o Estado Nacional em última análise que detém o monopólio das normas, sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia. Sem dúvida, a noção de soberania teve de ser revista, face aos sistemas transgressores cujo e-

xercício violento acentua a porosidade das fronteiras. Estes são, sobretudo, a informação e a finança, cuja fluidez se multiplica graças às maravilhas da técnica contemporânea. Mas é um equívoco pensar que a informação e a finança exercem sempre sua força sem encontrar contrapartida interna. Esta depende de uma vontade política interior, capaz de evitar que a influência dos ditos fatores seja absoluta” (M. Santos, 1997a).

Ainda neste artigo, Milton Santos destacou que o Estado continuava “forte” exatamente porque nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais “[...] dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica”. Aqui, como podemos verificar, fica evidente o papel da formação socioespacial. Enfatizando, portanto, o papel decisivo dos Estados nacionais frente à nova configuração internacional, Milton Santos escreveu:

“O Estado altera suas regras e feições num jogo combinado de influências externas e realidades internas. Mas não há apenas um caminho e esse caminho não é obrigatoriamente o da passividade. Por conseguinte, não é verdade que a globalização impeça a constituição de um projeto nacional. Sem isso, os governos ficam à mercê de exigências externas, por mais descabidas que sejam. Esse parece ser o caso do Brasil atual. Cremos, todavia, que ainda é tempo de corrigir os rumos equivocados e, mesmo num mundo globalizado, fazer triunfar os interesses da nação”. (M. Santos, 1997a).

Nota-se que os pares dialéticos propostos na década de 1980 para analisar a realidade a partir do espaço geográfico – o interno e o externo, o Estado e o mercado – foram mantidos. O papel das empresas multinacionais, apontado em diferentes trabalhos das décadas de 1960 e 1970, continuou sendo enfatizado em seus trabalhos dos anos 1990, evidentemente contemplando suas novas características.

Em “Da política dos Estados à política das empresas” (1997b), destacou que o Estado não se tornou ausente ou “menor” e sim passou a se omitir no que diz respeito às necessidades da população e mais “forte” a serviço de uma economia dominante. Viveríamos um momento em que a política é feita pelo mercado, lembrando que este não existe como ator e sim como símbolo, como ideologia, sendo as empresas globais os principais atores.

Também em “O chão contra o cifrão”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 28 de fevereiro de 1999, o geógrafo apontava que o território, entendido como um misto que resulta de “[...] todas as relações entre a existência dos homens e as suas bases físicas e sociais”, coloca-se como o contraponto a uma lógica em que “erigido como dado supremo das vidas econômica, social, cultural e política de nosso tempo, o dinheiro funciona como motor e como ator, impondo sua lei e invadindo tudo”. Mais que isso, o território seria o grande revelador da crise atual.

“O dinheiro em estado puro dá as costas à realidade do ambiente em que se instala. Ele somente se preocupa com ‘outros dinheiros’, cada pedaço das finanças buscando se harmonizar com outro pedaço – câmbio, juros, taxa de inflação, a caterva dos déficits e outros símbolos contábeis –, mas não com os demais setores da vida social. Mas estes têm como base a existência real das pessoas sobre territórios reais e não apenas uma representação estatística e simbólica da vida [...]. É por tudo isso que, hoje, seja qual for a escala, o território constitui o melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de crise, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual navegamos” (M. Santos, 1999a)

O território, portanto, por ser o “lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes”, torna-se um limite à ação deste dinheiro em estado puro.

“O território acaba sendo um limite à ação cega da finança, inclusive porque as suas crises e tremores facilitam uma tomada de consciência dos problemas nacionais, regionais e locais, sobretudo quando o discurso do dinheiro, brutal e reiterado, deixa de ser eficaz e, oferecendo-se como caricatura, torna-se cínico. Fica evidente que a relação belicosa entre o dinheiro e o território revoluciona relações estabelecidas, altera equilíbrios recentes ou pacientemente adquiridos, sepulta valores, amplia o desemprego e afeta o orçamento das famílias e dos municípios e dos Estados, desorganizando, profundamente, o cotidiano das pessoas e das instituições locais.” (M. Santos, 1999a)

A força dessa política das empresas e do dinheiro em estado puro, juntamente à tirania da informação, ao papel da competitividade e de um consumo responsável pela confusão dos espíritos, seriam os pilares de uma globalização perversa, assim denominada pelo geógrafo já na década de 1980.

Tais temas foram aprofundados no livro *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (2000a) que se tornou um marco na produção teórica de Milton Santos, entre outros fatores, por sintetizar suas considerações acerca do período da globalização que, por sua vez, deveria ser entendida como fábula, perversidade e, ao mesmo tempo, como portadora de variáveis que permitem a mudança de suas próprias características atuais.

Neste livro, que inclui alguns dos artigos publicados nos anos anteriores nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense*, o geógrafo reforçou a idéia que a globalização deveria ser entendida como um período, consideração que por si só vai

contra o discurso único que não cogita a sua própria superação por uma outra forma de organização entre os povos e as nações. A insistência em determiná-la como período deixa claro que haveria um começo e um fim.

Para Milton Santos (2000a), vivemos desde aproximadamente a década de 1970, no atual período de globalização e é preciso diferenciar o momento atual do processo de internacionalização da economia (séc. XVI e XVII) e do imperialismo (séc. XIX), situações em que, respectivamente, os Estados nacionais nascentes e os grandes Impérios possuíam um papel central e decisivo. Dessa forma, o período atual, que evidentemente resulta desses momentos anteriores, apresenta um conteúdo novo no qual novas variáveis tornam-se centrais, tais como a finança, a informação e o papel das empresas

A globalização corresponderia, portanto, à fase contemporânea do capitalismo, e não perdeu sua dimensão nacional, mesmo com o chamado enfraquecimento do Estado-nação frente a grandes grupos empresariais (que não significa sua “dissolução”). Para Milton Santos (2000a), a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, na qual os territórios nacionais se transformam em *espaços nacionais da economia internacional*, preparando infra-estruturas e sistemas normativos para a melhor instalação de firmas globais.

Num momento em que, segundo o geógrafo, vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido, este nos é apresentado como fábula (*o mundo tal como nos fazem crer*), como perversidade (*o mundo como é*), mas também como pode ser, a partir de uma “outra globalização”.

No primeiro caso, o mundo como fábula, ganham força idéias como a de “aldeia global” que leva a crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. Soma-se a esse mito o do “encurtamento das distâncias” que difunde a

noção de tempo e espaço contraídos, mas que existe, como aponta o geógrafo, apenas para aqueles que realmente podem viajar a grandes velocidades, o que corresponde a um número reduzido de atores. Difunde-se também a idéia que viveríamos um momento marcado pela “morte do Estado”, mas o que se nota é seu fortalecimento para atender aos pedidos da esfera financeira e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna cada vez mais difícil.

Já no segundo caso, *o mundo como é, ou seja, a globalização como perversidade*, dá-se uma perversidade sistêmica que está na raiz de uma evolução negativa da humanidade, tem relação com a adesão aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas.

No entanto, como destacou Milton Santos (2000a), seria possível pensar na construção de um outro mundo, a partir de uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do Planeta, como apontamos no primeiro ponto deste capítulo, e é nelas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa. Todavia, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

Aqui queremos voltar a enfatizar suas ponderações sobre a ausência de um plano nacional, de uma idéia de nação capaz de abrigar todas as pessoas, instituições e empresas. Sobre este aspecto, Milton Santos apontou a existência de uma “nação ativa” e de uma “nação passiva”, evidenciadas a partir do território usado e questão a ser enfrentada a partir de um plano nacional.

Milton Santos (2000a) afirmava que dentro da nação brasileira existiriam uma nação ativa e outra nação passiva:

“A chamada nação ativa, isto é, aquela que comparece eficazmente na contabilidade nacional e na contabilidade internacional, tem o seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas. É verdade, também, que o seu discurso globalizado, para ter eficácia local, necessita de um sotaque doméstico e por isso estimula um pensamento nacional associado produzido por mentes cativas, subvencionadas ou não. A nação chamada ativa alimenta a sua ação com a prevalência de um sistema ideológico que define as idéias de prosperidade e de riqueza e, paralelamente, a produção da conformidade. A “nação ativa” aparece como fluida, veloz, externamente articulada, internamente desarticuladora, entrópica” (M. Santos, 2000a, p. 156).

A chamada nação passiva compreende a grande parte da população e da economia, para a qual é necessária a conscientização quanto à sua efetiva riqueza:

“A nação chamada passiva é constituída pela grossa maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver à sua margem, sem, todavia, entrar cabalmente na contabilidade pública ou nas estatísticas oficiais. [...] A ‘nação passiva’ é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e a contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação passiva *mora*, ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso” (M. Santos, 2000a, p. 157)

Todavia, como a “nação ativa” não possui um movimento próprio, sendo impulsionada por um motor externo, o autor se pergunta se não seria esta sim “passiva”, enquanto a chamada “nação passiva”, que abriga efetivamente as relações entre diversas parcelas da sociedade e diferentes formas de economia vinculadas de maneira efetiva com o entorno, não corresponderia a uma nação verdadeiramente ativa. Em suas palavras:

“Num primeiro momento, desarticulada pela “nação ativa”, a “nação passiva” não pode alcançar um projeto conjunto. Aliás, o império dos interesses imediatos que se manifestam no exercício pragmático da vida contribui, sem dúvida, para tal desarticulação. Mas, num segundo momento, a tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo, pela sua experiência da escassez, torna possível a produção de um projeto, cuja viabilidade provem do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. Daí, sua veracidade e riqueza. Podemos desse modo admitir que aquilo que, mediante o jogo de espelhos da globalização, ainda se chama de nação ativa é, na verdade, a nação passiva, enquanto o que, pelos mesmos parâmetros, é considerado como a nação passiva, constitui, já no presente, mas sobretudo na ótica do futuro, a verdadeira nação ativa. Sua emergência será tanto mais viável, rápida e eficaz se se reconheçam e revelam a confluência dos modos de existência e de trabalho dos respectivos atores e a profunda unidade do seu destino.” (M. Santos, 2000a, pp. 157-158)

Reconhecer essa nação passiva e sua força na construção de uma outra globalização seria, entre outros, um dos papéis dos intelectuais¹⁶².

¹⁶² “Aqui, o papel dos intelectuais será, talvez, muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da “nação ativa” – tarefa importante mas insuficiente, nas atuais

4.3.3. O papel dos intelectuais e da universidade

Num contexto de velhas desigualdades aprofundadas pelo período da globalização e escancaradas nos territórios, Milton Santos chamava a atenção com veemência para o papel dos intelectuais e da universidade nesse debate.

Em artigo, já mencionado, do final de década de 1980, o geógrafo destacou que, frente às novas características que o período o técnico-científico impunha, era necessária uma “revolução epistemológica, sobretudo, na área dos estudos territoriais” (M. Santos, 1989, p. 5). E acrescentou:

“A inter-relação entre a ciência e a técnica começa, de fato, com a primeira revolução científica, mas só agora há uma interdependência, levando, aliás, a que a ciência preceda a técnica; essa precedência é um aspecto importante a relevar. Outro aspecto importante é que a ciência é cada vez mais comandada pela produção. E isso tem que ser dito claramente numa Universidade, para que ninguém aceite ser um cientista despreocupado com a sociedade e apenas ocupado pelo interesse da economia, o que acontece com frequência quando a ciência deixa de ser a busca da verdade, para ser a procura de soluções técnicas de interesse das firmas hegemônicas” (M. Santos, 1989, p. 5)

circunstâncias –, devendo empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação passiva e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa. Tal visão renovada da realidade contraditória de cada fração do território deve ser oferecida à reflexão da sociedade em geral, tanto à sociedade organizada nas associações, sindicatos, igrejas, partidos, como também à sociedade desorganizada, que encontrarão nessa nova interpretação os elementos necessários para a postulação e o exercício de uma outra política, mais condizente com a busca do interesse social” (M. Santos, 2000a, p. 158).

Em diferentes ocasiões públicas o geógrafo deu destaque a esse tema. Na aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 10 de março de 1992, além de apresentar uma longa reflexão acerca da categoria natureza e suas recentes manifestações, Milton Santos mais uma vez enfatizou o papel da universidade frente aos problemas do mundo atual.

Novamente, no discurso de recebimento do título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, denominado “O intelectual e dever da crítica”¹⁶³, ocorrido em 28 de agosto de 1997, enfatizou, entre outros aspectos, o papel de crítica que cabe à universidade e que deveria ser próprio do trabalho intelectual:

“Essa crítica é o próprio trabalho do intelectual. [...] Essa crítica, esse dever do intelectual, não se confundem com a idéia de instituição. A universidade, aliás, é, talvez, a única instituição que apenas pode sobreviver, se aceitar críticas, de dentro dela própria, de uma ou outra forma. Se a universidade pede aos seus participantes que calem, ela está se condenando ao silêncio, isto é à morte, pois seu destino é falar. A fidelidade reclamada não pode ser à universidade, e a ela não temos que ser fiéis. Nossa única fidelidade é com a idéia de universidade. E é a partir da idéia sempre renovada de universidade que julgamos as universidades concretas e sugerimos mudanças. De outro modo, com-

¹⁶³ Em uma iniciativa pioneira, a *Revista Adusp* (nº 11) publicou o discurso em outubro de 1997, com o título “O intelectual e a universidade estagnada” (versão utilizada aqui). A própria Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (pela Humanitas) organizou uma publicação menor no ano seguinte, que inclui os discursos do então chefe do Departamento de Geografia professor José Bueno Conti e da professora Maria Adélia Aparecida de Souza, responsável pela saudação ao homenageado. Em 2004, com o título “O intelectual, a universidade estagnada e o dever da crítica”, o discurso foi novamente publicado no livro *Combates e utopias*, organizado por Dênis de Moraes.

pactuamos com equívocos e erros e acabamos, nós próprios, praticando equívocos e erros. Creio que esse é o papel do intelectual, sobretudo neste fim de século tão difícil para a atividade intelectual” (M. Santos, 1997c, p. 17)

Ao longo do discurso, o geógrafo refletiu ainda sobre os “intelectuais genuínos”, função por muito tempo ocupada pelos filósofos. Todavia, frente aos avanços ocorridos nas diferentes áreas do conhecimento, “[...] cada uma dessas áreas, se quer permanecer viva e ativa, produz obrigatoriamente os seus próprios filósofos, autores dessa ‘filosofia espontânea dos cientistas’ de que falou Althusser” (M. Santos, 1997, p. 17). Ressaltou ainda a importância atual das disciplinas particulares na busca de um conhecimento totalizante alcançado a partir das parcialidades e a necessidade do intelectual se interessar pela questão da totalidade.

Sobre o papel do intelectual e os riscos de instrumentalização de sua atividade, afirmou Milton Santos:

“Ser intelectual hoje, na fase de globalização, encontra dificuldades oferecidas pela própria definição do que, atualmente, é conhecimento. Neste momento da história e do mundo, o papel do conhecimento como força produtiva direta acaba por atrapalhar o papel do intelectual, ameaçado todos os dias de corrupção. O intelectual deve se premunir contra os riscos de instrumentalização de seu trabalho. Essa instrumentalização se dá pelo mercado, pela militância, pela política, pelo público, pela mídia, pela carreira. O mercado impõe lógicas externas à pessoa humana, mas que aparecem como premissas do trabalho feito na academia, levando ao arrastão dos interesses menores. A prisão dos slogans e das palavras de ordem é o risco da instrumentalização pela militância, e a centralidade dos resultados e o império dos meios fazem o mesmo, no concernente à política. Mas há, também, a instrumentalização pelo público, através da busca do aplauso, o medo de ficar na penumbra e de se encontrar isolado. O intelectual que produz manchetes, aquele

contrar isolado. O intelectual que produz manchetes, aquele que quer a todo custo ser fácil, o que deseja ser visto, como um artista de *vaudeville*, e não ouvido no que tem a dizer é a presa da instrumentalização pela mídia. [...] E, afinal, há a instrumentalização pela carreira [...]. A carreira é necessária, porque a universidade funciona de forma hierárquica, isto é, a hierarquia do saber. A carreira é indispensável, mas o carreirismo é abominável e não pode ser encorajado. O carreirismo leva à raridade do pensamento crítico e abrangente e conduz, também, ao reforço da burocracia como entorno privilegiado e até mesmo como princípio diretor da vida acadêmica” (M. Santos, 1997c, p. 19)

Nesta lista de instrumentalizações possíveis do trabalho intelectual, o geógrafo incluiu ainda a pressa, ocasionada entre outras coisas pela cobrança por produção e na elaboração de relatórios.

Mas se o momento atual é marcado pelos riscos de instrumentalização, o mesmo mundo globalizado representa também a possibilidade de desapego de uma herança epistemológica européia e norte-americana e de elaboração de outras “visões de mundo”:

“São hoje possíveis outras visões de mundo, a partir de qualquer lugar, e creio que é essa a grande lição da era da globalização, em que não apenas uma cultura é capaz de ensinar, todas são igualmente capazes desse magistério. O equívoco da minha geração foi acreditar exageradamente nas virtudes do saber de um continente, agora de dois. Sem buscar uma interpretação do mundo a partir do nosso lugar, que modificaria, também, a interpretação do nosso lugar, não contribuiremos validamente ao conhecimento do mundo. [...] Hoje, conhecer o mundo só é possível se em cada continente, em cada cultura, exercermos esse trabalho de conhecimento do mundo e nos reunirmos de-

pois para cotejar os achados e produzir a síntese” (M. Santos, 1997c, p. 20)

Em diversas entrevistas o geógrafo também apontou a importância do trabalho dos intelectuais.

Partindo ainda do eixo da cidadania, queremos ilustrar como Milton Santos, além de sua extensa obra, teve uma intensa “prática científica”.

Como docente, Milton Santos lecionou até o ano de 1996 no curso de graduação do Departamento de Geografia da USP, interrompendo a atividade por causa de sua aposentadoria compulsória. A partir de então, continuou oferecendo uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, manteve orientações de doutorado e de mestrado e participou de inúmeras bancas.

Além das atividades docentes e da produção acadêmica ressaltada ao longo desta tese, suas apresentações públicas representam também uma importante possibilidade de difusão das idéias. Ao longo da década de 1990, Milton Santos recebeu centenas de convites para participação em eventos nos mais diversos formatos, desde reuniões científicas na geografia e outras áreas do conhecimento, aulas em cursos pré-vestibulares ou em cursos de pós-graduação, encontros e debates em sindicatos ou organizações culturais, entre outros. Num leque tão amplo de eventos, teve contato com um público que extrapola a geografia, alcançando alunos, professores e pesquisadores de diversas disciplinas (das engenharias à psicologia), como também da esfera das artes e outras manifestações culturais, um indicativo da agramência que o uso de suas idéias podem atingir (Latour [1986] 1997).

Entre fevereiro de 1992¹⁶⁴ e março de 2001, Milton Santos realizou mais de 220 apresentações – como convidado – entre conferências, palestras, participação ou coordenação de mesa redonda, participação em debates, incluindo ainda discursos por ocasião do recebimento de títulos Doutor Honoris Causa e outras homenagens.

Todas essas atividades somadas, evidentemente, a uma extensa obra que ao longo de mais de cinco décadas buscou incansavelmente a elaboração de uma proposta teórica para Geografia, que têm uma inegável importância na formação de uma *teoria social crítica* e nos debates acerca da *construção efetiva da cidadania* no país.

¹⁶⁴ Partimos do ano de 1992 pois o *Curriculum Vitae* de Milton Santos não inclui as participações em eventos nos anos anteriores.

Conclusões

Ao longo desta tese, apresentamos uma leitura da trajetória epistemológica do geógrafo Milton Santos (1926-2001) a partir da gênese e evolução de conceitos e categorias que foram pilares de seu sistema teórico.

Como partido de método, adotamos a abordagem contextual (Berdoulay, [1981] 2003) e as relações entre os eixos de análise aqui elaborados para esse fim: centralidade da técnica, diálogos com a economia política e a busca pela cidadania como práxis. Nesse exercício, foi central reconhecer, nos grandes temas trabalhados pelo geógrafo, o processo de internalização de categorias externas à Geografia e os contextos históricos por ele vividos durante mais de cinco décadas dedicadas à elaboração de uma proposta efetivamente teórica para a disciplina.

Com base na análise realizada, chegamos a uma *proposta de periodização* para a trajetória epistemológica de Milton Santos.

Um grande número de trabalhos acerca de aspectos da trajetória teórica do geógrafo já foi publicado. Dentre eles, alguns foram referência na elaboração de uma periodização como ponto de partida para o nosso projeto pesquisa. Citamos aqui Maria Adélia de Souza (1996 e 2006), Armen Mamigonian (1996 e 2005), Maurício Abreu (1996), María Laura Silveira (1996 e 2003), Álvaro José de Souza (organizador, 2000), Perla

Zusman (2002), Carlos Walter Porto Gonçalves (2002), Pedro de Almeida Vasconcelos (2004), Jacques Lévy (2007) e Adriana Bernardes (2001), que teve especial importância nesse aspecto.

Essa *periodização preliminar* foi baseada principalmente nas relações entre os grandes temas de pesquisa aos quais Milton Santos se dedicou e em alguns aspectos dos contextos por ele vividos ao longo de mais de cinco décadas de trabalho. Foram determinados cinco períodos, apresentados a resumidamente seguir¹⁶⁵.

O primeiro deles corresponde aos anos 1948-1964, momento em que o geógrafo vivia na Bahia, dedicando-se a trabalhos voltados a uma geografia urbano-regional do Estado. Além do trabalho como professor e pesquisador, realizou diversas outras atividades. O segundo, aos anos 1965-1971, quando Milton Santos viveu na França, lecionando em diferentes universidades e no IEDES, dedicando-se principalmente aos estudos sobre o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos. Já o terceiro período corresponde aos anos 1972-1977, quando Milton Santos viveu e lecionou em diferentes países, como Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Tanzânia. Ao longo desses anos, aprofundou suas pesquisas sobre as especificidades da urbanização nos países subdesenvolvidos e passou a se dedicar com mais afinco a questões relativas à epistemologia da Geografia. O quarto período inicia-se com o retorno de Milton Santos ao Brasil em meados de 1977 e se estende até o final da década de 1980. Ao longo desses anos, o geógrafo aprofundou suas reflexões sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço e passou também a se dedicar a pesquisas sobre o território brasileiro, principalmente em torno do fenômeno da urbanização. A passagem do quarto para o quinto período, que corresponde

¹⁶⁵ Essa *periodização preliminar* pode ser encontrada com maiores detalhes em Flavia Grimm (2011a).

à década de 1990 e os anos de 2000 e 2001, foi marcada pela proposta de definição de espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (1991). Este último período é marcado pelo contexto de globalização e pela apresentação de uma proposta teórica para a geografia, apresentada de forma bastante elaborada e detalhada no livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996). Ainda neste quinto período, estabelecido no Brasil há mais de uma década, o geógrafo se dedicou a uma profunda análise sobre o Brasil, visto a partir dos conteúdos de seu território, tendo publicado, em co-autoria com Maria Laura Silveira, o livro *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI* (2001).

A periodização que apresentamos agora é um refinamento da periodização preliminar. Embora os grandes temas e contextos continuem apontados, as relações entre os eixos e o processo de internalização de categorias externas foram efetivamente incorporadas.

Mais que apontar datas precisas para determinar o início e o final de cada período, o que buscamos ressaltar foram os marcos importantes nessa trajetória. Esses marcos podem corresponder a diversas situações, tais como a apresentação de uma idéia, conceito ou categoria, ou a de uma proposta teórica à qual vinha se dedicando nos anos anteriores. Outros marcos podem corresponder à publicação de um livro que traz de maneira sistematizada os resultados de anos de reflexão e pesquisa, ou ainda o tempo vivido em um determinado país.

Tais marcos não correspondem necessariamente a divisões entre períodos, mas isso também pode ocorrer. Eles resultam, em grande parte, de novas escolhas que podem levar a novos caminhos, temas e proposições teóricas. Podem ainda corresponder a releituras de conceitos e categorias impulsionadas

pela internalização de categorias externas e pela efetivação dos diálogos entre os eixos de análise. De um modo geral, boa parte deles representa verdadeiros saltos epistemológicos.

Ainda quanto à periodização aqui apresentada, foram mantidos os cinco períodos, dos quais agora apontamos um deles como sendo de “transição”.

O primeiro período inicia em 1948 – ano em que foi publicado o livro *O povoamento da Bahia* – e se estende até 1964. Aqui se encontram livros, artigos e publicações menores que correspondem ao grande tema “estudos urbano-regionais na Bahia”. Esse momento foi marcado pelo predomínio dos diálogos com autores de uma geografia de “círculo vidaliano”, com enfoque no entendimento das técnicas como formas de fazer e formas de organizar o meio geográfico. Do ponto de vista do eixo centralidade da técnica, em seus escritos sobre a zona de produção cacaueteira no sul do Estado fica evidente o papel da técnica como um dado explicativo dessa organização do meio, como um elemento descritivo.

Nesse primeiro período, em 1958, defendeu sua tese de doutorado em Geografia (Université de Strasbourg), *Le centre de la ville de Salvador*. No ano seguinte, fundou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais em Salvador, dando continuidade a pesquisas em geografia aplicada que eram realizadas desde 1956 por uma equipe de pesquisadores, sob orientação do próprio Milton Santos e de Jean Tricart. A aproximação aos diálogos da geografia aplicada levou o geógrafo a uma primeira revisão da noção clássica de região, quando passou a se dedicar mais detidamente à elaboração de regionalizações para fins de intervenção. Além do ensino e pesquisa, o geógrafo dedicou-se a inúmeras outras atividades durante esses anos. Foi correspondente e editorialista do jornal *A Tarde* e atuou em vários cargos públicos, com destaque para a presi-

dência da Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (1962-1994).

Sua formação em Direito e sua constante preocupação com as desigualdades entre pessoas (incluindo as situações de racismo) e regiões marcam o embasamento de um intelectual efetivamente voltado para a crítica e para as demandas por mudanças, o que nos autoriza, entre outros aspectos, a estabelecer sua práxis na busca constante pela cidadania como um de nossos eixos de análise.

O segundo período corresponde basicamente à segunda metade da década de 1960, mais especificamente aos anos de 1965 a 1971, quando Milton Santos lecionou em diferentes instituições francesas. Nesses anos, o geógrafo produziu alguns escritos sobre o tema “estudos urbano-regionais na Bahia”, e o grande tema “especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos” começou a ganhar força. Em 1965, publicou *A cidade nos países subdesenvolvidos*, uma reunião de trabalhos sobre algumas cidades e aspectos da urbanização de países africanos e latino-americanos, que incluiu uma versão em português de seu primeiro artigo sobre o tema, feito em 1961.

Entre Toulouse, Bordeaux e Paris, teve a oportunidade de freqüentar bibliotecas de diversas instituições e conhecer pesquisas sobre várias partes do mundo, além de dialogar com pesquisadores de diferentes países, sobretudo do Terceiro Mundo. Diálogos com a geografia ativa levaram a mais uma revisão da noção clássica de região, o que já havia começado com a aproximação aos debates da geografia aplicada.

Nesse momento, ingressaram com força os questionamentos sobre subdesenvolvimento e relações de dependência entre países centrais e periféricos. Milton Santos contribuiu com esse debate principalmente a partir de seus estudos sobre as especificidades da urbanização no Terceiro Mundo. Aqui, os diálo-

gos com a economia urbana e o interesse pelo papel das economias pobres da cidade foram decisivos. Foi também ao longo desses anos que começaram a chamar sua atenção o papel e os impactos que as modernizações oriundas dos países centrais produziam quando instaladas em países periféricos.

Entendidas aqui como um diálogo entre as noções de técnica e de tempo, as modernizações e seus impactos levaram o autor a uma crítica mais contundente à noção clássica de região. As reflexões sobre as especificidades da urbanização nos países periféricos, impulsionadas pela análise dos impactos das modernizações e pelo aprofundamento dos diálogos com a economia política, levariam à elaboração da teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Nesse sentido, a publicação dos livros *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* e *Les villes du Tiers Monde*, em 1971, representaram indubitavelmente um marco em sua trajetória.

Podemos pensar nesses anos como um período de “transição”, um momento em que se produziu um distanciamento crítico da geografia regional clássica e a preparação para um novo caminho, no qual o aprofundamento dos diálogos com a economia política levariam efetivamente à incorporação de suas idéias e conceitos a partir do início da década de 1970.

A formulação da teoria dos dois circuitos da economia urbana foi um importante salto epistemológico em sua trajetória. A partir de então torna-se possível pensar em mais uma releitura da técnica. Se a noção de modernizações deu origem a um diálogo com o tempo, a teoria dos circuitos iniciou a aproximação entre técnica e forças produtivas e relações de produção.

Com o princípio da década de 1970, inicia-se o terceiro período, marcado pelo refinamento da teoria dos circuitos impulsionado pela realização de pesquisas em diferentes cidades latino-americanas e africanas, que possibilitariam a publicação

do livro *O espaço dividido* (1975). Mantém-se, dessa forma, o grande tema “especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos”.

Contudo, começa a ganhar destaque o grande tema “epistemologia da Geografia e ontologia do espaço”. Em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1971), Milton Santos dedicou um capítulo à “noção de espaço” e desde então passou a se dedicar a esse debate. Se a noção de região predominou em suas pesquisas ao longo dos anos 1950, o mesmo não pode ser dito a partir daqui.

O contexto vivido pelo autor teve um papel decisivo para a definição dessas duas frentes de interesse teórico. As rápidas mudanças que o período tecnológico anunciava e sua circulação pelos países onde viveu e lecionou entre 1972 e 1977 – Estados Unidos (MIT), Canadá, Venezuela (em diferentes momentos e instituições), Tanzânia e novamente Estados Unidos (Columbia University) – tiveram um papel importante.

Nesse período, mais uma vez os diálogos com a economia política fomentaram suas reflexões. Apontamos aqui o artigo “Geografia, marxismo e subdesenvolvimento” (1974) como um ponto de partida para esses questionamentos.

É também ao longo dessa década que se torna possível pensar na efetiva internalização da categoria totalidade como mais um aspecto dinamizador de suas reflexões sobre a epistemologia da Geografia e a ontologia do espaço. A partir de meados da década de 1970, o geógrafo enfatizou a necessidade da disciplina estabelecer seu objeto – o espaço geográfico –, visto em sua totalidade. Embasado na incorporação de conceitos oriundos da economia política, prôpos seu entendimento como *instância da sociedade* e formulou ainda a categoria de *formação socioespacial* (1977). Trata-se de mais um momento do processo de internalização de categorias externas que foi

decisivo em sua *démarche* e que podemos apontar como um marco.

Especificamente com relação a esses debates, vemos também como um marco os anos vividos na Tanzânia (anos letivos 1974-1975 e 1975-1976), quando Milton Santos dedicou-se ainda com maior afinco a leituras sobre filosofia e economia política, além de viver um cotidiano para ele inédito, marcado por um certo isolamento. É preciso destacar ainda os debates com a geografia radical – principalmente enquanto esteve em Nova York (ano letivo 1976-1977) – e a participação na revista *Antipode*. A importância dos trabalhos e debates realizados ao longo desse anos foi destacada pelo próprio Milton Santos nos agradecimentos de seu livro *Por uma geografia nova*, publicado no Brasil em 1978. A partir daqui, apontamos o início do quarto período.

A publicação de *Por uma geografia nova* (1978) foi mais um marco em sua trajetória epistemológica. Soma-se a isso a volta do geógrafo ao Brasil, ocorrida em meados de 1977, quando se deparou com o efervescente movimento da geografia crítica, participando ativamente de seus debates.

Um importante marco do início desse quarto período é a formulação do conceito de meio técnico-científico, em 1980. Nesse momento, a técnica alcança o patamar de conteúdo do meio geográfico. Relacionada também às reflexões sobre epistemologia da geografia, a internalização das categorias forma, função, processo e estrutura teve, para a análise do espaço geográfico, um efeito dinamizador. Foi também ao longo da década de 1980 que o autor deu continuidade às reflexões sobre as formas espaciais, as formas-conteúdo e as rugosidades (apresentadas em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, 1971) como conceitos essenciais na compreensão da dinâmica do espaço geográfico. Novas proposições para uma ontologia

do espaço foram apresentadas nesse período, como as noções de fixos e fluxos e de sistemas de engenharia e sistemas de movimento, situações em que a ação dos homens dá sentido às formas. Mais uma vez, tanto a internalização de categorias externas quanto os diálogos com a economia política dinamizaram suas propostas teóricas.

O aprofundamento dos diálogos estabelecidos com a economia política foi um dos fatores que resultaram na proposta de entender o território como um *campo de forças* cujo dinamismo poderia ser analisado a partir das sucessivas e coexistentes *divisões territoriais do trabalho*, marcadas por *círculos de cooperação* e *circuitos espaciais de produção*.

Quanto ao eixo da busca da cidadania como práxis, os apontamentos sobre o território, o consumo e a ausência de cidadania num Brasil marcado pelo “milagre econômico” realizados pelo geógrafo possibilitaram à Geografia participar dos debates da Constituinte de 1988. Aqui, a publicação do livro *O espaço do cidadão* (1987) pode também ser considerado como um marco em sua trajetória.

Como vimos, ao longo desse quarto período, o grande tema “epistemologia da geografia e ontologia do espaço” ganha força e domina a maior parte de seus escritos. Todavia, como em outras ocasiões, temas anteriores não foram completamente abandonados. Durante os anos 1980, Milton Santos manteve algumas pesquisas voltadas à análise do processo de urbanização – mais especificamente sobre a cidade de São Paulo –, fortemente embasadas em conceitos da economia política.

Desse amálgama entre o amadurecimento do professor e pesquisador que viveu e trabalhou em tantos países, o rico contexto de debates marcado pela geografia crítica (antes e após sua chegada ao Brasil) e a sofisticação do processo de internalização de categorias externas à geografia, podemos

afirmar sem receio que Milton Santos alcançou uma complexa sistematização teórica ao longo desse quarto período. Esse processo passaria por mais um salto ao longo da década de 1990, que corresponde ao quinto e último período.

Mais uma vez, o contexto histórico teve um papel notório na trajetória desse geógrafo, preocupado desde sempre em entender e analisar uma realidade em movimento. O período de globalização, que se firmou ao longo da década de 1990, foi mais um dos aspectos que permitiu ao geógrafo alcançar seu ápice teórico. Durante esse período, seu sistema conceitual alcançou seu mais elevado nível de sofisticação, como confirma a publicação do livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996).

A nosso ver, esse momento está fortemente vinculado à proposição do *fenômeno técnico*, quando a categoria técnica – agora relida sobretudo a partir de diálogos com filósofos da técnica – incorpora efetivamente as categorias tempo e totalidade. O fenômeno técnico, possibilitado pela universalidade que se torna empírica, é a técnica vista em sua totalidade e como empiricização do tempo.

A partir também da definição de espaço geográfico como um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (1991 e 1996) – como um híbrido –, a técnica se efetiva como materialidade e imaterialidade. Entendida pelo autor em sua forma mais ampla “como um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Milton Santos, 1996, p. 25), a técnica está nos objetos e nas ações. Desenha-se aqui mais um salto epistemológico em sua trajetória.

É importante ressaltar que para o geógrafo a técnica jamais pode ser entendida sem a política, seu par analítico. Tampouco

pode ser entendida como sinônimo de tecnologia, visto que é muito mais ampla e totalizante.

Foi também a partir desse momento que Milton Santos recuperou a proposta de se pensar a Geografia como uma “filosofia das técnicas” – intuída na década de 1950 a partir dos diálogos com alguns autores da geografia clássica francesa – e ainda acrescentou a necessidade de vislumbrá-la como uma “epistemologia da existência”.

Outro salto epistemológico considerado por nós é a formulação da categoria *território usado*, proposta como sinônimo de espaço geográfico em meados dos anos 1990. A nosso ver, essa categoria evidencia a estreita relação entre os três eixos de análise: técnica, economia política e cidadania.

Realizada a interpretação desse extenso percurso, pudemos detectar um predomínio de continuidades. Uma dessas continuidades corresponde ao seu esforço em se manter “fiel” a um *corpus* teórico da disciplina, ao uso de categorias sintéticas e analíticas e conceitos clássicos – região, paisagem, rede urbana, espaço geográfico, território, entre outros – para explicar o mundo e os lugares. Noutras palavras, uma fidelidade ao pressuposto de que a disciplina contém um vocabulário que foi sendo construído e aprimorado ao longo de muitas décadas.

Falar em *continuidade*, no entanto, não significa falar em ausência de mudanças, que são evidentes nas constantes releituras de categorias e conceitos internos à disciplina e resultam de uma interminável revisão crítica de suas respectivas capacidades explicativas. Essas releituras estão diretamente associadas ao seu constante empenho em interpretar e analisar uma realidade que se encontra sempre em movimento, num ininterrupto processo de transformação.

Dessa forma, mesmo com a realização de críticas, que levaram a releituras e reconceitualizações, o autor não abandona

esse vocabulário. A região, o meio e a paisagem (sobretudo a primeira), sustentam suas análises durante a década de 1950 e parte de 1960, mas perdem força para o espaço geográfico a partir da década de 1970. Paralelamente, o território, que praticamente inexistia em seus escritos dos anos 1950 e 1960, desponta com força a partir da década de 1980. Isso evidencia a presença de continuidades e descontinuidades.

Eventualmente, determinados conceitos são abandonados quando, do ponto de vista do autor, perdem a sua capacidade explicativa ou não condizem mais com a sua visão de mundo. Gênero de vida, habitat, metrópoles completas e incompletas são alguns deles. Isso também ocorre com certos métodos, como o método comparativo.

Outra continuidade é evidenciada no fato de que os grandes temas não são abandonados, podendo apresentar maior ou menor força nos diferentes períodos. Também podem mudar de objeto, como no caso dos estudos sobre urbanização, que foram iniciados com aspectos relacionados à Bahia e tiveram seu escopo ampliado aos países subdesenvolvidos, aí incluídos o Brasil e a metrópole de São Paulo. Nesse longo percurso, conceitos foram relidos (rede e hierarquia urbana, entre outros), eventualmente abandonados (metrópoles completas e incompletas, entre outros), enquanto tantos outros foram criados (metrópole corporativa-fragmentada, involução metropolitana, Brasil urbano e Brasil agrícola, entre outros).

Outro aspecto importante de sua trajetória, que também é possível caracterizar como uma continuidade, é o papel central de sua formação fortemente embasada na geografia francesa clássica – principalmente de “círculo vidaliano” (Berdoulay, 1981) – nesse caminhar teórico de mais de cinco décadas¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Sobre a reavaliação da geografia francesa em sua trajetória a partir de meados dos anos 1960, o próprio Milton Santos

É a partir de sua formação, das primeiras escolhas por ele realizadas, fortemente pautada em trabalhos e autores dessa Geografia de círculo vidaliano, que podemos determinar uma linha teórica na qual a centralidade da técnica foi um ponto de partida decisivo.

Evidentemente, essa afirmação é feita com os olhos de hoje, do presente para o passado. É preciso ter o cuidado de entender que as escolhas do geógrafo baiano não implicam na adoção de um caminho com destino definido. Nesse sentido, assumimos a responsabilidade por eventuais equívocos decorridos do apontamento de escolhas e mudanças em seu percurso que possam sugerir uma trilha teleológica.

Se buscamos reconstruir o percurso do autor com o “interesse” de localizar e pontuar seu antecedentes, é possível que esse percurso apareça de maneira “fluida”, aparentemente sem obstáculos. Contudo, a trajetória de um pensador é marcada por idas e vindas, continuidades, descontinuidades e esforços de superação que, em alguns casos, podem sim estar vinculados a rupturas mais drásticas.

A evidente centralidade da técnica em sua teoria justificou sua adoção como eixo de análise e partido de método. Entretanto, é importante enfatizar que, apesar da ênfase aqui conferida, o exercício de internalização desta categoria jamais se deu de maneira isolada, seja na trajetória do geógrafo, seja em nossa análise.

Os significados e papéis da técnica, elaborados ao longo de décadas, estiveram fortemente vinculados ao aprofundamento dos diálogos com a economia política e à internalização de outras categorias externas, com especial atenção ao tempo e à totalidade. Ou seja, a própria técnica foi constantemente relida

afirmou que se tratou de um “[...] afastamento, não completado, foi-se dando aos poucos” (M. Santos, 2004, p. 124).

pelo autor, desde os escritos dos anos 1950 até a proposição de compreendê-la em sua totalidade como *fenômeno técnico*. Foi também o próprio geógrafo que, avaliando sua trajetória teórica, apontou o que determinamos nesta tese de técnica como “elemento descritivo”, como técnicas particulares nas relações entre o homem e o meio geográfico (M. Santos, 1996).

Na elaboração máxima de uma teoria, usamos o pressuposto e mantemos nossa posição de que o percurso entre a técnica, vista como *técnicas particulares* nos trabalhos dos anos 1950, e a proposição de entendê-la como *fenômeno técnico*, na década de 1990, foi absolutamente central. Neste ponto os eixos aparecem cada vez mais interligados num processo de mútua dinamização, não sendo possível explicar o *fenômeno técnico* sem a incorporação da economia política e a própria economia política sem sua opção por ser um intelectual cidadão. Aqui apontamos mais uma importante continuidade de sua trajetória, o que também nos levou a considerar a busca pela cidadania como práxis como um dos eixos de análise dessa leitura aqui realizada.

Podemos afirmar que, do início ao fim, Milton Santos foi um pensador terceiro-mundista preocupado com as desigualdades existentes entre homens, lugares, regiões e países, que via na geografia um papel importante para a análise criteriosa dessa realidade e na busca de um futuro marcado pela efetivação da cidadania em seu país e noutras partes.

Alguns aspectos de sua biografia não podem ser ignorados, como a condição de *cidadão mutilado* (Milton Santos, 1996/1997), certamente fomentado pelo fato de ser negro num país marcado por relações de racismo, e a busca em sua juventude pela formação em Direito. Tal formação também teve um papel importante pois, desde os primeiros anos, a preocupação com a ausência de bens de direito comum na sociedade foi

uma constante em seus trabalhos. É importante ainda enfatizar suas atuações como jornalista e em cargos públicos administrativos, marcadas pela crítica de um homem de esquerda, com destaque para a atuação como planejador durante parte dos anos 1950 e 1960 na Bahia.

Suas pesquisas e publicações estiveram também fortemente pautadas por uma práxis voltada para a efetivação da cidadania. Os estudos sobre as especificidades da urbanização no Terceiro Mundo, entre outros aspectos, também partiram desse pressuposto. A partir da *teoria do circuitos de economia urbana* enfatizou também a força da economia pobre das cidades e levantou críticas a um tipo de planejamento que era elaborado em meados da década de 1970.

Mais especialmente no final da década de 1980, durante os debates sobre a Constituição de 1988, a preocupação com a ausência de uma cidadania plena no Brasil passa a ser apontada explicitamente em livros e artigos por ele elaborados, voltados para as relações entre o território, o consumo e a cidadania. Ao longo dos anos 1990, seus escritos com forte apelo para a discussão sobre a ausência de cidadania no Brasil ultrapassam a esfera acadêmica. Em meio a inúmeros artigos publicados em jornais de grande circulação em diferentes cidades brasileiras, o livro *Por uma outra globalização* (2000) foi certamente mais um marco em sua trajetória.

Outro dado central de sua trajetória, que pode certamente ser considerado como uma continuidade é a formação e manutenção, ao longo de todas essas décadas, de um intelectual independente. Algumas situações podem evidenciar isso.

Enquanto estava na Bahia, entre os anos 1948 e 1964, o “centro” dos debates em geografia no país situava-se entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse período – mais especificamente em meados dos anos 1950 – tornou-se orientando

de Jean Tricart, por reconhecimento do próprio geógrafo francês, já que Milton Santos não se encontrava no eixo de maior visibilidade da produção geográfica brasileira.

Ao seguir para a França após o golpe militar de 1964, viu-se como um pesquisador “terceiro-mundista” no Primeiro Mundo, de onde passou a pesquisar sistematicamente a urbanização nos países subdesenvolvidos e a rever a própria geografia regional clássica de matriz francesa.

Quando instalou-se no MIT e na University of Toronto, entre 1971 e 1973, manteve a condição de pesquisador terceiro-mundista em instituições de países centrais. Essa situação foi amenizada nas ocasiões em que lecionou em instituições na Venezuela, mas ainda assim sua condição se manteve devido ao forte distanciamento com a geografia produzida no Brasil.

Na Tanzânia, nos anos letivos entre 1974 e 1976, encontrava-se portanto ainda mais distante de seu país devido às dificuldades de comunicação e, agora, também distante dos “círculos franceses” [desde 1971] ou das demais universidades onde havia passado, sobretudo nos EUA. Este foi um momento crucial no princípio de seu processo de teorização da geografia, fomentado por sua estadia em Nova York, na Columbia University, principalmente pelos diálogos estabelecidos e fortalecidos em torno da revista *Antipode*.

Ou seja, de 1965 a 1977, Milton Santos esteve distante do Brasil, recebendo a cada ano menos informações e publicações sobre o que era aqui produzido, salvo por colegas que com ele mantiveram contato enviando trabalhos. Tampouco a Geografia aqui realizada conhecia a produção de Milton Santos, entre outros motivos por encontrar-se em sua maioria em publicações estrangeiras, no caso dos artigos, e, no caso dos livros, por serem publicados por editoras de diferentes países.

Quando chegou ao Brasil em meados de 1977, as portas das universidades encontravam-se fechadas, inclusive a de Salvador, de onde partiu em 1964 e onde se instalou assim que voltou. A exceção foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde permaneceu como professor convidado entre 1979 e 1983. Essa chegada foi marcada pelo diálogo com “os mais jovens”, como assim se referia aos então estudantes e jovens professores, dentre os quais a maior parte hoje leciona e pesquisa em diversas instituições brasileiras. Foi marcada também pela política de difusão de suas idéias a partir de publicação de vários livros e artigos a partir do ano de 1978.

Evidentemente em todas essas ocasiões, nos diferentes países onde viveu e lecionou, Milton Santos estabeleceu, na medida do possível, seus “círculos de afinidade” (Berdoulay, 1981), tendo inclusive seu trabalho reconhecido. Todavia não podemos afirmar que Milton Santos tenha participado de “escolas” ou “militado” em correntes geográficas, apesar de ter dialogado com várias delas, como a geografia aplicada e a geografia ativa, tendo inclusive, segundo depoimentos seus, estudado com afincos as propostas da geografia quantitativa. Participou efetivamente dos debates da geografia radical enquanto esteve nos Estados Unidos e do movimento da “geografia crítica” no Brasil, mas sempre com uma postura independente.

Podemos também apontar como uma continuidade a amplitude das leituras realizadas pelo geógrafo. Sem “pré-conceitos” buscou ao longo dessas mais de cinco décadas de trabalho intelectual autores e obras da sociologia, da economia, da economia política, da filosofia – em suas diversas correntes – incluindo a filosofia da física e a filosofia da técnica. Somma-se a isso a quantidade e conteúdo de suas leituras em geografia, o que é evidente nas bibliografias de suas obras.

Além das continuidades que, mais uma vez queremos enfatizar, não excluem mudanças, novas escolhas, novos caminhos a até rupturas, o que queremos apontar aqui são algumas “heranças” teóricas por ele deixadas.

Aqui evidentemente é preciso destacar o sistema de categorias e conceitos por ele elaborado, uma teoria geográfica com coerência interna e externa dotada de pertinência e operacionalidade, o que é uma inegável contribuição para a Geografia.

Milton Santos deixou um elenco de idéias, em forma de categorias ou conceitos, que pode fortalecer o papel da geografia nos debates contemporâneos. Dentre elas, podemos destacar a *força do lugar*, pensando-o como a dimensão espacial do cotidiano; o “território local” como norma; o *período popular da história*¹⁶⁷ – que não nega o “tecnológico”, mas insere o Homem no centro dos debates contemporâneos como a tentativa de resgatar um humanismo – que seria o período das “grandes massas”. Também a proposição de uma “federação de lugares” também merece destaque¹⁶⁸.

“Pode-se, todavia, imaginar, neste novo período histórico que é a fase das organizações, e, também, a fase da inteligência, que

¹⁶⁷ A idéia dos princípios de uma período demográfico ou popular apareceu em seus escritos já em 1979, no texto “Para um período novo”, no livro *Espaço e sociedade* (1979a). Também em “Reformulando a sociedade e o espaço”, em *Geografia e sociedade. Os novos rumos do pensamento geográfico* (1980c), uma coletânea de artigos que inclui trabalhos de Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira e João Mariano de Oliveira.

¹⁶⁸ A idéia de *federação de lugares*, a partir da proposição de “uma quarto nível” que se agregaria aos níveis nacional, estadual e municipal, pode ser encontrada já em entrevista fornecida por Milton Santos a Otávio Dias, no jornal *A Folha de São Paulo*, “Só a geografia reconstrói o país” (1994e).

será possível reverter essa tendência? Aí está, sem dúvida, um grande desafio para os povos latino-americanos e os seus intelectuais, voltados para pensar o futuro a partir das realidades do presente. O ponto central não é, apenas, a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável; mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica, de que a economia se tornou subordinada, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e à tecnologia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número” (M. Santos, [1988] 1991, p. 152)

Nesse sentido, acreditamos que a formulação da categoria *território usado* permite à disciplina uma participação efetiva nos debates sobre o país. Trata-se de uma contribuição teórica e política. Vale ressaltar que para o autor, a geografia deve ter um papel claro na efetivação das mudanças necessárias para um mundo justo. O papel da geografia e dos geógrafos frente ao mundo contemporâneo é o eixo condutor do manifesto *O papel ativo da Geografia* (M. Santos *et al*, 2000b).

Finalizando, a pertinência e atualidade de suas proposições teóricas podem ser verificadas, mesmo uma década depois de seu falecimento, em artigos e livros ainda capazes de explicar o mundo e os lugares.

Bibliografia

Bibliografia geral

AB'SABER, Aziz. *O que é ser geógrafo?* Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

ABREU, Mauricio de Almeida. "O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico". Em CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, pp. 199-322.

ABREU, Mauricio de Almeida "Sobre Milton Santos e sobre a crescente auto-estima da Geografia brasileira". Em SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.35-48.

ABREU, Mauricio de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". Em CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. C.; LOBATO CORRÊA, Roberto (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 145-184.

ABREU, Mauricio de Almeida. "Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil". Em SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006, pp. 129-158.

- ADAS, Sérgio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- ALMEIDA, Eliza P. de. *A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa: Editorial Presença, [1967] s/d.
- ALTHUSSER, Louis. *Philosophie et philosophie spontanée des savants*. Paris: François Maspero, 1974.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. *Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira*. Everardo Backheuser. Tese de Doutorado. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2000.
- ANTUNES, Charlles da França. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações: notas de uma história*. Tese de Doutorado. Niterói: Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ARROYO, Mónica. “Globalização e espaço geográfico”. *Revista Experimental*, ano III, nº 6, São Paulo, 1999, pp. 15-31.
- ARROYO, Mónica. “A globalização pensada a partir do espaço geográfico”. Em MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN/Anpege, 2009, pp. 479-496.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

- BAILLY, Antoine e BÉGUIN, Hubert. *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Masson, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean [1968]. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. “Trois milliards d’hommes”. *Traité de démographie*. Paris: Hachette, 1963.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *La géographie. Méthodes et perspectives*. Paris: Masson & Cie. Éditeurs, 1971.
- BECKER, Bertha e EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BERDOULAY, Vincent [1981] “A abordagem contextual”. *Espaço e cultura*, nº16, Rio de Janeiro, jul/dez, 2003, pp. 47-56.
- BERDOULAY, Vincent. *La formation de l’école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.
- BERDOULAY, Vincent. *Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique*. Paris: Editions du CNRS, 1988
- BERNARDES, Adriana. “Milton Santos: breve relato da trajetória científica e intelectual de um grande geógrafo”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 78. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, dez/2001, pp. 139-152.
- BOSQUE MAUREL, Joaquín e ORTEGA ALBA, Francisco. *Comentario de textos geográficos (historia y crítica del pensamiento geográfico)*. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.
- BRAY, Silvio Carlos. “O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos publicados no Brasil nas décadas de 30 e 40”. *Revista de Geografia*, nº 02, 1983.
- BRINKMANN, Donald [1945]. *El hombre y la técnica*. Buenos Aires: Ediciones La Reja, 1963.
- CALMON, Jorge. “O jornalista Milton Santos”. Em SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 62-64.

- CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A dimensão populacional na obra de Josué de Castro*. Tese de Doutorado. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004.
- CAPEL, Horacio [1984]. *Geografia humana y ciencias sociales. Una perspectiva histórica* (2ª ed). Barcelona: Montesinos, 1989a.
- CAPEL, Horacio. "Historia de la ciencia e historia de las disciplinas científicas. Objetivos y bifurcaciones de un programa de investigación sobre historia de la geografía". *GEOCrítica*, año XII, nº 84, diciembre, 1989b.
- CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. *O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- CASTILLO, Ricardo. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. (3ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHABOT, Georges. *Les villes*. Paris: Armand Collin, 1948.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLAVAL, Paul. *La pensée géographique. Introduction à son histoire*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1972.
- CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- CORRÊA DA SILVA, Armando. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- CORRÊA DA SILVA, Armando. "O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho". Em SANTOS, M., M. A. de Souza, F. C. Scarlato, M. Arroyo (orgs.). *Fim de Século e Globalização*, São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, pp. 75-80.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. "O pensamento geográfico e a realidade brasileira". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54, São Paulo, junho, 1977, pp. 5-28 (publicado também em 1982).
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. "Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 72, São Paulo, 1994, pp. 63-82.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *Geografia. Ciência da sociedade*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- DANTAS DA SILVA, Aldo Aloisio. *Conexidade, complexo: Vidal de La Blache, Pierre Monbeig*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas & HAMBURGUER, Amélia Império. "A ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil". In HAMBURGUER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; PATY, Michel & PETITJEAN, Patrick (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1996, pp. 15-23.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre. Nature de la réalite géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- DESSAUER, Friederich [1958] *Discusión sobre la técnica*. Madri: Ediciones Rialp, 1964.
- DUCASSÉ, Pierre [1944]. *História das técnicas*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s/d.
- DURKHEIM, Émile [1893]. *Da divisão do trabalho social*, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

- ELLUL, Jacques [1954] *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ELLUL, Jacques. *Le système technicien*. Paris: Calmann-Lévy, 1977.
- ESTEBANEZ, José. *Tendencias y problemática actual de la Geografía*. Madrid: Cincel, 1982.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FEL, André. “La géographie et les techniques”. Em GILLE, Bertrand (dir.). *Histoire des techniques*. Paris: Encyclopedie de la Pléiade, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada. Vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FRIEDMANN, Georges. *Sete estudos sobre o homem e a técnica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- FOUCAULT, Michel [1966]. *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1984.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1965.
- GEORGE, Pierre. *Précis de géographie urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961
- GEORGE, Pierre; Raymond GUGLIELMO; Yves LACOSTE & Bernard KAYSER. *A geografia ativa* [1964] São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- GEORGE, Pierre [1966] *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Companhia Editora Forense, 1969.
- GEORGE, Pierre [1968] *A ação do homem*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.
- GILLE, Bertrand. (dir.). *Histoire des techniques*. Paris: Encyclopedie de la Pleiade, 1978.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

- GRIMM, Flavia. "Apontamentos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 52, 2011a, pp. 165-182.
- GRIMM, Flavia. "Um projeto maior". Em SILVA, Maria Auxiliadora da (org.). *10 anos sem Milton Santos*. Salvador: Edições ALBA, 2011b, pp. 137-141.
- GOUROU, Pierre. *Introducción a la geografía humana* [1973] (título original *Pour une géographie humaine*; versão espanhola de Isabel Belmonte). Madri: Alianza Editorial, 1984.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- GUNDER FRANK, André. "Le Brésil dans l'impasse". *Partisans*, nº 26/ 27, Paris, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. "Território e região numa 'constelação' de conceitos". Em MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN/Anpege, 2009, pp. 621-634.
- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. "O território em tempos de globalização". *GeoUERJ*, nº 5, Rio de Janeiro, 1º semestre, 1999, pp. 7-19.
- HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. "Eliseo Reclus. Vida y obra". Em HIERNAUX-NICOLAS, Daniel (comp.). *La geografía como metáfora de la libertad: presentación e selección de textos de Eliseo Reclus*. México DF: Centro de Investigaciones Científicas Jorge L. Tamayo A C y Plaza y Valdés, 1999.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUERTAS, Daniel. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume/Fapesp; Belém: Banco da Amazônia, 2009.
- ISNARD, Hildebert. *O espaço geográfico*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Jr. Uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, (3 ed), 1979.
- KAYSER, Bernard. "As raízes tolosanas de Milton Santos". Em SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 98-101.
- KNAFOU, Rémy e STOCK, Mathis. "Épistémologie de la géographie". Em LÉVY, Jacques e LUSSAULT, Michel (direction). *Dictionary de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, pp. 323-325.
- KOSIK, Karel [1963]. *Dialética do concreto* (2ª ed). São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, Thomas S [1962]. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- LACOSTE, Yves. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- LATOUR, Bruno [1986] *Ciência em ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- LE LANNOU, Maurice. *La géographie humaine*. Paris: Flammarion éditeur, 1949.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LÉVY, Jacques. *Milton Santos/philosophe du mondial, citoyen du local*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2007.
- LOBATO CORRÊA, Roberto. "Os estudos de redes urbanas no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, nº 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1969, pp. 93-116.
- LOBATO CORRÊA, Roberto. "Espaço: um conceito-chave da Geografia". Em CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa & LOBATO CORRÊA, Roberto (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 15-47.

- LOBATO CORRÊA, Roberto. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MACHADO, Lia Osório. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem”. Em CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa & LOBATO CORRÊA, Roberto (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 309-352.
- MACHADO, Lia Osório. “As idéias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XXI”. *Terra Brasilis – Revista de história do pensamento geográfico no Brasil*, Ano I, n. 2, São Paulo, jul-dez, 2000, pp. 11-34.
- MAMIGONIAN, Armen. *A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley*. Relatório Científico. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. [publicado em *Cadernos Geográficos*, nº 6, Florianópolis, 2003]
- MAMIGONIAN, Armen. “A geografia francesa nos meados do século xx e a contribuição de Jean Tricart”. Em *Memorial de Livre Docência*. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- MAMIGONIAN, Armen. “Milton Santos e a geografia contemporânea” (Conferência de Abertura). Em SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO Jr, Rubens & DIAS, Clímaco César Siqueira (orgs.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos. O lugar fundamentando o período popular da história*. Salvador, 2005.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (orgs.). *Josué de Castro. Vida e obra* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

- MATTOSO, Jorge. "O Brasil herdado". Em SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, pp. 31-55.
- MCGEE, Terence. *The urbanization process in the Third World. Explorations in search of a theory*. Londres: G. Bell and Sons, Ltd., 1971.
- MCGEE, Terence. "The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities". Em ABU-LUGHOD, Janet e HAY, Richard Jr. (ed.). *Third world urbanization*. Nova York: Methuen, 1977, pp.257-270.
- MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática, 1984.
- MESSIAS DA COSTA, Wanderley. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto e Edusp, 1988.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e tendências*. São Paulo: Publicação do Instituto de Geografia (Universidade de São Paulo), 1980.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. "Em busca de uma ontologia do espaço". *Território Livre*, nº 1, fev, 1979, pp. 33-39.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia. Pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna* (2ª ed). São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; MESSIAS DA COSTA, Wanderley. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

- MOREIRA, Bruno de Oliveira. “ ‘Visita a uma revolução’: uma análise dos escritos de Milton Santos sobre a revolução cubana (1960)”. *Revista de História*, 2 [1], 2010, pp. 100-120 [versão digital]
- MOREIRA, Ruy. “Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil 1978-1988)”. *Caderno Prudentino de Geografia*, nº 14, Presidente Prudente, 1992, pp. 5-39.
- MUMFORD, Lewis [1934]. *Técnica y civilización*. Madri: Alianza Editorial, 1971.
- NUNES PEREIRA, Sergio Luiz. *Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.
- NUNES PEREIRA, Sergio Luiz. *Sociedade de geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.
- ORTEGA Y GASSET, José [1939]. *Meditação da técnica. Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1963.
- PEDRÃO, Fernando. *Raízes do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “A geografia no Brasil”. Em AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Melhoramentos, 1956, pp. 315-412.
- PIAGET, Jean. “L’epistemologie et ses variétés”. Em PIAGET, Jean (direction). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Gallimard, 1967.
- PIAGET, Jean. *A situação das ciências do homem no sistema das ciências* [1970]. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. "Milton Santos: ciência, ética e responsabilidade social". Em RIBEIRO, Wagner Costa (org.). *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002, pp. 171-185.
- PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America*. Nova York: Nações Unidas, 1949.
- QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina*. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Económicas, 1970.
- RAFFESTIN, Claude & TURCO, Angelo. "Epistémologie de la géographie humaine". Em BAILLY, Antoine (coord.). *Les concepts de la géographie humaine* (3ª ed). Paris: Masson, 1995.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Limites da categoria globalização: os desafios da nacionalidade". *Revista Experimental*, ano II, nº 3, São Paulo, setembro, 1997, pp. 13-22.
- RICHTA, Radovan. [1968] *La civilización en la encrucijada*. Madri: Editorial Ayuso, 1974.
- SANTOS, Theotonio dos. *Revolução científico-técnica e acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SANTOS DA SILVA, Fábio e SILVA, Maria Auxiliadora da. "Uma leitura de Milton Santos (1948-1964)". *Geosul*, vol. 19, nº 37, Florianópolis, jan/jun, 2004, pp. 157-189.
- SARTRE, Jean-Paul [1957]. *Questão de método* (2ª edição). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- SARTRE, Jean-Paul [1960] *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- SAUER, Carl. "Desenvolvimentos recentes em Geografia Cultural". Em LOBATO CORRÊA (org.). *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, pp. 15-98.

- SCARIM, Paulo Cesar. *Coetâneos da crítica. Uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- SCARLATO, Francisco Capuano. "População e urbanização brasileira". Em ROSS, Jurandyr Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 381-463.
- SENE, José Eustáquio de. *A globalização como fenômeno multidimensional e sua manifestação no espaço geográfico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- SÉRIS, Jean-Pierre. *La technique*. Paris: Presses Universitaire de France, 1994.
- SIEGFRIED, André. *Aspects du XXe siècle*. Paris: Haccette, 1955.
- SILVA, Maria Auxiliadora da. *Criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (1956-1969)*. In Sítio da Fundação Perseu Abramo [http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=658], 2002.
- SILVEIRA, María Laura. "Milton Santos: uma obra, uma teoria". *AGB Informa*, nº 62 (encarte especial). Milton Santos. Um olhar nos 70 anos. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 3º trimestre/1996, pp. 10-11.
- SILVEIRA, María Laura. "E aquela Geografia...? Uma teoria do espaço, uma epistemologia existencial (uma reflexão sobre o livro de Milton Santos, *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*). *Cultura Vozes*, nº 6, ano 91, vol 91, Petrópolis, 1997, pp. 137-144.

- SILVEIRA, María Laura. “Por um conteúdo da reflexão epistemológica em Geografia”. Em SOUZA, Álvaro José de; SOUZA, Edson Belo Clemente de; MAGNONI Jr, Lourenço (orgs.). *Paisagem. Território. Região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, pp. 21-28.
- SILVEIRA, María Laura. “A Geografia de Milton, uma Geografia da vida”. Em LIMA, Luiz Cruz (org.). *Conhecimento-Reconhecimento. Homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003, pp 99-108.
- SILVEIRA, María Laura. “A geografia e suas mutações: marcos e trajetórias”. Presidente Prudente: Conferência de abertura, VII Semana de Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, UNESP, 2006 (*mimeo*) [publicado em “Dos mundos passados e suas geografias aos horizontes contemporâneos: algumas reflexões”. *Revista Formação*, nº 15, vol. 1, 2008, pp. 6-18].
- SILVEIRA, María Laura. “Espaço geográfico e fenômeno técnico”. Em BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque & SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume e Laboratório de Geografia Política, 2010, pp. 123-139.
- SIMONDON, Gilbert [1958]. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989.
- SLATER, David. *Capitalismo y desarrollo regional*. Amsterdam: Publicación del CEDLA, 1982.
- SORRE, Max. [1948] “A noção de gênero de vida e seu valor atual”. *Boletim Geográfico*, nº 172, Rio de Janeiro, fevereiro, 1963, pp. 30-38.
- SORRE, Max. *Les fondements de la geographie humaine – L'habitat* (tomo III). Paris: Armand Collin, 1952.
- SORRE, Max [1961]. *El hombre y la tierra*. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

- SOUZA, Álvaro José de *et alli* (orgs.). *Milton Santos. Cidadania e globalização*. Bauru: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Editora Saraiva, 2000.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Max. Sorre: um filósofo geógrafo. O sentimento da unidade da geografia do homem*. Paper elaborado para o Seminário Interno do Departamento de Geografia (USP) “Contemporaneidade do pensamento de Max. Sorre” (16 e 17 nov 1995). São Paulo, 1995 (inédito).
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “Interdisciplinaridade como objetivo e a disciplinaridade como prática: o sentido da obra de Milton Santos”. Em SILVA, Maria Auxiliadora da e TOLEDO JR., Rubens (org.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos. A interdisciplinaridade na sua obra*. Salvador: EdUFBa e IGEO, 2006, pp. 35-42.
- SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência* (vol. 1). São Paulo: Cortez, 2000.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- STEINBERGER, Marília. “Território, ambiente e políticas públicas espaciais”. Em STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, pp. 29-82.
- TRICART, Jean. *L’habitat urbain*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1951.

- TRICART, Jean. “A contribuição do Centro de Geografia Aplicada para a ‘mise en valeur’ do Estado da Bahia”. *Boletim Bahiano de Geografia*, ano I, nº 3, Salvador, dezembro, 1960, pp. 35-48. [tradução de “La contribution du Centre de Géographie Appliquée à la mise en valeur de l’Etat de Bahia (Brésil). *Révue de l’enseignement supérieur*, nº 2, 1960]
- VALLAUX, Camille. *Les sciences géographiques*. Paris: F. Alcan, 1923.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “A geografia nova de Milton Santos (1975-2001)”. Em BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.139-154.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul [1905] *Tableau de géographie de France*. Paris, 1905.
- ZUSMAN, Perla. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
- ZUSMAN, Perla. “Milton Santos. Su legado teórico y existencial (1926-2001)”. *Doc. Anál. Geogr.*, nº 40, 2002, pp. 205-219.

Bibliografia citada e mencionada de Milton Santos

- SANTOS, Milton. *O povoamento da Bahia. Suas causas econômicas (contribuição para estudo)*. Salvador: Imprensa da Bahia, 1948.
- SANTOS, Milton. *Estudos sobre geografia*. Salvador: Tipografia Manú, 1953
- SANTOS, Milton. *Os estudos regionais e o futuro da geografia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953a.
- SANTOS, Milton. "A região de Alagoinhas". *Revista Brasileira dos Municípios*, ano VI, nº 21, 1953b.
- SANTOS, Milton. "Cidade de Jequié e sua região". *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVIII, nº 1, Rio de Janeiro, janeiro-março, 1956, pp. 71-112.
- SANTOS, Milton. "O papel metropolitano da cidade do Salvador", *Revista Brasileira dos Municípios*, ano IX, julho/dezembro, nº 35/36, 1956a, pp. 185-190.
- SANTOS, Milton. *Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (coleção Brasileira, vol. 296, Biblioteca Pedagógica Brasileira), 1957.
- SANTOS, Milton [1954-1955]. "Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano". *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, (separata do volume IX, tomo I, 1954-55), São Paulo, 1957a, pp. 305-320.
- SANTOS, Milton. "A Baixa dos Sapateiros", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 81, Salvador, 1957b, pp. 71-79.
- SANTOS, Milton; TRICART, Jean; SILVA, Teresa Cardoso da; e CARVALHO, Ana Dias da Silva. *Estudos de geografia da Bahia*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- SANTOS, Milton. "A nova geografia". *A Tarde*, Salvador, 16 abril 1958a.

- SANTOS, Milton. "As indústrias da cidade do Salvador: distribuição geográfica" (em colaboração com Ana Dias da Silva Carvalho), *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, (separata do vol. X, tomo I, 1955-57), São Paulo, 1958b, pp. 103-118.
- SANTOS, Milton. "Localização industrial em Salvador", *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX, nº 3, Rio de Janeiro, 1958c, pp. 245-276.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudo de geografia urbana*. [Tese apresentada à Université de Strasbourg para obtenção do título de doutor, 1958]. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.
- SANTOS, Milton. *A cidade como centro de região*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais) e Imprensa Oficial, 1959a.
- SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais) e Imprensa Oficial, 1959b.
- SANTOS, Milton. "Notas de viagem à Costa do Marfim. Economia comercial e transformação da paisagem na A.O.F.". *Boletim Carioca de Geografia*, ano XII, nº 1/2, 1959c.
- SANTOS, Milton. "A cultura do cacau na Costa do Marfim". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 31, São Paulo, março, 1959d, pp. 68-95.
- SANTOS, Milton. "Salvador e o deserto", *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XIII, 1959e, pp. 127-128.
- SANTOS, Milton. *Marianne em preto e branco* (viagens). Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
- SANTOS, Milton. "Uma comparação entre as zonas cacaeiras do Estado da Bahia (Brasil) e da Costa do Marfim". *Boletim Baiano de Geografia*, Ano I, nº 3, Salvador, 1960a, pp. 21-33.
- SANTOS, Milton e CARVALHO, Anna. *A geografia aplicada*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia (Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais), 1960b.

- SANTOS, Milton. *Geografia e desenvolvimento econômico* (1960c)
- SANTOS, Milton. "Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés". *Revue de Géographie de Lyon*, vol. XXXVI nº 3, Lyon, 1961, pp. 197-218.
- SANTOS, Milton. "Alguns problemas do crescimento da cidade do Salvador", *Boletim Baiano de Geografia*, ano II, nº 5/6, Salvador, 1961a, pp. 21-45.
- SANTOS, Milton.. "Zonas deprimidas e zonas pioneiras". *Revista Brasileira de Municípios*, ano XIV, nº 53/54, jan-jun, 1961b, pp. 19-24.
- SANTOS, Milton. "Panorama econômico-social da Bahia". *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XVII, nº 67/68, Rio de Janeiro, jul/dez., 1964, pp. 117-124.
- SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, Milton. "Villes et région dans un pays sous-développé: l'exemple du Recôncavo de Bahia", *Annales de Géographie*, nº 406, Paris, França, 1965a, pp. 678-694.
- SANTOS, Milton. "Le rôle des Capitales dans la modernisation des pays sous-développés". *Civilisations*, vol. XVI, nº 1, 1966, pp. 101-108.
- SANTOS, Milton e BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. "Le 'centre' de la ville de Salvador". *Les Cahiers d'outre mer*, tome XX, s/nº, Bordeaux, 1967, pp. 321-344.
- SANTOS, Milton. *Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés* (vol. 1: Les données de base, vol. 2: Milieux géographiques et alimentation), Paris: Centre de Documentation Universitaire (CDU), 1967a.
- SANTOS, Milton. "L'alimentation des populations urbaines des pays sous-développés". *Revue Tiers-Monde*, tome VIII nº 31, Paris, julho/setembro, 1967b, pp. 605-629.

- SANTOS, Milton. "Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil". *Annales de Géographie*, ano 77, nº 419, Paris, janvier-février, 1968, pp. 37-63.
- SANTOS, Milton. *Aspects de la géographie et de l'économie urbaines des pays sous-développés* (Les cours de Sorbonne). Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1969.
- SANTOS, Milton. "Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, nº 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1969a, pp.
- SANTOS, Milton. *Les villes du Tiers Monde*. Paris: Ed. Génin, Librairies Techniques, Géographie Economique et Sociale, 1971.
- SANTOS, Milton. *Le métier du géographe en pays sous-développé*. Paris: Ed. Ophrys, 1971a.
- SANTOS, Milton. "Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde", *Revue Tiers-Monde*, tome XIII, nº 50, Presses Universitaires de France, Paris, 1972, pp. 247-268.
- SANTOS, Milton (editoria). "Modernisations et 'espaces dérivés'". *Revue Tiers-Monde*, tome XIII, nº 50, Presses Universitaires de France, Paris, 1972.
- SANTOS, Milton. "Los dos circuitos de la economía urbana de los países subdesarrollados". In FUNES, J. (ed). *La Ciudad y la región para el desarrollo*. Caracas: Comisión de Administración Pública, 1972b, pp. 67-99.
- SANTOS, Milton. *Geografia y economia urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, Colección Ciències Geogràfiques, 1973
- SANTOS, Milton. "Economic development and urbanization in underdeveloped countries: the two-flow systems of the urban economy and their spatial implications". Em MCKEE, D. & LEAHY (eds.). *Urbanization and the development process*. Nova York: The Free Press, 1973a.

- SANTOS, Milton. "Geography, marxism and underdevelopment", *Antipode*, vol. VI, nº 3, dezembro, 1974, pp. 1-9.
- SANTOS, Milton. *L'espace partagé*. Paris: Editions Librairies Techniques, M. Th. Génin, 1975.
- SANTOS, Milton. "Articulation of modes of production and the two circuits of urban economy wholesalers in Lima, Peru". In *Pacific Viewpoint*, nº 3, 1976, pp. 23-36.
- SANTOS, Milton. "Economic development and urbanization in underdeveloped countries: the two sub-systems of the urban economy". In *Journal of the Geographical Association of Tanzania*, junho, 1976a, pp. 6-36.
- SANTOS, Milton. "Le circuit inférieur: le soi-disant secteur informel". In *Les Temps Modernes*, xxx année, novembro, 1976b, pp. 741-755.
- SANTOS, Milton. "Silence de Marx? Silence des philosophes? Non, silence des géographes!" (Pourquoi Hérodote? Suite de commentaires). *Hérodote*, nº 2, 1976c, pp. 136-139.
- SANTOS, Milton. "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método". In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54, junho, 1977, pp. 81-100.
- SANTOS, Milton. "Society and Space: social formation as theory and method". In *Antipode*, vol. 9, nº 1, fevereiro, 1977a, pp. 3-13.
- SANTOS, Milton. "Planning underdevelopment". *Antipode*, vol. 9, nº 3, dezembro, 1977b, pp. 86-98.
- SANTOS, Milton. "The spatial dialectics: the two circuits of the urban economy in underdeveloped countries". *Antipode*, vol. 9, nº 3, dezembro, 1977c, pp. 49-60.
- SANTOS, Milton. "Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana", *Boletim Paulista de Geografia*, nº 53, São Paulo, fevereiro, 1977d, pp. 35-59.

- SANTOS, Milton. "A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais", *Contexto*, HUCITEC, São Paulo, novembro 1977, pp. 31-44
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, São Paulo: Hucitec, AGB, 1978a.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978b.
- SANTOS, Milton. "A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos". In *3º Encontro Nacional de Geógrafos*, Sessões Dirigidas, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, julho, 1978c, pp. 37-50.
- SANTOS, Milton [1975] "Espaço e dominação". *Seleção de Textos*, nº 4, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo, junho, 1978d, pp. 3-27.
- SANTOS, Milton. "Dos aproximaciones al estudio del Estado y del subdesarrollo", *Revista Terra. Pensamiento Geográfico*, nº 3, Venezuela, set-out, 1978e, pp. 137-154.
- SANTOS, Milton. "De la société au paysage: la signification de l'espace humain". *Hérodote*, nº 9, Paris, jan/mar, 1978f, pp. 66-73.
- SANTOS, Milton. "Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme - le cas de la Tanzanie". *Revue Tiers Monde. Utopies, projets de Société*, (direction Maxime Haubert), nº 75, tome XIX, Paris, juillet-septembre, 1978e, pp. 563-572.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979a.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Editora Vozes, Petrópolis, 1979a.

- SANTOS, Milton. "A responsabilidade social dos geógrafos", *Território Livre - Revista da União Paulista de Estudantes de Geografia*, nº 1, fevereiro, 1979b, pp. 41-45.
- SANTOS, Milton. "Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado". In: Henrique Rattner (org.), *Brasil 1990. Caminhos alternativos do Desenvolvimento*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979c, pp. 143-160.
- SANTOS, Milton. "Reformulando a sociedade e o espaço". In: *Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*. Revista de Cultura Vozes, ano 74, nº 4, maio, 1980, pp. 37-48
- SANTOS, Milton [1974] "Geografia, marxismo e subdesenvolvimento". In: *Reflexões sobre a Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional São Paulo, 1980a, pp. 81-96.
- SANTOS, Milton. *Os dois circuitos da economia em Dar-Es-Salaam e na Tanzânia: realidades e perspectivas*. Relatório apresentado à Organização Internacional do Trabalho, 1980b (inédito).
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*, Hucitec, São Paulo, 1981
- SANTOS, Milton. "Espaço e capital: o meio técnico-científico". In *Anais 4º Encontro Nacional de Geógrafos*, Rio de Janeiro, julho, 1981a.
- SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*, São Paulo: Hucitec, 1982a.
- SANTOS, Milton. "O espaço e seus elementos: questões de método", *Revista Geografia e Ensino*, nº 1, ano 1, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 1982b, pp. 19-30.
- SANTOS, Milton. "Cidade, mais valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodoló-

- gicas sobre o caso do Rio de Janeiro". Em MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982c, pp. 159-165.
- SANTOS, Milton. "La géographie à la fin du XX^e siècle: les nouveaux rôles d'une discipline menacée". In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XXXVI, nº 4 (número especial "L'épistémologie des sciences sociales"), Paris: UNESCO, 1984, pp. 691-707 (versão em português, "A geografia e a nova dimensão do planeta", *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 15, nº 5, Brasília, 1984, pp. 13-21).
- SANTOS, Milton [1982]. "Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa". In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 59, AGB – Seção São Paulo, São Paulo, 1984a, pp. 5-22.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. "A caminho de uma teoria substantiva da urbanização", *Orientação*, nº 6, São Paulo, 1985a, p. 81-84.
- SANTOS, Milton. "Circuitos espaciais de produção: um comentário". Em SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Ed. Nobel, 1986, pp. 121-134.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. "O espaço geográfico como categoria filosófica", *Terra Livre*, nº 5 (número especial "O espaço em questão"), Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988a, pp. 9-20.
- SANTOS, Milton. "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil", *Espaço e Debates*, ano VIII, nº 25, 1988b.
- SANTOS, Milton. "Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico", *Boletim Paulista de Geografia*, nº 67, São Paulo, 1º semestre, 1989, pp. 5-16.

- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton [1986] “Nuevo orden internacional y reorganización espacial”. Em PANADERO, Miguel (coord.), John COLE, Milton SANTOS, *Urbanización, subdesarrollo y crisis en América Latina*, Seminário de Geografia, Albacete (1988), 2ª edição, 1990a, pp. 25-34.
- SANTOS, Milton [1986] “O período técnico-científico e os estudos geográficos”, *Revista do Departamento de Geografia*, nº 4, São Paulo, 1985, publicada em 1990(b), pp. 15-20.
- SANTOS, Milton [1988] “A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas”, *Caderno Prudentino de Geografia*, nº 13, Presidente Prudente, 1991, pp. 141-152.
- SANTOS, Milton. “Flexibilidade tropical”, *Arquitetura e Urbanismo*, nº 38, ano 7, São Paulo, 1991a, pp. 44-45.
- SANTOS, Milton [1989] “Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil”, *Cadernos IPPUR*, ano VI, nº 1, Rio de Janeiro, 1992, pp. 9-22.
- SANTOS, Milton [1992] “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”. Santos, M., M. A. de Souza, F. C. Scarlato, M. Arroyo (orgs.), *Fim de Século e Globalização*, Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1993, pp. 15-22.
- SANTOS, Milton [1991] “Por um novo planejamento urbano-regional”. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, 1993a, pp. 35-39. (publicado também como “O espaço: sistema de objetos, sistemas de ações”. Em *Técnica, espaço e tempo*, 1994)
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993b.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec e Educ, 1994a.

- SANTOS, Milton SANTOS, Milton. "O retorno do território". In SANTOS, Milton, Maria Adélia A. de SOUZA e María Laura SILVEIRA, *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1994c, pp.15-20.
- SANTOS, Milton. "A estratégia atual do planejamento em Salvador". Em GMÜNDER, Ulrich e Sylvio BANDEIRA DE MELLO E SILVA, *Novas Estratégias de Planejamento em Salvador*, Salvador: Institut Goethe, 1994d, pp. 161-167.
- SANTOS, Milton. "Só a geografia reconstrói o país", *Folha de S.Paulo* (05 setembro 1994), São Paulo, 1994e.
- SANTOS, Milton. "Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea". Em GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.), *Pelo Pelô, história, cultura e cidade*, Salvador: EDUFBA, 1995, pp. 11-29.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. "Los nuevos mundos de la geografía" [Discurso de aceitação do título de Doutor Honoris Causa pela Universidad Complutense de Madrid, em 1994]. In *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, nº 16, Madri, 1996a, pp. 15-27.
- SANTOS, Milton. "Los nuevos mundos de la Geografía". In *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº 16, Madri, 1996b, pp. 15-27.
- SANTOS, Milton. "Por uma epistemologia cidadã: por uma epistemologia da existência". In *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 21, Porto Alegre, 1996c, pp. 7-14 .
- SANTOS, Milton. "As cidadanias mutiladas". Em LERNER, Julio (editor). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, pp. 133-144.
- SANTOS, Milton. "É necessária a execução de três pactos", *O Estado de São Paulo* (05 maio 1997), São Paulo, 1997.
- SANTOS, Milton. "O que fazer com a soberania", *Correio Brasileiro* (11 dezembro 1997), Brasília, 1997a.

- SANTOS, Milton. “Da política dos Estados à política das empresas”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, ano 3, nº 6, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, julho-dezembro, 1997b, pp. 9-23.
- SANTOS, Milton. “O intelectual e a Universidade estagnada”. *Revista ADUSP*, nº 11, São Paulo, 1997c, pp. 16-20.
- SANTOS, Milton. “Atividades para visibilidade e projeção da ANPUR 1991-1993”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, maio 1999, pp. 19-23.
- SANTOS, Milton. “O chão contra o cifrão”, *Folha de São Paulo* (28 fevereiro 1999), São Paulo 1999a.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000a.
- SANTOS, Milton; Adriana BERNARDES; Adriano ZERBINI; Cilene GOMES; Edison BICUDO; Eliza ALMEIDA; Fabio Betioli CONTEL; Flavia GRIMM; Gustavo NOBRE; Lídia ANTONGIOVANNI; Máira B. PINHEIRO; Marcos XAVIER; María Laura SILVEIRA; Marina MONTENEGRO; Marisa F. da ROCHA; Mónica ARROYO; Paula BORIN; Soraia RAMOS; Vanir de L. BELO. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. São Paulo: Estudos Territoriais Brasileiros (LABOPLAN), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000b, 13 p. [publicação menor]
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *Testamento intelectual*. São Paulo: Editora Unesp, 2004